



O BARÃO DE IGUAPE

MARIA THEREZA SCHORER PETRONE

brasiliana
volume 361



O BARÃO DE IGUAPE

Um Empresário da Época da Independência

MARLA THEREZA SCHORER PETRONI

Este volume não contém uma biografia do patriarca dos Prado. É um estudo monográfico de história econômica, da formação de um dos grandes patrimônios do país. É digno par de estudo semelhante, anteriormente elaborado pela mesma competente Autora, sobre Antônio da Silva Prado, comerciante de açúcar.

Desta vez concentra-se a pesquisadora nou- tro ângulo. O estudo poder-se-ia chamar: An- tônio da Silva Prado, comerciante de gado e arrematante de impostos (1817-1829).

Poucas vezes é possível, em nossa terra, elaborar pesquisas do gênero destas. Con- tam-se pelos dedos os estudos similares. Um acaso proporcionou a um especialista, o pro- fessor Luís Lisanti, a oportunidade de coligir e anotar, em cinco densos volumes, os *Ne- gócios coloniais* (*Uma correspondência co- mercial do século XVIII*), editados patriótica- mente pelo Ministério da Fazenda em 1973, mas de que os nossos pesquisadores ainda não extraíram todo o proveito. É a história de uma firma comercial.

Papéis do mais alto interesse para a com- preensão da estrutura econômica do país são continuamente atirados às baratas, quando não se vendem aos quilos. Os nossos estudiosos ainda não se deram conta de que o estudo dos preços, dos salários, das transações comerciais, têm, para o conhecimento de uma época, in- teresse crescente. O que se preserva, quando ao menos se pensa em preservar algo, de um arquivo pessoal, são os atos oficiais, as patentes, os diplomas, exatamente aquilo que teve publicidade na imprensa ou nos boletins do governo. A correspondência íntima já difi- cilmente escapa ao velho falso pudor familiar: "Roupa suja, lava-se em casa", dizia um dos mais finos espíritos que labutaram no campo da História. E com esse grito de guerra con- sumiu no fogo um precioso arquivo de cor- respondência política do mais alto valor.

Há pouco mais de uma dezena de anos, reunidos em colóquio em Saint-Cloud, técni- cos em história social ressaltavam a impor- tância dos papéis notariais, de interesse apa- rentemente individual, para a compreensão da trama de uma sociedade e apelavam para

as autoridades no sentido de protegê-las (*L'histoire sociale. Sources et méthodes*, Paris, 1967). Mesmo num meio culto como o francês, a tendência ainda é para ressaltar a história fatural e anedótica.

Não é, pois, de admirar que numa recente reunião de arquivistas brasileiros a assembléia tenha ouvido pasmada, do responsável pelo acervo documental de uma das mais importantes instituições assistenciais do país, a declaração espantosa de que não havia em seu serviço nenhum documento *histórico*. Vê-se bem que só o registro de grandes eventos políticos ou sociais o guardador dos atos pelos quais se poderia conhecer a situação financeira de milhões de brasileiros, considerava dignos do qualificativo "histórico".

Graças a Deus há quem não pense assim. Tanto que este livro pôde ser feito, como outros anteriores, graças à famosa *Coleção Antônio da Silva Prado*, recolhida ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Esta rica fonte de informações, que estaria destinada ao fogo, foi salva, recomposta e ordenada, e preservada para a posteridade por um membro da família, Jorge Pacheco e Chaves. É justo que se rendam aqui as homenagens devidas a esse esclarecido espírito de bibliófilo culto que sentiu a importância daquele precioso acervo para os estudiosos do futuro.

Fartindo dessa base documental, elahorou a Autora um completo exame das condições em que se processava o comércio interior do Brasil, bem mais intenso do que se pensa, e contrariando a tese de nossa atividade meramente litorânea. O entrosamento entre as províncias, desde o Sul até o interior da Bahia, revela a existência de uma estrutura econômica bastante complexa.

Através da lenta construção de uma organização comercial, que ainda não se poderá chamar de empresa, palpita a alma dos velhos bandeirantes, construtores do Brasil, tecendo nos sertões brasileiros uma sólida rede que será a base de uma das grandes realizações econômicas do São Paulo moderno: forte, progressista, positivo, e entrosado na comunidade nacional.

Eis um livro que nos traz um profundo sentimento de confiança na fortaleza da construção de nossa pátria.



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO/MEC.

Preço de venda ao público, Cr\$26,00

Este preço só se tornou possível devido à participação do Instituto Nacional do Livro, que, em regime de co-edição, permitiu o aumento da tiragem e a conseqüente redução do custo industrial.

O BARÃO DE IGUAPE

BRASILIANA

volume 361

Direção:
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

- 11592L** Petrone, Maria Thereza Schorer.
O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência [por] Maria Thereza Schorer Petrone. São Paulo, Ed. Nacional; Brasília, INL, 1976.
177 p. (Brasiliana, v.361)

Bibliografia.

1. Brasil — Comércio — História 2. Iguape, Antônio da Silva Prado, Barão de, 1788-1875 I Instituto Nacional do Livro. II Título. III Série.

CCF/CBL/SP-76-0670

B
CDD :923.881
:380.0981
CDU :38(81)(09)

Índice para catálogo sistemático (CDD):

1. Brasil : Comerciantes : Biografia 923.881
2. Brasil : Comércio : História 380.0981

MARIA THEREZA SCHORER PETRONE

O BARÃO DE IGUAPE

UM EMPRESÁRIO DA ÉPOCA
DA INDEPENDÊNCIA

Em convênio com o
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL/MEC

Direitos reservados
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639
01212 — SÃO PAULO, SP

1976

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	XI
I — Introdução	1
II — Antônio da Silva Prado, comerciante de gado e arrematante de impostos	6
III — O caminho do Sul e o afluxo de animais a Sorocaba	14
IV — As áreas de criação e a comercialização de gado na Província de São Paulo	34
1. A procedência do gado comerciado na Província de São Paulo	34
2. Prado e as compras de bestas e reses	43
V — A marcha do gado para os centros redistribuidor e consumidor	55
1. As estradas e a marcha do gado	55
2. As invernadas	60
3. Tropas, boiadas e condutores de gado	67
VI — Mercados consumidores	88
1. O Rio de Janeiro, mercado consumidor de bovinos .	88
2. Mercados consumidores de bestas	95
VII — Sorocaba, centro redistribuidor de bestas e de arrecadação de impostos sobre gado	102
1. A feira de muares e os negócios de Prado	102
VIII — Antônio da Silva Prado e a arrecadação de impostos sobre o gado no Registro de Sorocaba	124
1. O “novo imposto”	124
2. O imposto de Guarapuava	141
IX — Conclusões	151
X — Apêndice	161
1. Antônio da Silva Prado e a cobrança de outros impostos relacionados direta ou indiretamente com o gado	161
2. Alvará de Condições do Contrato dos Novos Impostos desta Capitania por tempo de três anos como nele se declara (AE, Livro 56, f. 55v.-57v.)	164
3. Carta de Antônio da Silva Prado para Sorocaba, destinada a João da Silva Machado, 14 de março de 1825 (21, f. 17v.)	167
<i>Bibliografia</i>	172

ABREVIATURAS

- AE — Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo
- TC — Tempo colonial
- TI — Tempo imperial
- DI — Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo
- AMP — Anais do Museu Paulista
- RIHGB — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- RIHGSP — Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
- RH — Revista de História

PREFÁCIO

Na descrição da viagem do príncipe regente D. Pedro a São Paulo, em 1822, que redigiu Francisco de Castro Canto e Melo, gentil-homem de sua câmara e futuro visconde de Castro, lê-se que o dito regente recebeu na capital paulista “a obsequiosa e magnífica hospedagem que lhe haviam preparado o brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão e o coronel Antônio da Silva Prado, hoje barão de Iguape. . .”. Por onde se vê que esse relato, publicado por Melo Moraes, foi composto depois de 1848, ano em que Prado foi feito barão.

Ao estudar o personagem, cujo nome se liga assim a um dos episódios culminantes da História do Brasil, e não de modo tão esquivo como o de Pilatos ao Credo, a Professora Maria Thereza Schorer Petrone a ele se refere, nestas páginas, dando-lhe o nome com que só será geralmente conhecido 20 e 30 anos depois da época em que se dedicou às atividades que formam o objeto central de sua pesquisa. Tratando-se de parte de uma visão global dos empreendimentos desse comerciante paulista, que viveu entre 1788 e 1875, e deixou sobre eles documentação singularmente rica, parece explicável o voluntário desvio — deslize? — cronológico. Nem vejo, num título que só ganha em ser conciso, que haja mal imperdoável em semelhante desvio. Pior seria, por exemplo, a possibilidade, quase inevitável de outra forma, de ser induzido o leitor a confundir o comerciante Antônio da Silva Prado com seu neto homônimo que, grande capitalista como ele, irá ser figura conspícua na vida brasileira das últimas décadas da Monarquia e de quase toda a Primeira República.

Sabedor, embora, de longa data, da existência de numeroso material inédito, que abrange sua correspondência comercial, diário, contas correntes, copiador de cartas expedidas, borradores, meticulosa escrituração dos negócios etc., mantidos até o fim de sua vida, só por volta de 1952 ou 53 tive oportunidade, porém, de contacto direto com esse acervo impressionante. O que então me levou a entender-me com Jorge Pacheco Chaves, descendente

do barão e dono do acervo, foi o interesse da Comissão do IV Centenário da Cidade de S. Paulo, que no caso eu representava, em socorrer-se da admirável coleção iconográfica de Chaves para a publicação que projetava. O projeto, que teve sua solícita aquiescência, seria sacrificado, quando a Comissão, devendo atender a compromissos já assumidos, mas dependentes de maiores facilidades cambiais que, ao cabo, não foram concedidas pelo governo federal, precisou sujeitar a cortes substanciais a verba de que dispunha. Das conversas que tivemos, então, saiu a lembrança, porém, de facilitar-se de algum modo o acesso dos nossos estudiosos de história econômica a um documentário talvez único no Brasil como o são os papéis do barão de Iguape.

Nesse sentido, a primeira idéia surgida de sua publicação integral pelo Museu Paulista mostrou-se praticamente inviável. Mesmo para uma instituição oficial, que não visava a fins lucrativos, haveria de parecer pelo menos original, mas não no bom sentido da palavra, a divulgação dos negócios particulares de um capitalista, ocorridos ao longo de 65 anos, a partir de 1810, abrangendo então 29 ou 30 volumes compactos e de formato grande. A escassa repercussão obtida em nossos dias pela correspondência comercial de um negociante português do século XVIII, que o historiador Luís Lisanti reuniu e admiravelmente comentou, e o Ministério da Fazenda publicou em 5 volumes, com o título de *Negócios coloniais*, deixa poucas ilusões sobre o sucesso que poderia aguardar uma iniciativa bem mais ambiciosa. Quanto ao documentário do barão de Iguape, a alternativa de uma seleção reclamava aturado estudo prévio e, naturalmente, sobras de tempo de que não dispúnhamos nem eu nem os possíveis colaboradores. Além disso, devendo ausentar-me do país, e a ausência duraria mais de dois anos, ficou adiado o exame dessa solução, que não se deu, em parte devido ao falecimento de Jorge Chaves.

Algum tempo mais tarde, o interesse que mostrava Maria Thereza Schorer Petrone, assistente da cadeira então sob minha responsabilidade, de História da Civilização Brasileira, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, pelos estudos de história empresarial, surgidos, sobretudo nos Estados Unidos, desde a fundação, em Harvard, do Research Center in Entrepreneurial History, preparados por Arthur H. Cole com a ajuda de Schumpeter, Gershenkron e outros, levou-me a pensar de novo no assunto. A curiosidade e a capacidade reveladas por minha auxiliar para os estudos de história econômica que iniciou em São Paulo e desenvolveu em Munique, pareciam proporcionar

bom meio de utilização dos papéis do barão na tese de doutoramento que devia preparar. Tanto mais quanto me cabia, por dever de ofício, orientá-la nessa etapa de sua carreira universitária. Aceito de bom grado, meu alvitre teve entretanto de ser abandonado. O dono dos papéis legou-os em testamento ao Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo e, como estivessem os bens ainda em inventário, não era possível consultá-los no momento, de sorte que a doutoranda passou a outro tema, o da atividade econômica responsável por uma profunda transformação da lavoura paulista, que permitiu a formação de uma infra-estrutura para a implantação dos cafezais do Oeste. O resultado foi a obra verdadeiramente pioneira que dedicou à *Lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*, e que lhe permitiu conquistar brilhantemente o doutorado.

Só quando já estava para concluir a elaboração da tese chegaram finalmente a seu destino os papéis do barão de Iguape. Entre as múltiplas atividades a que este se dedicou ao regressar, em 1816, do sertão da Bahia, após refazer ali o cabedal que havia perdido nas minas de Cuiabá e de Goiás, dificilmente faltariam os negócios do açúcar, agora em franca expansão na capitania. De fato, assim como Prado passara de arrematante de impostos (subsídio literário, sisas, meias sisas, dízimos de Curitiba, Lajes, S. José dos Pinhais), especialmente dos impostos sobre os animais em trânsito para Sorocaba para o comércio de gado, onde teve como sócio outro homem de negócios, nascido no Rio Grande do Sul, mas estabelecido em São Paulo, João da Silva Machado, futuro barão de Antonina, também de negociante de açúcar passou, por algum tempo, a lavrador de açúcar e “engenheiro”, que é como se designavam, em São Paulo, os senhores de engenho. Foi esta, no entanto, uma experiência à margem das suas outras atividades, e durou poucos anos. Prestava-se, contudo, à elaboração de um “estudo de caso” a ser anexado à tese, e assim foi feito. O estudo não está reproduzido no livro que dessa tese resultou e que a DIFEL editou em 1968, mas foi impresso nos n.ºs 73, 76 (1968) e 79 (1969) da *Revista de História*.

A atuação do personagem principal deste livro num meio ainda mofino como o de São Paulo, pelo ano de 1816 — ele mesmo se dizia saudoso dos negócios de algodão a que se dedicara na Bahia, e confessava: “aqui não há em que se ganhe dinheiro” — é das que ajudam a desmontar o mito obstinado da avassaladora preeminência agrária na formação brasileira. À custa de um esforço continuado, de um raciocínio sempre alerta,

da intuição certa — um descendente dele fala em sua “esper-teza e vivacidade” — e não menos do conhecimento da boa regra mercantil, especialmente da escrituração em partidas dobradas, que desde a era pombalina passava por ser a pedra de toque por onde se distingue o negociante de grosso trato do simples “mer-cador”, que vende a varejo de mão a mão e usa o côvado ou a vara, pode-se dizer que foi filho do próprio trabalho. Começou em São Paulo como começaram alguns dos homens mais abasta-dos do lugar, ou seja, como arrematante de contratos de cobrança de impostos, continuou como negociante de açúcar, animais e variados gêneros, foi momentaneamente senhor de engenho em Jundiá e, finalmente, banqueiro.

A parte que teve nos sucessos da Independência não seria totalmente inseparável de sua vida econômica ativa. Também seu tio, o brigadeiro Jordão, que com ele preparou, em São Paulo, a hospedagem a D. Pedro, era negociante de fazendas e pessoa de muitos haveres. Foi mesmo um dos dois vogais pelo comércio na Junta do governo provisório da província, surgida do levante de junho de 1821 e referendada pelo Regente. Em realidade, a jorna-da que trouxe D. Pedro a S. Paulo, levando-o à proclamação da Independência, foi provocada por um grave dissídio surgido entre os membros da Junta, que redundou na chamada “Bernarda” de Francisco Inácio, a 23 de maio de 1822. Francisco Inácio de Sousa Queirós, cabeça do motim, era o outro vogal pelo comércio e colocava-se com esse gesto em campo oposto ao do brigadeiro Jordão, seu colega. Herdara do pai, Francisco Antônio de Sousa, entre outros bens, seu negócio de fazendas secas, com sede no nº 35 da rua Direita, o que lhe permitira matricular-se, em 1813, como negociante do grosso na Real Junta de Comércio do Rio de Janeiro.

A origem da “Bernarda” prende-se à desafeição existente entre a maior parte dos homens do governo da província e os Andradas, e seu remate foi a destituição e expulsão de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que imediatamente teve a solida-riedade do brigadeiro Jordão, igualmente deposto. O motim foi vivamente reprovado então por D. Pedro que, chegado Martim Francisco à Corte do Rio de Janeiro, o nomeou ministro da Fa-zenda do governo em que José Bonifácio ocupava já a pasta do Reino e de Estrangeiros, ao mesmo tempo em que mandou substi-tuir a Junta de São Paulo e ordenou devassa sobre os aconteci-mentos de maio. Embora não faltasse quem nestes visse uma reação absolutista, o mais provável é que tenham sido suscitados por

malquerenças e ciúmes pessoais. Quando muito poderia prender-se a dissensões entre o chamado “partido português” e os brasileiros, ligados aos Andradas, e com os quais D. Pedro andava agora de mãos dadas. Sucede apenas que a atitude das Cortes, ainda que liberal em Portugal, era prepotente no trato das coisas do Brasil, e aos brasileiros não parecia difícil confundir prepotência com absolutismo.

Para o coronel Prado, paulista, filho e neto de paulistas, que então se liga à facção andradina, o trato mercantil não significaria assim desinteresse pela vida política. Política e negócios andam constantemente ligados ao senso do oportuno, que pode requerer certa versatilidade. Assim, o andradista de 1822 se tornará federalista, quer dizer, radical, em 1832, e conservador, em 1842. Conservador como seu sócio João da Silva Machado, o que, aliás, não é de admirar, mas também como Costa Carvalho, agora barão e enfim marquês de Monte Alegre, o que já é admirável, por se tratar de antigo parcial de Francisco Inácio, de quem se tornou contraparente. No outro lado, o lado liberal, milita grande parte da parentela de Francisco Inácio e, morto que já era José Bonifácio, seus irmãos Antônio Carlos e o próprio Martim Francisco, alvo dos ódios da bernarda 20 anos antes.

O entrelace de política e negócios é freqüente, aliás, no Brasil, e se torna visível já no Primeiro Reinado. Para começar, os mesmos Andradas vinculam-se ao comércio por intermédio do pai, Bonifácio José, que nos Maços de População da Vila de Santos se registra modestamente como “mercador”, nome ligado a um exercício que, segundo a praxe lusitana, derroga a nobreza, mesmo a quem a tenha de nascença. Pouco importa que o avô, José Ribeiro de Andrada, tivesse sido magistrado e que o mesmo Bonifácio José fosse pessoa abastada, de abastança que aparentemente adquiriu, como outros paulistas do tempo, no comércio de Cuiabá. Também importa pouco o poder gloriar-se de algum avoengo fidalgo: o mesmo acontecia a um sem-número de indivíduos que, nem por isso, deixavam de ser de “segunda condição”. É sabido como Antônio Carlos, ao depor perante os juizes da alçada, se defendeu da parte que teve na república pernambucana de 1817, aludindo à “ordem da nobreza a que pertencia”. Ditas embora sob coação, essas expressões não indicam uma pretensão injustificável do antigo ouvidor de Olinda, dado que em Portugal o grau acadêmico era suficiente para nobilitar. Para alguns entendia-se isto especialmente como os “doutores lentes”, mas a última palavra a respeito deu-a o conhecido praxista Luís da Silva Perei-

ra Oliveira, em seu tratado da nobreza e fidalguia, publicado em 1804: “basta o grau para brotar o predicado da Nobreza”, diz textualmente. E o grau pode ser de simples licenciado.

Para mostrar a importância do comerciante nos inícios do Brasil independente, já me sucedeu lembrar, em outra ocasião, como até a baronesa de São Salvador de Campos dos Goitacases, baronesa já ao tempo do rei velho, pois teve o título em 1812, figura no corpo do comércio da Corte, com seu estabelecimento de vidros e quinquilharias à rua da Glória, ao mesmo tempo em que é dama da Imperatriz. A mesma baronesa foi, além disso, sogra do intendente-geral de polícia da Corte, falecido pouco antes da Independência, Paulo Fernandes Viana, também pertencente, aliás, ao corpo do comércio. Por esse lado seria avó da futura duquesa de Caxias. Não é sem interesse notar que a futura viscondessa do Rio Branco e a duquesa de Caxias se tratavam habitualmente de primas. O visconde do Rio Branco era filho, aliás, de negociante da Bahia e casou com filha de negociante do Rio de Janeiro. Se Araújo Lima, por exemplo, ou Holanda Cavalcanti vinha da grande lavoura — mas a grande lavoura comercial já não é por definição uma atividade mercantil? —, por conseguinte à “nobreza” da terra, nobreza que a legislação do Reino jamais reconheceu, dado que, segundo os praxistas mais autorizados, a agricultura, mesmo se exercida em solo próprio, não dá nobreza a quem a não tem, nem tira a quem a tem, sendo exercício neutral e indiferente.

Não parece escusado lembrar a importância crescente que os homens saídos do comércio tiveram nas províncias mais prósperas, talvez ainda mais do que no Rio de Janeiro, onde a presença de muitos fidalgos chegados com a Corte portuguesa seria obstáculo ao emprego de arrivistas locais em postos que esses mesmos fidalgos ocupavam ou ambicionavam. Para a Bahia, o assunto foi bem abordado em notável estudo do historiador inglês Russel-Wood, baseado nos livros da Misericórdia do Salvador, onde se mostra como, desde meados do século XVIII, a tradicional eminência conferida à “aristocracia” rural do Recôncavo começa a ser substituída pelos magnatas do comércio urbano, que outrora ocupavam na sociedade uma posição ambígua, quando menos, e insegura. Em Minas Gerais, a ascensão de negociantes e mesmo de simples mercadores e tendeiros se inicia bem cedo, despertando a iracúndia de tradicionalistas tais como o autor das *Cartas chilenas*, que, adverso, embora, ao predomínio da gente de subida linhagem, quer todas as vantagens para a nobreza togada. A

pujança, aliás, da comunidade mercantil é atestada, já em 1734, em testemunhos como o de certa passagem do *Triunfo eucarístico*: “Nesta vila habitam os homens de maior comércio, cujo tráfico e importância excede sem comparação o maior dos maiores de Portugal...”. A partir de depoimentos como esses poder-se-ia melhor avaliar a trama de altos interesses financeiros, que formaria o pano de fundo da Inconfidência Mineira conforme foi lembrado em estudo recente. Em Pernambuco, pertenceram ao comércio, não só o Domingos José Martins do movimento de 1817, como, após o consulado de Luís do Rego — que por sinal casou com filha do visconde do Rio Seco, um dos mais abastados negociantes do Rio de Janeiro — Gervásio Pires Ferreira, primeiro presidente da Junta de governo provisório da província. Este, nascido no Recife e envolvido na sedição de 1817, tinha sua frota de navios que lhe permitia negociar diretamente até com o Extremo Oriente, especialmente Calcutá. Negociante, de pai negociante, fizera matricular dois filhos, Luís e Domingos, como caixeiros de sua casa de negócios a 12 de julho de 1815, segundo pude averiguar nos livros de matrículas de negociantes existentes no Arquivo Nacional.

Em São Paulo, onde não havia condições para negócios tão lucrativos — “aqui não há em que se ganhe dinheiro”, escrevia o coronel Prado em 1817 —, embora não faltassem homens de largas posses, como o brigadeiro Luís Antônio de Sousa, que, nas palavras do sargento-mor Luís D’Alincourt, foi ajudado pela fortuna de modo espantoso — o remédio para os ambiciosos era tentá-los em outras capitâneas. O próprio Luís Antônio, casado com neta de Salvador Jorge Velho (o qual, lavrador em Itu, achando-se muito diminuído de recursos, dirigiu-se, já velho, às novas lavras da capitania de Mato Grosso, em companhia de filhos e genros, e recuperou e multiplicou seus bens), seguiu esse caminho, pois, segundo consta, aumentou os cabedais que angariara como arrematante de contratos de cobrança de impostos no comércio do Cuiabá. Também o futuro barão de Iguape chegara a tentar a fortuna em Mato Grosso e Goiás, mas com o declínio das minas, só conseguiu perder ali o pouco que tinha de seu. Não examinei senão rapidamente arquivo de Goiás reunido hoje no Museu das Bandeiras da antiga capital do Estado, mas, ao estudar o comércio de Cuiabá através dos papéis existentes no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa e na Biblioteca e Arquivo Público de Cuiabá, se não encontrei referência a Antô-

nio da Silva Prado, achei freqüentes notícias de pessoas do mesmo apelido e, sem dúvida, da mesma família.

É o caso do próprio brigadeiro Jordão e do capitão Eleitério da Silva Prado, seus tios, assim como de um primo, Antônio de Queirós Teles (futuro barão de Jundiá) e pelo menos de dois outros parentes próximos que se fixaram no Cuiabá, onde constituíram família e deixaram descendência. Como os negócios a crédito eram de uso amplo naquelas minas e os devedores não tinham, em geral, muita pressa em saldar débitos, quando os saldavam, é de supor que resultariam em grandes lucros para quem se sujeitava a tamanhos riscos. Não raro chegavam a apelar para o poder público no sentido de chamar este à ordem o devedor faltoso. Há uma carta, por exemplo, de Eleutério Prado, tio de Antônio, datada de 1812 e endereçada a Oeynhausen, capitão-general de Mato Grosso antes de ir exercer o mesmo cargo em São Paulo, onde é recomendado seu sobrinho Antônio de Queirós Teles, que levava bestas e cargas para ir dispor nas minas, e onde é pedida ainda a proteção do general para o propósito do dito sobrinho de fazer ali a cobrança de dívidas velhas para com a sua fazenda. No mesmo ano de 1812 vai dirigir-se Luís Antônio de Sousa também a Oeynhausen, com pedido semelhante e, em 1814, com outro. Era antigo o costume, pois que já em 1773 pedia o mercador santista Bonifácio José de Andrada, por intermédio do governador de São Paulo, ao morgado de Mateus, ao capitão-general Luís de Albuquerque, de Mato Grosso, que fizesse pressão sobre seus devedores, pois ainda devia ser embolsado ali da quantia de 1.068\$784. Do que lhe era devido, só tinha recebido, até então, e as dívidas foram contraídas muitos anos antes, o pagamento de 200 oitavas de ouro, equivalentes, no todo, a 300 mil-réis.

Em regra, efetuada uma transação, o comprador dava fiadores para o pagamento a prazo, e os juros da lei sobre o principal, na base de 5% ao ano, começavam a correr depois de uma espera estipulada de antemão, geralmente de um ano às vezes mais, durante a qual a soma não rendia juros. Com todas as facilidades e precauções adotadas, a dilação nos pagamentos era regra, isso quando fosse possível exercer pressão sobre o devedor, que não raro desaparecia sem deixar pista. Entre os problemas de que se queixa Eleutério Prado, em carta a Oeynhausen, há o caso de certo devedor que, apesar de levar carta de abono de pessoa que aparentemente não seria possível desejar mais idônea, deixara passarem-se mais de oito anos sem saldar o compromisso e afinal,

se dirigiu à Bahia, onde ajustou que se poderia fazer ali a cobrança. Mas, na Bahia, onde já se achava, não mudou a situação, e o devedor faltoso, para não pagar o embolso, “tem contado estórias com frívolas desculpas”, mas ficava nisso. Na Bahia, e mais precisamente, no sertão do Caitité, encontrava-se a essa data o futuro barão de Iguape a labutar nos negócios de algodão que o mesmo Eleutério, seu tio, lhe deixaria, assim como ele próprio o deixaria seis anos depois a um irmão, recomendando-lhe que não voltasse a São Paulo antes de formar, seguindo seu exemplo, um pecúlio razoável, que lhe permitisse lançar-se a outros cometimentos em uma província onde nada se poderia começar sem isso. É possível que, em tais condições, o sobrinho Antônio tenha sido incumbido de fazer a cobrança ao mau pagador. Com bom êxito? Só se pode dizer que não lhe faltavam energia, nem lábia, nem habilidade para tanto.

Dos primeiros passos na carreira comercial do personagem de que se trata no presente livro, sabe-se pouco. Do que lhe sucedeu nas andanças por Mato Grosso e Goiás nada dizem os papéis aqui estudados e um dos biógrafos informa apenas que nada ganhou nessas capitâneas e tudo perdeu do que levou. Chegou tarde a terras que já se tinham cansado de dar ouro e não davam mais nada. Dos seus tratos na Bahia o que se sabe está, resumidamente, embora, nesta obra Sabe-se, por exemplo, que negociava com fustão, cambrainhas, morins, meadas de lã, lenços de cassa, baetas, chitas, linha, às vezes tabaco, açúcar, papel, vinhos, pregos, milho, farinha, sabão do reino. As contas eram pagas ora em dinheiro, ora em espécie (toucinho, cavalos, azeite, frangos, cargas de sal e outras mercadorias). Antes de embarcar para São Paulo, durante os cinco meses que permaneceu em Salvador, a comprar objetos que lhe servissem para a casa que ia montar, não perdia tempo, pois cuidava de ir comprando algodão, que pagava à vista, para depois vendê-lo a crédito.

Resta sempre a questão de saber-se como, em meia dúzia de anos, lhe teria sido possível amealhar, com sua loja seretaneja, um pecúlio que não devia ser tão curto, já que pôde desenvolvê-lo ao ponto de tornar-se rapidamente um dos grandes capitalistas de sua terra. No livro de Maria Thereza Schorer Petrone a questão fica sem resposta, e no acervo que utilizou é pouco o espaço que ocupam os negócios de Caitité, sobretudo se comparados às transações feitas em S. Paulo e no Sul. Tamanhas são estas e de tal variedade que, pretender abordá-las em sua totalidade, seria correr o risco de cair num emaranhado de motivos heterogêneos.

A autora preferiu, em tais condições, o tratamento monográfico, e concentrou-se então sobre um tema isolado como o da tributação e comércio do gado que, não obstante sua importância para a vida econômica de São Paulo e do Brasil, ainda continua mal conhecido. Não creio, entretanto, que fosse preciso ultrapassar os limites dessa monografia para dar idéia da figura central da obra, do mecanismo de seus negócios e dos métodos de que se valeu para tornar mais produtiva uma atividade que, iniciada ainda na era colonial, se prolonga durante meio século e mais depois da Independência. Visto desse prisma, esse é, de qualquer modo, um esforço exemplar no gênero e é uma contribuição que estava fazendo falta para a melhor inteligência de certos aspectos da História do Brasil, freqüentemente obscurecidos pela atenção absorvente que se tem dado a fenômenos, tais como “sociedade patriarcal”, “feudalismo”, lavoura latifundiária e pela obstinada cegueira diante da marca do capitalismo internacional que esteve presente na formação brasileira desde os inícios.

O barão de Iguape foi comerciante a vida toda e não quis ser outra coisa. Nem os poucos anos em que procurou fazer-se dono de engenho representam verdadeiramente um hiato em sua grande vocação, que foi a de homem de negócios. Vocação que tem um passado longo no Brasil, e que em Portugal os próprios reis não desprezaram. O historiador Charles R. Boxer, ao mostrar como o império português sempre foi essencialmente comercial e marítimo, apesar da capa militar e clerical, aponta, a propósito, para o pomposo título que escolheu D. Manuel — “Venturoso” para os súditos, simplesmente *le Roi-Épiciet* para Francisco I —, título orgulhosamente mantido entre seus sucessores, mesmo quando deixa de ter qualquer significado: Senhor . . . do Comércio da Índia, Etiópia, Arábia, Pérsia. . . Parece-lhe difícil imaginar qualquer outro monarca europeu que mencionasse o comércio entre seus títulos. Poderia lembrar, ainda, como o Dante, com uma severidade bem estranhável em um filho de Florença, a terra clássica dos mercadores e banqueiros, não hesitou em meter no Inferno el-rei D. Diniz *que di Portogallo* que os portugueses chamam “Lavrador”, porque, segundo explicava o *Ottimo commento* de Pietro Alighieri, seria muito dado a adquirir haveres e teria tratos de moeda com todos os financistas de seu Reino. Os historiadores, porém, não costumam ser tão implacáveis para com o filho de D. Afonso III.

SÉRGIO BUARQUE DE HOLLANDA

I

INTRODUÇÃO

Na historiografia moderna tem-se dado crescente importância à documentação particular, já que permite com mais facilidade a reconstrução de certos aspectos do passado. Papéis de proveniência particular são imprescindíveis na História Econômica, para o conhecimento de pormenores de certas atividades ou de seu mecanismo, que uma documentação de origem oficial jamais poderia revelar; ainda mais que atualmente o historiador percebe quão necessários se fazem, para o exato conhecimento das grandes diretrizes da evolução econômica ou social de determinada área, os estudos monográficos sobre as várias atividades — e seus atores — que compõem a realidade mais ampla. Assim, os papéis deixados pelo comerciante Antônio da Silva Prado (1788-1875), nos quais registrou suas atividades, constituem fonte inestimável para a História Econômica de São Paulo ⁽¹⁾.

O acervo Antônio da Silva Prado, conservado no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, abrange contas correntes, diário geral e correspondência desde 1810 até 1875, e constitui riquíssimo manancial de informações para a reconstrução de alguns aspectos da vida econômica de São Paulo. Jorge Pacheco Chaves observa que essa coleção “testemunha a faina duríssima, a esperteza e vivacidade do personagem. De sua leitura surge todo um complexo de vida, fascinante para o curioso, em que se entremesam dados sobre negócios de compra e venda, de escambo e de banco, que levanta um pouco a cortina do esquecimento sobre uma vida econômica ativa”... ⁽²⁾.*

Esses papéis contêm, relativamente ao período 1818-1829, informações de grande interesse no tocante à arrecadação de impostos sobre o gado que passava por Sorocaba e ao comércio de reses e bestas. Como o último gira em torno de Sorocaba, a documentação em questão também elucida alguns aspectos do mecanismo da famosa feira realizada aí.

* Para facilitar a leitura, a ortografia das citações foi atualizada.

Na História Econômica, diversas forças têm que ser levadas em consideração: fatores geográficos, técnicos, condições demográficas, leis econômicas, desenvolvimento e formação de preços, enfim, as estruturas e a conjuntura. Todas essas forças influem ou não no sucesso do indivíduo e nas suas tomadas de posição. Depende do trabalho, da dedicação e das decisões do indivíduo o que ele consegue realizar dentro desse quadro que repercuta nas suas atividades.

Este trabalho visa estudar as iniciativas de um indivíduo, no caso, Antônio da Silva Prado, frente a uma conjuntura favorável às atividades que escolheu — o comércio de muare e bovinos e a arrecadação de impostos sobre o gado —, conjuntura essa, determinada por um mercado consumidor de animais de corte e de carga em franca expansão. Sempre que for necessário, as forças acima referidas, que se refletem nas suas iniciativas, serão apontadas.

O interesse em estudar a atuação de Antônio da Silva Prado, futuro barão de Iguape, dentro do quadro econômico da Província de São Paulo, no que diz respeito ao comércio e à tributação de gado chegado do Sul, explica-se pelo fato de o comerciante ocupar lugar de destaque nesse setor, devido ao vulto de seus negócios e por possuir, para seus negócios particulares, parte apreciável do total de animais passados por Sorocaba.

Suas cartas deixam perceber claramente a semelhança entre o mecanismo do comércio de gado em São Paulo, naquela época, e o que ele organizara. De maneira que, no correr do trabalho, notar-se-á constantemente a interpenetração do geral no particular, este último sempre aproveitado para dar não só as características típicas dos negócios de Prado, mas também para ilustrar o geral e, deste modo, torná-lo mais vivo e menos abstrato. Na História Econômica, como é sabido, mais que na Geral, interessa conhecer o particular e único e através dele perceber a possibilidade de generalizações e, quando for o caso, achar regras ou leis que regem certos mecanismos.

Embora a criação de gado e principalmente seu comércio desempenhassem papel de destaque na vida econômica de São Paulo, desde a abertura do caminho para o Sul na quarta década do século XVIII, tais assuntos são pouco conhecidos e a bibliografia, extremamente pobre, é insatisfatória, o mesmo acontecendo no resto do país. Existem poucos estudos sobre a pecuária e o comércio de gado e seu papel na vida econômica brasileira do passado. Inclusive no Arquivo do Estado, raros são os documentos que se referem a essas questões — relativamente à feira de

Sorocaba quase nada se encontra. A bibliografia sobre criação e comércio de gado no Rio Grande do Sul também é extremamente insatisfatória. Portanto, parece de interesse o aproveitamento dos dados fornecidos pelos papéis de Antônio da Silva Prado, porquanto revelam uma série de minúcias sobre assuntos de tão relevante importância para a História de São Paulo e do Centro-Sul do país.

O Livro 3 (Livro do Novo Imposto dos Animais no Registro de Sorocaba, 1820-1822) e o 4 (Livro do Imposto de Guarapuava dos Animais do Registro de Sorocaba, 1820-1823) contêm o registro diário da passagem de animais por Sorocaba. No Livro de lançamento do “novo imposto” dos animais em Sorocaba vê-se uma série de dados bastante sugestivos para se avaliar a importância da corrente de gado vinda do Sul. O Livro registra, segundo as datas, o número de reses, éguas, potros, cavalos e bestas chegados a Sorocaba, fornece subsídios quantitativos e qualificativos do Registro e da feira dessa localidade e permite verificar a oscilação do afluxo de animais no decorrer do ano. Pelo nome e domicílio dos condutores, pode-se observar uma eventual participação proporcional dos mesmos e chegar a alguns resultados relativos à área de sua procedência. Aproveitando os poucos dados sobre a origem dos animais, é possível completar o quadro geográfico do comércio e aquilatar o alcance da influência de Sorocaba.

Os copiadores de cartas — trata-se de cartas escritas aos vários integrantes da organização comercial de Prado —, por sua vez, fornecem dados para reconstituir o sistema de cobrança do “novo imposto” e do imposto de Guarapuava em Sorocaba e, o que parece ser de maior interesse, esclarecer o mecanismo que regia o comércio de muares e de reses, os primeiros vindos principalmente do Rio Grande do Sul e os últimos em geral criados no “continente de Curitiba”, isto é, nos campos do atual Estado do Paraná.

As minúcias sobre o comércio de gado, tão importante para a integração do Brasil Sul com o resto do país, dificilmente poderiam ser conhecidas senão através de uma documentação particular do tipo que Antônio da Silva Prado deixou. Como e onde são comprados os animais, sua viagem ao Norte, problemas de estradas e de invernações, a chegada a Sorocaba, a distribuição, o percurso até o centro consumidor, etc., sem esquecer preços e despesas, tudo pode ser compreendido através desses importantes documentos. Além disso, oferecem bastante interesse as informações relativas à cobrança de taxas sobre animais no registro de Sorocaba, tendo em vista que o costume colonial de efetuar a

arrecadação de impostos por meio de contratos já estava em crise. Prado e seus sócios foram os últimos contratadores do “novo imposto” no registro de Sorocaba, pois a partir de 1826 a Junta da Fazenda encarregou-se de realizar a cobrança.

A falta de informações relativas à cobrança de impostos sobre animais no Registro de Sorocaba e ao comércio de gado bovino e muar na Província de São Paulo justificam plenamente o aproveitamento dos papéis deixados pelo futuro barão de Iguape.

NOTAS

1. A importância da documentação particular em oposição à de proveniência oficial pode inferir-se no seguinte fato, que concerne diretamente o nosso trabalho: O “Mapa de Exportação dos Gados” da vila do Príncipe, atual Lapa, de 1823, refere que os preços dos bois eram de 2\$000, 3\$000 e 4\$000. Todavia, nos papéis deixados por Antônio da Silva Prado vê-se em toda essa década como preço de compra nos Campos Gerais, 6\$000 por rês. O documento dá o valor real pelo qual o produto é negociado de fato, ao passo que no documento oficial encontramos dados voluntariamente avaliados por menos, já que provêm de informantes interessados em ludibriar o fisco. (AE, TC, Maços de população, C. 225). A coleção Antônio da Silva Prado, conservada no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, consta de 27 volumes manuscritos de aproximadamente 300 a 400 páginas cada um. Os títulos dos volumes são os seguintes:

1. Diário da Caixa do Banco do Brasil, 1858.
2. Diário da Caixa dos trocos e rebates desta cidade de São Paulo, 1819-1835
3. Livro do novo Imposto dos animais no Registro de Sorocaba, 1820-1822
4. Livro do imposto de Guarapuava dos animais do Registro de Sorocaba, 1820-1823
5. Recolhimento de Santa Teresa
6. Diário geral de A. S. P., 1820-1825
7. Diário geral de A. S. P., 1825-1830
8. Diário geral de A. S. P., 1835-1838
9. Diário geral de A. S. P., 1842-1850
10. Contas correntes do novo imposto do triênio 1820-1822
11. Contas correntes do novo imposto do triênio 1823-1825
12. Contas correntes de A. S. P. de 1810-1819
13. Livro 1º das contas correntes, 1818-1828
14. Livro 2º das contas correntes, 1827-1835
15. Livro 3º das contas correntes, 1835-1840
16. Livro 4º das contas correntes, 1840-1847
17. Livro 5º das contas correntes, 1846-1852
18. Contas correntes da loja de A. S. P. na Bahia, 1812-1818, e copiador de cartas do barão de Iguape

19. 2º copiadador de cartas, 1818-1821
20. 3º copiadador de cartas, 1821-1822
21. 5º copiadador de cartas, 1825-1829
22. 10º copiadador de cartas, 1850-1856
23. 11º copiadador de cartas, 1856-1861
24. Livro de contas correntes de E. da Silva Prado, 1792-1844; idem, com o barão de Iguape, 1856-1861
25. 2º borrador do barão de Iguape, 1856-1866
26. Diário geral do barão de Iguape, 1850-1857
27. Diário do barão de Iguape, 1870-1873

Para facilitar, citar-se-á nas notas apenas o número do livro, sem repetir o nome "Coleção Antônio da Silva Prado".

2. CHAVES Filho, Jorge Pacheco, "D. Veridiana e o patriarcado paulista", *Colégio*, ano 1, n. 4, p. 74.

II

ANTÔNIO DA SILVA PRADO, COMERCIANTE DE GADO E ARREMATANTE DE IMPOSTOS

Antônio da Silva Prado (1788-1875) iniciou a sua carreira comercial em Mato Grosso, Goiás e, especialmente em Caitité, na Bahia. Nessa última localidade permaneceu de 1810 a 1816, e foi aí que conseguiu reunir cabedais. De volta a São Paulo, empregou-os no comércio do açúcar ⁽¹⁾ e de animais, em empréstimos e na arrematação de contratos de cobrança de rendas públicas. Esteve quase nove anos no “sertão”, assim dizia, fato que deve ter exercido sobre ele a influência de uma verdadeira escola prática de negócios ⁽²⁾.

Em Caitité, ao que parece, negociava principalmente com algodão, que comprava no sertão e remetia a São Félix ou ao Salvador, onde era vendido ⁽³⁾. Pela correspondência que manteve depois de sua volta a São Paulo, com seu irmão residente em Caitité, percebe-se que esses negócios devem ter-lhe proporcionado bons lucros. Além disso, tinha bem sortida loja em Caitité, onde se encontravam armarinhos: fustão de algodão, cambrainhas, morins, meadas de lã, lenços de cassa, baeta, chita, linha, etc. Às vezes, negociava com produtos tais como tabaco, açúcar, papel, vinhos, pregos, milho, farinha, sabão do reino e outros. As contas eram saldadas com dinheiro ou em espécie (toucinho, cavalos, frascos de azeite, frangos ou cargas de sal ou algodão, etc.), o que contribuía para aumentar o volume de seus negócios.

O fato é que Antônio da Silva Prado, futuro barão de Iguape, deve ter reunido em Caitité capitais suficientes para mais tarde tornar-se, empregando-os em São Paulo, um dos homens mais ricos desta Província. Num exame da documentação por ele deixada não se consegue perceber quanto reuniu, mas logo depois de sua volta a São Paulo pôde empreender uma série de negócios que exigiam não pequena inversão de capital. De São Paulo escreve a seu irmão, que permaneceu em Caitité negociando com algodão: “tenho grande saudade do algodão e só não me arrependo de ter saído de lá em razão de ter aqui mais saúde e estar livre das

correções que esgotam o dinheiro dos miseráveis” (4). Em outra ocasião escreve: “aqui não há em que se ganhe dinheiro inda quem o tem e por isso sou de parecer que daí não deve sair sem se achar com meios” (5). Antes de embarcar para São Paulo permaneceu cinco meses em Salvador, “fazendo algum ganho”, comprando algodão a dinheiro e vendendo-o a prazo de 15 dias. Mesmo em anos posteriores, Prado se queixa dos negócios em São Paulo, comparando-os com a pujança dos do sertão baiano. Aliás, a compra em Salvador de uma série de artigos para “uso de sua casa”, tais como pratos e xícaras de louça da Índia, baixelas e talheres de prata, cadeiras de palhinha, garrafas lapidadas etc., comprovam a pobreza do comércio de São Paulo (6).

Durante os primeiros anos em São Paulo, ainda manteve relações bastante freqüentes com o sertão baiano, principalmente por ter deixado seu irmão, Francisco da Silva Prado, encarregado de solucionar os seus negócios. Este, entretanto, parece não ter-se desincumbido a contento da tarefa. Assim, por exemplo, Prado desistiu de mandar uma tropa de bestas em dezembro de 1818 para Caitité, pois o irmão não se aplicava em procurar receber certas somas que lhe eram devidas. A maior parte de sua correspondência com Caitité prende-se à cobrança de dívidas, créditos e letras, às vezes, inclusive, em favor de conhecidos ou amigos residentes em São Paulo. Além disso, envia açúcar a Salvador, encomenda mercadorias na Bahia ou pede o reembolso de despesas efetuadas com seminaristas baianos em São Paulo. Várias vezes pensa em enviar bestas à Bahia. Esses planos, contudo, não se concretizaram. Com o correr dos anos, suas relações com a Bahia tornam-se menos freqüentes, e tomam maior vulto seus negócios em São Paulo.

Um dos interesses de Prado, logo que voltou a São Paulo, gira em torno da arrematação da arrecadação de vários impostos, destacando-se os impostos cobrados sobre o gado em trânsito por Sorocaba: o “novo imposto” e o imposto de Guarapuava. Em fins de 1817, o comerciante e seus sócios Manuel Moreira Lírio e Custódio Moreira Lírio, do Rio de Janeiro, arremataram o contrato da arrecadação do “novo imposto” em São Paulo. O “novo imposto”, criado em 1756, recaía sobre vendas de molhados ou botequins, gêneros de importação nas vilas da marinha e, principalmente, sobre os animais vindos do Sul, que passavam por Sorocaba. Por três triênios consecutivos, a começar em 1817, ele e seus sócios foram os contratadores desse imposto. Prado teve que organizar um sistema de cobrança em toda a Província, especialmente em Sorocaba, onde a arrecadação do “novo imposto”

era a mais difícil devido ao grande número de animais que por aí transitavam. Para isso, mantinha nessa localidade um cobrador de toda confiança. A partir de 1820 Antônio da Silva Prado e seus sócios do Rio de Janeiro tinham a seu cargo a arrecadação do imposto de Guarapuava, cobrado também sobre os animais que passavam por Sorocaba. A arrecadação desses impostos em Sorocaba deve tê-lo familiarizado com o comércio de gado.

Concomitante é o interesse de Prado pela arrecadação do “novo imposto” e do imposto de Guarapuava, e pelo comércio de gado *vacum* e *muar*. A cobrança de outros impostos — *sis*a, *meia sis*a, *banco*, *dízimo* e *subsídio literário*, nos quais também esteve interessado — nos campos do Sul da Província deve ter-lhe mostrado as grandes possibilidades desse comércio. Assim, quando comunica a João da Silva Machado ter arrematado a cobrança do *dízimo* em Curitiba, Lajes e São José dos Pinhais, chama a atenção sobre a grande “necessidade e carestia do gado no Rio de Janeiro”⁽⁷⁾, devendo, portanto, a arrecadação ser *rendosa*, já que com a venda dos animais recebidos em pagamento do imposto se poderia auferir *bons lucros*. À medida que passa o tempo, percebe-se que está sempre mais envolvido no comércio de gado, e tal atividade, graças às cartas conservadas, pode ser estudada até os fins da década de 1820.

As primeiras referências a negócios de gado por parte de A. Prado são de 1817. Enviava pequenas tropas de bestas ou boiadas ao Rio de Janeiro ou servia de intermediário na compra de animais. Pouco depois de ter regressado do sertão baiano, pretendia remeter a seu irmão, em Caitité, 200 bestas, acreditando poder obter *bons lucros*⁽⁸⁾. O momento para tal projeto, entretanto, não era propício devido à Revolução de 1817 em Pernambuco e ao envio de 1.200 bestas a Caitité por parte de outros comerciantes⁽⁹⁾. Há outras referências à intenção de enviar bestas à Bahia, onde havia boas possibilidades de lucro, apesar da distância a ser percorrida. Com o tempo, todavia, o comerciante percebe que para fazer *bons negócios* não lhe era necessário ir tão longe: seu raio de ação podia manter-se entre os Campos Gerais, Sorocaba e Rio de Janeiro.

Naquele tempo, São Paulo ainda constituía um meio econômico acanhado. As oportunidades eram raras e as poucas atividades econômicas giravam em torno do comércio de gado e de açúcar. Pelas suas cartas entende-se que, tendo vindo com capital da Bahia, procurava atividades onde pudesse empregar e fazer render esse dinheiro, havendo constantes referências à falta de oportunidades econômicas em comparação com o sertão baiano.

Pouco a pouco Prado participa ativamente do comércio de gado muar e vacuum. Sua estada em Sorocaba para organizar a cobrança do “novo imposto”, em março de 1818, talvez tenha contribuído para despertar-lhe o interesse por essa atividade. Em fins de 1818 envia 60 bestas ao Rio de Janeiro, onde o preço era muito bom. Pede a Lírio que o ajude a vendê-las a “engenheiros” conhecidos ⁽¹⁰⁾. Será, entretanto, a partir de 1820 que participará intensamente dessa atividade. Em setembro desse ano escreve a João da Silva Machado, tropeiro e bom conhecedor dos campos do sul da Província e do comércio de gado, pedindo-lhe conselhos, “como me é estranho esse negócio” ⁽¹¹⁾.

Pode-se distinguir duas fases nesse comércio de gado: na primeira, predominam os negócios de reses, e na segunda, os de bestas. A mudança de interesse deve ter ocorrido entre os anos de 1822 a 1825, cujos copiadores de cartas infelizmente foram perdidos. O mecanismo dos dois tipos de comércio é bem diferente.

O comércio de reses é dirigido por Prado a partir de São Paulo, indo seu raio de ação desde os Campos Gerais — área produtora — até o Rio de Janeiro — centro consumidor. Tudo é feito por meio de cartas e Prado, funcionando como verdadeiro empresário, raramente entra em contato com vendedores e compradores. Envia emissários aos Campos Gerais para comprar animais diretamente nas fazendas, contrata condutores que acompanham as reses até o Rio de Janeiro e aí, um correspondente se encarrega de vendê-las.

Como se processava o comércio de bovinos naquela época? É interessante conhecer as suas etapas: o comprador dirigia-se às áreas produtoras — o “continente de Curitiba”, no falar dos documentos — comprava os animais e providenciava ou a internada ou a remessa deles para o Norte. As reses podiam ficar internadas ou na área de Faxina — Itapeninga ou nos arredores de Taubaté. Nessa última cidade Antônio da Silva Prado tinha um correspondente que se encarregava ou da internada ou da remessa dos bovinos para o mercado consumidor, ou seja, o Rio de Janeiro. Aí outro correspondente cuidava da venda dos bois.

Prado organizou, primeiro, o comércio com gado vacuum e, a partir deste, penetrou no de muares. Escreve em setembro de 1820 ao sócio Francisco Mariano da Cunha, que se encontrava nos Campos Gerais com a missão de comprar bovinos e o fizera ver a vantagem da “compra de algumas pontas de mulas”. E continua lembrando ao sócio: “. . . achando fazenda que lhe agrade e veja que nos pode fazer conta não deixe também de comprar, pois não devemos escolher qualidade de negócio mas sim aquele que mais interesse nos possa dar” ⁽¹²⁾. Na primeira fase, Prado

comerciava com muares quando se lhe apresentava uma boa oportunidade. Comprava-os nos campos do Paraná, então pertencentes à Província de São Paulo, ou mesmo em Sorocaba, e remetia-os quase sempre às “vilas do Norte”, isto é, o Vale do Paraíba, ou ao Rio de Janeiro. Eram esses negócios realizados sem muito sistema ou planejamento anterior. Assim, por exemplo, em 1820, envia 220 bestas ao Rio de Janeiro de sociedade com João Francisco Vieira. Era este a pessoa encarregada em Taubaté de receber as boiadas que se destinavam ao Rio de Janeiro e providenciar sua invernada ou a sua marcha para o mercado consumidor, como se verá mais tarde. Aparecem ainda notícias de negócios esporádicos, relativos a bestas, feitos com outros sócios. Vai ser, entretanto, em fins de 1824 que organizará seu comércio com muares.

Na segunda fase de seu comércio de gado, baseado quase exclusivamente em muares, Antônio da Silva Prado tem um sócio: João da Silva Machado, futuro barão de Antonina⁽¹³⁾. Influente e grande proprietário nos Campos Gerais, sargento-mor de ordenanças na vila do Príncipe, atual Lapa, Machado dedicou-se com muito interesse ao comércio de gado, além de ser também criador⁽¹⁴⁾. Notabilizou-se, igualmente, pelas expedições que dirigiu para o reconhecimento de áreas desconhecidas, principalmente dos sertões do oeste paranaense. Várias vezes esteve ligado à abertura de estradas ou ao seu melhoramento⁽¹⁵⁾. Nessa sociedade, Machado funcionava como comprador de animais e o futuro barão de Iguape, como vendedor em Sorocaba. O primeiro, morador em Lapa, permanecia quase sempre nos campos do Sul e o segundo dirigia os negócios a partir de São Paulo, deslocando-se para Sorocaba por ocasião da feira, isto é, nos primeiros meses do ano. De gado, Prado pouco entendia. Assim, escreve a Machado, que estava de partida de Sorocaba com destino a Curitiba: “bom será que antes de sua partida trate aí com o Braga para ele se incumbir do manejo das tropas na futura feira, que aí devo estar, justando por um tanto pois eu não tenho inteligência senão para segurar a venda e preço, quanto a pastações e outras providências de que demandar tais negócios não está a meu alcance, como sabe”⁽¹⁶⁾.

Criador, tropeiro, explorador, bom conhecedor de todo o Sul do país, o futuro barão de Antonina era o sócio ideal para Antônio da Silva Prado. Ambos tinham capital suficiente para se lançarem em grandes negócios de animais. Em geral, Machado comprava-os no Sul e encarregava-se de organizar a marcha das bestas para Sorocaba. Prado dirigia a fase final desse comércio: organizava a recepção dos animais em Sorocaba, arranjava compradores, decidia

sobre o preço e as condições de venda. Vez ou outra enviava bestas para serem vendidas em vilas do Vale do Paraíba ou no Rio de Janeiro, mas a maior parte dos negócios era realizada na feira de Sorocaba.

Tratava-se, certamente, de negócios mais ou menos seguros. A procura de animais — bestas e reses — estava em constante ascensão. A economia do Centro-Sul, em rápido progresso devido à expansão dos canaviais e cafezais, tinha necessidade de número sempre crescente de animais de carga, de bestas, portanto. Os bovinos destinavam-se, principalmente, ao abastecimento de carne fresca das populações da região, o Rio de Janeiro funcionando como maior mercado consumidor. Senhores de engenho e cafeicultores fluminenses e paulistas foram os maiores compradores de bestas nesse período pois utilizavam-nas no transporte de seus produtos até os portos de exportação. Além do desenvolvimento econômico que desde fins do século XVIII mudou o aspecto da área, a vinda da família real em 1808 causou transformações radicais no modo de vida dos brasileiros. De nível de vida melhor, mais exigente quanto aos padrões de conforto e de facilidades, o brasileiro dessa área torna-se grande comprador de animais de carga e de corte. Não se deve esquecer o crescimento da cidade do Rio de Janeiro a partir de 1808. Grande parte do comércio de gado bovino de Antônio da Silva Prado destinava-se ao corte nesse centro consumidor. Era constante a procura de animais de corte e de carga, razão por que os negócios desse tipo deviam ser muito lucrativos e seguros. O próprio Prado escreve em 1826 a seu correspondente na Bahia que se tem dedicado mais aos negócios de bestas “por ser mais seguro presentemente que os de barra fora”. Não havia perigo de que um lote de animais ficasse encailhado à espera de compradores, o contrário do que acontecia, por exemplo, com o açúcar paulista, que, às vezes, chegava a estragar no porto do Rio, por não encontrar quem o quisesse comprar.

NOTAS

1. Ver o trabalho de nossa autoria “Um comerciante do Ciclo do Açúcar paulista — Antônio da Silva Prado (1817-1829)”. *Revista de História*, n. 73, 76 e 79.

2. 19, f. 120 v., 31 de julho de 1819.

3. Ao contrário do que acontece nos livros posteriores, os que se referem às contas correntes da Bahia (começo do Livro 12 e uma parte

do Livro 18) são muito desorganizados e confusos, além de apresentarem uma letra quase ilegível, o que dificulta o conhecimento mais profundo das atividades de Prado em Caitité.

Spix e Martius (*Reise in Brasilien*, II, p. 477) afirmam que Caitité era uma cidadezinha “que recentemente ficou muito conhecida devido a seu grande comércio de algodão”.

4. 18, f. 69, 1º de junho de 1817.

5. 18, f. 66, 15 de fevereiro de 1817.

6. 19, f. 282 v., 11 de setembro de 1820; 12, 6 de agosto de 1816.

7. 18, f. 141, 1º de agosto de 1818.

8. 18, f. 66, 1º de fevereiro de 1818.

9. 18, f. 69, 1º de junho de 1817: “A desagradável notícia de Pernambuco fez com que eu deixasse de mandar a tropa”.

10. 18, f. 178, 1º de março de 1818; f. 147, 16 de setembro de 1818; f. 186 v., 9 de março de 1818.

11. 19, f. 283, 11 de setembro de 1820.

12. 19, f. 282, 7 de setembro de 1820.

13. Até fins da década de 1820 Prado conta com Domiciano Zacarias como sócio e emissário nos Campos Gerais para a compra de reses. Em 1820 Prado tentara interessar Machado na compra de bois nos Campos Gerais. Mais tarde ambos realizaram alguns negócios com bovinos mas, sobre essas transações, não existem maiores informações.

14. João da Silva Machado, segundo a “Lista Geral dos Habitantes da Vila do Príncipe” vivia de “seu negócio de compra e venda de animais”. Possuía em 1822 cerca de 20 escravos, o que comprova sua ótima situação econômica, já que raros são os senhores de tantos escravos em terras do atual Paraná (AE, Maços de população da Vila do Príncipe, C. 225). Segundo Saint-Hilaire (*Viagem pela Provincia de São Paulo*, p. 305), a fazenda de Perituva, depois de Itapeva, pertencia, em 1843, a Machado.

15. Em 1820, por exemplo, devia fazer uma expedição com vistas a descobrir o “monte Itaíó e o sertão que segue os Campos Gerais pelos Montes Agudos e suas imediações até a serra de Pucarana” (DI, 37, p. 46, ofícios de Oyenhausen de 9 de dezembro de 1820).

Nas cartas de Prado também há referências às expedições de João da Silva Machado. Em 1821, como seu sócio João da Silva Machado tivesse “saído do Mato” doente, Prado aconselha-o a “deixar-se de semelhantes tentativas”. Apaixonado pelas aventuras no sertão, Machado continua a dedicar-se a explorações. Em 1826 oferece ao governo provincial um plano para “conserto geral ou parcial da Estrada da mata”, que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul. Em 1829, comunica que a estrada da mata estava concluída, tendo-se reduzido para vinte léguas uma distância que antes era de 40 (DI, 86, p. 131, Atas do Conselho de Presidência de 4 de fevereiro de 1826; MHGB, tomo XXXVI, p. 266, Discurso de José Carlos Pereira de Almeida Torres, 1º de dezembro de 1829). Sabia o que significavam para o comércio de gado estradas mais curtas e melhores. Explorou os sertões do Tibagi e do

Paranapanema e ainda na década de 1840 promoveu as explorações para a abertura de uma estrada que uniria São Paulo a Mato Grosso, via Tibagi e Paranapanema (Sousa, João Batista, *Evolução histórica Sul Mato Grosso*, p. 126). Antes de terem organizado a sociedade para o comércio de bestas, aparecem referências a muares pertencentes a Machado, o que mostra que esse já contava com Antônio da Silva Prado para resolver uma ou outra dificuldade na comercialização dos animais.

16. 21, f. 117 v., 14 de março de 1825.

III

O CAMINHO DO SUL E O AFLUXO DE ANIMAIS A SOROCABA

O Sul do Brasil oferecia, graças à existência de campos naturais, condições extremamente favoráveis ao estabelecimento da criação de gado. Os campos do atual Estado do Paraná, então ainda pertencente a São Paulo, e os de Lajes em Santa Catarina, pouco a pouco foram sendo ocupados por fazendeiros, criadores, principalmente de gado vacum e cavalari; os muars, porém, embora também pudessem ser criados aí, tiveram seus principais centros produtores nos campos e nas campinas do Rio Grande do Sul.

A organização do sistema viário que ligava as áreas de criação às consumidoras criou, portanto, uma infra-estrutura necessária para o comércio e foi facilitada — é óbvio — por essas áreas de campos que se sucedem no Brasil Meridional com algumas interrupções e que, de certa forma, são uma continuação das campinas do Rio Grande do Sul e da região Platina. O estudo da organização dessa rede viária e da circulação dos animais criados no Sul do Brasil é imprescindível para a compreensão da comercialização do gado e de seus problemas.

Ligados estreitamente à circulação do gado, os campos oferecem ainda outra função: a de “estação-invernada”. Os campos que se sucedem desde Vacaria no Rio Grande do Sul até Sorocaba fornecem, portanto, condições favoráveis ao estabelecimento de três funções: criação de gado, circulação e estabelecimento de “estações-invernadas”. Assim, nos campos aparecem verdadeiras “estações-invernadas”, onde o gado, quando tem que percorrer grandes distâncias até alcançar os centros consumidores, encontra pastos para descansar, engordar ou simplesmente esperar a época favorável à continuação da marcha. As invernadas nesses campos, principalmente na parte mais setentrional, também funcionam como reguladoras do fluxo de gado, obedecendo às necessidades dos mercados consumidores.

Dentro desse quadro Sorocaba ocupa, graças à sua posição privilegiada no limite setentrional da área de campos, lugar de destaque com relação à circulação de tropas e boiadas, servindo, inclusive, para “estação-invernada”, já que ao norte são mais raras as pastagens. A parada obrigatória das tropas de muares e das boiadas no limite setentrional dos campos para descanso, sem dúvida pode explicar o aparecimento, em Sorocaba, da famosa feira e do Registro destinado a cobrar diversos impostos sobre os animais que por aí transitavam.

Nada mais natural que o aproveitamento das áreas de campos para ligar São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul, área de criação de bestas e de fronteira disputada por espanhóis e portugueses. O caminho do Sul, aberto por volta de 1733, basicamente se aproveitava desses campos, que facilitavam a marcha do gado e podiam funcionar como “estações-invernadas”. Além disso, constituíam uma região favorável à criação de reses e de muares, para os quais se contava com um escoamento seguro.

Não se deve esquecer, entretanto, que o caminho do Sul não percorre somente áreas de campos. No Sul do país os campos alternam-se com matas bastante extensas e suficientemente densas, criando problemas à circulação do gado, já por se tornar difícil a construção e conservação do caminho, já pela inexistência de invernações. Basta lembrar a famosa “estrada da mata”, que, como o nome indica, atravessa a área coberta por matas espessas, entre Curralinho, ao sul de Lapa, e Timbó, ao norte de Lajes. Segundo uma descrição do caminho para o Rio Grande do Sul, de 1811, infere-se a importância das áreas de campos para a marcha do gado: “Todo o mais caminho assim de Santo Antônio da Lapa até Curralinho, como do Timbó até Lajes é composto de campos, restingas e pinheirais soltos e por isso transitável e ainda é melhor das Lajes para diante depois que a necessidade fez abandonar o caminho da esquerda, denominado o caminho de Santo Antônio da Patrulha, que ia ter à Serra do Viamão e seguir o da direita, denominado o Caminho Novo de Vacaria por uma campanha aberta e continuada planície . . .”, havendo apenas pequeno trecho de três léguas de difícil trânsito devido à floresta até chegar às “missões”, como escreve o autor do documento (1).

São Paulo conquistou dentro do quadro brasileiro posição de destaque com relação à “indústria do transporte”, a partir da abertura do caminho do Sul, na quarta década do século XVIII, porquanto constituía passagem obrigatória das bestas criadas no Rio Grande do Sul e das reses dos Campos Gerais que demandavam os centros consumidores do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e, inclusive, de São Paulo.

A interiorização de fortes setores da economia brasileira no século XVIII, com a mineração, primeiro, e, mais tarde, com o renascimento das atividades agrícolas no Rio de Janeiro, em São Paulo e mesmo em Minas Gerais, garantiu a esse gado vindo do Rio Grande do Sul e dos Campos Gerais, um mercado consumidor apreciável. Com o correr do tempo, principalmente depois de 1808, a procura de gado de corte e de carga torna-se sempre maior.

A “indústria de tropas” desempenhou um papel de grande relevância na economia brasileira desde a abertura do caminho para o Sul. Transforma-se em elo de integração do Sul do país na economia colonial brasileira, contribuindo inclusive para assegurar sua posse definitiva ao domínio português. Em parte, também é responsável pelas lutas travadas entre lusos e castelhanos nas margens do Prata desde a criação da Colônia do Sacramento em 1680 e que se prolongariam até o Segundo Reinado.

O governador Melo Castro e Mendonça já percebeu, em 1800, a dependência de outras áreas brasileiras com relação ao comércio de muares realizado na Capitania de São Paulo: “. . . muita gente se ocupa neste negócio, e é um ramo de indústria e de comércio, que esta Capitania oferece a seus habitantes. . .”, “. . . além de ser um dos mananciais das rendas da Capitania, que por esta razão se deve manter, e conservar no melhor pé, e um dos motivos, que em certo modo faz as outras capitanias dependentes desta”. Caio Prado Júnior, referindo-se à importância das tropas de bestas que vinham do Sul, diz que “sem elas, o Brasil teria andado mais devagar que andou” (2).

A abertura dos caminhos, que ligou o Sul produtor de muares aos grandes centros consumidores, realizou-se em várias etapas. Já em 1720 Bartolomeu Pais de Abreu, pedindo uma série de regalias para abrir um caminho desde as campinas do Rio Grande do Sul até São Paulo, mostra as vantagens da integração dessa área com o resto da Colônia: “Toda esta campanha do Rio Grande para diante produz gados vacuns e cavalgadas em muita quantidade, sem mais utilidade para a real coroa de Vossa Majestade que alguma coirama fabricada na mesma Colônia; e se não pode conseguir maiores convergências com a saída destes por falta de caminho por terra” (. . .) “e só terá lugar esta extração abrindo-se caminho pelo interior do sertão, vindo-se do Rio Grande e demandar a comarca desta cidade” (São Paulo) (3). Pouco mais tarde, Cristóvão Pereira de Abreu demonstra uma grande compreensão dos problemas da economia brasileira: “É bem sabido que, por falta de gados, e principalmente de cavalgadas, se não

têm desfrutado mais os grandes, e ricos tesouros, com que a providência divina dotou e enriqueceu nesta América os vastos domínios que S. Majestade nela possui, e que nas poucas que há pelo seu grande valor consomem os vassallos muita parte dos seus caberais” (4). Percebe-se, portanto, que os contemporâneos bem compreenderam a importância da abertura do caminho para o Sul. Realmente foi um trabalho realizado com fins específicos, conhecidos e bem percebidos. Havia mister devassar o sertão existente entre os campos de São Paulo e as campinas e campos do Rio Grande do Sul, fornecedores dos elementos necessários para a “indústria das tropas”, que poderia se tornar negócio altamente rendoso tanto para os colonos como para a Coroa.

Bartolomeu Pais de Abreu, Francisco de Sousa Faria e Cristóvão Pereira de Abreu são os principais nomes ligados à abertura do caminho para o Sul. Após uma série de tentativas, Cristóvão Pereira de Abreu conseguiu, por volta de 1732-1733, trazer a primeira tropa de gado *vacum* e cavalos “das campanhas do Rio Grande pelo Caminho da Serra para a vila de Curitiba”, porquanto uma portaria do conde de Sarzedas de 9 de setembro de 1732 determinava que ele devia ser o primeiro a passar pelo caminho recém-aberto (5). Logo em seguida, o uso dessa nova via de comunicação e a vinda de tropas do Sul tornar-se-iam rotina, caso contrário o escrivão da Câmara de Sorocaba não poderia escrever em 1735 que “os condutores das bestas muares e cavalares que conduzem das campanhas da Laguna e nova Colônia do Sacramento dêem fiança dos direitos reais que deles devem pagar na forma da instrução que se acha nessa vila. Essa fiança darão na vila de Curitiba, nesta e na de Itu e em São Paulo. . .” (6). Foi, portanto, pelo menos a partir da quarta década do século XVIII que o gado *vacum*, muar e cavalos vinha do Sul — por terra — para abastecer áreas centrais em franco desenvolvimento. As áreas desertas ao longo desse caminho foram pouco a pouco sendo povoadas, passando então a gravitar definitivamente em torno dos interesses portugueses, afastando de uma vez os espanhóis.

Os negócios de gado desenvolvem-se cada vez mais e no tempo do Morgado de Mateus já ocupavam um lugar de destaque na economia da Capitania. Escreve o governador em 1769: “O negócio mais limpo que tem esta Capitania de São Paulo, é o dos animais que se vão buscar à Fronteira de Viamão; neste tráfico lucram os que têm dinheiro, e o emprestam, ganham os que vão comprar, utilizam-se os fazendeiros, que povoam a fronteira e nas passagens dos Registros a S. Majestade consideráveis direitos”. O Morgado de Mateus no ano anterior já tinha mostrado a importância do comércio de mulas: “O negócio da passagem dos animais

de Curitiba e Viamão foi o maior que tem havido nesta Capitania, e ao mesmo tempo, o mais útil aos Registros de S. Majestade pelos direitos que neles costumam pagar os animais” (7).

O Morgado de Mateus proibiu a passagem de éguas e de burros pela Capitania de São Paulo a fim de impedir a criação de bestas em Minas Gerais, as quais poderiam concorrer com as que vinham do Sul e, dessa maneira, prejudicar o rendoso comércio, além de desestimular a criação de muares no Rio Grande do Sul. Certa vez, iludindo as ordens do governador, burros tinham sido embarcados em Laguna e levados por via marítima a outros portos e daí aos criadores de Minas. Em outra ocasião o Morgado de Mateus teve notícia da chegada ao Rio de Janeiro de um navio do Reino que trazia “numeroso lote” de burros destinados aos criadores de Minas Gerais. O governador paulista protestou junto ao vice-rei, marquês de Lavradio, lembrando “o quanto o estabelecimento destas fazendas de criação de mulas em Minas é prejudicial a todo o estado em geral”. Sugere que todos os burros achados em Minas Gerais sejam transferidos para Iguatemi ou Guarapuava, que eram áreas de fronteiras onde se necessitava de povoadores (8). Os criadores de cavalos de áreas abastecedoras de Minas Gerais sentiram a concorrência das bestas do Sul. Daí o interesse em se dedicarem também à criação de muares, que tanta aceitação estavam alcançando. O Morgado de Mateus receava que essas tentativas pudessem prejudicar não só os criadores do Sul, como os comerciantes paulistas.

Criação e comércio de gado, entretanto, continuam se desenvolvendo muito bem em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Tanto é que Bernardo José de Lorena, no fim de seu governo, frisou: “Outro grande ramo do comércio desta Capitania é o das bestas, cavalos e bois, que vêm de Viamão” (9). O governador Melo Castro e Mendonça, em sua “Memória”, escrita em 1800, fala na importância da criação de gado vacum, cavalos e muar, “que são na verdade os efeitos que mais geral, e abundantemente fazem, e mantêm o círculo do comércio de São Paulo” (10).

Com a vinda de D. João VI, as transformações da vida material e o crescimento do mercado consumidor, que se processam no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, tornam mais intensa a procura de gado de carga e de corte. Assim são freqüentes as referências a animais que os paulistas deviam fornecer. O caminho do Sul adquire importância cada vez maior, pois está em constante aumento a circulação de homens e animais. Os homens seguem para as guerras do Sul, que se sucedem até 1828, e os animais são encaminhados aos mercados consumidores do Rio de

Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, onde a agricultura, baseada principalmente na cana-de-açúcar e no café, está em franco desenvolvimento. É tal a importância que São Paulo adquiriu na “indústria do transporte”, que Spix e Martius, nos fins da segunda década do século XIX, aconselham a quem quiser viajar pelo Brasil a dirigir-se primeiro a Sorocaba para se abastecer aí de bestas melhores e mais baratas. Da Corte vêm inúmeros pedidos de animais — bestas e cavalos — a serem comprados em São Paulo, ou melhor, em Sorocaba. Assim, por exemplo, o ministro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal escreve em 1818 ao governo de São Paulo que a experiência tem mostrado “que dessa Capitania de São Paulo podem vir para o Serviço das Reais Cavalariças melhores cavalos e parelhas de bestas, e muito mais em conta, sendo ali comprados, do que comprando-se dos que vêm a vender no Rio de Janeiro”. Pedia que na estação apropriada fossem enviadas parelhas para carroças e cavalos ⁽¹¹⁾. Portanto, os campos que se estendem de Sorocaba para o Sul, vão adquirindo uma importância cada vez maior no que se refere à circulação de animais.

Como o fator determinante do traçado do caminho do Sul fossem os campos existentes nessa parte do país, é óbvio que seu roteiro apresentasse poucas modificações no correr do tempo. Assim, salvo pequenas alterações, o caminho assinalado no livro de D. P. Muller, relativo a 1836, corresponde quase totalmente ao descrito por “um prático” em 1773 no que se refere ao traçado na província de São Paulo. Segundo o “Itinerário da Cidade de São Paulo para o Continente de Viamão”, elaborado por “um prático” em 1773 por ordem do Morgado de Mateus, as principais balizas do caminho do Sul eram Sorocaba, Itapetininga, Jaguariáiva, Castro, Carambeí (fazenda Caranviy), travessia do rio Iguaçú, Curralinho, campos de Curitibaanos, campos de Lajes, para, depois da travessia do rio Pelotas, dirigir-se aos campos de Viamão atravessando o rio das Antas e o das Camisas. O percurso assinalado em 1836 por Muller corresponde ao acima citado, as balizas continuando Sorocaba, Itapetininga, Castro ou Curitiba, Lapa. Segundo um mapa elaborado por volta de 1793, o roteiro até Lajes continua o mesmo; havendo a partir daí uma bifurcação: um caminho em direção aos campos de Vacaria e outro mais para Leste, procura atingir os campos de Viamão, correspondendo, portanto, ao descrito pelo “prático”, em 1773. Já foi referido que em 1811 se preferia atingir os campos de Viamão pelo “caminho novo da Vacaria” devido “à campanha aberta e continuada planície”, que facilitava o trânsito dos animais. No mapa incluso nos

Anais da Província de São Pedro, publicados em 1839 por Fernandes Pinheiro, o caminho principal era o que passava por Lajes, registro de Santa Vitória e Vacaria, onde se bifurcava para oeste e para leste para atingir Viamão, local ao qual se ligava o resto do sistema viário do Rio Grande do Sul, não constando o caminho que vinha de Lajes direto a Viamão. A preferência que aos poucos se faz sentir pelo caminho Lajes — Vacaria — Viamão também se explica porquanto oferecia maior facilidade ao trânsito de animais devido à existência de áreas de campos mais extensas ⁽¹²⁾.

Com sua feira e seu Registro, Sorocaba é uma decorrência do caminho do Sul e da circulação de animais. Em 3 de setembro de 1750 criou-se, por patente de Gomes Freire de Andrade, o Registro de Sorocaba, que visava, inicialmente, passar visto nas guias fornecidas em Curitiba, e confiscar os animais que vinham a mais dos notificados. A famosa feira de Sorocaba deve ter aparecido mais ou menos na mesma época, talvez em consequência do estabelecimento do Registro, passagem obrigatória das tropas e boiadas. Sorocaba, graças aos campos que se estendem nas suas proximidades, facilitando, não só o descanso das tropas, como a fiscalização, conseguiu ser escolhida para sede do Registro, vencendo Itu, que no começo também atraía tropas e boiadas ⁽¹³⁾.

Em consequência do Registro, todos os animais procedentes do Sul, destinados ao consumo no Rio, em Minas ou em São Paulo tinham, obrigatoriamente, que passar por Sorocaba. Os números que se podem colher em alguns livros de Registro conservados dão idéia da magnitude da corrente de animais vindos do Sul e permitem dimensionar a importância econômica do caminho do Sul.

Os estudiosos, em geral, chamam a atenção sobre o volume do gado em trânsito por Sorocaba; os dados concretos, entretanto, são poucos e muitas vezes não resistem a um exame mais profundo. Daí o interesse das cifras que se podem colher nos Livros do Novo Imposto e no Livro do Imposto de Guarapuava da coleção Antônio da Silva Prado. O cobrador Dinis registrava diariamente o número de animais e, como se pode perceber pelas cartas, merecia toda confiança do comerciante. Outrossim, o registro de animais nos livros não se destinava ao fisco, já que Prado e seus sócios, como mais adiante se verá, comprometeram-se a pagar à Junta da Fazenda uma soma preestabelecida. O interesse dos contratadores da cobrança desses impostos dirigia-se, portanto, no sentido de procurar abranger o maior número de animais, evitando ao máximo o extravio, pois tudo que excedesse a cifra estabelecida seria lucro. O cobrador, por seu lado, também se interessava em

arrecadar muito, já que seu pagamento era efetuado na base de porcentagem.

Assim, temos para os anos de 1820, 1821 e 1822 a seguinte distribuição de gado chegado a Sorocaba, conforme o Livro do Novo Imposto.

NÚMERO DE ANIMAIS EM TRÂNSITO POR SOROCABA
SEGUNDO O LIVRO DO NOVO IMPOSTO

1820 — Total de animais: 26.539

	bestas	cavalos	éguas	potros	reses	total
<i>janeiro</i>	2.263	371	10	57	597	3.298
<i>fevereiro</i>	1.785	147	4	—	—	1.936
<i>março</i>	1.832	125	7	—	136	2.100
<i>abril</i>	1.738	300	3	2	326	2.369
<i>maio</i>	1.300	332	6	—	29	1.667
<i>junho</i>	266	15	—	—	442	723
<i>julho</i>	158	7	2	18	206	391
<i>agosto</i>	26	9	5	—	104	144
<i>setembro</i>	415	13	21	51	3	503
<i>outubro</i>	981	204	38	112	113	1.448
<i>novembro</i>	1.808	573	1	19	1.645	4.046
<i>dezembro</i>	3.479	762	—	226	3.447	7.914
Total	16.051	2.858	97	485	7.048	26.539

1821 — Total de animais: 23.610

	bestas	cavalos	éguas	potros	reses	total
<i>janeiro</i>	5.106	75	4	24	13	5.222
<i>fevereiro</i>	2.277	147	—	2	27	2.453
<i>março</i>	993	56	3	—	461	1.513
<i>abril</i>	1.290	63	1	—	975	2.329
<i>maio</i>	771	9	1	—	70	851
<i>junho</i>	435	95	5	22	40	597
<i>julho</i>	351	9	5	—	95	460
<i>agosto</i>	30	7	—	—	2	39
<i>setembro</i>	72	13	1	—	389	475
<i>outubro</i>	301	51	1	—	75	428
<i>novembro</i>	1.203	766	—	—	2.450	5.419
<i>dezembro</i>	1.152	628	21	—	2.023	3.824
Total	13.981	1.919	42	48	7.620	23.610

	bestas	cavalos	éguas	potros	reses	total
<i>janeiro</i>	5.200	411	7	—	2.422	8.040
<i>fevereiro</i>	3.873	134	7	—	60	4.074
<i>março</i>	3.920	147	—	—	2	4.069
<i>abril</i>	674	103	6	—	56	839
<i>maio</i>	2.083	143	3	—	340	2.569
<i>junho</i>	309	19	2	—	240	570
<i>julho</i>	173	21	3	—	67	264
<i>agosto</i>	126	2	—	—	26	154
<i>setembro</i>	241	13	—	—	141	395
<i>outubro</i>	550	149	3	2	196	900
<i>novembro</i>	2.324	92	—	—	1.000	3.416
<i>dezembro</i>	1.288	928	15	—	2.953	5.184
Total	20.761	2.162	46	2	7.503	30.474

Essas cifras têm um significado especial, pois não provêm de avaliações mais ou menos improvisadas como acontece com muitos números relativos ao volume da corrente de gado que passava por Sorocaba. Os primeiros dados, mais ou menos dignos de confiança, sobre o número de animais em trânsito por Sorocaba são os da última década do século XVIII, que o governador Melo Castro e Mendonça fornece em sua Memória. Este capitão general registra todos os animais “entrados nesta Capitania vindos do Continente do Sul”, portanto, em trânsito por Sorocaba:

	bestas	cavalos	bois
1793	3.860	2.214	1.886
1794	5.380	3.100	3.492
1795	8.983	2.817	3.063
1796	3.610	1.606	1.662
1797	4.465	2.971	4.485
1798	11.498	4.037	6.654

Os totais acima representam para o período supra uma média anual de 6.300 muares, 2.795 cavalos e 3.540 bois. Segundo o

mesmo governador, em 1801, vieram do “Continente do Sul” 7.053 bestas, 2.148 cavalos, 8 burros e 4.584 bois ⁽¹⁴⁾.

Uma comparação entre as cifras publicadas pelo governador paulista, e a de 5.000 animais citada por Aluísio de Almeida, relativa ao ano de 1733 — época da abertura do caminho para o Sul — leva a crer que existe uma certa impossibilidade de verossimilhança no total mencionado por este último. Ele calcula ser de 5.000 a 20.000 o número de animais que chegavam anualmente a Sorocaba entre 1733 e 1822 ⁽¹⁵⁾. Apoiada em dados fornecidos por esse autor, Myriam Ellis transcreve a seguinte tabela ⁽¹⁶⁾:

1724, 1725, 1726,	provavelmente	1.000	cavalos	por	ano		
1731-1750	teriam	passado	mais	de	2.000	muares	anualmente
1750-1780	”	”	”	”	5.000	”	”
1780-1800	”	”	”	”	10.000	”	”
1826-1845	”	”	”	”	30.000	”	”

Em 1818, Spix e Martius, após sua estada em São Paulo, contam que se avaliava em 30.000 o número de muares chegados do Sul a Sorocaba. Mais ou menos na mesma época, escreve Saint-Hilaire que costumavam chegar até 20.000 muares a Sorocaba, vindos do Rio Grande do Sul, mas que em 1818 foram apenas 18.000. Mas adiante parece contradizer-se, afirmando terem sido introduzidos em São Paulo, nos anos imediatamente anteriores a 1818, 30.000 muares, referindo-se a 20.525 bestas registradas no quadro das finanças de 1813 ⁽¹⁷⁾. Como se vê, as cifras registradas por esses viajantes parecem exageradas quando comparadas com as do Livro do Novo Imposto, devendo tratar-se sempre de avaliações feitas sem muita base documental. Mesmo a sonegação, tão freqüente naqueles tempos, não poderia explicar tais diferenças, pois, ao que parece, os livros de A. S. Prado por certo registram cifras mais ou menos corretas, porquanto não se destinavam ao fisco, como já foi dito.

Infelizmente não é possível lançar mãos das cifras do triênio seguinte, 1823-1825, tendo em vista que Prado vendeu o contrato a Tobias de Aguiar, como se verá mais tarde. No Arquivo do Estado, entretanto, existem os livros posteriores a 1826, quando o “novo imposto” passou a ser cobrado pela Fazenda Nacional ⁽¹⁸⁾. Constam nesses livros as seguintes cifras:

NÚMERO DE ANIMAIS REGISTRADOS NOS LIVROS DA
BARREIRA DE SOROCABA

1826	bestas	cavalos	reses	potros	éguas	total
<i>janeiro</i>	1.637	121	1	—	—	1.759
<i>fevereiro</i>	4.757	273	13	—	—	5.043
<i>março</i>	2.437	306	194	—	—	2.937
<i>abril</i>	1.246	129	850	114	—	2.339
<i>maio</i>	189	61	312	—	—	562
<i>junho</i>	252	41	23	—	—	316
<i>julho</i>	45	26	100	—	1	172
<i>agosto</i>	85	28	36	—	5	154
<i>setembro</i>	77	15	29	—	—	121
<i>outubro</i>	1.049	181	60	—	—	1.290
<i>novembro</i>	1.115	715	2.947	—	—	4.777
<i>dezembro</i>	1.520	1.098	1.866	—	—	4.484
total	14.409	2.994	6.431	114	6	23.954

Total de animais: 23.954

1827	bestas	cavalos	reses	total
<i>janeiro</i>	2.649	214	612	3.475
<i>fevereiro</i>	4.014	278	81	4.373
<i>março</i>	2.441	143	500	3.084
<i>abril</i>	1.308	466	181	1.955
<i>maio</i>	273	87	527	887
<i>junho</i>	103	25	142	270
<i>julho</i>	74	10	9	93
<i>agosto</i>	89	51	2	142
<i>setembro</i>	18	18	—	36
<i>outubro</i>	160	140	100	400
<i>novembro</i>	467	715	1.095	2.277
<i>dezembro</i>	672	1.059	3.694	5.425
total	12.268	3.206	6.943	22.417

Total de animais: 22.417

1828	bestas	cavalos	reses	total
<i>janeiro</i>	1.376	444	7	1.827
<i>fevereiro</i>	3.243	491	28	3.762
<i>março</i>	2.090	346	286	2.722
<i>abril</i>	1.111	267	319	1.697
<i>maio</i>	304	338	5	647
<i>junho</i>	65	181	109	355
<i>julho</i>	35	12	28	75
<i>agosto</i>	32	22	29	83
<i>setembro</i>	9	7	17	33
<i>outubro</i>	126	161	37	324
<i>novembro</i>	347	1.699	1.277	3.323
<i>dezembro</i>	1.276	1.258	3.940	6.474
total	10.014	5.226	6.082	21.322

Total de animais: 21.322

1829	bestas	cavalos	reses	total
<i>janeiro</i>	705	713	247	1.665
<i>fevereiro</i>	1.349	323	20	1.692
<i>março</i>	1.529	582	10	2.121
<i>abril</i>	2.224	776	196	3.196
<i>maio</i>	796	551	263	1.610
<i>junho</i>	11	105	181	297
<i>julho</i>	96	133	38	267
<i>agosto</i>	263	61	35	359
<i>setembro</i>	48	162	13	223
<i>outubro</i>	303	484	10	797
<i>novembro</i>	1.187	1.901	1.183	4.271
<i>dezembro</i>	152	1.609	3.558	5.319
total	8.663	7.400	5.754	21.817

Total de animais: 21.817

Os totais do Livro do Novo Imposto podem também ser comparados com os do Livro do Imposto de Guarapuava. Ambos os impostos, como adiante se verá, foram cobrados por Dinis, e

todos os animais chegados a Sorocaba estavam sujeitos a eles, havendo apenas uma diferença quanto ao pagamento do imposto de Guarapuava entre o gado “crioulo” criado nos campos da Província de São Paulo e o “colônia” procedente do Rio Grande do Sul. Além disso, o ano fiscal da cobrança do imposto de Guarapuava começava em julho.

NÚMERO DE ANIMAIS PELO LIVRO DO IMPOSTO DE
GUARAPUAVA

1820	bestas	cavalos	éguas	potros	reses
<i>julho</i>	24	—	2	—	—
<i>agosto</i>	8	5	5	—	209
<i>setembro</i>	415	6	21	52	3
<i>outubro</i>	1.002	170	38	123	113
<i>novembro</i>	1.595	397	1	176	1.608
<i>dezembro</i>	3.475	665	2	227	3.393
1821					
<i>janeiro</i>	5.518	74	1	23	13
<i>fevereiro</i>	2.276	153	4	3	24
<i>março</i>	994	49	3	—	462
<i>abril</i>	1.274	65	2	—	973
<i>maio</i>	718	15	1	—	109
<i>junho</i>	437	98	4	22	40
total	17.736	1.697	84	626	6.947

Total de animais: 27.091

1821	bestas	cavalos	éguas	potros	reses
<i>julho</i>	351	7	5	—	86
<i>agosto</i>	30	98	—	—	2
<i>setembro</i>	72	11	1	—	389
<i>outubro</i>	303	29	1	—	64
<i>novembro</i>	1.194	736	—	—	3.417
<i>dezembro</i>	1.294	767	21	—	2.018

(Continua)

1822

<i>janeiro</i>	4.201	406	8	2	3.309
<i>fevereiro</i>	2.727	120	3	2	58
<i>março</i>	3.807	154	—	—	2
<i>abril</i>	698	78	6	—	63
<i>maio</i>	2.023	144	3	—	332
<i>junho</i>	372	19	2	—	238
total	17.072	2.569	50	4	9.978

Total de animais: 29.673

1822	bestas	cavalos	éguas	potros	reses
<i>julho</i>	173	21	2	—	26
<i>agosto</i>	126	2	—	—	25
<i>setembro</i>	38	13	—	—	138
<i>outubro</i>	544	194	—	—	198
<i>novembro</i>	2.330	987	—	—	1.005
<i>dezembro</i>	1.273	846	15	4	2.758

1823

<i>janeiro</i>	3.808	184	3	—	51
<i>fevereiro</i>	3.415	78	—	—	180
<i>março</i>	3.153	208	1	—	465
<i>abril</i>	1.914	117	—	—	13
<i>maio</i>	1.355	62	5	—	122
<i>junho</i>	546	29	3	—	10
total	18.675	2.741	29	4	4.991

Total de animais: 26.440

Passaram, pois, por Sorocaba pagando o "Imposto de Guaru-puava":

	1821	1822
bestas	14.461	18.410
cavalos	2.007	2.983
éguas	43	39
potros	48	8
reses	7.595	8.152
total	24.154	29.592

Constata-se, portanto, que as cifras do Livro do Imposto de Guarapuava correspondem, aproximadamente, às lançadas no Livro do Novo Imposto. A pequena diferença se deve talvez a um descuido de Dinis, o cobrador.

Segundo esses totais obtidos nos Livros de Prado pode-se perceber como era importante o comércio do gado vindo do Sul nos primeiros anos da década de 1820. Mais adiante, ver-se-á como funcionava esse comércio, tomando como exemplo as atividades de Antônio da Silva Prado.

A primeira observação a ser feita referir-se-á à queda do número de animais no ano de 1821. Essa diminuição se deve em grande parte à crise provocada pelo regresso de D. João VI para Portugal e aos acontecimentos que a antecederam. Com a volta da Corte, grande quantidade de moedas foi retirada de circulação. O próprio Prado mostra-se alarmado diante da falta de meio circulante, que repercute desfavoravelmente em toda a economia brasileira, especialmente no Rio de Janeiro e nas áreas diretamente dependentes dessa cidade. O comércio de gado sofre tremendamente com as repercussões da falta de moeda. No ano da Independência faz-se sentir um aumento bastante sensível no volume de gado vindo do Sul. Depois que o “novo imposto” passou a ser cobrado pela Fazenda Nacional, as cifras não atingem os níveis do começo da década de 20; mas tal fato se explica pelo desencadear da Guerra Cisplatina, que desorganiza as áreas de produção do “Continente do Sul”.

As tabelas transcritas nas páginas anteriores mostram as variações na corrente de gado conforme a estação do ano. De maneira geral, nos meses de inverno — de junho a setembro — vinham menos animais, enquanto o maior afluxo se verificava nos meses de novembro a março, prolongando-se às vezes até maio, nos meses chuvosos, portanto. Interessante notar que o período de maior afluxo de gado bovino é consideravelmente menor que o das bestas; estas afluem em maior volume entre novembro e março e grande parte das reses chega em novembro e dezembro. O cobrador Dinis tem que se organizar conforme essas oscilações. Prado pede-lhe em maio de 1818 para que cuide da cobrança do “novo imposto” das tavernas, pois “já não há tantas tropas a passarem e por isso tem mais tempo”⁽¹⁹⁾. Outra ocasião, Dinis, querendo viajar para Paranapanema, não obteve licença de Prado, porquanto “devia ter ido em tempo próprio e não agora que já estamos em novembro e começam a passar as boiadas e logo as tropas”⁽²⁰⁾.

As informações disponíveis dão, portanto, os totais de animais que circulavam pelo caminho do Sul e chegavam a Sorocaba. Não se conhece, todavia, o significado econômico dessa corrente de gado e sua importância dentro do quadro da Província ou do Sul do país.

Embora não haja informações específicas sobre o capital empatado nesse comércio, pode-se fazer algumas conjeturas. Como se verá posteriormente, na década de 1820 o preço do boi nas áreas produtoras, isto é, nos Campos Gerais, era de 6\$000, com pequenas variações. Assim, ter-se-á em 1820 um empate de capital de 42:288\$000, em 7.048 reses; em 1821, 7.620 cabeças de gado valiam 45:720\$000 e em 1822 foram empregados 45:018\$000 em 7.053 animais. Mas, por sua vez, o preço das bestas variou muito em Sorocaba nessa época. Com relação aos animais de carga usar-se-á o preço que obtinham na venda em Sorocaba, pois quase não se conta com os das áreas produtoras situadas fora da Província. Pelas cartas de Prado, o preço das bestas, nos primeiros anos da década de 1820, variava de 14\$000 a 20\$000. Em 1820 as 16.051 bestas corresponderiam a um empate de capital entre 244:414\$000 a 321:020\$000; em 1821 os 13.981 mueres valeriam de 195:734\$000 a 279:620\$000; e em 1822, ano em que passou o maior número de bestas — 20.761 —, o valor oscilou de 290:654\$000 a 415:220\$000. Infelizmente não é possível um esclarecimento sobre o preço dos cavalos. O total do provável empate de capital em bestas e reses, que nesses 3 anos perfaziam mais de 90% dos animais passados em Sorocaba, era de:

1820	—	entre	266:702\$000	e	363:308\$000
1821	—	entre	241:454\$000	e	325:340\$000
1822	—	entre	335:669\$000	e	460:235\$000

Por si só essas cifras nada significam, se não puderem ser comparadas com outras que possibilitam dar sua dimensão. Como não existem dados sobre o volume do meio circulante em São Paulo, faz-se mister recorrer a dados relacionados com o Banco do Brasil. No Balanço do Banco, apresentado em março de 1821, consta como Haver em carteira 3.302:730\$000 e em numeração metálica 1.315:439\$000. O capital-ações desse Banco, inicialmente de 1.200:000\$000, elevou-se a 2.400:000\$00 em 1818 e a 3.600:000\$000 em 1824. A circulação do papel-moeda emitido pelo Banco do Brasil era em 1820 de 8.560:450\$000 e de 8.070:920\$000 em 1821, sendo em 1822, de 9.170:920\$000 (21).

Então, deduz-se que o provável capital empatado nos negócios de bestas e reses corresponderia a de 3,1% a 4,1% em 1820 do papel-moeda circulante; em 1821, a porcentagem seria de 2,9% a 4,0% e em 1822 de 3,6% a 5,3%, sem esquecer que havia ainda moedas de prata e cobre em circulação. Embora essas cifras pertençam ao terreno das conjeturas, elas mostram a importância da corrente de gado que passava por Sorocaba dentro do cenário econômico do Brasil. Ainda para efeito de comparação é interessante mencionar a cifra de 578:179\$500, referente ao valor das exportações do porto de Santos em 1821.

Somente para uma atividade produtiva se pode estabelecer — embora também sem precisão — o seu valor. Levando em conta o volume do açúcar exportado por Santos e o preço pelo qual foi vendido por Antônio da Silva Prado nesse porto, o seu valor seria de 447:285\$840 em 1818 e de 564:487\$000 em 1821, esta última cifra estando próxima da citada acima, ou seja, do valor global da exportação. Mesmo comparado com o valor da exportação de açúcar, o do gado que passou por Sorocaba é digno de consideração, ainda mais que para o açúcar foi levado em conta o preço da última etapa da comercialização na Província; todavia para as reses, por exemplo, usou-se o valor nas áreas de produção. Além do mais, trata-se de duas atividades bem distintas, uma com vistas ao mercado externo, portanto, sempre mais lucrativa dentro dos padrões da economia vigente desde os primórdios da colonização, e a outra com objetivo de abastecimento do mercado interno ⁽²²⁾.

Ainda mais significativa é a comparação com o “Quadro demonstrativo do estado financeiro das Províncias” em 1823. A receita de São Paulo era de 279:788\$445, a despesa de 265:174\$889, a dívida ativa de 128:268\$745 e a dívida passiva de 211:473\$432 ⁽²³⁾. Comparadas com essas cifras, as que se referem ao provável valor do gado passado por Sorocaba refletem ainda mais a magnitude desse negócio. Não se deve esquecer, outrossim, que naquela época a moeda tinha lenta circulação provocada pela atrasada infra-estrutura do país, e além disso havia o hábito do entesouramento de moedas, em toda parte, principalmente nas áreas rurais.

Nos anos de 1826 a 1829, nos quais consta o volume de gado chegado a Sorocaba, graças aos Livros conservados no Departamento do Arquivo do Estado, os preços das bestas, conforme as cartas de A. S. Prado, sofreram grandes majorações. Apenas para fazer alguns confrontos e talvez dar a importância econômica dos negócios realizados, será interessante calcular o

valor desses animais. Prado fala em 26\$000 por muar na feira de 1826, o que daria um valor total de 374:634\$000 para os 14.409 muares; as 6.431 reses valeriam 38:586\$000, perfazendo um total de 413:220\$000. O papel-moeda do Banco do Brasil em circulação atingia 13.390:920\$000, não se devendo esquecer, como se verá mais tarde com mais cuidado, que nessa época já se começava a não mais querer aceitar em São Paulo “os bilhetes do Rio”, isto é, o papel emitido pelo Banco do Brasil, devido à sua desvalorização. O total da exportação de Santos em 1826 foi de 718:450\$400. No mesmo ano, o orçamento de São Paulo foi de 197:850\$480 ⁽²⁴⁾, a metade, portanto, do provável valor do gado que passou por Sorocaba.

A previsão da receita da Província para 1827 foi de 295:619\$764 ⁽²⁵⁾, enquanto somente o valor das 12.268 bestas que passaram por Sorocaba variou de 318:968\$000 e 343:504\$000, conforme o preço que oscilou entre 26\$000 e 28\$000. Em 1829, devido às guerras no Sul, o número de animais diminuirá muito. Extraordinária foi a elevação do preço das bestas, pois atingiu 63\$000. Calculando-se em 60\$000 por cabeça, o valor dos 8.669 animais seria de 519:780\$000. Os 5.754 bois valeriam 34:524\$000. Infelizmente não existem dados sobre o preço de cavalos, que nesse ano chegaram em grande quantidade a Sorocaba. Bestas e reses valeriam 554:304\$000, enquanto o papel-moeda circulante do Banco do Brasil, completamente desacreditado, somava 19.714:920\$000 e o valor da exportação pelo porto de Santos chegava a 1.325:819\$800 ⁽²⁶⁾. É interessante ainda referir que entre 1826 e 1829, graças a uma permissão concedida pelo Tesouro Nacional, a Junta da Fazenda de São Paulo introduziu na circulação 228:173\$800 em cobre com o intuito de sanar as dificuldades financeiras da administração da Província e diminuir a falta de moedas de que o comércio paulista tanto se ressentia ⁽²⁷⁾.

Não seriam todas essas considerações suficientemente eloqüentes para provar a incontestável importância econômica do comércio de gado realizado na Província de São Paulo, na terceira década do século passado? O comércio do gado não só tem relevo nos quadros provinciais, mas também nos nacionais. E convém lembrar: trata-se de atividade que interessava aos habitantes de vasta área, desde o Rio Grande do Sul até Minas Gerais e Rio de Janeiro. Interessante seria poder comparar essas cifras com as de outras atividades econômicas da época, inclusive de outras áreas brasileiras, o que infelizmente é impossível devido à inexistência de estudos nesse sentido.

NOTAS

1. AE, TC, Ordem 302, C. 63, 63-2-106.
2. MENDONÇA, Antônio Manuel de Melo Castro e, *Memória econômico-política da Capitania de São Paulo*, AMP, 15, p. 213; PRADO JÚNIOR, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 252. Além das bestas criadas em território brasileiro, vinham também animais contrabandeados de áreas de colonização espanhola, que, por serem mais fortes, eram muito procurados. Não obstante, sempre constituíram minoria.
3. Apud GOULART, José Alípio, *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*, p. 206.
4. Idem, p. 222.
5. DI, 22, p. 7. Para a história da abertura do caminho para o Sul, ver: PINHEIRO, José Feliciano, *Anais da Província de São Pedro*; VARNHAGEN, Francisco Adolfo, *História Geral do Brasil*, vol. IV; ALMEIDA, Aluísio de, "Memória histórica sobre Sorocaba", *Revista de História*, n. 63.
6. AE, TC, 53-22, Ofício de Lourenço da Costa Martins, 13 de fevereiro de 1735.
7. DI, 19, p. 414, Ofício do Morgado de Mateus, 13 de dezembro de 1769; idem, p. 45, 5 de janeiro de 1768.
8. DI, 35, p. 166-169, Ofício de 30 de agosto de 1773.
9. DI, 15, p. 126, Relatório de Lorena a Melo Castro e Mendonça.
10. AMP, 15, p. 202.
11. DI, 36, p. 79, 17 de agosto de 1818.
12. DI, 35, p. 65-68.
- MÜLLER, D. P., *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*; PINHEIRO, José Feliciano Fernandes, *op. cit.*
13. ALMEIDA, Aluísio de, "Memória Histórica...", *Revista de História*, n. 63, p. 116.
14. AMP, 15, p. 247 e p. 77. José Alípio GOULART (*obra citada*, p. 37), fala em 2.380 mulas e mais de 6.000 cavalos que teriam passado em 1751 pelo Registro de Curitiba.
15. ALMEIDA, Aluísio de, *op. cit.*, *Revista de História*, n. 63, p. 115-117.
16. ELLIS, Myriam, "Estudo sobre alguns tipos de transportes no Brasil colonial", *Revista de História*, n. 4, p. 507.
17. SPFX e MARTIUS, *op. cit.*, II, p. 287; SAINT-HILAIRE, A. de, *Viagem pela Província de São Paulo*, p. 252; AIRES DE CASAL, *Corografia brasileira*, I, p. 230, escreve em 1817 que em alguns anos passavam pelo Registro de Curitiba com destino a Sorocaba 30.000 bestas. Interessante é observar que nas listas que ESCHWEGE (*Journal von Brasilien*) obteve sobre a exportação de São Paulo, não constam animais. O próprio Eschwege chama a atenção para o fato. Esse autor inclui uma tabela sobre animais criados em São Paulo: 17.933 reses, 5.330 cavalos e 7.504 muares. Em outra ocasião SPFX e MARTIUS acham que se podia avaliar em 40 a 50.000 as bestas exportadas do Rio Grande do Sul para o Norte (*op. cit.*, I, p. 274).

18. AE, Barreira de Sorocaba, C. 310.
19. 18, f. 110, v., 26 de maio de 1818.
20. 20, f. 118, 6 de novembro de 1821.
21. CALÓGERAS, J. Pandiá, *Política monetária do Brasil*, p. 34-36.
22. *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado*, IV, p. 55-57; PETRONE, Maria Thereza Schorer, *A lavoura canavieira em São Paulo*, p. 156; e "Um comerciante do ciclo do açúcar paulista: Antônio da Silva Prado (1817-1829)", *Revista de História*, n. 76, p. 324 e 326.
23. CARREIRA, Liberato de Castro, *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação*, p. 98. Interessantes, ainda, são as cifras citadas por Spix e Martius para 1814, em que o produto bruto da agricultura de São Paulo era avaliado em 1.000:764\$440 e o da criação em 178:678\$800 (*op. cit.*, I, p. 226).
24. AE, TI, 410, Ofícios diversos de Santos, Mapa de importação e exportação do porto de Santos. Segundo o *Relatório da Comissão Central de Estatística*, 1888, a exportação da Província em 1825 era de 1.288:326\$090 e a importação de 1.515:280\$835, cifras que parecem altas demais. CARREIRA, Liberato de Castro, *op. cit.*, p. 117.
25. AE, TI, Ordem 1570, C.I., Tesouro 1823-1829, Rascunho da previsão das rendas públicas.
26. AE, TI, C. 411, Ofícios diversos de Santos, Mapa de Importação e Exportação do porto de Santos.
27. AE, TI, Ordem 1570, C. I., Tesouro 1823-1829, Relatório da Junta da Fazenda.

IV

AS ÁREAS DE CRIAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE GADO NA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

1. A procedência do gado comercializado na Província de São Paulo

Grande parte das reses que passavam por Sorocaba vinham dos campos do atual Estado do Paraná, os *Campos Gerais* do “Continente de Curitiba”, no falar dos documentos. Outrossim, sabe-se que a maioria das bestas comercializadas em Sorocaba eram criadas no Rio Grande do Sul. Seria interessante conhecer a participação proporcional do gado das diferentes procedências na corrente de animais que transitavam anualmente por Sorocaba e pagavam aí o “novo imposto” e o imposto de Guarapuava. Como houvesse uma diferença no imposto de Guarapuava quanto à origem do gado, como se verá mais tarde, poder-se-ia pensar que os livros contêm dados relativos ao assunto. O Livro do Imposto de Guarapuava, às vezes, faz a diferenciação entre animais “crioulos”, os criados em terras da Província de São Paulo, e “colônias”, procedentes do Rio Grande do Sul, mas, na maioria dos casos, se omite essa especificação.

Tomando como amostra o período julho de 1821-junho 1822, pelo Livro do Imposto de Guarapuava, temos a seguinte distribuição:

1821	Bestas				Cavalos				Reses			
	colô- nias	criou- las	não iden- tificadas	total	colô- nias	criou- los	não iden- tificados	total	colô- nias	criou- las	não iden- tificadas	total
<i>julho</i>	237	—	114	351	2	2	3	7	—	69	17	86
<i>agosto</i>	29	—	1	30	3	94	1	98	—	2	—	2
<i>setembro</i>	49	1	22	72	7	4	—	11	—	388	1	389
<i>outubro</i>	228	—	75	303	26	2	1	29	—	50	14	64
<i>novembro</i>	563	9	622	1.194	110	614	12	736	—	2.954	463	3.417
<i>dezembro</i>	968	68	258	1.294	168	376	223	767	16	1.386	616	2.018
1822												
<i>janeiro</i>	1.668	2	2.531	4.201	157	53	196	406	114	1.588	1.607	3.309
<i>fevereiro</i>	1.551	7	1.169	2.727	66	37	17	120	—	1	57	58
<i>março</i>	715	—	3.092	3.807	12	120	22	154	—	2	—	2
<i>abril</i>	327	1	370	698	12	21	45	78	15	33	15	63
<i>maio</i>	1.431	12	580	2.023	25	105	14	144	—	286	46	332
<i>junho</i>	87	—	285	372	13	1	5	19	—	196	42	238
total	7.653	100	9.119	17.072	601	1.429	539	2.569	145	6.955	2.878	9.978

O Livro do Imposto e de Guarapuava, portanto, confirma o fato de a maioria das bestas ser oriunda do Rio Grande do Sul e a das reses provir dos campos do Paraná, na época, pertencente à Província de São Paulo. É interessante observar que entre os cavalos, embora metade fosse criada nos campos de São Paulo, cerca de um quarto procedia do Rio Grande do Sul. Parece que de vez em quando apareciam em Sorocaba bestas da América espanhola. Segundo Spix e Martius, eram muito procuradas por serem mais fortes, bonitas e maiores, mas vinham em número diminuto e, de resto, tratava-se de contrabando.

A maioria das reses que passava por Sorocaba era comprada diretamente nas fazendas dos campos do sul de São Paulo, ou pessoalmente, pelos comerciantes paulistas, por emissários. Em alguns anos, viam-se tantos compradores a percorrer essa região visitando as fazendas, que Prado, temeroso pelo futuro, escreve: “ficarão desertos os Campos Gerais” (1).

Embora a esmagadora maioria das bestas fosse oriunda do Rio Grande do Sul, como já foi mencionado, a sua aquisição pelos comerciantes que as levavam à feira de Sorocaba, realizava-se nos Campos Gerais, em particular modo nos campos de Curitiba, Lapa e Castro. A comercialização dos muares efetuava-se geralmente mediante uma primeira venda nas áreas de origem, apesar de haver casos em que os próprios criadores gaúchos providenciavam a remessa das tropas até os Campos Gerais. Comerciantes-condutores gaúchos, ou então, o que parece ser mais freqüente, habitantes dos próprios Campos Gerais, serviam de intermediários entre os criadores gaúchos e os comerciantes paulistas, os responsáveis pelos negócios de bestas na feira de Sorocaba. Constituíam-se esta o principal mercado de redistribuição para as áreas consumidoras. Infelizmente não foram encontradas informações sobre essa primeira transação do comércio de bestas realizada com os criadores do Rio Grande do Sul.

O esquema acima valoriza sobremaneira os Campos Gerais, dado que no longo percurso entre o Rio Grande do Sul e Sorocaba se distribuem, nos referidos campos, invernadas de descanso e de engorda. A pausa implícita no uso destas invernadas constituía-se oportunidade para o encontro dos intermediários que traziam as tropas do Sul e os comerciantes especializados nas transações da feira de Sorocaba. Prado, por exemplo, encontrou em fins de 1824, em Lapa, “imensos compradores” que lhe fizeram “grande fogo” (2). Convém ressaltar que nessas ocasiões de confluência de muitos compradores, como o próprio Prado refere, o preço das bestas aumentava muito devido à concorrência.

Além das tropas procedentes do Rio Grande do Sul, os comerciantes paulistas ainda podiam abastecer-se de muares, embora secundariamente, nas fazendas de criar dos Campos Gerais, conforme se pode verificar no quadro acima. É possível, inclusive, que entre as bestas de procedência não identificada, uma parcela fosse criada nos campos do sul de São Paulo.

Eram os Campos Gerais, portanto, aproveitados quer para a criação, como no caso do gado vacum, quer para invernar os animais do Rio Grande do Sul.

Cabe lembrar ainda que no percurso para Sorocaba, em áreas ao norte dos Campos Gerais, a exemplo dos campos próximos ao rio Itararé e em Itapetininga e Itapeva (antiga Faxina), podiam ser encontradas algumas fazendas de criar, embora nelas fossem mais freqüentes as invernadas de engorda e de descanso.

Embora o termo "Campo Gerais" designasse mais especificamente os campos a oeste de Curitiba, em torno de Castro e ao sul do rio Itararé, também era usado como nome genérico. O futuro barão de Iguape escreve indistintamente Campos Gerais e "Continente de Curitiba", quando se refere às regiões onde comprava gado ou para onde enviava seus emissários para tal fim. Referindo-se, entretanto, aos animais disponíveis, fala a um comprador no Rio em gado "invernado na Curitiba e Campos Gerais". Campos Gerais e "Continente de Curitiba" parecem sempre indicar na sua correspondência os campos situados na parte meridional da Província de São Paulo. Aparece também, às vezes, a designação de "Campos Gerais de Curitiba", como se lê numa carta de Arouche de Toledo Rendon, datada de 1812. O padre Chagas Lima e Veloso d'Oliveira igualmente falam em Campos Gerais de Curitiba⁽³⁾.

No "Continente de Curitiba" destacam-se várias áreas, cujas condições ecológicas favoráveis possibilitaram desenvolver uma criação de gado bastante apreciável. São os Campos Gerais, os campos de Curitiba e os de Guarapuava separados por áreas cobertas de matas de araucária. Na época que nos interessa, estavam os campos de Guarapuava ainda em fase de conquista, porquanto a sua ocupação fora iniciada depois de 1809. Nas outras áreas havia povoamento mais antigo e uma importante criação de gado vacum.

Após viajar pelos campos do atual estado do Paraná em 1820, Saint-Hilaire deixou-nos uma belíssima e entusiasmada descrição: "Começam os Campos Gerais à margem esquerda do Itararé... Inegavelmente, são esses campos uma das mais belas regiões por mim percorridas desde que chegara à América. Não

têm eles a planura monótona dos campos de Beauce; nem por isso, entretanto, são as ondulações do terreno tão acentuadas que não permitam divisar-se enormes extensões de pastagens até onde a vista possa alcançar” (. . .) “Inúmeros muares e bovinos pascem no campo, dando vida à paisagem. As raras habitações são bem conservadas e circundadas de modernos pomares de macieiras e pessegueiros” (4). O viajante francês continua descrevendo os campos, os habitantes e seu modo de vida. Segundo esse autor, os habitantes dos campos “quase não possuem outras idéias além das que se relacionam com a criação de gado”.

Nos campos do sul da Capitania de São Paulo tal atividade exercia-se de maneira extensiva em fazendas — não em estâncias como se diz no Rio Grande do Sul — bastante grandes, sendo os rebanhos geralmente apreciáveis. Saint-Hilaire esteve na fazenda de Jaguariaíva, de Luciano Carneiro, onde, afora touros e novilhas, havia cerca de duas mil vacas. Além de bovinos, criavam-se também, embora em escala menor, cavalos e muares. O gado era criado nesses campos, como no resto do país, sem exigir muitos cuidados, a não ser na distribuição regular de sal, que se fazia indispensável. Nas fazendas de gado, não havia muito trabalho, o que explica o pequeno número de escravos existentes nos Campos Gerais.

Interessante é observar que os viajantes pouco se referem à criação de muares tanto no Rio Grande do Sul, como nos campos paranaenses. É o caso, por exemplo, de Saint-Hilaire, que praticamente não menciona a criação de muares, embora descreva pormenorizadamente a criação de gado *vacum* em ambas as áreas e as charqueadas gaúchas. Como acontece com o gado bovino, também o muar, híbrido de cavalo e asno, era criado nas campinas do Rio Grande do Sul sem muitos cuidados. Magalhães, no seu *Almanaque da vila de Porto Alegre*, de 1808, refere-se, quase com desprezo aos muares: “Falei em mulas” (. . .) “porque destas não temos maior necessidade, pela abundância que há na Capitania”. Mais adiante, escreve que do Rio Grande do Sul “podem ir anualmente por São Paulo todos os cavalos e bestas precisas” para abastecer as tropas de milícias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (5). Nicolau Dreys, no fim da quarta década, descreve da seguinte maneira a criação de muares no Rio Grande do Sul: “Os animais muares estão, como o *vacum*, abandonados aos cuidados da natureza; divagam em liberdade nos pastos abertos da estância, até apresentar-se o mercador do Norte, que vem buscá-los para suprir as necessidades do luxo ou do comércio nas regiões destituídas de criações idênti-

cas; e como as mulas não servem no Rio Grande de meio de transporte e são desprezadas pela picaria ou para puxar o caminho da opulência, segue-se que pouco ou nenhum trato se lhes dá, ficando xucas ou bravias até o dia de compra” (6). Apesar de criados sem cuidados, os muares eram muito resistentes. Spix e Martius comparam-nos em tamanho aos cavalos europeus, achando-os mais bonitos que os eqüinos da terra (7).

Conviria acrescentar que a criação de muares no Rio Grande do Sul, além de favorecida pelas condições naturais, foi estimulada direta ou indiretamente por medidas oficiais. Assim, por exemplo, como já se mencionou, durante o governo do Morgado de Mateus fora proibido o trânsito de éguas e burros pela Capitania de São Paulo, a fim de evitar que em outras áreas brasileiras se criassem muares, em detrimento da arrecadação dos impostos em São Paulo e no Rio Grande do Sul, e dos comerciantes paulistas. Por outro lado, a Metrópole também não via com bons olhos o estabelecimento de fazendas de criar em Minas Gerais, já que poderia prejudicar o interesse pela mineração, como se pode ver de um ofício do conde de Valadares, dirigido ao Morgado de Mateus em 1770. A maior preocupação, entretanto, se relaciona com a necessidade de povoar as terras do Rio Grande do Sul. O conde de Valadares chama a atenção para o problema e escreve que “se despovoará a fronteira por não haverem lucros que entretenham os seus habitantes”, caso os muares não encontrem um bom mercado consumidor (8). Vários fatores, portanto, concorreram para impedir a criação de bestas em terras ao norte do rio Iguazu.

Com o correr do tempo, gradativamente desaparecem os motivos que tinham tornado necessárias as medidas no sentido de fomentar a criação de bestas no Rio Grande do Sul. Assim, em 1800 o governador de São Paulo, Melo Castro e Mendonça, podia comunicar a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho que a proibição de criar muares fora do Rio Grande do Sul não tinha mais sentido, pois a área já estava povoada. Por outro lado “a liberdade de transitarem animais fêmeas daquele continente para esta Capitania seria sem dúvida o mais eficaz expediente de se aumentarem as fazendas de criação e por conseqüência povoarem-se por este modo as vastas e extensas campanhas que se acham aquém da mesma vila” (Lajes) “e para a parte do Poente, onde existem os campos de Guarapuava” (9). Parece que só depois da vinda de D. João VI foi que houve liberdade de se criarem bestas nos Campos Gerais (10). Na terceira década do século já era possível encontrar bestas criadas nas fazendas dos Campos Gerais do “Continente de Curitiba”. Em fevereiro de 1827, por

exemplo, Prado refere-se a “avultado número de bestas que me vieram do Sul e Curitiba”, o que parece indicar uma distinção entre animais “colônias” e “crioulos”. João da Silva Machado, em fins de 1828, estava em Castro a fim de comprar algumas tropas de muares criados aí. Em fevereiro de 1825, Prado comprou uma tropa de 359 bestas a Joaquim Ribeiro dos Santos, morador no Registro de Curitiba. Luciano Carneiro Leão, dono da fazenda Jaguariaíva, vendeu a Prado uma tropa de 370 bestas. Nesse último caso trata-se de animais criados aí mesmo, embora em outros casos não se saiba se se trata de bestas criadas no próprio local, ou apenas invernadas, portanto, procedentes do Sul. Francisco Teixeira de Azevedo, cobrador dos dízimos em Castro, também teve que ceder ao comerciante paulista pelo menos a metade dos “cavalos e bestas mansas que houverem pertencentes aos ditos Dízimos”, trata-se, portanto, de muares criados nessa região.

A mais significativa função dos Campos Gerais quanto ao comércio de muares era, entretanto, inverná-los e não criá-los. Os habitantes dos campos do Paraná cedo descobriram que podiam comprar animais provenientes do Rio Grande do Sul e inverná-los em suas fazendas, para, depois de descansados e gordos, revendê-los, obtendo bons lucros. A propósito, Saint-Hilaire faz a seguinte descrição: “Nos excelentes pastos dos Campos Gerais invernam as numerosas tropas de muares que vêm do Rio Grande do Sul” (...). “Essas tropas chegam em fevereiro, após atravessarem, entre Lapa e Lajes, os sertões” (...). “onde emagrecem extraordinariamente, muitas vezes não continuam, de imediato, a viagem, a fim de que os animais repousem até o mês de outubro e só então prosseguem a jornada para Sorocaba”. O mesmo autor, surpreendido com o interesse pelo comércio de gado, escreve ainda: “Homens de todas as condições sociais, operários e lavradores, uma vez adquirido algum dinheiro, vão ao Sul comprar muares xucros para revendê-los em sua própria região ou levá-los a Sorocaba”⁽¹¹⁾.

Infelizmente não são encontradas maiores informações sobre as transações que se realizavam nas áreas de invernadas. Sem dúvida, mereceriam um estudo mais profundo, principalmente para permitir uma maior compreensão da comercialização do gado proveniente do Continente de São Paulo, e que tanta importância teve para o desenvolvimento do Sul e Sudeste do Brasil, além de poder elucidar melhor alguns aspectos da feira de Sorocaba. No começo do século XIX, o governador Melo Castro e Mendonça refere-se em sua “Memória” às etapas da comercialização dos muares vindos do Rio Grande do Sul: “Feita a primeira venda em Curitiba”, depois de entrar na Capitania de São Paulo,

“conduzem-se estes animais à Vila de Sorocaba, e aqui se faz uma espécie de feira, onde se vendem segunda vez”⁽¹²⁾. Lapa, antiga Vila do Príncipe, talvez mais que Curitiba, funcionava como entreposto de bestas, já que se situava nos confins meridionais dos campos do Paraná. Aliás, no pedido para ser elevada a vila em 1806, mostra-se a importância de Lapa como ponto de parada dos condutores de tropas⁽¹³⁾. Um pouco antes, em 1797, um tropeiro referia-se ao povoado de Lapa como sendo “uma passagem geral e freqüente das tropas de animais que se exportam do Rio Grande para São Paulo”⁽¹⁴⁾. No *Anuário político, histórico e estatístico do Brasil*, de 1847, fala-se que o comércio de muares e cavaleares era “considerável na Vila do Príncipe (Lapa) por ser a primeira feira aquém da mata do Registro”⁽¹⁵⁾. Merece destaques o fato de Paula Gomes, autor do *Anuário*, usar a palavra feira para referir-se à transação comercial realizada em Lapa. Convém ressaltar que os estudiosos em geral apenas citam a feira de Sorocaba no Brasil Sul, e que também das cartas de Prado se infere a importância que Lapa desempenhava no comércio de bestas. O próprio Prado esteve aí em fins de 1824, onde se encontrou com Machado, provavelmente para acertar as bases da sociedade e para comprar animais. Nessa localidade, depois de ter adquirido “porção de bestas”, encontrou “imensos compradores”, que lhe fizeram “grande fogo”, como já foi visto. Convém lembrar que João da Silva Machado tinha sua residência em Lapa, de maneira que facilmente podia intervir na compra de bestas e enviar capatazes ao Rio Grande do Sul com a finalidade de buscar muares. Todos os animais comprados em fins de 1824 por Machado eram do Rio Grande do Sul⁽¹⁶⁾.

O gado *vacum* era comprado em toda parte dos Campos Gerais, desde a Vila do Príncipe, atual Lapa, no extremo sul da Província, até Jaguariaíva, na parte mais setentrional da área de campos do “Continente de Curitiba”, ao sul do rio Itararé, funcionando como centro desse comércio a área de Castro. Os “capitalistas” paulistas percorriam todos os campos à procura de rebanho que pudessem comprar, atingindo também Lapa. Prado sempre procurava obter animais em Lapa, por intermédio de Machado, que residia aí⁽¹⁷⁾.

José Félix da Silva, dono da fazenda Fortaleza, situada no caminho entre Itararé e Castro, e um dos mais ricos proprietários de São Paulo, segundo Saint-Hilaire, fornecia animais a Prado, além de ser o intermediário na compra de boiadas. Prado costumava solicitar do fazendeiro que lhe servisse de fiador nas compras de animais realizadas naquela área. Além de fornecer animais

ao comerciante paulista, haja vista os 774 bois que lhe vendeu em dezembro de 1821, emprestava dinheiro aos enviados de Prado. Em 1820, por exemplo, emprestou a Francisco Mariano da Cunha a avultada soma de 8:000\$000⁽¹⁸⁾. Pelo que se pode deduzir dos documentos, tanto Prado como os demais comerciantes de São Paulo conseguiam na área de Jaguariaíva e Fortaleza grande número de reses. Em Jaguariaíva, na parte setentrional dos campos, Prado mantinha correspondência com Luciano Carneiro Lobo, dono de várias fazendas de criar e um dos mais ricos proprietários da região. Suas fazendas de Boa Vista e Jaguariaíva foram visitadas e descritas por Saint-Hilaire. Havia nesta última cerca de duas mil vacas, além de touros e novilhas⁽¹⁹⁾. Em 1826, Domiciano Zacarias, enviado e sócio de Antônio da Silva Prado, ainda compra uma boiada do referido fazendeiro.

Castro, que fora elevada a vila por Bernardo José de Lorenna em 1788, era, sem dúvida, um dos mais importantes centros de criação. Infelizmente, não se podendo contar com dados estatísticos da época, faz-se necessário recorrer aos que Muller fornece em relação a 1836, quando a vila apresenta uma criação de 3.751 cavalos, 485 muares e 12.062 bois, atingindo o total da Província 11.400 cavalos, 2.268 bestas e 35.573 reses. Segundo esse autor, Curitiba produzia 4.184 cabeças de gado vacum em 38 fazendas, enquanto em Castro são enumeradas 37⁽²⁰⁾. Nesse importante centro, Francisco Mariano da Cunha, sócio comprador de Prado, permaneceu bastante tempo. Poucas são, entretanto, as referências aos vendedores. Francisco Mariano da Cunha conseguiu comprar nessa localidade bom número de animais, graças à interferência de Francisco Teixeira de Azevedo, proprietário de fazenda em Carambeí (*Carambihi*), situada a meia légua de Castro, morador nessa vila e cobrador do “novo imposto” e dos dízimos. Prado agradece-lhe os favores prestados ao sócio “que tem obtido a compra dos animais e penso conseguirá maior número visto que os fazendeiros deste lugar atendem às suas rogativas a fim de preferirem o dito nosso amigo Cunha”. Francisco Teixeira de Azevedo, em março de 1821, além de mandar 101 reses para Faxina, ainda encarregou-se da remessa dos animais que Francisco Mariano da Cunha comprara dos outros fazendeiros de Castro. No fim daquele ano Francisco Teixeira de Azevedo ia buscar os bois que lhe couberam por herança em Guaraúna (nas cartas Guraúna), ao sul de Castro, e apartar os melhores para remetê-los a Prado⁽²¹⁾. Ainda em 1829 este mantinha relações com Teixeira de Azevedo relativas à compra de animais.

Curitiba se inclui no rol de importante centro fornecedor de gado bovino. Segundo o Mapa Geral das Fazendas de Criar

do Distrito da Vila de Curitiba, de 1826, existem aí 258 fazendas de criar com 3.951 cavalos, 227 muares e 22.223 reses ⁽²²⁾. Eram as fazendas de gado de Curitiba muito visitadas pelos comerciantes paulistas compradores de reses. Os emissários de Antônio da Silva Prado também compravam gado nessa localidade. Muitas vezes, os animais ficavam internados nos campos da área. Outra localidade fornecedora de gado bovino para Prado era Palmeiras.

Sempre que se oferecia uma oportunidade nos caminhos que percorria, o comerciante paulista ou seu enviado comprava gado. Dessa maneira, em 1820 foram compradas 100 reses do alferes Valeriano, no Capão da Anta, próximo de Itapetinga. Nessa localidade, Oliveira Lima também lhe oferecia gado. Assim sendo, os animais com os quais A. S. Prado negociava eram sempre “crioulos” já que provinham dos campos da Província de São Paulo.

2. Prado e as compras de bestas e reses

Já foi visto onde eram realizadas as compras de reses e muares pelos comerciantes paulistas, inclusive as de Prado. Resta ver, portanto, algo sobre o modo como eram realizadas essas compras pelos comerciantes paulistas e mais especificamente as de Prado.

Debret, descrevendo o abastecimento do Rio de Janeiro relativamente ao gado de corte, mostra que os “capitalistas” paulistas enviavam capatazes aos campos no Sul para comprar animais ⁽²³⁾. Antônio da Silva Prado enquadra-se nessa descrição dada pelo pintor francês. Escolhe pessoas que conhecem a área e o comércio de gado. Para a compra de animais nos Campos Gerais, serve-se de enviados que geralmente são seus sócios. Embora relatasse a seu correspondente no Rio de Janeiro que mandara “diversos enviados” para o Sul a fim de comprarem animais, parece que sempre enviava apenas uma pessoa. Seu primeiro sócio é Francisco Mariano da Cunha, que, em julho de 1820, parte para os campos do atual Estado do Paraná com o objetivo de comprar animais. Entra em contato com os fazendeiros, realiza os negócios, estabelece o preço e a modalidade de pagamento, manda as reses para o Norte e organiza a internada, tudo conforme as ordens que Prado constantemente lhe faz chegar. Este igualmente escreve a diversas pessoas na área apresentando Francisco Mariano da Cunha como sócio e pedindo que o auxiliem nos negócios, inclusive como fiadores nas compras a prazo. O sócio comprador permaneceu até o fim do ano nessa área, e antes de

voltar para São Paulo devia passar pelas invernações e verificar se o gado era bem tratado⁽²⁴⁾. Em meados do ano seguinte a sociedade entre Prado e Francisco Mariano é dissolvida, tendo este último recebido “um tanto pelo seu trabalho”. Em agosto de 1821, Prado envia novo emissário aos Campos Gerais. Trata-se de Domiciano Zacarias, que, pelo menos até 1835, é sócio de Prado nos negócios de gado vacum. Fornecia este o capital, e os compradores — Francisco Mariano da Cunha e Domiciano Zacarias — realizavam o trabalho.

Em capítulo anterior já foi mencionado que, no comércio de bestas, Prado contava com João da Silva Machado como sócio e comprador de muares nos campos do atual Estado do Paraná. Às vezes, este também enviava capatazes ao Rio Grande do Sul para aí comprarem diretamente as bestas. Uma única vez Prado comprou animais; deslocou-se, em fins de 1824, para Lapa, onde se pôs em contato com Machado e então ambos os comerciantes devem ter entrado em entendimento sobre a sociedade. Queriam empatar cada um 32:000\$000, perfazendo um total de 64:000\$000, na compra de bestas. Machado já tinha comprado 2.289 bestas, e Prado, 631, tendo o primeiro despendido 25:443\$500 e o segundo, 29:520\$560, estando incluídos nesta última cifra. 17:862\$000 que Prado enviou para Machado, em Lapa. Nessa sociedade quase sempre era o primeiro que determinava os preços e as condições de venda em Sorocaba e somente uma ou outra vez nota-se certa interferência de Machado na última fase dos negócios. Em geral este se limitava a comprar os muares nos Campos Gerais, seja diretamente dos produtores, seja dos condutores que os traziam do Rio Grande do Sul⁽²⁵⁾.

A maioria dos compradores de muares nas invernações do atual Paraná era procedente da Província de São Paulo, principalmente de Sorocaba e arredores. É o que se deduz dos papéis de Prado. Além desses comerciantes, apareciam também nos Campos Gerais, negociantes ou tropeiros do Vale do Paraíba ou do Rio de Janeiro com a finalidade de esperar a chegada das tropas de muares do Sul do país, para comprar animais. Na correspondência de Prado há referências à gente dessas áreas e mesmo dos Campos de Goitacases, que se dirigia aos campos do atual Estado do Paraná a fim de adquirir muares e levá-los a Sorocaba ou diretamente para as áreas consumidoras.

Tanto muares como bovinos sempre eram comprados em meados do ano, isto é, durante o inverno ou a estação seca. Os comerciantes de bestas, logo após o término da feira de Sorocaba, ou seja, depois de maio, dirigiam-se aos campos do Paraná a fim

de comprar muares a serem vendidos na própria feira. Em determinado ano, por exemplo, João da Silva Machado estivera em Sorocaba durante a feira, no fim da qual se dirigiu imediatamente a Curitiba, não só para comprar bestas, mas também para enviar capatazes ao Rio Grande do Sul. Boiadas e tropas de muares iniciavam sua marcha para o Norte, logo após as primeiras chuvas da primavera, quando os pastos começavam a reverdecer. Às vezes, quando as tropas eram compradas no fim do ano, ficavam invernadas nos pastos dos Campos Gerais, mas só partiam para a feira do ano seguinte. Assim, por exemplo, as 1.200 bestas compradas por Machado em fins de 1828 ficaram invernadas em Fortaleza para só serem vendidas na feira de 1830.

As compras de gado efetuadas por Prado caracterizam-se por verdadeiras tendências monopolistas. Nos primeiros anos depois de seu regresso do sertão baiano, fazia negócios esporádicos com pequenas tropas ou boiadas. A partir de 1820, entretanto, tomou parte mais intensa no comércio do gado. Tencionava participar do comércio de reses, com tendências monopolistas. Escreve a João da Silva Machado, futuro barão de Antonina, propondo-lhe sociedade num negócio rendoso: “Comprarmos desde já todas as boiadas que houverem em Campos Gerais e Curitiba e por nos entregarem no tempo próprio em que se costumam tirar, porque assim nos será fácil vender com avultado lucro àqueles pretendentes que forem procurar”. Uma vez que dispunha de capital suficiente, pretendia comprar todos os animais existentes nos campos do atual Paraná, para depois poder ditar o preço. Como Machado não tivesse entendido o plano, explicava-lhe novamente o seu sócio que seu “interesse é comprar já todas as boiadas que nos forem possíveis, fazendo preço e dando um sinal inda que seja avultado para na ocasião própria de se tirarem tais boiadas, vendermos aos pretendentes que vierem procurar sem que saiam das respectivas fazendas... poderemos obter 1.600 réis de interesse em cada cabeça, e este negócio demanda pressa” (26). Tencionavam empatar nesse negócio cerca de 16:000\$000, soma respeitável na época. Além disso, podia contar com um empréstimo do Banco do Brasil, ou melhor, da Caixa dos Descontos, estabelecida em São Paulo em virtude de alvará de 16 de fevereiro de 1816. Na ocasião a Caixa achava-se abastecida de moeda metálica; como, porém, não houvesse quem pudesse sacá-la, havia a probabilidade de ser devolvida ao Rio de Janeiro (27). Comerciante experiente e percebendo o atraso da Capitania de São Paulo, por falta de capitais, achou conveniente que o numerário reunido fosse usado aqui, para desse modo, incre-

mentar um pouco mais o giro do comércio. Ao mesmo tempo em que pensa monopolizar os negócios do gado das fazendas dos Campos Gerais, informa-se sobre o preço do gado do corte no Rio de Janeiro e lamenta não ter podido comprar as reses do dizimeiro anterior de Castro, Antônio de Oliveira Lima, que teve que ceder 1.000 animais ao açougue de São Paulo ⁽²⁸⁾.

Embora o negócio proposto a João da Silva Machado desse em nada ⁽²⁹⁾, o futuro barão de Iguape continua com idéias monopolistas e procura executá-las. Ao sócio Francisco Mariano da Cunha, que fora aos Campos Gerais comprar animais, escreve em agosto de 1820 que devia adquiri-los mesmo por preço mais alto “para ver se assim conseguimos a compra de tudo que houver nesse Continente”. Em 1821, em carta dirigida ao seu vendedor de gado no Rio de Janeiro, Nuno da Silva Reis, afirma: “penso que este ano o pouco que há em Curitiba e nos termos de seguir é só meu” ⁽³⁰⁾.

Apesar de ter sido abandonada a primitiva idéia de monopolizar todo o gado criado nos Campos Gerais, procura, de qualquer maneira, comprar o maior número possível de animais. Seu agente e sócio tem ordens para tal. Como os negócios, em 1820, prometiam bons lucros, Francisco Mariano da Cunha, seu sócio comprador, encontrou nos Campos Gerais muitos concorrentes. Então, escreve Antônio da Silva Prado que para lá foram mais de 100:0000\$00 em moeda, destinados à compra de boiadas e que “ficarão desertos os Campos Gerais” ⁽³¹⁾. Como de início o sócio não conseguisse realizar muitos negócios, pede-lhe Prado que “compre, inda que mais caro seja, para ver se assim conseguiremos a compra de tudo que houver nesse Continente”. Em outra ocasião, recomenda rapidez ao sócio, pois “aqui se roga o motivo de sua ida a esse Continente”. Em fins de setembro de 1820, Francisco Mariano da Cunha já estava na posse de 3.000 bois, mas seu sócio esperava que conseguisse comprar ainda maior número. Até fins de novembro o número de animais se elevava a perto de 4.000 e Prado achava que Francisco Mariano da Cunha devia continuar, “que assim nos convém por termos entrado em tal negociação, da qual sabe nos deve resultar interesse” ⁽³²⁾.

No ano seguinte, seu enviado tinha recebido ordens para comprar “o quanto fosse possível”, sendo que no fim do ano já falava em 4.000 animais à sua disposição nos Campos Gerais. Tratava-se de número avultado em relação ao pequeno número de cabeças de gado que ainda havia no “Continente de Curitiba”. O pouco que havia e que estava em condição de marchar era só dele, como comunicava Prado ⁽³³⁾. Contar com cerca de 4.000

animais para os negócios, anualmente, representa cifra assaz elevada, mormente tendo em vista que, segundo os Livros do Novo Imposto, passaram por Sorocaba 7.048 reses em 1820 e 7.600 em 1821. Esses dados já são suficientemente eloqüentes para demonstrar o papel que o futuro barão de Iguape ocupou no comércio de gado naqueles anos.

Antônio da Silva Prado e seu sócio também pensam em comprar terneiros “de sobre ano”, desde que o preço fosse vantajoso e houvesse bons pastos disponíveis para inverná-los. Pensavam que, dessa maneira, assegurariam mercadoria a ser comercializada daí a alguns anos. Isso prova que dispunha de capital suficiente e que podia empatá-lo por longo tempo. Além de reses, Francisco Mariano da Cunha também comprou algumas tropas de muares e cavalos. Respondendo a este, que sugerira a compra de mulas, Prado escreve que as comprasse, “pois não devemos escolher a qualidade de negócio, mas sim aquele que mais interesse nos possa dar” (34). Naquela ocasião foram comprados nos Campos Gerais 370 bestas e alguns cavalos. Nessa época, entretanto, as compras de gado muar não são contínuas; obedecem, isso sim, à oportunidade do momento, porquanto o que realmente lhe interessa é o gado bovino.

Quanto ao volume de muares adquiridos anualmente nas invernações dos Campos Gerais, as informações também são escassas. A falta de notícias se deve, certamente, ao fato de João da Silva Machado encarregar-se das compras de bestas. Conhecemos apenas alguns dados sobre o volume dos negócios em Sorocaba, que serão analisados em capítulo posterior.

Qual seria o preço do gado *vacum* no “Continente de Curitiba” e como se efetuava o pagamento? Já foi visto que Antônio da Silva Prado apresenta seus sócios aos amigos dos Campos Gerais e lhes pede que sejam fiadores no caso de compra a prazo. Devido ao seu interesse pelos diversos impostos sobre o gado, Prado devia estar a par dos preços dos animais vigorantes nas fazendas dos campos do sul da Província de São Paulo. Em 1818, falando do lucro que o dízimo poderia dar, afirma que uma rês valia mais que os 1\$000 da estimativa “em razão da grande necessidade e carestia de gado no Rio de Janeiro”. Saint-Hilaire, durante sua viagem, conheceu a comarca de Curitiba em 1820 e narra que por ocasião de sua estada nessa localidade o preço em vigor, era de 5\$000 a 6\$000 para um bom animal. É interessante observar que Eschwege refere-se ao preço médio de 2\$000, por rês criada em São Paulo, em 1813. Na década de 1830, conforme refere Muller, o preço variava entre 20\$000 e

30\$000 por cabeça, sendo, entretanto, em muitas povoações, de 15\$000 o preço médio. O preço mínimo de 10\$000 era encontrado em Curitiba e Castro ⁽³⁵⁾.

Antônio da Silva Prado não se preocupa muito com o preço do gado nas fazendas. Quer muitos animais, pois tinha certeza de lucro. Escreve inclusive a Francisco Mariano da Cunha, para que comprasse animais "inda que mais caro". Pelo que se pode deduzir das cartas, nos Campos Gerais o preço sempre foi de 6\$000 por cabeça durante toda a década de 1820. Ainda em 1828, Domiciano Zacarias compra bois de Francisco Teixeira de Azevedo a 6\$000 cada um ⁽³⁶⁾.

Infelizmente aparecem poucas referências ao preço das bestas nos campos do "Continente de Curitiba", já que Antônio da Silva Prado deixara a seu sócio João da Silva Machado a incumbência de comprar tropas. Ao contrário do que acontece com o preço das reses, o dos muares oscilava muito mais. Em geral se pode notar, no período que nos interessa, uma alta nos preços das bestas, explicável pela crescente procura no mercado consumidor, e pela falta de animais que se vai fazer sentir devido às lutas na fronteira do Sul do país. Em agosto de 1820, Francisco Mariano da Cunha comprou nos Campos Gerais uma tropa de bestas e pagou 15\$000 por cabeça. Em fins de 1824 ou início de 1825, antes do começo da feira de Sorocaba, Machado comprou mais de 2.000 bestas vindas do Rio Grande do Sul por vários preços. Fez uma compra de 1.620 bestas por 15\$000 cada uma, de 254 animais por 14\$000, de 202 por cerca de 26\$025 e 200 bestas por 22\$000, constando ainda uma besta por 30\$000 e 10 sem indicação de preço. No total, empatou 37:595\$100, resultando numa média de 16\$424 por unidade. Na mesma época Prado também comprou animais: 267 bestas por 19\$500 cada, 4 por 17\$000 cada, 2 por 15\$000 e 358 por 20\$300, importando o total em 12:571\$900. A média unitária seria de 21\$519. Já vimos que nessa época ambos os sócios encontraram muitos concorrentes em Lapa. Na realidade o preço das bestas estava em constante ascensão, tanto é que em 1813, segundo Eschwege, o preço por animal criado em São Paulo era de 7\$000, chegando em 1836 a 40\$000 e 60\$000, segundo Muller. O próprio Antônio da Silva Prado comprou em 1835 bestas a 42\$000 ⁽³⁷⁾.

Num país com vias de comunicações precárias, convém verificar como o comerciante sediado em São Paulo conseguia realizar o pagamento dos criadores e dos condutores, seus fornecedores de bestas e reses. As dificuldades para enviar numerário a pontos muito distantes não eram pequenas, ainda mais tendo em conta o peso das moedas de cobre, praticamente o único meio

de pagamento existente na Província. Muitas vezes o comerciante tinha que enviar moedas até os Campos Gerais, como, por exemplo, em setembro de 1828, quando Prado mandou a Machado 6:000\$000 em cobre, para Lapa. Foram as moedas remetidas a Sorocaba e aí os condutores de Machado as buscaram. Em janeiro do ano seguinte o comerciante enviou mais 30 surrões com 6:000\$000 em cobre e 4 surrões com 4:480\$320 em prata para Sorocaba para que fossem enviados com rapidez ao destinatário⁽³⁸⁾. Devido à dificuldade em enviar moedas, o futuro barão de Iguape sugere aos moradores dos Campos Gerais, interessados em trazer dinheiro a São Paulo, que o cedessem a Francisco Teixeira de Azevedo, que ele, Antônio da Silva Prado, lhes forneceria na cidade o numerário correspondente⁽³⁹⁾. Seus sócios, quando se dirigiam para o Sul, também levavam moedas e às vezes tomavam dinheiro emprestado dos grandes fazendeiros. José Félix, por exemplo, o rico fazendeiro, várias vezes atendeu ao pedido dos enviados de Prado. O comerciante ainda lança mão de sua organização arrecadadora de impostos. Os vários cobradores da área — Dinis de Sorocaba, inclusive — têm que intervir constantemente a fim de fornecer os meios necessários para o pagamento dos animais. Certa ocasião, Dinis, cobrador do “novo imposto” em Sorocaba, emprestou 1:800\$000 a Domiciano Zacarias, que estava viajando para o Sul. Francisco Teixeira de Azevedo, cobrador do “novo imposto” em Castro, recebe ordens para aplicar todo dinheiro disponível no pagamento do gado, além de constantemente dar emprestado numerário aos sócios de Prado. Lourenço de Sá, incumbido de receber os dízimos, o imposto do Cubatão de Paranaguá e a arrecadação da vila do Príncipe, igualmente devia fornecer as quantias recebidas a Francisco Teixeira de Azevedo para serem aplicadas na compra de gado. Devedores de Prado também são obrigados a lhe ceder animais, como no caso do dizimeiro de São José dos Pinhais que lhe forneceu 100 bois.

A verificação do capital empatado por Prado na compra do gado *vacum* e *muar* é quase impossível devido à carência de dados. No início de seu comércio de reses pensa em aplicar 16:000\$000, mas não há outras informações sobre o assunto⁽⁴⁰⁾. Ele apenas comunica, meio assustado, a seu sócio, que para os Campos Gerais foram mais de 100:000\$000 pelos compradores de gado, seus concorrentes⁽⁴¹⁾. Como tivessem comprado cerca de 4.000 animais e o preço por cabeça fosse 6\$000, deve ter empatado, em 1820, 24:000\$000. Isso corresponderia, aproximadamente, a um quarto dos 100:000\$000 referidos acima. De qualquer maneira, pode-se concluir que Prado, nessa época, foi des-

tacado comerciante de bovinos, tanto pelo capital empatado, como pelo número de bois comprados. Sobre o capital despendido nos negócios de muares há, igualmente, poucas informações. As mais precisas são as que se referem a fins de 1824, quando os dois sócios já tinham aplicado 54:964\$060 em bestas e outras despesas, tendo Machado investido 25:443\$500 e Prado 29:520\$560. Como cada sócio devesse entrar com 32:000\$000, este pretendia enviar a Machado o restante, bem como a importância já recebida somente em setembro por Domiciano “pois de presente não temos recursos para tanto, porque o gado e cavalos tudo tenho vendido fiado e cobrança não se faz a mais pequena”⁽⁴²⁾. Uma vez que nem todos os animais comprados em fins de 1824 foram vendidos na feira de 1825 e como o dinheiro ainda foi aplicado no decorrer do ano seguinte, pode-se concluir que o capital da sociedade serviu para comprar bestas destinadas a serem vendidas em duas feiras consecutivas.

Além de negociar com bestas, certas ocasiões comprava cavalos, potros ou parelhas de bestas, essas últimas quase sempre para atender a pedidos de amigos do vale do Paraíba ou do Rio de Janeiro. Não se trata de negócios organizados como os de reses e muares. Graças à sua organização comercial, não tinha dificuldades em obtê-los para ser obsequioso a amigos que lhe pediam cavalos e parelhas. Aproveitando a oportunidade de ter um enviado nos campos do Paraná, pede-lhe que compre cavalos andadores, já que estavam dando bom preço no Rio de Janeiro. Recebia também cavalos dos dizimeiros, como é o caso de Francisco Teixeira de Azevedo, dizimeiro de Castro.

Em 1828 solicitava a seu correspondente em Sorocaba, Francisco Ferreira Braga, que lhe enviasse cavalos pastores e éguas para sua fazenda em Carapicuíba, onde queria “meter maior porção de éguas” (...) “onde se têm dado muito bem”. Parece que tencionava iniciar uma criação de muares nessa fazenda, pois, em seguida, fala de um bom pasto à “espera das éguas”⁽⁴³⁾. Em outra ocasião dirige-se ao vigário de Faxina para que lhe compre 20 a 30 potranças para sua fazenda. Em muitos casos Prado serve de intermediário entre os criadores de potros e o comprador. Em 1821, por exemplo, escreve a José Félix da Silva, dono da fazenda Fortaleza, que reserve 150 potros para um freguês de Taubaté.

A compra de parelhas oferecia grandes dificuldades. A partir de 1808, o aparecimento de carruagens tornou-se pouco a pouco mais freqüente nas cidades brasileiras, de maneira que a procura de parelhas estava em constante elevação. Luccock narra como

durante sua estada no Rio de Janeiro aumentou o número de carruagem. Na década de 1820 tornaram-se ainda mais numerosas na capital do Império⁽⁴⁴⁾. Antônio da Silva Prado, apesar de suas ligações com as áreas produtoras de animais, nem sempre encontrou, devido à grande procura, boas parselhas para enviar a seus amigos ou fregueses.

NOTAS

1. DI, f. 288, 21 de setembro de 1820.
2. DI, f. 49 v., 1º de julho de 1825.
3. DI, 15, p. 84, carta de 28 de julho de 1812; "Estado actual da conquista de Guarapuava", in FRANCO, Artur Martins, *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*, p. 264 ss; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, XXX, p. 39.
4. SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Comarca de Curitiba*, p. 20.
5. RIHGB, XXXI, Primeira Parte, p. 45 e 53.
6. DREYS, Nicolau, *Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul*, p. 152.
7. SPLX e MARTIUS, *op. cit.*, I, p. 275.
8. SIMONSEN, Roberto C., *História econômica do Brasil*, I, p. 295.
9. DI, 29, p. 149, Ofício de 11 de janeiro de 1800.
10. OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Veloso de, em sua "Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo" (RIHGB, XXXI, Parte Primeira, p. 39), escrita em 1810, fala no "favor concedido ao Rio Grande de São Pedro e as imposições fiscais a não proibissem em todas as terras aquém do Rio Iguaçu" (...) "agora porém que as idéias do governo são firmadas nos princípios sábios da liberdade e indústria civil, pode se estabelecer uma e outra criação nos sobre-ditos campos..."
11. SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Comarca de Curitiba*, p. 24 e 16.
12. AMP, 15, p. 212. Mais tarde, num relatório do Presidente da Província do Paraná, de 1876, fala-se que os cavalos de Palmas e Guarapuava eram comerciados em certas épocas do ano em Ponta Grossa "e aí se faz uma pequena feira, à qual concorrem compradores de fora da Província" (*apud* BALHANA, Altiva Pillati e MACHADO, *Brasil Pinheiro. Campos Gerais, estruturas agrárias*, p. 14).
13. DI, 4, p. 124, pedido de 26 de fevereiro de 1806.
14. RIHGB, XXI, p. 309.
15. *Apud* BALHANA, Altiva Pillati e MACHADO, *Brasil Pinheiro, Campos Gerais, estruturas agrárias*, p. 34.

16. 21, f. 17 v., 14 de março de 1825. Todos os animais comprados por J. S. Machado eram do Rio Grande do Sul, já que todos — 2.289 — tiveram que pagar o direito de Santa Vitória, cobrados à razão de 1\$400 por cabeça. Os 631 animais comprados por A. S. Prado na mesma época talvez fossem dos Campos Gerais, porquanto na contabilidade não consta o pagamento desse imposto. A Guarda de Santa Vitória fora criada no século anterior, no limite entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, próximo ao rio Pelotas. Todos os animais que saíam do Rio Grande do Sul pagavam um direito em Santa Vitória. Nessa época o Registro de Santa Vitória não mais ficava na fronteira com São Paulo, pois em 1820 o território de Lajes foi desanexado de São Paulo e incorporado à Capitania de Santa Catarina.

17. 20, f. 11, 1º de março de 1821. Interessante é que no Mapa de Exportação dos Gados de 1823 registraram-se apenas 476 bois. Como o preço aí registrado fosse muito baixo — 2\$000, 3\$200 e 4\$000 —, pode-se chegar à conclusão de que a indicação de tão poucos animais foi feita com a finalidade de iludir o fisco (AE, TC, Maços de população da Vila do Príncipe, C. 225).

18. 19, f. 255 v., 12 de julho de 1820.

19. SAINT-HLAIRE, Auguste de, *op. cit.*, p. 17, 42-44. O autor mostra como se realizava a troca de correspondência naquela época entre São Paulo e Curitiba (C. 48), já que não existia um serviço postal organizado. A. S. Prado, muitas vezes, quando tinha pressa de certas informações, mandava um “próprio”, isto é, um enviado especial para levar ou buscar a correspondência nos Campos Gerais.

20. MULLER, D. P., *Ensaio dum quadro estatístico da Província de São Paulo*, p. 127 e 128; segundo Eschwege (*in Journal von Brasilien*, Tab. VI), a produção de gado em São Paulo era de 17.933 cabeças em 1813.

21. 19, f. 293 v., 1º de outubro de 1820; 20, f. 9, 19 de fevereiro de 1821; 20, f. 132, 7 de março de 1821.

22. AE, TC, C. 212. Maços de população de Curitiba. Esses dados diferem bastante dos de MULLER para 1836.

23. DEBRET, Jean Baptiste, *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, p. 202.

24. 19, f. 238 v., 7 de dezembro de 1820; 19, f. 343, 16 de janeiro de 1821. Francisco Mariano da Cunha também é consultado sobre problemas surgidos nas invernações do caminho para o Rio de Janeiro, acabando por se dirigir pessoalmente a Taubaté.

25. 21, f. 117 v., 14 de março de 1825; 21, f. 172, 1º de janeiro de 1827; f. 232 v., 11 de outubro de 1827; f. 246 v., 6 de dezembro de 1827.

26. 19, f. 209 v., 20 de março de 1820.

27. 19, f. 197 v., 21 de fevereiro de 1820; 19 f. 209 v., 21 de março de 1820.

28. 19, f. 208, 17 de março de 1820.

29. A sociedade talvez não tenha podido ser organizada devido a umas acusações feitas a Machado, que, para escapar à ordem de prisão, teve que se refugiar no Rio de Janeiro.

30. 19, f. 277, 30 de agosto de 1820; 20, f. 114, 26 de outubro de 1821. Pouco tempo antes observa-se outra tendência monopolizadora do comerciante: pretendia comprar todo o arroz disponível em Santos para depois revendê-lo aos navios que se dirigiam para o Porto e para Lisboa (20, f. 24, 24 de março de 1821).

31. 19, f. 288, 21 de setembro de 1820.

32. 19, f. 282, 7 de setembro de 1820; 19, f. 274, 22 de agosto de 1820; 19, f. 292, 30 de setembro de 1820; 19, f. 313 v., 16 de novembro de 1820. O enviado devia ainda mais mil bois considerados refugo.

33. 20, f. 134 v., 11 de dezembro de 1821; 20, f. 39 v., 1º de maio de 1821; 20, f. 114, 26 de outubro de 1821.

34. 19, f. 292, 30 de setembro de 1820. Não temos informações sobre o número de animais comprados por fazenda. Sabemos apenas que Francisco Teixeira de Azevedo vendeu 427 bois em janeiro de 1822 (13, 109); 19, f. 272, 7 de setembro de 1820.

35. 18, f. 141 v., 1º de agosto de 1818; SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Comarca de Curitiba*, p. 17-18; ESCHWEGE, W. C. von, *op. cit.*, tabela VI; MULLER, D. P., *op. cit.*, p. 123. Saint-Hilaire também refere que anteriormente, quando ainda vinham reses do Rio Grande do Sul, o preço do boi nos Campos Gerais era de 1\$280.

36. Também em Taubaté o preço era de 6\$000 (20, f. 62, 1º de julho de 1821). Em outubro de 1823 aparece uma referência ao preço de 5\$000 por rês (13, 109). Em setembro de 1825 há referência a 6\$260, em Faxina (21, 74 v.). Em março de 1826, uma rês custava 5\$600 (21, f. 107). No "Mapa de Exportação dos Gados" de Lapa registra-se para 1823 preços bem mais baixos — 2\$000, 3\$200 e 4\$000 — por cabeça, em completo desacordo com as informações dadas pelas cartas de Prado (AR, TC, Maços de População da Vila do Príncipe, C. 225).

37. ESCHWEGE, W. C. von, *op. cit.*, tabela VI; 14, f. 198, conta corrente com Domiciano Zacarias.

38. 21, f. 321, 17 de outubro de 1828; f. 314 v., 11 de setembro de 1828; f. 341 v., 12 de janeiro de 1829.

39. 19, f. 293 v., 1º de outubro de 1820.

40. 19, f. 197 v., 21 de fevereiro de 1820.

41. 19, f. 288 v., 21 de setembro de 1820.

42. Do total, 3:289\$600 foram empregados no pagamento dos direitos de Santa Vitória, 50\$880 no "novo imposto" e no imposto de Guarapuava, 251\$400 no "novo imposto" e 10 cavalos, 73\$320 de despesa de Banco, 43\$840 com camaradas e partes, e 60\$000 para 5 cavalos, perfazendo as despesas um total de 3:769\$040 (21, f. 17 v., 14 de março de 1825).

43. 21, f. 289, 5 de junho de 1828; f. 295 v., 9 de julho de 1828; f. 331, 20 de setembro de 1828. Em 1828 Prado aforou da Fazenda Nacional a fazenda de Carapicuíba, como mostram os papéis guardados na Delegacia do Serviço do Patrimônio da Nação em São Paulo, Ministério da Fazenda.

44. Antônio da Silva Prado comprou em 1826, a pedido de seu sócio Manuel Moreira Lirio, cinco parelhas "a 90\$000 cada uma e

foram as melhores que pude achar pois este gênero presentemente não se compra aqui por menos de 10 a 12 doblas e estas que comprei são mulas mansas e bem feitas". Procurou durante mais de um ano uma boa parelha para José Antônio Moreira, do Rio de Janeiro. Finalmente encontrou uma a 12\$000. Até o Presidente da Província lhe pedira para comprar uma parelha. Em 1829 comunica a Francisco Leite Filho, do Rio de Janeiro, que já encomendara uma parelha para sua traquitana. Para conseguir uma boa parelha era necessário "montar para ao depois admitir no carrinho de ensino". Por isso os preços eram tão altos.

A MARCHA DO GADO PARA OS CENTROS REDISTRIBUIDOR E CONSUMIDOR

1. As estradas e a marcha do gado

Para o esquema de comercialização de muares e reses apontado anteriormente, têm importância primordial — principalmente devido às grandes distâncias a serem percorridas pelos animais — as condições de trânsito das estradas, a existência de pastos ao longo das mesmas a fim de garantir a subsistência do gado durante a marcha e as áreas de invernadas para descanso, engorda ou para a regulagem do fluxo de tropas e boiadas.

Eram enormes as distâncias que o gado tinha que percorrer desde as áreas de produção até Sorocaba ou até os mercados consumidores, mormente considerando as péssimas condições que sempre caracterizaram as estradas brasileiras do período colonial e mesmo durante boa parte do Império. Construídas sem nenhuma preocupação de encurtar distâncias, visavam apenas contornar os acidentes geográficos com o mínimo de obras.

Em 1773, o brigadeiro José Custódio, em carta ao Morgado de Mateus, avaliava a distância entre São Paulo e o Registro de Viamão em 250 léguas “com muito maus caminhos e imensos rios que atravessar”, demorando o percurso a partir de Curitiba até Viamão cerca de 45 a 50 dias quando feito com os muares. Por um itinerário traçado em 1795, a distância entre São Paulo e Porto Alegre era calculada em 235 léguas, sendo que “do fim do sertão”, ou seja, de Lapa até São Paulo havia 117 léguas. As condições do percurso na terceira década do século XIX deviam ser parecidas, porquanto poucas melhorias foram introduzidas no sistema viário da área que interessa ao trânsito de bestas e bois. Só no fim da década, certo trecho da “estrada da mata”, como era chamada a estrada para o Sul, entre Lapa e Lajes, foi encurtado de 40 para 20 léguas, conforme João da Silva Machado, o responsável pelo conserto da mesma ⁽¹⁾.

Em 1827 — em função do correio que ia ser organizado — a distância entre São Paulo e Curitiba, via Castro, era avaliada em 120 léguas: 18 léguas de São Paulo a Sorocaba, 12 desta última até Itapetininga, daí até Itapeva 18, desta localidade a Castro 47 e, finalmente, 25 léguas de Castro até Curitiba (2).

Pelo “Itinerário das principais estradas da Província”, incluído na obra de D. P. Muller, a distância entre Sorocaba e Lapa seria de 79 léguas, passando por Castro, e de 106, caso se escolhesse a variante por Curitiba. Tais eram as distâncias que as tropas e boiadas tinham que percorrer até Sorocaba ou São Paulo, sem levar em consideração o caminho que tinham ainda que fazer depois de Sorocaba, para atingirem os mercados consumidores propriamente ditos. É o caso, por exemplo, das boiadas que Antônio da Silva Prado sempre enviava ao Rio de Janeiro, sendo que geralmente vendia as tropas de muarens na feira de Sorocaba, que funcionava como centro de redistribuição.

A má conservação das estradas também dificultava a marcha do gado para os centros consumidores ou redistribuidores. As queixas contra o péssimo estado de conservação das estradas são uma constante do período colonial e que se vão prolongar durante muito tempo depois de 1822. Os viajantes que percorreram as estradas do gado referem-se a problemas decorrentes do descaso da administração com relação a esse elemento de vital importância para a economia em ascensão. É de Saint-Hilaire o seguinte testemunho: “A estrada por mim seguida foi sempre a de São Paulo a Curitiba e Rio Grande, a qual, embora ostentando o pomposo nome de estrada real, é, muitas vezes, horripelmente má, traçada unicamente, em certos trechos, pelas patas dos animais, que eram obrigados a caminhar premidos pelas árvores”. Mais adiante, descreve a estrada de Itapetininga para Paranapitanga: “A estrada verdadeiramente horripel, era cheio de obstáculos constituídos de galhadas e raízes de árvores; os animais, com dificuldade para caminhar, serpenteavam entre as árvores, enterrando as patas numa lama pegajosa” (...) “os pés dos animais tinham formado uma alternativa de fossas e proeminências, de trânsito muito penoso para as bestas de carga, que escorregavam e caíam, só se levantando depois de enormes esforços” (3). Também o caminho entre Castro e Curitiba foi descrito pelo viajante francês como “horripel, sendo preciso atravessar lamaçais em que as mulas atolavam até o peitoral, algumas caíam”. Nos arredores de Curitiba descreve outro caminho que considera horripel. “O passo igual das mulas havia formado montículos e buracos que se sucediam alternadamente; os animais escorregavam nos pri-

meiros e em seguida atolavam até os joelhos na lama pegajosa que enchia os buracos; em outros lugares existiam profundos atoleiros nos quais eu temia fossem eles cair em qualquer momento” (4). Muitos procuram chamar a atenção das autoridades para os problemas decorrentes da má conservação das estradas para o Sul. É o caso, por exemplo, de José Arouche de Toledo Rendon, que escreve em 1812 ao conde de Galveias, falando da aplicação de certas quantias na abertura do caminho da mata e caminho de Viamão “cujo trajeto, pelo péssimo estado em que está não só faz despovoar a vila de Lajes, mas também impede o comércio entre a capitania de São Paulo e a de São Pedro do Sul”. Mais tarde, já em meados do século, um viajante, referindo-se aos péssimos caminhos do planalto de Santa Catarina, percorridos pelas boiadas e tropas, observa: “Que aconteceu, por exemplo, quanto à construção de estradas? Realmente escandaloso é o que se costuma chamar ‘estrada geral’; realmente escandaloso é o que, nos rios, se chama ‘passo’. Não se pode levar mais longe a verdadeira ingenuidade do que com tais expressões” (5).

As autoridades reconheciam as deficiências das estradas, mas pouco faziam para melhorá-las, alegando, geralmente, a falta de meios. Assim, por exemplo, a contribuição de Guarapuava também deveria fornecer meios para a conservação das estradas para o Sul, mas a quantia arrecadada mal dava para pagar os gastos das expedições para Guarapuava. Os condutores de boiadas e de tropas várias vezes ofereceram uma contribuição para melhorar as estradas.

A “estrada da mata”, que ligava Lajes a Lapa, constituía uma constante preocupação, e, embora não interessasse diretamente aos negócios de Antônio da Silva Prado, já que comprava os muares em Lapa, será interessante fazer algumas referências a ela. Num documento de 1811 consta uma curiosa descrição dessa estrada: “Há entre a vila de Santo Antônio da Lapa e a vila de Lajes uma grande mata colocada toda sobre uma continuada planície, com nove campestres pelo meio, dos quais o maior terá meia légua de comprido, intermediada de alguns riachos vadeáveis, que somente em tempo de grandes invernadas momentaneamente impedem a livre passagem dos gados e condutores. Esta mata por isso mesmo que cobre uma vasta planície opaca e sombria conserva sempre muitos lugares pantanosos, sumidouro se não de metade pelo menos da terça parte dos gados” (...). “E neste caos as tropas de bestas e boiadas que vêm do Continente do Rio Grande encontram o pior passo e onde perecem os interesses particulares, as comodidades públicas e os reais direitos” (6). Em 1820 determinava-se por carta régia ao governador

de São Paulo, Oeynhausien, que mandasse reparar a estrada de Lajes para São Paulo e daí até a Corte: “tornando-se comodamente transitáveis e fazendo-se a despesa, metade pela Casa Doadora, e metade pela minha Real Fazenda, e pelo Donativo que prestaram os interessados nesta importante obra”. Nesta época os maiores interessados no bom estado da estrada, as câmaras, e os condutores de animais da “estrada da mata” ofereceram uma contribuição que fora aceita ⁽⁷⁾. Em 1824 Rafael Tobias de Aguiar propunha ao Conselho da Presidência que providenciasse o conserto da “estrada de mata” que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul ⁽⁸⁾. João da Silva Machado, futuro barão de Antonina, bom conhecedor dos Campos Gerais e do comércio de gado vacum e muar, várias vezes foi encarregado de construir novas estradas e variantes ou providenciar o conserto das existentes. Em 1826 ele ofereceu ao governo de São Paulo um plano para o “conserto geral, ou parcial da Estrada da Mata visto que tem tornado intransitável em muitos lugares e causado gravíssimo prejuízo aos negociantes”. Depois de discutido o plano, o governo mandou pô-lo em prática “por já se achar determinado o referido conserto pela Carta Régia, de 9 de setembro de 1820”, acima citada. Em 1829 Machado, que dirigira os trabalhos, concluiu o conserto da “estrada da mata”, a estrada que seguia para o Rio Grande do Sul, sendo que certo trecho anteriormente de 40 léguas fora encurtado para 20 ⁽⁹⁾. Esse período em que Machado dirige as obras da estrada para o Sul coincide com aquele em que comprava bestas nos Campos Gerais para a sociedade que mantinha com Antônio da Silva Prado.

O gado muar e vacum sempre era comprado, como já foi lembrado, em meados do ano ou nos primeiros meses do segundo semestre, isto é, no inverno, na estação seca. No caso dos muares, essa época coincidia com o fim da feira de Sorocaba. Logo depois das primeiras chuvas, quando os pastos começavam a reverdecer, isto é, a partir da segunda quinzena de setembro, as boiadas e as tropas punham-se em marcha para o Norte a fim de alcançarem o mercado redistribuidor ou consumidor. Infelizmente há poucas informações na correspondência de Prado sobre os problemas relacionados com a marcha das tropas de bestas. Aparece uma ou outra referência a condutores, a invernações e pastos. A inexistência de informações, ao contrário do que acontece com o comércio de reses, se deve certamente ao fato de o sócio João da Silva Machado organizar a remessa das tropas para Sorocaba, e de Prado estar sempre pessoalmente à frente dos negócios na feira, de maneira que se tornavam desnecessárias as instruções por meio de cartas.

Para a remessa dos animais para o Norte era de suma importância a existência de bons pastos ao longo dos caminhos, pois a chegada de animais magros aos centros consumidores ou de redistribuição trazia grandes prejuízos aos comerciantes. Estes, portanto, preocupavam-se em escolher o início da época das chuvas, quando era mais fácil encontrar bons pastos ao longo das estradas. Assim, por exemplo, em julho de 1826 o capataz Antônio José Coelho, que ficou de levar uma tropa de muares ao Rio de Janeiro, resolveu adiar a partida devido à falta de pastos ao longo do caminho. Prado, sabendo da magreza com que chegou uma tropa a Areias, devido à falta de pastos, achou a demora conveniente. Certa ocasião explica a Antônio Francisco Leite, do Rio de Janeiro, que aos animais de uma tropa, “para chegarem em boas carnes é necessário irem com vagar e mesmo pararem naqueles lugares onde houver bom pasto”⁽¹⁰⁾. Por ocasião da remessa de bestas encomendadas para Campos, o comerciante ficou muito apreensivo, pois os caminhos para aí eram muito ruins, apresentando poucos pastos bons. Assim, geralmente, as bestas chegavam magras e os fregueses achavam que tinham sido ludibriados, porquanto, escreve ele, “besta magra sempre é má”. Problemas dessa natureza tornavam difícil encontrar quem quisesse incumbir-se da remessa de tropas para o Rio.

Igualmente, o envio de gado vacum ao Rio de Janeiro muito tarde, em pleno verão, podia causar grandes prejuízos, em parte por encontrar o mercado já saturado e, em parte, principalmente, por já não apresentarem os pastos condições favoráveis devido ao florescimento do timbó, planta venenosa, que vitimou a safra bovina pertencente a Prado nos anos de 1820-1821. Na safra seguinte, preocupa-se mais com a época em que devia começar a marcha das reses para “poderem estar o mais cedo possível e até esse tempo não há tanta mortandade” (...) “como a última que mandei em tempo impróprio e por isso grande foi meu prejuízo”⁽¹¹⁾. Além das condições climáticas que permitiam ou não a existência de pastos em condições propícias para a marcha do gado, há em algumas áreas o problema das “ervas” que, na época de sua floração, causavam grandes danos às boiadas. A erva de que fala o comerciante provavelmente é o timbó. Segundo Debret, os negociantes paulistas encaminhavam as reses para o Rio de Janeiro “a fim de que aí estejam antes dos meses de janeiro e fevereiro, evitando, assim, a travessia dos campos durante o florescimento do timbó, planta venenosa”⁽¹²⁾. Parte dos grandes prejuízos sofridos por Prado na safra 1820-1821 foram devidos à mortandade que estas ervas causaram às boiadas justamente porque a marcha das reses atrasou muito. As “ervas” eram mais frequentes no cami-

nho entre Sorocaba e Taubaté e mais prejudiciais ao gado vacum. Recomendava ele aos condutores de boiadas que as trouxessem “debaixo de rondas em razão de evitar maior prejuízo com as ervas” (13).

Carência ou abundância de precipitações igualmente podiam retardar o início da marcha. Em 1821, as grandes enchentes que ocorreram nos Campos Gerais de outubro em diante atrasaram a partida das boiadas. Devido às enchentes o rio Iapó só pôde ser atravessado pela primeira boiada em 18 de outubro. Preocupado, Francisco Teixeira de Azevedo resolveu acompanhar essa boiada e assistir à travessia do rio. Prado esperava que os animais chegassem a São Paulo em 12 de novembro. No dia 16 do mesmo mês já tinham partido de São Paulo com destino a Taubaté e em 11 de dezembro os primeiros 200 bois seguiam para o Rio de Janeiro. De São Paulo a Taubaté as reses levaram cerca de 10 dias e outro tanto para chegar ao Rio de Janeiro (14). O gado levou, portanto, desde a travessia do rio Iapó nos Campos Gerais até o Rio de Janeiro, cerca de dois meses. Pela correspondência do comerciante paulista percebe-se que esse período devia ser mais ou menos normal para se fazer o percurso entre os Campos Gerais e o Rio de Janeiro.

2. As invernadas

Tratando-se de distâncias tão grandes, a marcha do gado fazia-se geralmente em etapas que implicavam o uso de invernadas. Eram as seguintes: a primeira dos Campos Gerais até Faxina, atual Itapeva, Itapetininga ou Sorocaba, a segunda até Taubaté e, finalmente, a terceira até o Rio de Janeiro. As duas últimas etapas diziam respeito, principalmente, ao comércio de reses, já que o Rio de Janeiro funcionava como principal centro consumidor de bois dos Campos Gerais. As bestas tinham, depois de Sorocaba, destino mais diversificado e, além do mais, os negócios de muares de Prado giravam predominantemente em torno da feira de Sorocaba. Nessas áreas de fim de etapas e de “estações-invernadas” Antônio da Silva Prado mantinha correspondentes, que se encarregavam de receber o gado, de providenciar acerca do seu destino, cuidar de sua invernada e, se fosse o caso, procurar condutores para acompanhar os animais na continuação da marcha. O comércio de reses, sendo mais complexo, exigia uma organização na qual a ação eficaz dos correspondentes determinava, em última análise, o sucesso dos negócios. Nos Campos Gerais, Silva Prado contava com Francisco Teixeira de Azevedo ou então com José

Félix da Silva, a cujo encargo estava a contratação de condutores que deviam levar os animais até as invernadas, ou de Faxina—Itapetininga ou de Taubaté. Na área de Faxina—Itapetininga, por onde o gado obrigatoriamente tinha que passar, o comerciante paulista mantinha correspondência com o capitão Antônio José de Oliveira Lima ou com seu filho José Antônio do Triunfo. Estes recebiam o gado, faziam-no continuar a marcha ou o invernavam nos pastos da área. Em Taubaté as reses eram recebidas por João Francisco Vieira, também cobrador de impostos por conta da sociedade de Antônio da Silva Prado, em que ocupava lugar de destaque. Competia-lhe dar destino aos animais vindos do Sul. Tinha de estar sempre bem informado sobre as condições do mercado consumidor fluminense, para saber se era mais vantajoso invernar os bois ou remetê-los ao Rio de Janeiro.

As “estações-invernadas” desempenhavam papel de suma importância para o comércio de gado proveniente do Sul. Várias eram as razões que determinavam a invernada do gado *vacum* e muar: a perda da época propícia para a marcha, preços não convidativos ou outras dificuldades em Sorocaba, no caso das bestas e, no Rio de Janeiro, no que diz respeito às reses, fraqueza ou pouca idade dos animais, descanso e engorda, além das necessidades decorrentes da própria marcha, é óbvio. Já nos referimos em outro capítulo à função de “estação-invernada” dos campos que se estendem no Sul da Província de São Paulo. Como “estações-invernadas” destacam-se as situadas nos Campos Gerais, portanto, nos centros produtores do gado *vacum* e de compra das bestas, e a área de Faxina—Itapetininga, mais próxima de Sorocaba — centro redistribuidor de muares e local do Registro —, não esquecendo, nessa segunda área, os campos dos arredores dessa vila, a qual, devido às suas funções, tinha que oferecer condições para a invernada de animais. Finalmente, existe uma terceira área que se especializou em invernar principalmente o gado *vacum* destinado ao Rio de Janeiro: Taubaté. Todas essas três “estações-invernadas” desempenhavam funções idênticas já apontadas acima: descanso, engorda, espera da época própria para continuar a marcha e regular o fluxo dos animais. Com relação a essa última função convém ressaltar a “estação-invernada” de Taubaté, em cujos pastos às vezes o gado *vacum* aguardava condições mais favoráveis de preços no Rio de Janeiro, e a de Faxina—Itapetininga, na qual os muares ficavam invernados até o aparecimento de condições vantajosas de comercialização na feira de Sorocaba. Ambas as áreas de invernada ficavam suficientemente próximas dos centros a que se destinava o gado, a fim de que os animais pudes-

sem atingi-los rapidamente, desde que se manifestassem condições favoráveis de comercialização.

É evidente que os Campos Gerais, onde se criavam as reses e onde as bestas eram compradas, forneciam condições extremamente favoráveis para a internada de gado, se não por outra razão, pelo simples fato de os animais não terem de se locomover daí. Depois de compradas, as tropas ficavam freqüentemente internadas nos campos do “continente de Curitiba” esperando a época propícia para a marcha até Sorocaba. Parece que estacionavam principalmente em Lapa. Às vezes, algumas internavam mais ao norte, em Curitiba, ou na fazenda Fortaleza, local onde Machado, por exemplo, deixou 1.200 bestas em 1829. Tropas de Antônio da Silva Prado e Machado também demoravam-se em Castro, centro tradicional de internadas de bestas vindas do Sul. Na portaria de Bernardo José de Lorena, que eleva Castro a vila, fala-se na importância do povoado localizado “na estrada geral para o Sul, sendo um pouso certo aonde param os viandantes, e aonde internam as tropas” (15). Em 1827, ambos os comerciantes deixaram muitas bestas internadas em Tucunduva, fazenda localizada no caminho entre Itararé e Castro, para onde foram 16 alqueires de sal. Prado esperava que, assim alimentadas, as tropas internadas aí viessem gordas e comentava “veremos a desculpa que dá (o capataz) se vierem magras as bestas”. Ele sempre tinha certo número de reses internadas nos pastos das áreas produtoras: em outubro de 1821 havia 1.045 bovinos internados perto de Castro e, em fins de 1820, tinha gado estacionado nos campos de Curitiba, além das 2.000 reses nos pastos de Taubaté. Francisco Teixeira de Azevedo, morador de Castro, dono da fazenda Carambeí e encarregado de cuidar dos animais que ficavam internados aí, recebe de Prado a seguinte recomendação: “dar sal todos os meses mesmo no inverno e logo no princípio de agosto deverá o Sr. Alferes que está encarregado do tratamento do gado fazer verdes suficientes e dará sal ao gado daí em diante de 15 em 15 dias para assim ficar pronto a tempo: e também rogo a Vm. queira pedir ao Sr. Alferes que reparta parte do gado nos campos de sua fazenda para aliviar mais a internada inda que se lhe pague mais alguma coisa visto que por ora não posso mandar por ser tarde” (16).

Certamente muitos dos animais comprados nos campos do atual Paraná ficavam internados nas fazendas onde foram criados. Francisco Mariano da Cunha, antes de retornar a São Paulo, devia rever “os gados internados se estão bem tratados e em boa pastagem”. Prado estava satisfeito com as resoluções tomadas pelo sócio: “Louvo e agradeço a sua acertada deliberação em deixar

nesse continente o gado por insuficiente de marchar mas pode assim para mais tarde interessar melhor... uma vez que tais gados fiquem como espero confiados a pessoa de conceito" (17).

Os campos da área Faxina—Capão Bonito—Itapetininga formavam também uma importante “estação-invernada”, mais próxima do Registro de Sorocaba, onde terminava, praticamente, a área de campos que se estende desde Lapa, com algumas interrupções. O capitão Oliveira Lima e seu filho, o tenente Triunfo, encarregavam-se de receber aí o gado e providenciar as invernadas. Já em setembro de 1820, Prado incumbia o tenente Triunfo de receber as boiadas “para tratar nas invernadas”. Ao mesmo tempo pedia a Antônio Cardoso Nogueira, dono da fazenda Paranapitanga, situada à margem do rio do mesmo nome, afluente do Paranapanema, que desse ordens para que seus empregados deixassem entrar o gado em suas terras, na parte de baixo “para não bulir com seu gado que tem na de cima” (18). Em princípios de dezembro o tenente Triunfo já recebera gado. Prado pretendia recolhê-lo em duas invernadas: na já citada fazenda de Paranapitanga, distante 18 léguas de Sorocaba, e nos pastos do Capão do Inferno (ou do Ribeirão do Inferno) no termo de Faxina. A fazenda de Paranapitanga recebera a visita de Saint-Hilaire em 1820. Era uma enorme propriedade de 6 léguas por quase outro tanto, distante 6 léguas de Itapetininga. O viajante francês refere-se às suas excelentes pastagens. Ficou, entretanto, espantado com a pobreza e a falta de recursos de seus moradores. Saint-Hilaire também esteve na fazenda do Capão do Inferno, assim denominada devido à estrada que aí apresentava trânsito difícil (19). Prado recebera, ainda, a oferta de uma invernada em Faxina da qual não quis fazer uso. Em dezembro de 1820 foram para a fazenda de Paranapitanga 2.000 reses e Oliveira Lima teve que providenciar a boa acomodação dos animais. Nessa época não valia a pena enviar bovinos ao Rio de Janeiro. Oliveira Lima e o tenente Triunfo receberam ordens para não deixarem passar nenhuma ponta de gado, pois todo ele devia ficar invernado aí. Como os dois correspondentes não tivessem entendido as ordens, fizeram retroceder as boiadas ao Capão do Inferno em vez de deixá-lo em Paranapitanga, que era mais próximo de São Paulo. Em seguida puseram uma parte do gado a marchar para o Norte. Aborrecido, Prado reclama: “isto me tem zangado bastante em andar a minha fazenda feita bens de louco ora para diante ora para trás” (20). Apesar das boas informações que tinha sobre o Capão do Inferno, preferiu, por se verificar que não correspondiam à verdade, invernar o gado em Paranapitanga. Triunfo recebeu a incumbência de se

dirigir para Paranapitanga “aonde deve dar sal, quando for preciso bem como zelar de tudo” (. . .) “e todas as vezes que der sal me fará participação do que tiver acontecido e aquelas que morreram” (21). Antônio da Silva Prado providencia a remessa de sal a Oliveira Lima, devendo as sobras serem encaminhadas ao vigário de Faxina para serem vendidas. De maneira geral, o comerciante estava satisfeito com as invernadas da área, onde o gado podia se recuperar da longa marcha desde os Campos Gerais.

Na área de Faxina—Itapetininga também ficavam invernadas algumas tropas de muares. Em 1828, Machado acertou invernar 300 bestas na fazenda do vigário de Faxina, José Custódio de Camargo. Prado recomendou ao vigário que mandasse fazer a queimada, pois assim os muares não sentiriam a falta de bons pastos. O vigário acabou recebendo 600 bestas, que foram muito bem tratadas, porquanto recebiam milho diariamente (22).

A concentração de bestas em Sorocaba durante os meses de feira era bem grande, ocasionando, não raro, problemas relativos à falta de pastos. João José Palmério, por exemplo, que em 1822 trazia tropas por conta da Coroa, escrevia a Martim Francisco Ribeiro de Andrada reclamando contra a espera para realizar o pagamento do novo imposto, pois “qualquer demora neste lugar é muito prejudicial aos referidos animais por falta de pasto onde as poucas invernadas que há estão ocupadas por diferentes tropas”. Outra carta que ilustra o drama das pastagens é a de Francisco de Frias de Vasconcelos, que em 1820 voltava dos Campos Gerais, onde fora buscar cavalos para a Coroa: “na minha ida para os Campos Gerais, tive cautela segundo as Ordens, que tinha de V. Ex.³ de deixar os Campos, que me eram precisos para na minha volta os achar em termos de poder neles fazer alguma parada, tanto para refazer os cavalos, como também enquanto me demorava a fazer mais algumas compras, acontece que neste tempo chegou um capitão Rodrigo que dizem veio do Rio de Janeiro comprar bestas para as reais cavalações e entre tantos campos e poteiros que havia na mencionada vila não achou outros a seu gosto senão o que eu tinha deixado destinado para os cavalos de S. M. e nele meteu uma mulada dentro, dizendo que tudo era de S. M.” (. . .) “e eu chegando de uma jornada tão grande e de tanto trabalho trazendo cavalos extraídos e esfomeados. . .” (23).

Prado sempre procurava obter com antecedência os campos de que necessitava para as suas tropas. Devido à dificuldade de pastos em Sorocaba, o comerciante preferia estacionar as tropas na área de Faxina—Itapetininga, que não ficava tão afastada, de maneira que em relativamente pouco tempo os animais podiam chegar a Sorocaba. Os campos reservados para as invernadas dos

animais nessa vila ou eram de particulares ou eram “d’El-Rei”. Muitas tropas se dirigiam para o chamado Campo Largo, que se estende entre as fraldas do Araçoiaba e as encostas da serra de São Francisco. A serra do “Guarahi”, Guareí, era lugar afamado pelas invernadas para muares. Prado comentava que “as mulas que ali invernaram foram as mais gordas que apareceram na passada feira” (24). Também em Boa Vista, próximo a Sorocaba, invernavam tropas, como aconteceu em 1827. Saint-Hilaire conversou com condutores de tropas nos arredores de Sorocaba e narra o seguinte: “Quando uma tropa chega à solta nas vizinhanças de Sorocaba, os camaradas constroem cabanas perto do local onde pastam os animais e aí permanecem até que a tropa fique completamente descansada. É o que se denomina invernada; e, em geral, esse nome é dado a todos os locais em que as caravanas param durante algum tempo” (25).

Na primeira fase Prado se serviu de Dinis ou Nepomuceno, dos quais se falará mais tarde, para alugar pastos em Sorocaba. Assim, em 1820, Dinis alugou um pasto para receber 370 bestas que Francisco Mariano da Cunha ia remeter dos Campos Gerais. Depois de 1825, quando o comerciante se dedica quase exclusivamente ao comércio de bestas, é Francisco Ferreira Braga quem resolve todos os problemas em Sorocaba, inclusive recebendo em pastos seus os animais pertencentes a Antônio da Silva Prado. Como as reses não fossem comerciadas em Sorocaba, os condutores evitavam utilizar-se dos pastos dessa localidade, preferindo ou deixá-las invernadas em Faxina—Itapetininga ou levá-las diretamente até Taubaté.

No vale do Paraíba, como já foi referido, também havia áreas favoráveis à invernada de gado. Devido à proximidade do Rio de Janeiro, principal mercado consumidor de bovinos, e às pastagens que existiam aí, as boiadas e as tropas de bestas faziam uma parada obrigatória nos arredores de Taubaté, que assim desempenhava a importante função de estação reguladora do fluxo de gado vacum. Saint-Hilaire escreve sobre o caminho entre Guaratinguetá e Taubaté: “Muitas vezes os arbustos e árvores ficam esparsos entre gramados, como nas capoeiras freqüentemente pastadas por animais, algumas vezes se avizinhandos uns dos outros”. O naturalista francês não soube distinguir se esta vegetação caracterizada pela ausência da mata virgem era o resultado da ação do homem ou se sempre fora assim (26). João Fernandes Vieira e, na sua ausência, Alexandre Gonçalves do Vale eram encarregados de vigiar o tratamento do gado invernado nessa localidade. Vieira ajustou o tenente Lúcio Ribeiro da Silva para receber e acomodar os animais nas pastagens. Este desincumbiu-se a

contento da tarefa de engorda dos animais, além de organizar as “pontas” que deviam partir para o Rio de Janeiro. Algumas boiadas não ficavam muito tempo em Taubaté, paravam apenas o suficiente para descansar num bom pasto e comer sal; outras, dependendo das condições do mercado consumidor, demoravam-se mais, embora fossem boiadas relativamente grandes. Em dezembro de 1820, por exemplo, estavam invernadas aí cerca de 2.000 reses, e em março do ano seguinte ainda viam-se 1.700 animais nos pastos de Taubaté. Encontram-se referências a pastagens para invernada nos próprios arredores de Taubaté, na “outra banda” do rio Paraíba, onde se localizavam os pastos do Melo, capitão-mor de Guaratinguetá, na Bocaina, onde o capitão-mor Ventura tinha uma fazenda e no Pinhão (Santo Antônio do Pinhal?). Certa ocasião, Prado pensou também em invernar gado nos campos de São José. Na área de Taubaté, entretanto, o problema das pastagens era bem maior do que no Sul, causando maiores preocupações aos comerciantes, devido à existência de “ervas” prejudiciais aos animais. Há constantes referências do futuro barão de Iguapé ao problema, pois “consta que nos campos dessa vila há muita erva e por isso o gado morre em abundância” (27). Assim, o comerciante tinha grandes dificuldades em escolher os pastos mais convenientes. Parece que os campos da Bocaina deram bons resultados já que Prado comunica, em janeiro de 1821, a João Francisco Vieira, peça-chave do comércio de bovinos em Taubaté, que resolveu enviar de 1.000 a 1.100 bois magros para esses pastos e em fins desse ano pretendia invernar aí os refugos (28). Ao tenente Lúcio Ribeiro da Silva, encarregado de cuidar do gado invernado aí, recomenda “muita cautela com os que existem magros cercando os capões de mato para não haver prejuízo” (29).

Infelizmente, não existem informações sobre a quanto orçariam as despesas com as invernadas. Em 1827, quando Prado já não se interessa tanto pelo comércio de reses, pede a Francisco Teixeira de Azevedo que remeta logo os bois recebidos em pagamento do dízimo “para limparmos a invernada e não estarmos a pagar por ela tão grande arrendamento”. Sabe-se ainda que entre 1829 e 1831 arrendara uma fazenda em Castro, a fazenda do Fundão, do Prior do convento do Carmo de Santos, pela quantia de 40\$000 anuais (30). Na realidade, entretanto, não se sabe quanto se pagava por cabeça de muar ou de bovinos nas invernadas dos Campos Gerais e nos campos de Faxina—Itapetininga. O pagamento das pastagens em Taubaté mereceu mais atenção do comerciante. Interessou-se em saber se o pagamento seria por boi ou por mês caso alugasse o pasto do Brás ou do Melo. Francisco Mariano

da Cunha, numa de suas viagens a Taubaté, também devia tratar com o Ventura “justando um tanto por cada boi conforme o tempo que ali estiver porque podem estar pouco tempo e assim carece o ajuste ser mais cômodo e se estiver mais tempo à proporção” (31). Ventura pedia 200 réis por cabeça, mas Prado achou o preço muito elevado. Infelizmente não aparecem outras informações sobre quanto pagou pelos pastos.

Em 1821 Alexandre Gonçalves do Vale, sócio de Antônio da Silva Prado na remessa de uma tropa de 243 bestas para o Rio de Janeiro, gastou 96\$520 réis com a internada em Taubaté, portanto, 397 réis por cabeça. É, infelizmente, uma das poucas cifras de que se dispõe com relação às despesas de internada. Essa tropa, que custara em Sorocaba 4:196\$000, teve de despesa até a Capital 298\$100, incluindo as efetuadas em Taubaté (32). O custeio de uma tropa durante a viagem de Sorocaba até o Rio de Janeiro perfez, portanto, 6,6% do total despendido para a sua aquisição.

3. Tropas, boiadas e condutores de gado

Os animais percorriam as estradas reunidos em “pontas”, como se dizia então, de diferentes tamanhos, para chegar a Sorocaba, onde todos pagavam os impostos e onde funcionava, ainda, a feira como centro redistribuidor de muares. Segundo o Livro do Novo Imposto, a composição e o tamanho das “pontas” chegadas a Sorocaba variavam extremamente. Uma vez constavam de poucos animais: algumas bestas e um ou dois cavalos ou alguns cavalos e algumas reses. Outras, tratava-se de grandes tropas ou boiadas: várias centenas de muares ou de reses, acompanhadas por alguns cavalos “de custeio”, como escreve Prado. A título de exemplos de grandes tropas ou boiadas, poder-se-ia citar a de um condutor do Serro que passou pelo Registro de Sorocaba em janeiro de 1820: constava de 397 bestas e uma égua; a de um condutor de Faxina com 447 reses e 4 cavalos. As tropas de bestas e as boiadas quase sempre se faziam acompanhar de um pequeno número de cavalos ou éguas, que nesse caso serviam aos condutores e só eventualmente eram comerciados. Aparecem também tropas grandes exclusivamente de cavalos. Raras são as “pontas” com mais de dois tipos de animais. No “Livro” constam um ou outro caso: em dezembro de 1821, por exemplo, um condutor de São Paulo passou com 296 reses, 6 muares e 9 cavalos; outro de Sorocaba trouxe, em novembro de 1822, 207 bestas, 2 cavalos e

153 reses. Os livros igualmente registram, às vezes, a passagem de apenas um ou dois animais. Trata-se de viajantes ou comerciantes que, vindos do Sul, traziam animais para o uso próprio.

Parece, portanto, interessante verificar em quantas tropas vinham os animais chegados a Sorocaba, sem esquecer que nos "Livros" se registram geralmente mais de um tipo de animal por condutor ⁽³³⁾.

NÚMERO DE TROPAS E BOIADAS CHEGADAS A SOROCABA
SEGUNDO O LIVRO DO NOVO IMPOSTO

1820	bestas	cavalos	reses	nº de condutores
<i>janeiro</i>	48	37	9	70
<i>fevereiro</i>	30	22	—	42
<i>março</i>	42	26	7	57
<i>abril</i>	39	39	4	54
<i>maio</i>	24	21	5	37
<i>junho</i>	10	6	6	19
<i>julho</i>	9	2	2	13
<i>agosto</i>	5	7	4	14
<i>setembro</i>	9	8	3	21
<i>outubro</i>	21	15	5	31
<i>novembro</i>	24	31	8	42
<i>dezembro</i>	39	48	13	66
total	300	282	66	466

1821	bestas	cavalos	reses	nº de condutores
<i>janeiro</i>	37	28	2	50
<i>fevereiro</i>	40	23	5	47
<i>março</i>	24	19	4	34
<i>abril</i>	29	17	6	36
<i>maio</i>	14	5	7	24
<i>junho</i>	14	13	5	29
<i>julho</i>	11	6	9	22
<i>agosto</i>	4	6	1	9
<i>setembro</i>	4	4	3	10
<i>outubro</i>	12	10	5	20
<i>novembro</i>	21	29	15	46
<i>dezembro</i>	25	30	14	47
total	235	190	76	374

1822	bestas	cavalos	reses	nº de condutores
<i>janeiro</i>	44	39	12	61
<i>fevereiro</i>	39	31	3	53
<i>março</i>	49	30	1	59
<i>abril</i>	16	15	6	28
<i>maio</i>	26	21	6	39
<i>junho</i>	12	11	9	25
<i>julho</i>	9	12	8	24
<i>agosto</i>	6	2	3	10
<i>setembro</i>	4	5	7	14
<i>outubro</i>	11	17	1	22
<i>novembro</i>	29	41	8	50
<i>dezembro</i>	31	32	14	49
total	276	256	78	434

Teoricamente correspondia a cada “ponta” ou passagem de animais por Sorocaba uma média de 40 a 50 cabeças. Para os muares a média por tropa variava entre 53 animais em 1820, 59 em 1821 e 75 em 1822. As reses apresentavam uma média em torno de 100 e os cavalos uma de 9 a 11 para esses três anos. As médias não têm muito significado, mas permitem pelo menos aquilatar o tamanho e a importância das “pontas” dos diversos tipos de animais.

As boiadas aparecem menos vezes, mas são sempre grandes. Não constituem exceção as de número superior a 400 reses, havendo naturalmente quem passasse por Sorocaba com uma ou duas reses, geralmente destinadas ao sustento dos seus donos durante a viagem. Exemplificando: as boiadas de novembro de 1820 constituíam-se de 2, 1, 452, 2, 448, 450, 31, 259 animais.

Com relação ao gado *vacum* com o qual Antônio da Silva Prado negociava, o número de reses por boiada que saía dos Campos Gerais, principalmente para o Rio de Janeiro, girava em torno de 400, durante a safra. Assim, por exemplo, vê-se em janeiro de 1822 uma “ponta” de 419 bois e 6 cavalos, em dezembro de 1821 uma de 439 bois, 5 cavalos e uma besta, outra de 386 bois e 4 cavalos. Às vezes, aparece uma “ponta” maior, de 600 cabeças, como a que passou por Sorocaba em maio de 1820. Em fins de safra em geral as “pontas” remetidas dos Campos Gerais são menores: 311 bois em março de 1821, 325 em abril do mesmo ano. Em Taubaté eram os animais divididos em “pontas” de 100.

Toda sexta-feira, conforme ordens do comerciante, deviam marchar duas “pontas” de 100 animais cada uma para o Rio de Janeiro.

Na correspondência aparece várias vezes a relação de todo o material pertencente a uma “ponta” de gado em marcha. Uma ponta de 419 bois e 6 cavalos fazia-se acompanhar de uma cangalha, um par de bruacas, um “ligar” e uma “arreata”. Outra ponta de 436 bois, 5 cavalos e uma besta levava um par de bruacas, uma cangalha, um “ligar” ou couro para ligar, uma reata, dois sacos, dois laços e uma colher de pau. Às vezes, aparece ainda a menção de um cabresto ou maior número de apetrechos⁽³⁴⁾. Grosso modo, são sempre esses utensílios que os condutores levam nas marchas.

Os cavalos, dos quais se registra um número de passagens pouco inferior ao das bestas, são sempre em pequeno número nesses anos. No Livro do Novo Imposto encontra-se frequentemente de um a cinco cavalos por tropeiro. Trata-se, em geral, de animais de viajantes ou de uso dos condutores e camaradas de tropas de bestas ou de boiadas. Vez ou outra aparecem tropeiros, ou melhor, condutores, que passavam com 100, 200 ou 300 cavalos.

O maior negócio era, sem dúvida, a tropa de muares. Aparecem tropas de diversos tamanhos: as grandes com mais de 300 animais e as pequenas com menos de uma dezena, sendo bastante freqüentes as de 200 ou 300 animais. Sem atingir as proporções das boiadas, têm um grande significado no movimento das estradas do Sul devido à sua freqüência e ao número total de bestas. Um condutor ou capataz teria sob sua responsabilidade, em média, 62 bestas, em 1820, 63 em 1821 e 72 em 1822.

Eram as tropas e boiadas acompanhadas na sua marcha até os centros consumidores ou redistribuidores por capatazes e camaradas ou condutores. Já foi visto anteriormente, o equipamento — principalmente estradas e invernadas — necessário para a marcha dos animais desde o centro produtor até o mercado consumidor; agora há necessidade de ver algo sobre os serviços representados principalmente pelos condutores de gado, além dos efetuados pelos correspondentes, aos quais já se fez referência. Assim, interessa verificar o domicílio dos condutores de gado que passam por Sorocaba — local de trânsito obrigatório para o pagamento das taxas — a fim de complementar o esquema de comercialização do gado. Analisando-se o registro de domicílio dos condutores e relacionando-o com as várias áreas que interessam ao comércio de gado, verifica-se a participação de condutores moradores em todas as áreas, desde as produtoras até as consu-

midoras, com maior concentração nas especificamente ligadas às invernadas e à redistribuição, sempre tendo em conta a amostragem que nos fornece o Livro do Novo Imposto ⁽³⁵⁾. Não se deve esquecer que as cifras e as porcentagens não espelham o total de condutores de gado daquelas áreas, trata-se antes — e convém reafirmar — de amostragens para esses anos, levando em consideração os que participaram dos serviços e passaram por Sorocaba. Muitos condutores de gado participavam do esquema de comercialização do gado, sem, contudo, passarem por Sorocaba, como, por exemplo, os que se encarregavam da fase final do comércio de reses que abrange a área entre Taubaté e o Rio de Janeiro. É, igualmente, o caso dos condutores dos Campos Gerais, que se dedicavam a buscar as bestas no Rio Grande do Sul ou se encarregavam de acompanhar reses e bestas principalmente até a área de invernadas de Faxina—Itapetininga. Assim, no caso específico da participação dos moradores dos Campos Gerais, parece, como se pode deduzir do testemunho dos contemporâneos, e entre eles está Saint-Hilaire, que os números e as porcentagens só são válidos para a comparação com o total dos que passavam por Sorocaba, mas não para se concluir sobre a participação global nesses serviços. As longas distâncias por si só justificavam uma divisão de trabalho.

DOMICILIO DOS CONDUTORES DE GADO (*)

	1820	1821	1822
“Continente do Sul”	6	3	1
Campos Gerais (**)	11	10	8
Castro	8	7	2
Curitiba	8	4	5
Lapa	4	2	3
Guarapuava		1	
Palmeira	1		
total	38(12,2%)	27(8,0%)	19(4,7%)

(Continua)

(*) Constam do “Livro”, sem indicar domicílio, 157 condutores em 1820, 38 em 1821 e 30 no ano seguinte.

(**) Sem discriminação de localidade.

(Continuação)

	1820	1821	1822
Sorocaba	44	89	99
Itapetininga	23	20	24
Faxina (Itapeva)	18	14	12
São Roque	8	6	6
Una (Ibiúna)	5	4	2
Cotia	3	10	15
Fábrica (Ipanema)	1	1	3
Piragibu	1	1	2
Iparo (Iperó)	1		
Araçoiaba	1		
Paranapitanga			1
Paranapanema (Capão Bonito)			1
Sarapuí	2		
Caucaia		1	
Aplai			2
total	107(33,9%)	146(43,4%)	167(41,3%)
São Paulo	14	12	17
São Bernardo	1	1	
Guarulhos	1	3	
Penha			1
Santo Amaro		2	3
Santos	1		
total	17(5,5%)	18(5,3%)	21(5,1%)
Nazaré	1	1	3
Atibaia	15	9	17
Bragança	2	3	5
Juqueri	2	1	
total	20(6,4%)	14(4,1%)	25(6,1%)

(Continua)

(Continuação)

	1820	1821	1822
Campinas	4	4	10
Itu	18	9	10
Porto Feliz	12	17	15
Jundiaí	4	4	8
Araçariguama	4	9	5
Indaiatuba	1		
Piracicaba		1	
Parnaíba	5	2	9
total	48(15,5%)	46(13,6%)	57(14,1%)
Goías (**)		5	4
Franca	1	1	2
Casa Branca			1
Mogi-Mirim	3	6	11
total	4(1,2%)	12(3,5%)	18(4,4%)
Mogi das Cruzes	8	4	17
Jacareí	4	2	5
São José			1
Taubaté	8	9	15
Aparecida	6		
Pindamonhangaba	1		
Cunha	1	1	
São Luís	1	1	1
Paraibuna			1
Resende		1	1
Areias			1
Guaratinguetá	1	2	1
Lorena	2	1	2
Rio de Janeiro	4		4
total	36(11,3%)	21(6,2%)	49(12,1%)

(Continua)

(Continuação)

	1820	1821	1822
Minas Gerais (**)	17	21	26
Baependi	5	4	2
Serro	3	1	2
Cocais	1		
Sabará	1		
Paracatu	1	1	
Camanducaia	2	2	
Barbacena	1	2	1
Caeté		1	
Itajubá		1	
Minas Novas			2
Carrancas		1	1
São João d'El-Rei			1
Pitangui		1	
Mariana		1	
total	31 (10,6%)	36 (10,7%)	35 (8,6%)
domicílios não identificados	10 (3,2%)	16 (4,7%)	13 (3,2%)
total dos domicílios arrolados	309	336	404

Levando em conta apenas o total de domicílios registrados, cerca de 12,0% dos condutores residiam nas localidades dos Campos Gerais e do Rio Grande do Sul em 1820; em 1821 a porcentagem cai para 4,7%, enquanto em 1822, 8,0% dos condutores eram originários dessas áreas (ver tabela acima) ⁽³⁶⁾. As distâncias que separam o Rio Grande do Sul de Sorocaba explicam a pequena frequência de condutores gaúchos. Os habitantes dos campos do atual Estado do Paraná dedicavam-se mais às atividades representadas pela criação em invernada, além de irem buscar muires no Rio Grande do Sul para revendê-los nos Campos Gerais, atividades essas que explicam sua presença relativamente pouco frequente em Sorocaba. Interessante é ainda constatar que a grande maioria dos condutores dessas áreas dedica-se a conduzir muires, são raros os que conduzem reses e uns poucos acompanham cavalos.

A área que maior número de condutores fornecia, a área com verdadeira vocação para o comércio de gado, era a que se estende

ao longo do caminho para o Sul, de Cotia até aproximadamente Faxina, onde se concentravam as invernadas acima referidas, e onde se situava o principal centro de redistribuição de bestas — Sorocaba. De Cotia, passando por São Roque, Una (Ibiúna), Sorocaba, Itapetininga, Paranapanema (Capão Bonito), Faxina (Itapeva), etc., estende-se a principal área fornecedora de condutores de animais: 33,9% dos condutores registrados em 1820 estavam domiciliados aí. Em 1821 são 43,4%, e em 1822, 41,3% declaram-se moradores nessa área ao longo do caminho para o Sul. Sabe-se que boa parte da população da região mencionada tinha como fonte de renda buscar animais nos Campos Gerais e no Continente do Sul. As três localidades onde residia maior número de tropeiros eram Sorocaba, Itapetininga e Faxina, sendo estas últimas centros de invernadas. Contando com dois fatores intrinsecamente ligados ao comércio do gado — o Registro e a feira —, que faziam convergir para aí todos os interessados, Sorocaba era o maior fornecedor de condutores de gado. Sorocabanos constantemente dirigiam-se para o Sul a fim de comprar animais e levá-los para as áreas consumidoras ou de redistribuição. Sorocaba fornecia em 1820 cerca de 11,0% dos condutores, passando nos anos seguintes para aproximadamente um quarto, ou seja, 25,5% em 1821 e 24,5% em 1822. Os viajantes que por essa época transitaram por Sorocaba, Saint-Hilaire, Spix e Martius, por exemplo, mostraram-se impressionados ao notar quanto os habitantes dessa vila se identificavam com os negócios de gado. Embora fossem mais numerosos os condutores de bestas, a área ao longo do caminho para o Sul fornece também razoável número de condutores de reses e de cavalos.

Outra área que apresenta apreciável número de tropeiros era o oeste de São Paulo de então. Corresponde, de maneira geral, à área canavieira — o “quadrilátero do açúcar”. Há algumas décadas aí se desenvolviam os canaviais e proliferavam os engenhos. Essa expansão, aliada a um potencial econômico apreciável, acarretou maior procura de animais de carga e de trabalho. Muitas vezes gente marginalizada pela principal atividade — a lavoura da cana — vai se dedicar a conduzir animais, não só para abastecer os engenhos, mas também para fornecê-los aos tropeiros que se especializaram no transporte do açúcar para Santos⁽³⁷⁾. Em 1820, 15,5% dos condutores que passaram por Sorocaba eram de Itu, Porto Feliz, Campinas, Parnaíba, Araçariguama e de outras localidades. Em 1821, cerca de 13,6%, e no ano seguinte, 14,1% eram oriundos dessa região. Tratando-se de área de mercado consumidor de bestas, a maioria dos condutores domiciliados aí dedicava-se

ao comércio desses animais, embora houvesse alguns ligados ao de reses e cavalos.

O mesmo acontece com os condutores domiciliados na área atravessada pelo caminho para o Rio de Janeiro, o Norte de então. A maioria dedica-se a conduzir tropas de muares, e poucos, as de cavalos ou boiadas. Trata-se de gente que se dirige aos Campos Gerais ou a Sorocaba para comprar animais que depois serão revendidos, principalmente para os fazendeiros do vale do Paraíba ou para o Rio de Janeiro, sendo essa última localidade o principal centro consumidor das reses. Residiam nessa área 11,3% em 1820, 6,2% em 1821 e 12,1% no ano seguinte. Como já foi lembrado, a redução de 1821 explica-se pelas dificuldades econômicas provocadas pelo regresso da família real para Portugal e pela subsequente falta de meio circulante na praça do Rio de Janeiro. Mogi das Cruzes, Taubaté e Jacareí são os principais domicílios de tropeiros.

Minas Gerais, tradicional centro consumidor de bestas, também é apresentada como domicílio de certo número de condutores. Trata-se quase exclusivamente de condutores de muares. Em importância ela vem depois da área ao longo do caminho para o Sul e do Oeste paulista de então. Fornece pouco mais de 10,0% dos condutores de 1820 e 1821 e 8,5% em 1822. Vêm-se localidades bem distantes como Paracatu, Minas Novas e Serro (Diamantina). Os totais não são muito expressivos, mas o simples aparecimento de alguns poucos condutores procedentes de vilas tão afastadas, mostra a área de influência de Sorocaba e de seu comércio de muares, não se devendo esquecer as enormes dificuldades decorrentes das péssimas estradas de então. O longínquo Goiás também fornecia condutores. Em sua "Memória" de 1802, dedicada a seu sucessor Franca e Horta, o governador Melo Castro e Mendonça já falava dos "animais que daqui saem e por aqui transitam, tanto vacuns para o Rio de Janeiro como muares para a mesma Capitania e para Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso" (38).

Segundo o levantamento de domicílio dos condutores que passavam por Sorocaba nos primeiros anos da década de 1820 pode-se perceber a influência que exerceram essa vila e sua feira de animais. Desde as áreas produtoras, ou seja, os Campos Gerais e o Rio Grande do Sul, até praticamente toda a Capitania de Minas Gerais — a partir de Paracatu e Minas Novas no Norte até Camanducaia e Itajubá no Sul, não esquecendo as velhas áreas de mineração como Mariana e Sabará — passando por toda a área povoada de São Paulo e do caminho para o Rio de Janeiro, interiorizando-se pelo caminho que levava a Goiás, atravessando Franca

e Casa Branca, tudo se incluía na área de influência de Sorocaba, de seu Registro e de sua feira.

A feira de muares de Sorocaba atraía condutores de áreas ainda mais afastadas. O próprio Antônio da Silva Prado, por exemplo, em suas cartas, refere-se a um condutor de Santo Amaro, na Bahia, que tinha comprado em Sorocaba mais de 400 bestas e as vendera em Cachoeira (Bahia), obtendo bons lucros. Há igualmente referências à gente de Caitité que vinha a Sorocaba buscar animais, e já foi visto também que ele desistiu de mandar para ali 1.200 bestas em virtude da revolução de Pernambuco. Spix e Martius, descrevendo o comércio de Sorocaba, dizem que às vezes as tropas de bestas eram levadas à Bahia, Pernambuco e Ceará. Esses mesmos viajantes, falando da dificuldade de encontrar muares no Recôncavo Baiano para continuar a viagem, referem expressamente que esses animais vêm do Rio Grande do Sul e de São Paulo acompanhando o rio São Francisco e que devido aos esforços da viagem e à diferença de clima são mais fracos aí do que no Sul ⁽³⁹⁾.

Como o Livro do Novo Imposto registra o nome dos condutores, pode-se verificar se eles têm uma participação mais ativa no tráfico, passando mais de uma vez por Sorocaba durante o ano. Os nomes constantes na lista de 1820 possibilitam verificar uma eventual concentração de atividades, tratando-se, portanto, apenas de uma amostra. As dificuldades, entretanto, são muitas, pois os nomes aparecem estropiados e incorretos, dificultando a verificação. Não se deve igualmente esquecer que certos condutores eram assalariados dos donos das tropas. Percebe-se que poucos são os nomes que se repetem. Segundo os dados de 1820, participaram ao todo nesse tráfico 413 condutores, dos quais 42 transitaram mais de uma vez por Sorocaba. Assim, apenas aproximadamente um décimo conseguiu fazer mais de uma viagem. Os 42 condutores registraram conjuntamente 95 passagens por Sorocaba, o que corresponde aproximadamente a um quinto do total das 466 registradas. Vê-se que, apesar do proporcionalmente pequeno número de condutores, a sua participação quanto às passagens não deixa de ser expressiva. Dois condutores passaram 4 vezes, sendo um de Sorocaba e o outro de Faxina; 7 foram registrados 3 vezes e o restante fez duas viagens. Com espanto se verifica que, dos que registraram 3 passagens por Sorocaba, 3 se declararam moradores em Minas Gerais (Paracatu, Serro e simplesmente Minas Gerais). Dos restantes, um era de Aparecida, outro de Sorocaba e para os restantes não há registro de domicílio. Dos condutores que transitaram 2 vezes, um dizia-se morador em Baependi, um em Minas Gerais, outro em Mogi-Mirim; os restantes declaram-se residentes

em áreas próximas de São Paulo: Itu, Sorocaba, Atibaia, Mogi das Cruzes, Itapetininga e Faxina.

Na realidade, qual era a importância do papel dos condutores no comércio de gado? Pode-se afirmar que desempenhavam uma função de real valor, pois, em grande parte, o bom êxito do empreendimento dependia deles. Basta lembrar que aos tropeiros competia levar os animais dos centros de criação até os centros consumidores ou até a feira de Sorocaba. Embora não haja muitas informações a respeito, percebe-se nas cartas do comerciante a preocupação que os condutores lhe causavam, ainda mais que ele não entrava em contato direto com os mesmos, como já foi visto. Além disso, na correspondência de Antônio da Silva Prado aparecem mais referências aos condutores de boiadas do que de tropas.

Era o pessoal que acompanhava as boiadas constituído de um capataz, o condutor responsável, e de vários camaradas. O número destes camaradas variava conforme o tamanho da "ponta". Assim, além do capataz aparecem 10 camaradas para uma boiada de 445 cabeças e 5 cavalos, 8 camaradas para uma de 325 bois e 22 cavalos, 7 camaradas para 325 reses e 2 cavalos.

Os condutores de boiadas eram pagos por João Francisco Vieira em Taubaté ou por Antônio da Silva Prado em São Paulo, quando voltavam. No início, preferia o futuro barão de Iguape, que as soldadas fossem pagas em Taubaté, mas com o tempo, devido a uma série de problemas surgidos, achava mais vantajoso efetuar o pagamento em São Paulo. Também preferia que se contratassem condutores mais caros mas honestos, já que, em última análise, o lucro dependia do número de animais que chegavam em bom estado a seu destino. O comerciante freqüentemente fazia um adiantamento para a manutenção do pessoal durante a viagem. Assim, deu a um capataz 6\$400 "para despesas de comedrias" na viagem de São Paulo até Taubaté. Outras vezes eram seus correspondentes em Itapetininga, Sorocaba ou Taubaté que adiantavam algum dinheiro para o capataz e os camaradas. Prado preferia acertar as contas com os condutores em São Paulo, pois nem todos se mostravam muito dignos de confiança ou cuidadosos, de maneira que havia geralmente uma perda de animais. Alguns consumiam elevado número de animais durante a viagem. Pede, pois, a Vieira, em Taubaté, que só lhes desse uma pequena quantia "para virem até esta cidade aonde lhes pagarei visto que tanto me convém". Depois, explica-se melhor: "a razão de eu não querer mandar pagar aí os capatazes e camaradas é, por que assim eu os obrigo a que me dêem uma conta exata" (. . .) "o capataz Lázaro e camaradas deixaram pela estrada 30 e tantos bois sem que deles

tenham notícia porém tirei a desforra em lhes não pagar a 'soldada' antes de saber o que acontecera com os animais extraviados" (40). Os condutores, muitas vezes, abandonavam as reses fracas, não procuravam as extraviadas, animais eram vendidos ou consumidos, isso tudo causando prejuízos ao comerciante. Antônio da Silva Prado encarregava algumas pessoas de procurar os animais extraviados. Assim, por exemplo, Luís José do Amaral, morador em Faxina, recebeu a incumbência de "recrutar os bois que da minha conta deixaram os capatazes que conduziram o meu gado" (...) "recomendando-lhe e rogando-lhe a continuação do seu favor a este respeito indagando com vigilância" (...) "a fim de ver se junta os mais que por aí estão dispersos". Devia cobrar ainda o valor de um boi que Ângela Rodrigues matara (41). A maior parte do gado perdia-se antes de chegar a Taubaté. Um capataz, por exemplo, perdera 30 animais numa boiada de 100 cabeças. Foi Lúcio Ribeiro da Silva encarregado de procurar por todo o gado disperso antes de chegar a Taubaté, recebendo um tanto pelo seu trabalho "pois deixar à toa é pior porque tudo se perde e alguns que aparecem sem se procurar os ladrões comem" (42).

No caminho de Taubaté para o Rio de Janeiro também se extraviava muito gado. Antônio da Silva Prado até contratou um capataz para procurá-lo no caminho até o Rio de Janeiro, dando-se-lhe 640 réis por boi achado.

Certa ocasião, Prado escreve ao tenente Lúcio: "Os capatazes que daí têm seguido para o Rio têm deixado bastante gado, e é preciso exigir de cada um uma relação anunciando os que morreram aonde, os que venderam a quem, os que deixaram aonde, e entregues a quem, assim é o melhor modo de se conhecer se são ou não verdadeiros e pelas mesmas relações se manda procurar assim como tenho feito com os que conduzem de Curitiba até essa e de outra forma acho uma coisa muito fora de razão dizerem: entreguei tanto, e os mais não sei deles — isto é constituí-los ladrões" (43). Numa boiada de 478 animais, por exemplo, chegaram ao Rio somente 431. Frequentemente pede aos capatazes que vão procurar em determinados lugares reses perdidas. Dinis conseguiu, várias vezes, localizar animais em Sorocaba, pertencentes às boiadas de Prado.

As perdas de animais durante a marcha até Sorocaba ou até os centros consumidores constituíam um entrave bastante grande para o comércio de gado. Bestas e reses extraviavam-se por causa de doenças, como o "mal dos vasos", bichas, picadas de cobras, roubos e principalmente pelos descuidos dos capatazes e camara-

das, como foi visto. Com relação às tropas de bestas as perdas mais freqüentes também podiam ser atribuídas a descuidos de capatazes. A um freguês do Rio de Janeiro, por exemplo, o comerciante aconselhava que tomasse providências contra o capataz “que foi quem o traiu talvez por uma ou duas bestas”. Contando com grande círculo de conhecidos, não raro a pedido de um freguês, mandava providenciar a procura de animais extraviados. Às vezes, animais mancos ou doentes eram abandonados ao longo do caminho para depois serem recuperados. Há também os animais roubados, o que parece ter sido bastante freqüente nos pastos da cidade de São Paulo. Antônio da Silva Prado, em 1819, quando foram furtadas umas bestas a um amigo de Machado, comentava que o roubo “é costume antigo no tal pasto do Bexiga”. É, entretanto, difícil saber qual a porcentagem de animais perdidos durante a marcha. Bigg Withers percorreu os campos do Paraná por volta de 1879; apoiado em relatos de velhos condutores de gado, afirma que não se perdia mais de 1% dos animais na marcha desde o Rio Grande do Sul, até Sorocaba. Numa descrição da estrada da mata, de 1811, fala-se, porém, que devido à sua precariedade ela era o “sumidouro se não da metade, pelo menos da terça parte dos gados”. É verdade que desde aquele ano algumas melhorias foram feitas aí, mas o exagero do redator da descrição de 1811 talvez se explique pelo interesse que tinha em conseguir do governo do Rio de Janeiro o conserto da referida estrada, acenando inclusive com a possibilidade de aumento das rendas reais que uma maior facilidade de trânsito para os animais possibilitaria (44).

Como já foi mostrado, há poucas informações sobre o pessoal que acompanhava o gado até os centros consumidores ou redistribuidores, não existindo referências ao seu trabalho e, o que é mais lamentável, ao seu pagamento. Apesar de poucas e insatisfatórias, vale a pena referir as informações colhidas nos papéis de Antônio da Silva Prado, relativas ao pagamento do pessoal das tropas e boiadas, já que essas despesas, além de outras, são necessárias para se poder estudar a rentabilidade do comércio de gado no Sul do Brasil. Permitem, pelo menos, que se tenha uma idéia, embora não muito consistente, do volume dos gastos.

Algumas informações sobre as quantias pagas aos capatazes e camaradas que levavam as boiadas até Taubaté não deixam bem claro se correspondiam ao trajeto desde os Campos Gerais ou só desde Itapetininga. Verifica-se que os capatazes recebiam de 18\$000 a 24\$000 e os camaradas de 4\$000 a 12\$000. O pagamento, naturalmente, devia variar conforme o tamanho da boiada e a distância percorrida. Para melhor exemplificar, serão transcri-

tas as despesas com o pessoal de algumas boiadas chegadas a Taubaté provavelmente procedentes dos Campos Gerais.

Março de 1821 — Boiada de 311 bois e 2 cavalos

Capataz José de Almeida	24\$000
Camaradas Francisco de Lima	10\$000
José Ruiz	10\$000
Reginaldo de Almeida	7\$000
Marcelino Ribeiro	8\$000
Inácio da Silva	8\$000
Salvador da Fonseca	7\$500
Inácio Nunes	5\$000
	<hr/>
total	81\$500

Outubro de 1820 — Boiada de 445 reses e 5 cavalos

Capataz José Pinto de Andrade	22\$000
Camaradas Joaquim José	12\$000
Joaquim Álvares	11\$000
Paulo	10\$000
Cantante (?)	12\$000
Silvério	12\$000
Antônio Ferreira	11\$000
José Pedro	12\$000
Joaquim	4\$000
Manuel de Oliveira	5\$000
Paulo	9\$000
	<hr/>
total	120\$000

No primeiro exemplo, as despesas com o pessoal foram de 262 réis em média, por animal, e na segunda boiada de 248 réis. Numa boiada de 433 animais, os gastos totalizaram 116\$800, sendo, portanto, a despesa por animal de 269 réis (dezembro de 1820). Numa boiada de 325 animais, Prado gastou cerca de 246 réis por cabeça com despesas de pessoal.

Relativamente às quantias despendidas com capatazes e camaradas que acompanhavam as tropas de muares, apenas há referências muito vagas. Existe somente uma conta de abril de 1828, referente a uma tropa de 80 bestas enviadas para dois fregueses em Campos. O capataz e os camaradas que a conduziram de Sorocaba até Campos receberam 169\$000, mais 64\$000 para as despesas durante a viagem. Num total despendido com essa tropa, incluindo o preço dos animais, apetrechos, cavalos, pagamento de pessoal e despesas de viagem, num montante de 3:205\$230, o ordenado dos condutores perfazia 5,2% e os gastos totais para a remessa estariam na ordem de 10,0%. Tratando-se da única conta

sobre despesas com a compra e remessa de uma tropa, vale a pena transcrevê-la:

“Conta do principal e mais despesas de 40 mulas e um cavalo que em consequência da carta de ordem de 5 de fevereiro do corrente do Sr. José Antônio Moreira remeti para a Vila de Campos de Goitacases pelo capataz José Garcia a ser ali entregue ao Sr. Luís Antônio de Siqueira, a saber:

Por 40 mulas a preço de 36\$000	1:440\$000
Por 1 cavalo rosilho	20\$000
Novos impostos de 40 mulas a 480, o cavalo a 420	19\$620
Por meio alqueire de sal na internada	\$960
Por 1 laço	1\$120
Por 1 campainha	\$480
Pela metade de 64\$000 que dei para as despesas	32\$000
Pela metade de Rs. 169\$000 que foram ganhando o capataz e camaradas que conduziram a tropa	84\$500
	<hr/>
	1:598\$850

“Conta do principal e mais despesas de 40 mulas e um cavalo que de ordem do Sr. José Antônio Moreira remeti para a vila dos Campos de Goitacases pelo capataz José Garcia a ser entregue ao Sr. Xisto Dias Coelho Neto, cuja remessa fiz em seguimento do dito Sr. Moreira de 15 de janeiro do corrente:

Por duas parelhas de bestas compradas do Tenente-Coronel Bento Gonçalves, a pagar em notas do Rio de Janeiro, cuja importância ordenei por carta de 13 de abril, entrega-se a José Gonçalves de Oliveira	256\$000
Por 40 bestas remetidas por dito capataz a preço de 36\$000	1:440\$000
Por 1 cavalo russo	20\$000
Pelos novos impostos de 44 mulas a 480 e 1 cavalo a 420	21\$540
Por meio alqueire de sal na internada	\$260
Por uma cangalha e arroxó	2\$800
Por 1 par de bruacas	2\$080
Por 1 laço	1\$120
Por 1 caldeirão	1\$350
Por metade de 64\$000 que dei para as despesas	32\$000
Por metade de 169\$000 que foram ganhando o capataz e camaradas	84\$500
	<hr/>
	1:606\$650

De 1818 temos outra conta de venda de uma tropa que inclui as despesas feitas em Sorocaba, onde foram compradas 252 bestas por 2:394\$000. A “passagem de Sorocaba” orçou em 161\$280, o imposto de um cavalo em 200 réis, o aluguel do pasto por uma noite em Sorocaba 2\$000, mantimentos para a condução 1\$100, despesas para amansar a tropa 12\$800 e pagamento ao capataz e

camaradas 12\$800. As despesas por animal, portanto, orçaram em 805 réis. Do capital total despendido com a tropa as despesas representaram cerca de 7,8% ⁽⁴⁵⁾.

Já se constatou a precariedade das informações que permitiriam a verificação dos gastos com tropas e boiadas durante sua marcha dos Campos Gerais até Sorocaba ou Rio de Janeiro. Um maior conhecimento de tais gastos faz-se extremamente necessário para se poder aquilatar a rentabilidade dos negócios de gado que desempenharam papel de destaque na economia do Sul do país, em especial de São Paulo. Já foi visto que são raríssimas as informações sobre o preço das invernadas e sobre o pagamento do pessoal que conduzia os animais. Não se sabe, por exemplo, quanto recebiam os correspondentes em Taubaté, Castro e Itapetininga pelo trabalho de providenciar a invernada dos animais, de recrutar capatazes e camaradas, organizar e verificar o tamanho das “pontas” de reses ou muares e determinar a época em que devia iniciar-se a marcha. Faltam informações sobre gastos que realmente existiram, sem, no entanto, haver possibilidade de se saber em quanto orçavam. Além das despesas acima referidas, há apenas uma ou outra informação sobre outras despesas efetuadas durante a marcha.

Certa ocasião, por exemplo, a Câmara de Taubaté quis cobrar uma taxa de 200 réis por animal que pastasse nos campos da vila. Antônio da Silva Prado refuta a pretensão, afirmando que sem ordem do rei não se podia cobrar tal taxa e “por isso haveremos de ver destruída esta manobra a benefício de todos os que conduzirem animais” ⁽⁴⁶⁾. Ele outra vez teve que pagar ao arrematante do porto de Jacareí 12\$000 para a passagem, em canoa, da primeira boiada. Recomenda a Vieira para não mais pagar essa taxa, alegando não ter ordem para tanto, que ele, Prado, se encarregaria de acertar as contas, sem contudo se sujeitar a tal exorbitância. Em Sorocaba, certa feita, foi obrigado a despende 240 réis pelo uso de uma canoa “para cerco do Rio e benefício do gado”. Mais tarde, refere-se a 480 réis pela canoa ⁽⁴⁷⁾. Saint-Hilaire também se refere a várias peagens pagas em travessias de rios.

Numa contabilidade também teriam que constar os impostos em Sorocaba, sem esquecer os cobrados em Curitiba. O comerciante geralmente creditava na conta de Dinis a importância correspondente. Recomendava ao cobrador em Sorocaba, caso os condutores não trouxessem guias por descuido de Francisco Teixeira de Azevedo, que abrisse as cartas para certificar-se de que se tratava de gado dele, Prado. As invernadas também davam despesas, mas raramente se fica sabendo em quanto orçavam. Uma das raras notícias é a que se refere aos 259\$880 réis pagos por

Prado a Francisco Teixeira de Azevedo pela remessa de 4 pontas de gado, em fins de 1821 ⁽⁴⁸⁾. Também deviam ser computadas as despesas feitas com o sal dado aos animais. Em abril de 1821, por exemplo, Dinis pagou ao alferes Valeriano a cifra correspondente a 100 bois mais 30\$000 referentes ao sal que esses animais consumiram. Antônio da Silva Prado enviou 50 alqueires de sal ao tenente Triunfo para ser dado ao gado internado na área Faxina—Itapetininga e nos Campos Gerais ⁽⁴⁹⁾.

Com relação ao comércio de muares os problemas são ainda maiores, já que não existem informações sobre os gastos da marcha das bestas, dos Campos Gerais a Sorocaba, como já foi visto. Há uma referência a despesas efetuadas com camaradas, concernente a uma tropa de 112 bestas comprada pelo comerciante em fins de 1824, em Lapa. Para os 112 animais, no valor de 2:165\$000, registra-se um gasto de 43\$840, o que representa 1,9% do capital total, e a cada animal corresponde 391 réis. Na compra feita por Antônio da Silva Prado e João da Silva Machado, em Lapa, em fins de 1824, os gastos perfaziam 3:769\$040 num total empatado de 54:964\$060, ou seja, cerca de 6,8% do capital. Como despesas estão registrados os direitos de Santa Vitória referentes a 1.400 bestas no valor de 3:289\$600, camaradas e pontas 43\$840, “Novo Imposto” e imposto de Guarapuava de 106 bestas 50\$880, despesa do banco 73\$320, “novo imposto” de 515 bestas e 10 cavalos 251\$400 e mais a compra de 5 cavalos — 60\$000. Vê-se também que essa não é uma contabilidade completa, trata-se antes de registro das despesas feitas até certa data. Registramos essas despesas apenas para mostrar que elas existiam e que deveriam ser levadas em conta numa verificação de rentabilidade desses negócios. Há algumas informações sobre gastos em Sorocaba até o vale do Paraíba ou até o Rio. Numa tropa comprada em Sorocaba e vendida no vale do Paraíba e no Rio, em 1818, aparece um gasto por besta de 845 réis, perfazendo a despesa cerca de 8,2% do capital total empatado. Em outra tropa igualmente comprada em Sorocaba e vendida na mesma área em 1820, a despesa por animal foi de 478 réis, correspondendo a 2,5% do capital empatado no negócio. Em 1821, numa tropa vendida no Rio de Janeiro, a despesa foi de 1\$679 por besta, incluindo os impostos pagos em Sorocaba. Todas as despesas correspondem a 9% do capital empatado. Em 1830, a venda de uma tropa de bestas, na qual as despesas por animal foram de 508 réis, estas não representaram mais que 1,2% do capital. Em 1833 os gastos foram igualmente baixos: 693 réis por cabeça e 1,5% do total. Em ambos os casos, entretanto, não se sabe onde foram vendidos os animais, de maneira que se torna impossível o

aproveitamento destes dados para a verificação dos gastos durante a marcha. Como já foi dito, essas amostragens foram feitas apenas com o intuito de ressaltar a importância desses gastos que deveriam entrar no cômputo da rentabilidade desses negócios.

NOTAS

1. DI, 35, p. 40, 17 de abril de 1773; RIHGB, 21, p. 315; *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado*, 15, p. 12, "Ata do Conselho de Presidência", 14 de novembro de 1829.

2. AE, Ordem 1570, C. 1, Tesouro 1823-1829, 1-3-66. De Sorocaba a Castro a distância era de 72 léguas, segundo Saint-Hilaire, de 74 segundo o "Itinerário" feito por volta de 1773 (DI, 35, p. 56-57, "Itinerário ...") e de 60 conforme o "Mapa das Estradas" incluído no livro de Muller.

3. SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Província de São Paulo*, p. 278 e 289.

4. SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Comarca de Curitiba*, p. 84 e 100.

5. DI, 15, p. 85, ofício de 28 de junho de 1812; AVE LALLEMENT, Roberto, *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*, II, p. 69.

6. CHICHORRO, Manuel da Cunha Sousa, *op. cit.*, RIHGB, tomo XXXVI, p. 228; AE, TC, Ordem 302, C. 63, Doc. 63-2-106, Relatório de 22 de março de 1811.

7. DI, 36, p. 121, C.R., 9 de setembro de 1820; DI, 36, p. 137, carta de Vila Nova Portugal, 15 de fevereiro de 1821.

8. DI, 86, p. 14, Atas do Conselho de Presidência, 27 de outubro de 1824.

9. DI, 86, p. 131, Atas do Conselho de Presidência, 4 de fevereiro de 1826; *Boletim do Departamento de Arquivo do Estado*, 15, p. 12, Atas do Conselho de Presidência, 14 de novembro de 1829; RIHGB, tomo XXXVI, p. 266, discurso de José Carlos Pereira de Almeida Torres, 1º de dezembro de 1829.

10. 21, f. 359, 21 de abril de 1829.

11. 20, f. 21, 13 de março de 1821.

12. DEBRET, J. B., *op. cit.*, I, p. 202.

13. 20, f. 20, 13 de março de 1821.

14. 20, f. 132, 7 de dezembro de 1821; f. 118, 6 de novembro de 1821; f. 122, 16 de novembro de 1821; f. 134, 11 de dezembro de 1821.

15. DI, 4, p. 113, Portaria de 24 de setembro de 1788.

16. 19, f. 335, 31 de dezembro de 1820; 20, f. 21, 13 de março de 1821.

17. 19, f. 328, 7 de dezembro de 1820; f. 330 v., 22 de dezembro de 1820.

18. 19, f. 315 v., 17 de dezembro de 1820.

19. SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagens à Província de São Paulo*, p. 291-292.

20. 19, f. 326 v., 14 de dezembro de 1820.

21. 19, f. 331, 22 de dezembro de 1820; 19, f. 338 v., 8 de janeiro de 1821.

22. 21, f. 331, 20 de setembro de 1828; f. 321, 17 de outubro de 1828.

23. AE, TC, 53-2-208, carta de 2 de janeiro de 1822; 53-2-102, carta de 1º de janeiro de 1820.

24. GOULART, J. A., *op. cit.*, p. 155; 21, f. 116, 1º de maio de 1823.

25. SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Província de São Paulo*, p. 270.

26. SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Segunda viagem...*, p. 90.

27. 19, f. 335, 31 de dezembro de 1820.

28. Antes disso, entretanto, não estava tão certo de enviar os animais ao pasto do Ventura, na Bocaina, que "além de não ser bom tem imensa erva e isto mesmo me asseverou o amigo João da Silva Machado e trouxe-me por experiência o prejuízo que suportou o ano passado o Cordeiro com a internada que fez nos campos do dito Ventura, porém as suas informações são todas contrárias a isto e assim não sei o que será mais acertado" (20, f. 125 v., 21 de novembro de 1821). Para verificar as condições reais dos pastos enviou seu sócio Francisco Mariano da Cunha, inclusive para tratar do preço, pois "uns diziam que o pasto do Melo era melhor do que o do Ventura e outros o contrário". Antes de ficar com os pastos da Bocaina, procurou mais informações sobre os pastos do Melo e do Brás, por ter sabido que aí não existia tanta erva "que nos campos dessa vila tem e por isso quase sempre se sofre imensos prejuízos por causa das ervas".

29. 20, 38 v., 1º de maio de 1821.

30. 21, f. 224, 7 de setembro de 1827; 14, f. 22 e 54.

31. 20, f. 3, 18 de janeiro de 1821.

32. 20, 87 v., 29 de agosto de 1821.

33. Deixamos de lado as cifras correspondentes às éguas e aos potros por não terem nenhuma expressão no conjunto. Aluisio de Almeida (*op. cit.*, *Revista de História*, n. 63, p. 117) escreve "muare e cavalos até 1822 oscilam entre 5.000 e 20.000, umas trinta tropas". Quanto ao número de tropas há evidente exagero. É interessante notar que em todos os papéis de Prado não aparece o termo tropeiro. É o capataz ou condutor ajudado pelos camaradas que conduzem a tropa ou boiada. Segundo Aluisio de Almeida (*O tropeirismo e a feira de Sorocaba*, p. 8), o termo tropeiro é setecentista e sulino. Concolorcorvo, o qual descreve em 1773 o caminho de Buenos Aires até o Peru, passando por Salta, onde se realizava uma grande feira de muare, usa as palavras "capataz" e "peones" para designar os que acompanhavam uma tropa (ver *El lazarillo de ciegos caminantes desde Buenos Aires hasta Lima*).

34. 20, f. 139, 2 de janeiro de 1822; f. 138, 22 de dezembro de 1821.

35. Infelizmente são os únicos dados disponíveis, já que os Livros de Registro de Sorocaba, de 1826 em diante, conservados no AE, não mencionam o domicílio dos condutores de gado.

36. Para essas considerações usamos apenas o total dos domicílios registrados, descontando, portanto, do total de condutores os que não têm seu domicílio declarado. Para 1820 há 309 domicílios registrados, para 1821, 336 e para o ano seguinte 404.

37. Ver PETRONE, Maria Thereza Schorer, *A lavoura canavieira em São Paulo*, p. 222.

38. DI, 44, p. 138. O mesmo governador em 1800 também se refere aos animais que transitam por São Paulo com destino ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (DI, 22, p. 149).

39. 18, f. 72, 1º de julho de 1817; 18, f. 69, 1º de junho de 1817; SPX, J. B. e MARTIUS, C. F. Ph. von, *op. cit.*, I, p. 287 e II, p. 713.

40. 19, f. 332, 26 de dezembro de 1820; f. 343, 16 de janeiro de 1821.

41. 20, f. 142, 10 de janeiro de 1822.

42. 20, f. 105, 9 de outubro de 1821; 20, f. 76, 31 de julho de 1821; f. 119, 10 de novembro de 1821. Lúcio Ribeiro da Silva ainda recebe ordens: "a fim de que melhor examine ditos capatazes, pois de outra forma é deixá-los furtar quanto quiserem" (...) "não entendo semelhante sistema alheio do costume que se pratica, quando se entrega uma coisa deve se dar saída e tanto consegui dos capatazes que trazem de Curitiba, dando relação aonde deixaram os que morreram aonde e assim evita muitos furtos". Na "primeira recruta", o tenente Lúcio fez recolher 16 reses.

43. 20, f. 76, 29 de julho de 1821.

44. BIGG-WITHERS, Thomas P., *Pioneering in South Brazil*, II, p. 229; AE, TC, Ordem 302, C. 63, doc. 63-2-106, Relatório de 22 de março de 1811.

45. 21, 278 v., 30 de abril de 1828; 12, f. 134, conta corrente de 11 de março de 1818. Todas as contas foram transcritas como se encontram nos documentos, embora as somas não estejam sempre certas.

46. 20, f. 15 v., 9 de março de 1821.

47. 19, f. 343, 16 de janeiro de 1821; Prado achava que a passagem em Jacareí devia ficar por um preço razoável, pois ele tinha facilitado a passagem de gado pela ponte de Pinheiros ao cap. Cláudio; 20, f. 140, 4 de janeiro de 1822; f. 131, 6 de dezembro de 1821.

48. 13, f. 109.

49. 20, f. 30 v., 8 de abril de 1821; f. 19 v., 6 de abril de 1821.

VI

MERCADOS CONSUMIDORES

1. O Rio de Janeiro, mercado consumidor de bovinos

Era o Rio de Janeiro o principal mercado consumidor do gado bovino criado nos Campos Gerais, ocupando, portanto, lugar de destaque no esquema de comercialização acima apontado, já que desempenhava papel decisivo como fator determinante das condições de compra e do fluxo dos animais. Prado, em sua correspondência, deixa transparecer constantemente o papel desempenhado pelo mercado consumidor do Rio de Janeiro, não só para o esquema por ele montado, mas para todo comércio de bovinos na Província de São Paulo. Percebe-se, outrossim, que a maioria das boiadas dos Campos Gerais destinava-se ao consumo na Corte e que poucas eram vendidas na cidade de São Paulo ou em Santos.

Já no século XVIII o Rio de Janeiro começou a desempenhar papel de destaque quanto ao comércio de produtos destinados ao consumo da população urbana. Mas foi com a vinda da família real que o Rio de Janeiro teve um desenvolvimento extraordinário, transformando-se em mercado consumidor de real importância com amplas repercussões na economia do Centro-Sul do país. Aumento de população urbana, alterações de hábitos devido à presença de muitos estrangeiros e melhoria do nível de vida dos fluminenses, como se dizia então, acarretados pelas modificações políticas, administrativas e econômicas introduzidas depois de 1808, deram à capital do país um papel, como centro consumidor, até então desconhecido no Brasil. O comércio de gado de corte, já que a carne era de importância na dieta, obteve, assim, um incremento muito grande.

A falta de carne durante a época de D. João VI, e mesmo depois, era freqüente no Rio de Janeiro. Em 1818, por exemplo, o governo teve que intervir para regularizar o abastecimento de gado de corte. Por Aviso Régio de 10 de setembro determinava-se ao governo de São Paulo providências “para que desça desta

Capitania para o abastecimento daquela Corte o maior número de gado vacum que for possível, visto a considerável falta que ali se experimenta deste artigo de primeira necessidade”. O governo emitiu um bando exortando os criadores de gado a que “façam prontas remessas de boiadas para a Corte do Rio de Janeiro na certeza não só de que hão de vendê-las ali com lucro, mas também de que os seus capatazes e condutores não hão de ser inquietados por maneira alguma” (1). Os condutores de gado para o Rio de Janeiro, aliás, foram isentados de recrutamento várias vezes, a partir de 1808, como, por exemplo, pela decisão de 23 de dezembro daquele ano, embora esta se dirigisse mais diretamente aos condutores de Minas Gerais; pela decisão de 18 de janeiro do ano seguinte, que isentava todos os condutores de gado que abasteciam o Rio de Janeiro e, finalmente, pela de 10 de outubro de 1822, isentando do recrutamento os tropeiros e boiadeiros. Já no início de 1822 — enquanto as desordens políticas se sucediam —, José Bonifácio escreve ao governo provisório de São Paulo, declarando infundados os receios dos condutores em se aproximarem do Rio de Janeiro devido aos preparativos da guerra e garantindo “que todos os condutores de gado, e outros víveres acharão sempre franca a entrada e a saída desta cidade” (2). Luccock, que viveu no Rio durante boa parte do período joanino, descreve o abastecimento de carne na capital com cores bastante sombrias. Além de criado e engordado com poucos cuidados, o gado tinha que marchar 300, 400, até 700 milhas, morrendo muitos animais durante a caminhada e os restantes chegando em estado lastimável. O comerciante inglês continua descrevendo o abate e conclui: “As condições gerais do animal, bem como as manipulações pelas quais passava tornavam a carne tão ruim, que só a necessidade premente ou a sua vista constante e sempre nas mesmas péssimas condições, poderiam levar a menos delicada das pessoas a provar dela”. Já durante a estadia de Luccock, as condições do abastecimento do Rio de Janeiro melhoraram muito: “Tal como outros artigos, aos poucos, foi-se fazendo melhor, logo que a procura ficou constante e certa e o mercado reabastecido com maior regularidade”. O pintor francês Debret, além de nos ter deixado um desenho sobre a maneira primitiva do transporte da carne no Rio, também dá algumas informações relativas à precariedade do abate e do abastecimento de gado. Narra que, para fornecer carne melhor, os açougueiros franceses introduziram o hábito de pagar um preço mais elevado, mas tê-la mais bem sangrada e cortada (3).

Outros viajantes estrangeiros como Walsh, Leithold, Mawe, Spix e Martius referem-se também à má qualidade da carne bovina consumida no Rio de Janeiro, atribuindo este fato aos longos

percursos que os animais tinham que fazer desde a área de criação. Em oposição, todos sempre elogiavam a carne de porco, e muito maior consumo que a de vaca, no Rio de Janeiro daqueles anos.

Para tornar mais atrativo o abastecimento de gado vacum e, portanto, de carne, o governo, por resolução de novembro de 1823, decidiu não mais fazer a exploração da venda de carne verde na capital do país através de contratos e “que seja livre e franco todo o comércio de gado vacum”. Foram revogadas as ordens que obrigavam os negociantes de reses a conduzi-las para a Corte. O abate dos animais e o preço da carne também foram liberados por essa Resolução Imperial ⁽⁴⁾. Era uma tentativa de regularizar o abastecimento por meio de uma política liberal.

Pelo que se pode deduzir dos inúmeros viajantes estrangeiros que estiveram no Rio naqueles anos, a grande maioria de bovinos consumidos aí vinha do Sul do país. Blackridge, por exemplo, fala em gado proveniente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; Spix e Martius relatam que animais de carga e de corte provinham do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Debret refere-se a “capitalistas” de São Paulo que enviavam capatazes a Curitiba com o objetivo de comprar animais para depois serem vendidos no Rio de Janeiro. Parece que o abastecimento de gado de corte nessa cidade era feito principalmente pelos comerciantes de São Paulo e de Taubaté. Já no século anterior os paulistas tinham a fama de comerciantes de gado. O autor do *Divertimento admirável*, por exemplo, refere-se, em 1783, “aos que vão de São Paulo” comprar animais cavалares e vacuns criados em Lapa ⁽⁵⁾.

Embora grande mercado consumidor, as oscilações de oferta e procura verificadas no Rio de Janeiro não deixavam de influenciar o comércio de gado de corte proveniente dos Campos Gerais. As facilidades de venda e o preço, na capital do Brasil, preocupavam constantemente criadores e comerciantes, de maneira que Prado, por exemplo, procurava sempre estar a par das flutuações que ocorriam aí para regular o fluxo das boiadas. Igualmente, seu correspondente em Taubaté, do qual em última análise dependia em grande parte todo o sucesso dos negócios, devia estar bem informado, para, quando necessário, fazer uso de um “próprio” isto é, um emissário especial capaz de verificar *in loco* as condições de venda das boiadas.

A tarefa mais importante do correspondente em Taubaté, João Francisco Vieira, era, portanto, regular o fluxo dos animais, isto é, organizar a partida das “pontas” de gado conforme as condições do mercado consumidor. Este, como já foi visto, além de receber o gado em Taubaté e arranjar-lhe invernações, desempenhava um papel decisivo em toda a organização de Prado, por-

quanto encarregava-se de regular a saída da mercadoria e assim conseguir os melhores preços e evitar prejuízos. Cabia-lhe também verificar quais os animais que estavam em condições de marchar e de obter bons preços e determinar qual a melhor época para enviá-los ao Rio de Janeiro. Prado escreve a João Francisco Vieira: “Eu não exijo brevidade na marcha do gado e só sim quero Vm.^{ca} calcule o que deve seguir se demorar ou fazer marchar logo enfim o meu amigo sabe e delibere como achar melhor em meu benefício”. Mesmo depois de terem contratado o tenente Lúcio Ribeiro da Silva, o comerciante continua a pedir ao seu correspondente que tenha “todo este meu negócio debaixo de suas vistas para deliberar e mandar quando for a meu benefício” (6).

Para completar sua organização comercial, fazia-se necessário encontrar um comprador no Rio de Janeiro. Primeiramente, pensa em alguém que se interesse em comprar o gado posto nas próprias invernadas no Sul. Mas, graças à interferência de João Francisco Vieira e do capitão-mor Ventura, o comerciante fluminense Nuno da Silva Reis se encarregou da revenda do gado de Antônio da Silva Prado.

As remessas de reses para o Rio dependiam dos preços vigentes, os quais oscilavam conforme a oferta e a procura de animais. De maneira geral, eram mais elevados nos meses de entressafra, isto é, nos meses de inverno, e tendiam a baixar na safra, ou seja, de novembro a janeiro. Já foi referido que em 1820 Antônio da Silva Prado organizou o comércio de reses, enviando em meados do ano Francisco Mariano da Cunha aos Campos Gerais para adquirir animais. Em março desse ano o preço no Rio de Janeiro foi de 14\$000 por cabeça. Em setembro, o comerciante paulista comunica-lhe: “as notícias do Rio de Janeiro, respeito ao gado não são desagradáveis” (7). Mas para o fim do ano, entretanto, corria a notícia de que o preço no Rio de Janeiro era de 6\$000; tal fato induziu Prado a solicitar de João Francisco Vieira que providenciasse pastos para o gado, que não devia seguir para a Capital do país. Em consequência, quatro pontas de gado ficaram retidas em Taubaté, uma em Paranapitanga, sendo outra vendida em São Paulo ao arrematante do açougue por 8\$500 a cabeça (8). Como, entretanto, a notícia do preço exageradamente baixo fosse desmentida e se soubesse que este devia estar em torno de 10\$200, o comerciante deu ordens a João Francisco Vieira que remetesse os animais bons ao Rio de Janeiro.

Nesta safra de 1820-1821 Prado incorreu no erro de enviar o gado mais tardiamente, acreditando que, como comunica a seu enviado nos Campos Gerais, “quanto mais tarde for a disposição, maior interesse nos deve resultar”. Foi visto que nesse ano teve

perdas de animais durante a marcha, principalmente devido às “ervas” venenosas. Contando com Nuno da Silva Reis, seu correspondente no Rio de Janeiro, afirma que para a futura safra já dera providências a fim de que os animais chegassem o mais cedo possível, porque “até esse tempo não há tanta mortandade” (...) “como o último que mandei”⁽⁹⁾.

Em fins de janeiro (1821), Nuno da Silva Reis já tinha vendido a primeira ponta de 201 bois a 11\$500 por cabeça, além de ter tratado a venda do restante por 11\$000 cada um⁽¹⁰⁾. Satisfeito com esse negócio, Prado agradece a João Francisco Vieira, a quem deve esse bom resultado. Esperava que semanalmente fosse enviada uma ponta de gado. João Francisco Vieira tratava com o comerciante do Rio de Janeiro sobre a venda dos animais e seu preço. Interessante é que, embora Nuno Reis continuasse a vender as boiadas, só em março de 1821 o dono delas entra em contacto direto com o comerciante fluminense. Este encarregar-se-á de vender 1.700 bois, além dos 2.400 que ainda estavam no “Continente de Curitiba” e que deveriam vir na próxima primavera. Prado mostrava-se satisfeito com a correspondência com Nuno da Silva Reis, e espera obter mais facilmente informações sobre a situação do mercado fluminense. Até julho desse ano (1821), Nuno Reis vendeu 2.059 bois enviados por João Francisco Vieira pelo preço de 21:532\$310, o que dá uma média de 10\$457 por animal⁽¹¹⁾. Apesar das perdas que teve durante a marcha, certamente não fez maus negócios.

Prado aproveita a disponibilidade de dinheiro no Rio de Janeiro para satisfazer certas obrigações que tinha para com o tesoureiro geral do Banco do Brasil, nessa capital, com o tesoureiro da Caixa dos Descontos em São Paulo e com o Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens, além de saldar dívidas que contraíra naquela cidade.

Além de ter vendido uma boiada em São Paulo, o comerciante oferece animais ao arrematante do corte em Santos. Uma ou outra vez, o capataz que conduzia o gado para o Rio de Janeiro recebia a incumbência de vendê-lo da melhor maneira possível ao longo do trajeto. Depois de remetida a maior parte dos animais, alguns bois retidos em Taubaté deviam ser enviados ao Rio de Janeiro ou vendidos aí mesmo. Em julho ainda foram para a capital do país 60 reses, que foram vendidas por 545\$638, dando uma média de 9\$093 por cabeça. O comerciante queria que todos os animais comprados em 1820 fossem ou remetidos para o Rio de Janeiro, ou vendidos em Taubaté, até o início da nova safra.

Em 17 de novembro de 1821, passava por São Paulo a primeira “ponta” de gado da nova safra, devendo chegar a Taubaté

em 26. O tenente Lúcio Ribeiro da Silva devia imediatamente providenciar a marcha de duas “pontas” de 100 animais cada uma para o Rio de Janeiro. Apesar de ser começo de safra, já havia abundância de gado de corte aí, mas Prado não suspende a ida das suas boiadas “porque esta notícia há de fazer com que parem e por isso eu mando e demais pelas providências que V.Sa. tem tomado a benefício dos seus consignatários não devo ter receio e sou de parecer de V.Sa. fazer sempre vender a pessoas seguras”, como escreve a Nuno da Silva Reis. Recomenda ainda, já que queria mandar vir para São Paulo o produto dessas vendas, que o pagamento fosse sempre feito em prata ou cobre ⁽¹²⁾. Apesar das notícias de que o boi estava sendo vendido no Rio de Janeiro por 6\$000, o comerciante paulista continua insistindo com o tenente Lúcio Ribeiro da Silva para que enviasse todas as sextas-feiras duas pontas de gado.

São disponíveis apenas mais algumas informações sobre esses negócios, já que as cartas se interrompem. Em outubro de 1822 Nuno Reis ainda vendeu 103 reses por 11\$000 cada uma e 650 bois pelo preço unitário de mais ou menos 9\$152. Em maio de 1823 Antônio Francisco Leite vendeu por conta de Prado 48 bois por 8\$200 cada um. Sabe-se ainda que em março e abril de 1823 o preço alcançado foi de 9\$600 e 9\$200 por cabeça ⁽¹³⁾.

Até 1825, quando a correspondência recomeça, já não existem informações sobre os negócios de gado. Nesse intervalo devem ter ocorrido modificações decisivas nos interesses comerciais de Prado, que abandonou quase inteiramente os negócios relativos a reses para se dedicar com maior intensidade ao de bestas. Lucro maior e maiores facilidades talvez tenham determinado essa transferência de interesse. Para isso contribuiu também a quebra de Nuno da Silva Reis, a quem eram consignadas as reses. O comerciante fluminense faliu, ou, como dizem os documentos, quebrou a 11 de abril de 1822, sendo que Prado não deve ter tido pequeno prejuízo. Antônio Francisco Leite recebe a incumbência de tratar dos negócios referentes à quebra. Apesar de ter os documentos em ordem, de ter todos os recibos do gado remetido e de contar com o testemunho favorável de João Francisco Vieira, a questão prolongou-se até 1827. Silva Reis tinha descontado para seus negócios as letras provenientes da venda do gado de Prado ⁽¹⁴⁾.

Outro problema que dificulta o comércio de gado bovino é o do meio circulante. A desordem do sistema monetário herdado do período colonial vai-se prolongar, chegando a um estado calamitoso para o comércio, principalmente no segundo lustro da década de 1820. As dificuldades causadas pela desordem dos meios

de pagamento serão estudadas mais adiante com mais pormenores. Como as bestas fossem sempre vendidas em Sorocaba, onde o comerciante podia exigir que o pagamento se efetuasse com a moeda que lhe interessava, deve ter preferido esse negócio ao de bovinos, que eram vendidos no Rio de Janeiro e onde tinha que se sujeitar a receber o “papel” do Banco do Brasil, o qual circulava em São Paulo só com grande rebate. Assim, quando em 1828 Antônio Bonifácio de Moura, morador em São José, oferece sociedade a Prado para comprar gado em Curitiba e revendê-lo no Rio, o comerciante se recusa, pois esse “negócio presentemente me não convém e nem me convirá enquanto a moeda daquela Província não igualar a desta” (15).

Contudo, mantém ainda, entre 1825 e 1828, negócios esporádicos com reses, porém de outra natureza: os animais não são enviados ao Rio de Janeiro, são vendidos em São Paulo mesmo, e quase sempre chegam às mãos do comerciante em pagamento de dívidas ou para acertar contas com os dizimeiros dos Campos Gerais. Um exemplo seria a cobrança da dívida do cônego Jerônimo Pais de Almeida, por cuja fazenda Domiciano Zacarias devia passar em setembro de 1827 e “tratar o gado que tem para meu pagamento” (...) “para a solução da sentença que obtive contra o dito Sr.” (...) “devendo o gado ser capaz de marchar de quatro anos para cima pelo preço que correr a dinheiro à vista com rebate de dez tostões em cada cabeça” (16).

Avaliar o lucro que Prado conseguia no comércio de gado bovino é bastante difícil. Infelizmente não se encontra nenhuma contabilidade referente à compra e venda de uma boiada. Apesar de se conhecerem alguns preços obtidos no Rio de Janeiro e de se saber que geralmente se pagava 6\$000 por cabeça nos Campos Gerais, dificilmente se pode calcular o lucro, pois faltam elementos para computar as despesas durante a marcha dos animais. Existem apenas alguns dados esparsos sobre os prováveis lucros. Assim, por exemplo, em maio-julho de 1822 foram comprados 189 bois a 5\$000, como já foi visto. Na conta corrente com Domiciano Zacarias consta um lucro de 241\$680, obtido na venda dessa boiada. Sobre o capital inicial haveria portanto um lucro de 25,5%. Não se conhece, entretanto, nem o local onde foram vendidos, nem as despesas (17). Em outra conta corrente, também com o mesmo comprador, o empate de capital com a compra de reses nos Campos Gerais foi de 2:724\$000, proporcionando a sua venda um lucro de 772\$560, portanto, de 24,60% (18). Em 1828 Domiciano Zacarias empatou na compra de 801 reses 4:806\$000, obtendo em setembro do ano seguinte um lucro de 2:675\$120, ou seja, 55,6%. Consta também dessa conta uma

despesa de 785\$200. Somando a despesa e o capital aplicado na compra, o lucro estaria na ordem de 47,8%. Um lucro evidentemente bastante alto, não se devendo esquecer, entretanto, que não se sabe onde estes animais foram vendidos ⁽¹⁹⁾, pois uma distância maior a ser percorrida pelos animais significaria maiores gastos.

Seria interessante conhecer as despesas das boiadas feitas durante a marcha dos Campos Gerais até o Rio de Janeiro. Infelizmente existem apenas algumas cifras referentes aos gastos durante as marchas. As despesas entre os Campos Gerais e Taubaté variavam de 246 réis a 269 réis por cabeça. O imposto de Guaruapuava era de 220 réis por rês crioula, sendo que o “novo imposto” perfazia 100 réis. Somando essas despesas conhecidas, o total variava entre 566 réis e 589 réis por cabeça para a marcha da área de criação até Taubaté. Não há dados sobre o preço de condução referente ao trecho entre Taubaté e o Rio de Janeiro, mas pode-se acreditar que não deve ser mais elevado do que o cobrado no caminho dos Campos Gerais até Taubaté; pelo contrário, deve ser menor devido à distância mais curta. Ficando sempre no campo das conjeturas, poder-se-ia calcular em uns 800 e poucos réis a despesa por cabeça, para cobrir a distância que separa a área de criação da consumidora. A essa cifra deveriam ainda ser acrescentados os gastos com a compra do sal, que era dado aos animais durante a marcha, o aluguel das invernadas e outros, não esquecendo que numa contabilidade com vistas a demonstrar a lucratividade desse negócio ainda deviam constar os animais perdidos durante a viagem. Comprando a rês a 6\$000 nos Campos Gerais e vendendo-a no Rio de Janeiro por cifras que variavam de 9\$093 a 11\$500, e levando em conta uma provável despesa de 800 a 1.000 réis por cabeça, chega-se à conclusão de que o lucro deveria ficar numa faixa entre 28,3% e 64,2% sobre o capital inicial. Apesar dos resultados ficarem todos no campo das conjeturas, permitem pelo menos tirar conclusões quanto à alta rentabilidade desses negócios.

2. Mercados consumidores de bestas

Conhecer os mercados consumidores das bestas é bem mais difícil, uma vez que Prado vendia a maior parte dos animais em Sorocaba, durante a feira, de maneira que em seus papéis encontram-se poucas referências esclarecedoras. Já se fez referência em outro capítulo à área de procedência dos condutores que

passavam por Sorocaba, porém somente os de regiões muito afastadas, tais como Minas Gerais, Goiás ou mesmo Rio de Janeiro, podem eventualmente representar mercados consumidores. Pelo que foi dito, conclui-se que a maior ou menor freqüência de condutores é determinada mais pela facilidade que a área oferece para a prestação de serviços na condução de tropas e boiadas, do que indicativa de mercado de consumo dos animais que passavam por Sorocaba. Assim, pode-se apenas chegar a alguma verificação superficial do mercado consumidor das bestas, naqueles anos, baseada nas notícias esparsas contidas nas cartas de Prado sobre a procedência de alguns fregueses — na realidade de muito poucos — que freqüentavam a feira para fazer negócios com o futuro barão de Iguape. Trata-se, portanto, apenas de verificação pouco precisa e incompleta das áreas de consumo das bestas comerciadas por Prado.

Na segunda e terceira décadas do século XIX, a agricultura, mais do que a mineração, necessitava de bestas. Eram os senhores de engenho e os fazendeiros de café fluminenses, paulistas e mineiros assíduos fregueses da feira de Sorocaba. Todavia, os tropeiros que se encarregavam do transporte dos produtos agrícolas até os portos de exportação eram os maiores freqüentadores de Sorocaba. Aparece também um ou outro revendedor que comprava uma tropa em Sorocaba para depois se encarregar da redistribuição dos animais a fazendeiros ou tropeiros.

Nos primeiros anos de seu comércio de muares, Antônio da Silva Prado praticamente não participava da feira de Sorocaba. Mesmo os negócios de bestas foram realizados à margem dessa instituição. As tropas compradas em Sorocaba ou nos Campos Gerais eram enviadas diretamente aos mercados consumidores e vendidas por conta do comerciante. Participava, portanto, mais da terceira fase da comercialização dos muares quando a venda era direta ao consumidor.

A quase totalidade desses negócios realizava-se na área do Rio de Janeiro, que atuava como grande mercado consumidor. Em fins de 1818, por exemplo, pretendia mandar uma tropa para a capital do país, mas não sem antes aguardar que os animais engordassem. Em novembro, seu parente Antônio Leite de Abreu, morador em Jundiá, dirigiu-se ao Rio de Janeiro com uma tropa de 60 bestas mansas. Antônio da Silva Prado pediu a Lúrio que ajudasse “a vendê-las por algum conhecimento que tem com os Engenheiros”. Em 1820, o comerciante remeteu uma tropa de 220 muares para Resende, onde alcançaram bom preço. Em 1821, conjuntamente com Alexandre Gonçalves do Vale, enviou

243 animais para o Rio de Janeiro. Apesar das notícias da baixa dos preços das parelhas e dos cavalos, Prado esperava que fosse fácil vender a “tropa porque os tropeiros e Engenheiros sempre precisam tais animais”. Tencionava vendê-los em Cantagalo. No início de junho, o seu sócio nesse negócio vendeu parte da tropa em Inhomerim. Há ainda referências a tropas que deveriam ser remetidas ao Rio de Janeiro. Eram, portanto, os agricultores dos arredores da capital os maiores compradores de bestas de São Paulo, sendo as tropas vendidas no próprio local de consumo.

Na segunda fase do comércio de animais, os negócios são de tipo diferente: Antônio da Silva Prado atua não como vendedor de algumas bestas para os consumidores diretos, mas como intermediário, vendedor de muitos animais na feira de Sorocaba. Trata-se de comércio por atacado e seus fregueses vinham de longe para comprar grandes lotes de muares. Consoante os papéis deixados pelo comerciante, percebe-se que seus fregueses mais assíduos procediam do Rio de Janeiro e de seus arredores, do vale do Paraíba e de Minas.

Há algumas indicações sobre compradores vindos de Minas. Joaquim José Ferreira de Barbacena parece ter tido negócios com Prado, várias vezes. Contudo, na feira de 1827, não pôde realizá-los porque Prado já tinha vendido todas as bestas; pretendia retornar na feira seguinte, na qual, segundo o comerciante paulista, “não voltará com a prata como fez a vez passada”, pois a usará para comprar os animais.

O Rio de Janeiro e seus arredores, graças a seu desenvolvimento econômico, eram grandes mercados consumidores dos animais negociados em Sorocaba. Fazendeiros de café e senhores-de-engenho absorviam boa parte das bestas. Além disso, os tropeiros que se encarregavam do transporte do café e do açúcar até os portos tinham constantemente que renovar suas tropas, de maneira que também eram compradores de muares. Além dos fregueses dessa área, que vinham tratar diretamente dos negócios, Antônio da Silva Prado compra ou vende animais para consumidores fluminenses e se encarrega de providenciar a sua remessa. Amigos ou parceiros de negócios, moradores no Rio de Janeiro, muitas vezes lhe recomendavam fregueses ou encomendavam animais para terceiros. Em janeiro de 1825 comunica ao tenente-general Magesse Tavares de Carvalho que podia remeter o amigo do Rio de Janeiro para comprar animais em Sorocaba. Na feira de 1826 deve ter tido muitos e bons fregueses fluminenses enviados por José Antônio Moreira, ao qual agradece a indicação. Esperava que este também lhe mandasse fregueses para a feira de 1827. Além de enviar o compradores, José Antônio

Moreira também encomendava bestas para amigos. Assim, na feira de 1828, Antônio da Silva Prado vendeu os muares aos amigos dele que residiam em Campos. O comerciante providenciou a contratação de um capataz para levar as bestas a Campos. A marcha da tropa se iniciou em 20 de março e, no começo de julho, o capataz já estava de volta a São Paulo.

Com Manuel Moreira Lírio aparecem ligações semelhantes. Além de recomendar compradores, também encomenda tropas. Em 1825 comprou de Antônio da Silva Prado 100 bestas. Na feira do ano seguinte, este comprou por ordem de Lírio 90 bestas e 5 parelhas. O capataz que devia levar a tropa para o Rio de Janeiro demorou-se muito, devido à falta de pastagens; levou os animais diretamente para Cantagalo e Campos, onde “comumente se apura melhor que nos recôncavos dessa”.

Outro intermediário no Rio de Janeiro é Antônio Francisco Leite, que incumbiu Antônio da Silva Prado de fornecer-lhe bestas para amigos de Campos. Em fins de 1828, fez um pedido de 30 cabeças a serem enviadas a Campos, onde chegaram em meados do ano seguinte. Antônio Francisco Leite também encomendou parelhas a Prado, o qual se prontificou a amestrá-las. Aparecem ainda outros fregueses do Rio de Janeiro, por exemplo, o barão de Vila Bela, que o incumbiu de enviar-lhe parelhas; Rafael dos Santos Pires, que em 1827 comprou uma tropa e, no ano seguinte, chegou tarde demais à feira, e tantos outros. Pelas notícias acima pode-se deduzir a importância de que gozava Campos como mercado de tropas de muares negociadas na feira de Sorocaba. A área de Campos estava em franco desenvolvimento, sendo grande produtora de açúcar, de maneira que a utilização de muares por parte de senhores de engenho e de tropeiros estava em constante aumento.

Além do Rio de Janeiro e de áreas próximas, o vale do Paraíba paulista, as “vilas do Norte”, como então se dizia, forneciam muitos fregueses interessados na compra de bestas negociadas na feira de Sorocaba. Essa área igualmente estava passando por transformações econômicas importantes, graças ao desenvolvimento da cultura do café. Fazendeiros e tropeiros que levavam o café, principalmente para o Rio de Janeiro, necessitavam constantemente de maior número de muares. Prado conta com inúmeros fregueses nessa área. Compravam os animais para uso próprio ou para revendê-los na própria região ou mesmo no Rio de Janeiro. Uma ou outra vez o comerciante envia tropas a essa área para serem vendidas por sua conta. De Guaratinguetá sempre chegaram à feira de Sorocaba muitos fregueses, entre os quais se destaca Manuel José de Melo. Esse — é o que se deduz das

cartas — comprou animais de Prado em todas as feiras, entre 1826 e 1829 ⁽²⁰⁾.

Em Areias, durante vários anos, Manuel José Pena foi-lhe assíduo comprador. Na feira de 1825, Pena comprou uma tropa de 200 bestas, que foi vendida em apenas seis dias, em Areias ⁽²¹⁾. Em 1826, Prado não quis enviar bestas ao Pena por os animais serem “fazenda do meio e achando-se o preço muito alterado”. Apesar disso, enviou ao freguês uma tropa em maio. Em fins de 1828, o comerciante ofereceu-lhe boas bestas, mas de preços elevados.

Em Moji das Cruzes, Francisco Antônio de Melo se encarregava de indicar fregueses para os muares de Prado e também comprou bestas para revendê-las no Rio de Janeiro. Durante vários anos o comerciante manteve correspondência com Antônio José de Macedo e Sampaio, morador em Cunha. Em maio de 1826, o comerciante paulista enviou-lhe, através do Melo de Guaratinguetá, 43 bestas e uma madrinha ⁽²²⁾. Aparecem referências a fregueses de São José, Lorena, Pindamonhangaba, Bananal e Resende, aos quais oferece animais. Em Bananal mantém relações com Inácio Gabriel Monteiro de Barros, a quem vendeu, em 1827, 104 mulas no valor de 2:976\$000. Também lhe oferece animais na feira de 1828. João Francisco Vieira, de Taubaté, aparece entre os compradores de bestas.

Interessante é notar que nas cartas de Prado há poucas referências a fregueses das vilas do oeste de São Paulo, de então, aparecendo apenas um ou outro de Jundiá ou do Parnaíba. A relativa proximidade do mercado redistribuidor de Sorocaba e a facilidade de comunicação provavelmente expliquem a ausência de notícias desta área, que, com o desenvolvimento da cultura de cana-de-açúcar, era grande compradora de muares. Convém não esquecer que os papéis deixados pelo comerciante paulista não permitem uma verificação mais pormenorizada dos mercados consumidores das bestas que passavam por Sorocaba e especificamente daquelas com as quais Prado negociava.

NOTAS

1. DI, 88, p. 253, Bando de 25 de setembro de 1818. No mesmo sentido uma circular de 26 de setembro de 1818 aos capitães-mor de Itapetininga, Castro, Curitiba, Taubaté, Vila Nova do Príncipe, Guaratinguetá, Lorena e Itapeva.

2. DI, 36, p. 153, Ofício de 11 de fevereiro de 1822. Anteriormente o ministro Tomás Antônio Vila Nova Portugal escrevera a Oeynhausén para que se dê ajuda a Francisco Borges, que se propunha a transportar vacas de São Paulo para a Corte “a fim de tornar mais abundante o fornecimento necessário de leite, que pela escassez tem subido a um excessivo preço” (DI, 36, p. 118, 31 de agosto de 1820).

3. LUCCOCK, John, *Notas sobre o Rio de Janeiro*, p. 30; DEBRET, J. B., *op. cit.*, Tomo I, p. 203.

4. *Coleção de leis do Brasil*, 1821-1828. (Trata-se de leis avulsas impressas e encadernadas, Biblioteca do AE).

5. ABREU, Manuel Cardoso de, *Divertimento admirável...*, RIHGGSP, VI.

6. 19, f. 329, 21 de dezembro de 1820.

7. 19, f. 292, 30 de setembro de 1820; f. 208, 17 de março de 1820.

8. 19, f. 338, 8 de janeiro de 1821. Na safra seguinte, entretanto, Prado não quer vender 200 bois a 10\$000 cada um ao “cortador” de São Paulo (20, f. 125 v., 21 de novembro de 1821).

9. 19, f. 313 v., 16 de novembro de 1820; 20, f. 175, 29 de julho de 1821.

10. 20, f. 12 v., 2 de fevereiro de 1821.

11. 13, f. 95, conta corrente com Nuno da Silva Reis. Apesar de pedir a Vieira a conta das despesas, essas não aparecem registradas, de maneira que se torna difícil avaliar o lucro real da venda dos animais.

12. 20, f. 125 v., 21 de novembro de 1821.

13. 13, f. 133, conta corrente com Antônio Francisco Leite; f. 138, conta corrente com Antônio Tertuliano dos Santos; 21, f. 250 v., 17 de dezembro de 1827. Em janeiro e fevereiro de 1824 o prego permaneceu o mesmo. Em 1827 Domiciano vendeu para Santos 30 bois por 270\$000.

14. Embora muito pessimista, convém lembrar aqui que Chichorro atribui às vendas a crédito as dificuldades do comércio de gado: “este negócio que em outro tempo foi lucroso hoje só avulta pela extração que têm os gados no Rio de Janeiro: as compras feitas a dinheiro à vista, e as vendas a crédito a pessoas de diversas capitanias, muitas vezes de má-fé têm reduzido à pobreza grandes casas desta Capitania” (CHICHORRO, Manuel da Cunha Sousa, “Memória em que se mostra o estado econômico, militar e político da Capitania Geral de São Paulo”, in RIHGB, Tomo XXXVI, p. 221).

15. 21, f. 272, 8 de março de 1829.

16. 21, f. 224, 7 de setembro de 1821.

17. 13, f. 78.

18. 13, f. 168.

19. 14, f. 21.

20. Não se exclui, naturalmente, o caso de os compradores das “vilas do Norte” revenderem esses animais, no Rio de Janeiro, por exemplo. É o caso de Melo, que envia muitos animais para serem vendidos no Rio. Em fins de 1827, Melo queria comprar 200 bestas diretamente em Curitiba. Prado, entretanto, só podia realizar o negócio em

Sorocaba, devido à sua sociedade com Machado. Prado também lhe adiantara a soma para pagar os impostos em Sorocaba. Em dezembro de 1827, Melo enviou seu filho a São Paulo a fim de acompanhar Prado a Sorocaba para comprar animais. Este último previa uma alta no preço, que pouco lucro deixaria aos compradores das "vilas do Norte", em razão das notas do Rio de Janeiro que corriam aí como único meio circulante. Nessa feira, Prado compromete-se a achar um vendedor de bestas que aceitasse os "bilhetes", já que ele não o podia fazer. Ainda em fins de 1829, promete vender bestas para Melo e encomendar cavalos em Lapa (21, f. 232, 11 de outubro de 1827, f. 246, 6 de dezembro de 1827, f. 248 v., 10 de dezembro de 1827).

21. Pena, que era amigo de Prado, fez o pagamento em duas vezes: uma letra de 2:600\$000, pagável em 15 dias depois da compra, e 2:284\$000, com uma letra que vencia em setembro.

22. Tratando-se de refugo e tendo custado cada animal de 26\$000 a 27\$000, Prado pedia a Sampaio que os vendesse mesmo sem grande lucro. Já em agosto estavam vendidas 24 bestas "regulando umas por outras 3 doblas", ou seja 38\$400. Em outubro quase todas estavam vendidas a mais ou menos 35\$000 por cabeça. O comerciante ficou satisfeito com as vendas realizadas por Sampaio, que, além do mais, não quis cobrar as despesas do custeio. O difícil foi reaver a importância, e em 1829 Prado ainda não tinha recebido tudo, achando-se todos os créditos vencidos e, o que é pior, os bilhetes do Rio de Janeiro, que corriam em larga escala nessas "vilas do Norte", estavam com um rebate muito grande.

VII

SOROCABA, CENTRO REDISTRIBUIDOR DE BESTAS E DE ARRECAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE GADO

Já nos referimos várias vezes à importância de Sorocaba para todo o esquema de comercialização do gado no Centro-Sul do país. Viu-se que a localização no limite setentrional da faixa dos campos, que se estendem, com algumas interrupções, desde o Rio Grande do Sul, fez de Sorocaba importante “estação-invernada”, contribuindo para o aparecimento do Registro e da feira de muares. O estabelecimento do Registro transformou Sorocaba em lugar de passagem obrigatória para todo o gado vindo do Rio Grande do Sul ou dos campos do atual Paraná, porquanto todos os animais tinham que pagar aí o “novo imposto” e o imposto de Guarapuava, estabelecidos respectivamente em 1756 e 1809. Feira e Registro tornaram-se as mais importantes funções de Sorocaba, polarizando toda a vida da vila e fazendo convergir para aí boa parte dos interesses econômicos do Sul e Sudeste do país. O volume de dinheiro arrecadado pelo Registro de Sorocaba era apreciável, como se verá mais adiante, e, além disso, a feira, graças ao grande número de bestas transacionadas, atraía capitais não desprezíveis.

Antônio da Silva Prado participou ativamente de ambas as atividades de Sorocaba, pois não só foi contratador da arrecadação do “novo imposto” e do imposto de Guarapuava, mas também comerciante em negócios de grande vulto na feira, principalmente durante o último lustro da década de 1820. Os papéis por ele deixados contêm valiosas informações sobre ambos os assuntos, tanto mais valiosas quanto são raras as notícias sobre o mecanismo da arrecadação de impostos e sobre a feira tão famosa e tão pouco estudada.

1. A feira de muares e os negócios de Prado

Sorocaba, depois da abertura do caminho para o Rio Grande do Sul na quarta década do século XVIII e do estabelecimento

do Registro em 1750 para a cobrança dos tributos sobre animais, transformou-se, pouco a pouco, em ponto de encontro das tropas de muares vindas do Sul e dos compradores procedentes de áreas mais setentrionais. Assim surgiu a famosa feira de Sorocaba, que tão grande papel desempenharia no fornecimento dos meios de transporte para a economia mineira, canavieira e cafeeira do Centro-Sul do país até o advento da estrada de ferro.

Infelizmente existem poucos estudos sobre essa importante instituição: a feira de muares de Sorocaba. Os autores se repetem e pouco documentam suas afirmações. Não se sabe quando começou a tomar feição de feira esse comércio de bestas localizado em Sorocaba. Talvez tenha sido depois do estabelecimento do Registro em 1750 ou então a partir do início da cobrança do “novo imposto” em 1756. Na realidade, os testemunhos sobre a Sorocaba do século XVIII e começo do seguinte são poucos. Manuel Cardoso de Abreu (1783), por exemplo, apenas de passagem se refere aos moradores da estrada do Viamão e em especial aos de Sorocaba como vivendo do “fabrico do algodão, de criar seus animais e tirar seu ouro das faisqueiras de seus subúrbios e, ultimamente, do comércio dos que labutam neste negócio, e por isso há suas casas ricas”. Em 1782, entretanto, Sorocaba, numa representação de sua Câmara, já se denomina a vila mais importante da Capitania, pois por ela passavam as tropas que vinham do Rio Grande do Sul, o ouro de Apiaí e de Paranapanema e as manadas de gado dos sertões de Curitiba. Já no século XIX, Aires de Casal comentava que a riqueza dos habitantes de Sorocaba provinha “das negociações de gado que vem do Sul”. Chamava Sorocaba de vila “considerável e florescente”. Um pouco antes, em 1803, Martim Francisco Ribeiro de Andrada esteve em Sorocaba, que não lhe causou boa impressão: “A Vila de Sorocaba, a falar com exatidão, não tem regularidade alguma, não tem ruas porque as casas estão aqui e acolá” (...) “A gente de Sorocaba é a mais indolente e preguiçosa que eu tenho conhecimento; para a prova basta dizer que atualmente a Vila tem falta de mantimentos” (...) ⁽¹⁾. As observações de Martim Francisco apenas comprovam que a agricultura não era importante para os sorocabanos, porquanto dedicavam-se de corpo e alma aos negócios com animais.

Saint-Hilaire esteve em Sorocaba mais ou menos na época que nos interessa e descreve-a com bastante pormenores: “A cidade de Sorocaba está situada em região acidentada, cortada por matos e campos” (...) “Vista das elevações vizinhas, Sorocaba empresta à paisagem uma perspectiva encantadora; mas a

cidade é de má aparência, em seu conjunto. As ruas não são calçadas e, como são em declive, as chuvas cavam nas mesmas, de todos os lados, profundos buracos (1820). As casas são, de ordinário, pequenas, e poucas há que não constem apenas do andar térreo; são cobertas de telhas, construídas com terra socada (taipa) e todas possuem um quintal plantado de bananeiras e laranjeiras” (...). “As lojas são numerosas e bem sortidas”. A presença do comércio de muares não passou despercebida ao viajante francês. “Não é, de resto, a agricultura que constitui a riqueza de Sorocaba, sim o comércio de muares ainda não domesticados, comércio de que a cidade é, verdadeiramente, o entreposto.” A vida de Sorocaba girava quase exclusivamente em torno da feira de muares, de maneira que todas as outras atividades, hospedarias, artesãos, armazéns e lojas dependiam desse comércio. Viajar para o Sul, comprar muares e revendê-los durante a feira, eis a principal atividade dos habitantes da vila. Modo de vida, costumes e cultura sofriam a influência desse comércio. O próprio Saint-Hilaire refere-se às diferenças quanto à cultura entre os habitantes da sedentária e agrícola Itu e os de Sorocaba. Os comerciantes sorocabanos “fazem freqüentemente longas viagens; seus filhos acompanham-nos e passam seus primeiros anos nas estradas, em meio de muares e camaradas; por tal motivo lhes será muito difícil adquirir alguma instrução, e seus modos devem, necessariamente, ressentir-se do exemplo de homens rudes e grosseiros, em cujo meio foram criados”. Apesar disso, Spix e Martius, em visita a Sorocaba, na mesma época, relatam que gostaram do “agradável lugar” e falam na fama de confiança e de honestidade de que gozam os sorocabanos em qualquer parte onde apareçam. A mesma opinião favorável sobre os sorocabanos é expressa por José Bonifácio em 1820: “A vida de Sorocaba tem a reputação de ser habitada por gente boa e hospitaleira” (2).

Através dos papéis deixados por Antônio da Silva Prado pode-se ter uma idéia bastante detalhada sobre o mecanismo da feira de Sorocaba. A partir do momento em que se tornou grande comerciante de muares, procurou sempre estar pessoalmente à frente dos negócios na feira. Sua primeira participação data de 1825, em cuja feira, entretanto, só apareceu no fim. O comerciante tinha viajado em fins de 1824 para Lapa e o seu sócio, João da Silva Machado, esteve nos primeiros meses de 1825 em Sorocaba, como já foi referido. A partir de 1826 sempre freqüentou a feira. Neste ano, Prado permaneceu durante quatro meses em Sorocaba, de janeiro até fins de abril, vendendo mais de 2.000 bestas (3). Em 1827, já tinha vendido, em 26 de janeiro, mil e tantos animais e pretendia demorar-se mais quatro meses nessa vila. Em

1828, fez uma estada de 12 de janeiro a 27 de abril. Foi a Sorocaba, entretanto, só em fevereiro de 1829 e, nessa ocasião, permaneceu aí até junho. Apesar de ter poucas bestas para vender, pretendia dirigir-se a essa localidade em 1830.

Assim como tinha correspondentes em Faxina—Itapetininga e em Taubaté, Prado contava com João Nepomuceno de Sousa e Francisco Ferreira Braga em Sorocaba para receber os animais, arranjar-lhes pastos e sal, tratar da sua venda ou da remessa na sua ausência. No início, recorria principalmente a João Nepomuceno. Já em 1820 Nepomuceno devia receber uma tropa enviada por Francisco Mariano da Cunha. Depois de 1825, embora Nepomuceno continue ligado ao comerciante paulista, Francisco Ferreira Braga é quem dirige todos os negócios referentes a bestas, em Sorocaba, durante a ausência de Prado ⁽⁴⁾. Este não só manteve sempre as melhores relações com ambos, como também mostrou-se satisfeito com as transações realizadas em Sorocaba. É interessante observar que João Francisco Vieira, de Taubaté, era figura bem mais importante na organização comercial de Antônio da Silva Prado que Ferreira Braga em Sorocaba. Isto se explica pelo fato de a maior parte dos negócios de bestas ser realizada com a presença de Prado na feira, devendo o correspondente, na realidade, apenas receber os animais chegados mais cedo e providenciar pastos para os mesmos.

A partir de novembro começavam a chegar as primeiras tropas de bestas a Sorocaba, prolongando-se a chegada até abril ou maio, conforme o ano, como se pode ver das cartas e dos registros do imposto de Guarapuava e do “novo imposto”. A feira realizava-se, portanto, consoante as condições climáticas do ano, entre janeiro e abril. Atrasava-se, umas vezes, seu início, outras vezes, tinha duração um pouco maior, pois era depois das primeiras chuvas que as tropas se punham em marcha nos Campos Gerais para poderem contar com bons pastos e chegar em condições a Sorocaba. Era nos últimos meses do ano que apareciam os primeiros compradores de bestas, embora o grande movimento da feira se fizesse em anos normais em janeiro e fevereiro. O testemunho de Saint-Hilaire também registra a chegada de tropas a Sorocaba nos meses de janeiro, fevereiro e março ⁽⁵⁾. Segundo o historiador sorocabano, Aluísio de Almeida, as feiras sempre oscilavam entre fevereiro e maio ⁽⁶⁾. Afonso de Freitas em seu artigo “Sorocaba nos tempos idos”, entretanto, escreve que “lá pelos meses de abril ou maio de cada ano surgia a notícia alvissareira... Rebentou a feira!” Deffontaines, talvez o primeiro a estudar com mais cuidado as feiras, também registra que as bestas chegavam a Sorocaba nos fins da estação chuvosa, por março.

José Alípio Goulart, igualmente, se refere ao período de maio-junho como sendo a época das feiras⁽⁷⁾. Essas informações, pelo menos para a época que estamos focalizando, não correspondem à realidade. Tanto é que Prado, por exemplo, escreve em 1º de março que já estão “extintos os compradores da passada feira”. Em fins de fevereiro de 1825 já vendera todas as bestas que tinha em Sorocaba. Em março de 1828 comunica a um freguês do Rio de Janeiro que já não podia fazer negócios, pois não tinha mais muares por terem sido todos vendidos⁽⁸⁾. Isso não quer dizer que nunca tivesse animais para vender em março. Em 1825, apesar de declarar que já vendera todas as bestas, comunica a um freguês de Moji das Cruzes que esperava para o dia 10 de março 500 animais. Em fevereiro de 1827, escreveu que pretendia permanecer em Sorocaba até a Páscoa, esperando receber 500 bestas. Em 1829 aguardava a chegada de tropas para depois de abril, pois a remessa dos animais tinha atrasado muito neste ano devido à seca prolongada. Prometendo o envio de uma tropa para o Rio de Janeiro, comunica que “a remessa só poderá ter lugar em fevereiro futuro, visto que por causa das secas este ano há de ser a feira muito tarde”⁽⁹⁾. Realmente só conseguiu receber as primeiras bestas em fins de fevereiro.

Em geral, Antônio da Silva Prado aconselhava aos fregueses que fossem a Sorocaba em janeiro para comprar bestas. A Inácio Gabriel Monteiro de Barros, de Bananal, escreve: “Em janeiro pode vir a Sorocaba, tempo em que principiam a chegar as tropas”. Não são raros os fregueses que começam a afluir a São Paulo a partir de meados de dezembro. É o caso de Melquíades Pacheco, do Rio de Janeiro, que já estava em São Paulo em 20 de dezembro de 1826. Em 1820, por exemplo, o comerciante paulista apressa Francisco Mariano para que remeta a tropa com urgência, pois já em meados de novembro estavam chegando os primeiros compradores. Em 1826, as tropas começaram a reunir-se em Sorocaba mais cedo. Em outubro, Prado já esperava receber bestas muito boas e fazia ver a um freguês de Jundiá a conveniência de aguardar esse mês para fazer a compra. Em 14 de novembro, o comerciante comunicava-se com outro freguês de Parnaíba, interessado numa tropa mansa, mas que talvez fosse muito cara. Recomendava-lhe que fosse a Sorocaba a partir de 5 de dezembro “apartar os que quiser do avultado número de bestas bravas que tenho para vender na presente feira”. Em 20 de dezembro devia chegar uma tropa que era “a melhor fazenda” (...) “e por isso nos termos de se reservarem para aqueles que trouxerem dinheiro”. Em 1827, aguardava, igualmente, a vinda de uma tropa mansa para outubro ou novembro, sendo que em

dezembro devia chegar “porção de xucas”⁽¹⁰⁾. Esporadicamente ainda podia aparecer um freguês em meados do ano, como aconteceu em junho de 1828, o qual foi encaminhado para Sorocaba, onde Francisco Ferreira Braga ainda devia ter alguns animais. Todavia, sempre aconselhava os fregueses que o consultavam fora da época a esperar o fim do ano, época em que começavam a chegar as tropas do Sul.

Em suas cartas Antônio da Silva Prado refere-se constantemente à situação da feira de Sorocaba, na qual, é claro, se refletem todos os problemas do momento. Dificuldades econômicas, desordens financeiras, guerra do Sul, tudo repercutia no comércio de bestas e era registrado pelo comerciante paulista.

Em 1825, quando pela primeira vez participa do comércio de bestas em grande escala, escreve: “A feira de Sorocaba tem estado desgraçadíssima: tenho vendido a tropa toda fiada e a prata vai toda desaparecendo”⁽¹¹⁾. Um dos maiores, senão o maior entrave para a feira de Sorocaba e para o comércio de gado em geral, provinha da desordem do meio circulante durante o Primeiro Reinado. Mais adiante ver-se-á o problema com mais pormenores. No ano seguinte, fez bons negócios em Sorocaba: vendeu mais de duas mil bestas que recebeu do Sul. Explica a seu correspondente Fróis, da Bahia, que preferia dedicar-se a esses negócios, pois eram “mais seguros presentemente que os de barra fora”⁽¹²⁾. Esperava para a feira de 1827 negócios ainda melhores, já que devia receber “avultada porção de bestas”. Pedia a José Antônio Moreira, do Rio de Janeiro, que lhe enviasse compradores. Logo no início da feira, comunicava a um freguês de Pindamonhangaba que tinha muitos animais, mas também “imensos compradores” com os quais prometera fazer negócios, de maneira que só podia dar informações mais precisas quando chegasse a Sorocaba para verificar o número de bestas disponíveis⁽¹³⁾. Em 26 de janeiro desse ano já tinha vendido 1.000 bestas, mas ainda aguardava a chegada de cerca de duas mil. Esperava nesse ano “avultado interesse”. Contudo, não continua tão otimista: “A feira este ano está pobre, não aparece dinheiro e eu vou vendendo tudo fiado com bastante segurança”. Nessa feira, Prado teve que vender todos os animais a prazo, mas “para receber em moeda e os meus anos são de ano”, portanto, com prazo não superior a um ano, como conclui mais otimista⁽¹⁴⁾.

Em setembro de 1827 começam a aparecer as conseqüências das guerras no Sul. Em fins de novembro deviam chegar de Curitiba as tropas “que são muito poucas em razão da guerra do Sul”⁽¹⁵⁾. As desordens na fronteira sul, herança do período colonial, vão-se acirrar a partir de 1825, ano em que se deu, em local

próximo à Colônia, o desembarque dos famosos “trinta e três” de Juan Lavalleja e se declarou a incorporação da Província Cisplatina às Províncias Unidas do Rio da Prata. Em consequência, o Brasil declarou guerra. Travaram-se combates em terras gaúchas e uruguaias. As lutas prolongaram-se até agosto de 1828, quando foi firmada uma convenção de paz. A guerra e a agitação provocada pelo movimento de tropas brasileiras e uruguaias desorganizaram todo o sistema econômico do Rio Grande do Sul. O recrutamento e a necessidade de animais para o exército ocasionaram profundas repercussões em todo o Sul do país, diminuindo sensivelmente o afluxo de muares a Sorocaba, como já foi visto anteriormente. A pequena oferta e a contínua procura de bestas tiveram como consequência a alta de preço, que se fez sentir nessa época, na feira de Sorocaba. Apesar da guerra, Prado contava com mais de duas mil bestas na feira de 1828. O principal óbice ao comércio de gado continuava sendo o dos meios de pagamento, agravado ainda mais pela guerra no Sul. Em setembro de 1827, por exemplo, os bilhetes do Banco do Brasil corriam em São Paulo com 12% de rebate. Devido a esses problemas do meio circulante, João da Silva Machado recomendou ao sócio que só recebesse em pagamento moedas de prata ou de cobre da Província! Apesar das dificuldades ocasionadas pela moeda, Antônio da Silva Prado previa para a feira de 1828 “poucas bestas e muitos compradores”, devendo haver como consequência uma elevação nos preços. No fim desta feira comunicava a um freguês de Guaratinguetá: “Eu fui feliz na Feira, pois vendi todas as minhas bestas, por não mau preço, porém todas fiadas” (16).

Para a feira de 1829 o comerciante previa grande alta de preço (17). Esperava que seu sócio Machado comprasse muitos animais nos campos de Curitiba. Infelizmente há poucas informações sobre seus negócios nesta feira; apenas comunica em julho que já voltou de Sorocaba e que aí os negócios foram bem.

Em outubro de 1829 esclarecia a um freguês do Rio de Janeiro não ser “verídica a notícia que nessa lhe deram de estarem em baixa as bestas, pois pelo contrário eles conservaram o preço e para a feira é bem natural que ainda subam, pois há muito poucas” (18). Para a feira de 1830, Prado contava com, pelo menos, 1.800 bestas. Em fins de 1828, ou no início de 1829, Machado tinha conseguido comprar mil e duzentas bestas, que deviam ficar internadas na fazenda de Fortaleza. Na fazenda do vigário de Faxina já estavam 600 muares esperando justamente a época de marchar para Sorocaba, onde deviam ser vendidas na feira de 1830, como já foi visto.

Infelizmente são poucas as informações sobre o número de animais realmente negociados por Prado nas feiras de Sorocaba. Nas cartas só há referências a “avultado” número de bestas. Pode-se perceber que ele, certamente, foi um dos grandes comerciantes de animais da feira de Sorocaba nesta década. Tem-se notícias de que em 1827 comerciou com cerca de três mil bestas, e em 1830, com pelo menos mil e oitocentas. É interessante fazer algumas comparações com as cifras referidas pelos livros de registro de impostos. Em janeiro de 1827, quando Prado afirma que já vendeu mais de mil bestas, passaram pelo Registro de Sorocaba, pagando o “novo imposto”, 2.649 bestas. O total nesse ano foi de 13.327 muares. Em janeiro, aproximadamente metade dos animais comerciados em Sorocaba devia, pois, ser de Antônio da Silva Prado. Para o ano todo, a participação do comerciante deve ter sido de pouco menos de um quarto dos animais. Em fins de 1824, como já foi visto, ele e Machado tinham comprado 2.920 bestas, que ficaram invernadas durante o ano seguinte à espera da feira de 1826. Neste ano o “Livro do novo imposto” registra a passagem de 14.409 bestas por Sorocaba, sendo que nos meses de feira — janeiro a abril — dez mil e setenta e sete. Se todos os animais de Prado e de seu sócio chegaram a Sorocaba nos meses de feira, sua participação foi de cerca de um terço do total de animais registrados. Como já foi visto, esperava receber mais de duas mil bestas na feira de 1828; assim sua participação deve ter sido de mais de um quarto do volume da feira, já que o “Livro do novo imposto” registra nos meses de janeiro a abril a passagem de cerca de 7.820 muares por Sorocaba. Essas considerações provam a importância do futuro barão de Iguape no comércio de muares realizado em Sorocaba.

É extremamente interessante verificar o que acontecia com os preços das bestas em Sorocaba, na década da proclamação da Independência. De maneira geral, verifica-se, através da documentação que se está analisando, uma alta generalizada nos seus preços. A Independência e seus problemas conseqüentes, a guerra do Sul, as desordens na circulação monetária, a falta de animais e, finalmente, a procura cada vez maior de animais de carga por uma economia em franca expansão são os responsáveis pela alta. O rápido desenvolvimento da lavoura cafeeira em território fluminense, mineiro e no vale do Paraíba paulista, o progresso intenso dos canaviais no “oeste” paulista de então, e mesmo no Rio de Janeiro, garantiam um mercado sem precedentes para o comércio de muares, maior mesmo do que o do apogeu da mineração. Açúcar e café são levados em lombos de burro para os portos de exportação. A crescente procura de animais por parte dos fazendeiros

e tropeiros influi, de maneira decisiva, para a alta do preço dos animais, repercutindo mais intensamente nas transações realizadas na feira de Sorocaba do que nas dos campos do Sul, onde, como já foi visto, há oscilações nos preços, mas não na amplitude das que se verificam no mercado redistribuidor. Observa-se também nessa época que o beneficiado pela alta de preço era o intermediário, aproveitando muito pouco o criador ou o condutor a cujo encargo estava a primeira transação.

Não aparecem notícias sobre abundância de bestas. Nota-se, geralmente, uma oferta menor que a procura, daí expressões “as poucas bestas” e os “imensos compradores”, que aparecem nas cartas. Em novembro de 1818, por exemplo, Prado escreve a Machado: “As bestas continuarão a ter saída e há grande falta”. Mais adiante, comunica ao mesmo, que estava em Lapa: “As bestas continuam com muito bom preço, e segundo dizem, não há tropas em Sorocaba”. Quando estavam por ser arrematados os “meios direitos” de Curitiba, Rafael Tobias de Aguiar não quis lançar, pois se dizia que no Sul não havia mais de 4.000 bestas ⁽¹⁹⁾.

Existem algumas informações sobre os preços anteriores a 1825, ano em que Prado resolve participar intensamente do comércio, em Sorocaba. Em fins de 1818, “bestas bem ridículas” valiam em São Paulo 16\$000 e no Rio de Janeiro “conservam bom preço”, e esperava-se uma alta, já que a Fazenda Real tinha comprado 800 muare para “conduzir o trem para Mato Grosso”. Nessa ocasião, o comerciante escrevia a Machado, que estava em Lapa, aconselhando-o a comprar bestas “se achar ocasião de algum enforcado por lá vá aproveitando”, pois havia boas perspectivas para a feira de Sorocaba ⁽²⁰⁾. Em meados de 1819 “bestas bem ridículas” alcançavam 19\$000 a dinheiro. Na feira de 1820, segundo as cartas, uma besta custava cerca de 14\$200. Em fins de 1820, recomendava a uns primos que vendessem a tropa em Resende, onde o preço era superior a 30\$000, porquanto ele mesmo vendera aí 220 animais por 32\$000 cada um. Essas bestas tinham sido compradas em Sorocaba por 18\$200. Na feira de 1821, queria vender por 20\$000 cada uma as 364 bestas que Francisco Mariano enviara a Sorocaba ⁽²¹⁾.

Para 1821 anunciava-se uma baixa de preço em relação aos cavalos e parelhas. Antônio da Silva Prado, entretanto, esperava não ter problemas com uma tropa que enviara ao Rio de Janeiro “porque os tropeiros e Engenheiros sempre precisam de tais animais”. O comércio de animais sofreu grandes transtornos com as desordens políticas que se sucederam no começo de 1821 até a volta de D. João VI para Portugal. Comunica, então, a Machado: “Das gazetas saberá que El-Rey foi para Portugal e

por isso as bestas em total baixa e meu amigo é preciso calcular muito para fazer negócio” (22). Depois de meados do ano, Prado já se mostra mais otimista quanto ao comércio de gado. Apesar de tratar-se de preços alcançados fora de Sorocaba, fez referências a eles por permitirem a avaliação da elevação dos preços das bestas nesse período.

Depois de 1825 aparecem mais informações sobre o preço dos animais. Uma pessoa de Areias comprou em Sorocaba 192 bestas a 24\$500 e 8 a 22\$500 na feira de 1825. Os preços que Prado conseguiu para seus muares foram de 23\$000, 24\$000 e 30\$000. Na feira do ano seguinte, bestas de boa qualidade não puderam ser compradas por menos de 26\$000 a 27\$000, tendendo o preço a aumentar. Uma parelha de bestas custava na mesma época cerca de 90\$000, afirmando o comerciante paulista que, na realidade, o seu preço era de 10 a 12 doblas (23). As mulas mansas sempre conseguiram preços mais elevados. Em fins de 1826, vendeu 290 bestas mansas a 32\$000 cada uma. Várias vezes aconselha os fregueses a esperarem a chegada das mulas bravas, pois as mansas eram caras demais. Naturalmente, sempre procurava conseguir preços mais vantajosos. Assim, recomendava a Francisco Ferreira Braga que procurasse “puxar-se alguma coisa além dos 28\$000”, que era o preço das mulas bravas (24). Às vezes, enviava algumas tropas para serem vendidas em outras localidades, conseguindo sempre, é claro, preços melhores. Em meados de 1826 vendeu em Cunha 24 bestas por 38\$400 cada uma, em média. Também enviava bestas ao Rio, onde, mesmo que não conseguisse preços muito altos, dava-se por satisfeito quando o pagamento era feito a dinheiro (25).

Em fins de 1826, pretendia vender mulas em Sorocaba a 26\$000. Realmente, em janeiro de 1827, vendeu mais de mil a 26\$000, 27\$000 e 28\$000, mas a prazo. No fim da feira, conforme carta a um freguês de Areias, as bestas boas alcançaram 32\$000. A um freguês de Bananal, vendeu 100 animais de carga a 28\$000 e 4 a 40\$000, exigindo, porém, que o pagamento fosse efetuado no Rio de Janeiro, pois em São Paulo os bilhetes do Banco só corriam com rebate de 12% (26).

Para a feira de 1828, Antônio da Silva Prado esperava a chegada de poucos animais e de muitos compradores, de sorte que os preços deviam ser bem elevados “que poucos lucros deixarão aos compradores das vilas do Norte em razão do grande rebate das notas do Rio” (27). Antes do início da feira muitos compradores desistiram. É o caso de um freguês de Guaratinguetá que “resolveu-se a não ir por ora a Sorocaba, porque este ano

decerto a feira há de meter medo sobre o preço”. Todos previam preços muito elevados e o sócio Machado mandou avisar “que quando as bestas não dêem um alto preço, que as faça regressar para as invernadas”. O preço previsto para os animais de Antônio da Silva Prado era de 32\$000 a 40\$000 para mais. A seu correspondente em Sorocaba, entretanto, dá ordens um pouco diferentes: as bestas “cortadas em ponta por 1 ano a moeda da Província 32\$000, a dinheiro à vista na mesma moeda 30\$000, a prata à vista 25\$000, fiadas por 1 ano a prata 27\$000 e nada a notas do Rio” (28). O problema do comércio naquela época, como se vê, é o meio circulante. Machado dera ordens decisivas para que não se vendessem bestas senão a prata ou a moeda da Província, não querendo em absoluto receber as “notas” do Rio de Janeiro, ou seja, do Banco do Brasil. Prado vendeu, no começo de janeiro de 1828, 100 mulas xucas cortadas em ponta a 32\$000, em moeda da Província a prazo de um ano. Mulas mansas conseguiram alcançar 36\$000 nas mesmas condições (29). No correr dessa feira, entretanto, o preço sobe, como fora previsto, e já em meados de fevereiro recebeu por cada uma das 40 mulas ruanas vendidas a um freguês de Areias 40\$000 em moeda de cobre, a um prazo de 3 meses. Em fevereiro comunicava a José Antônio Moreira, do Rio de Janeiro, que os menores preços para as mulas têm sido de 32\$000, 34\$000 e 36\$000 e que os donos das tropas que chegaram a Sorocaba queriam vender os animais por 30\$000, 32\$000, se fosse em moeda de prata, e por 36\$000 e 40\$000, em cobre, mas tudo sempre à vista. Em meados de março, envia 80 mulas encomendadas por dois amigos de Moreira. Cada freguês receberia 5 bestas mansas e 35 xucas, sendo o preço de cada uma 36\$000. Tratava-se de um preço para amigos, pois Prado adverte que as “companheiras destas vendi a 32\$000 por prata e 38\$400 a cobre” (30). A Lírio, que estava interessado na compra de animais, escreve que os “preços não podem ser cômodos pela falta que há de tal gênero” e que as dele tinham sido todas vendidas “sofriavelmente” (31).

Em meados de 1828, Antônio da Silva Prado achava que seu correspondente em Sorocaba, Francisco Ferreira Braga, podia pedir 40\$000 por besta bem gorda. Como, todavia, estivessem magras, o comerciante paulista aconselhava-o a tratá-las bem “que lhe hão de dar bom interesse por no Rio ter dado bom dinheiro”. Como logo em seguida tivesse vindo a notícia da baixa de preço no Rio de Janeiro, recomenda que esperasse a feira, pois as bestas deviam alcançar aí 50\$000. Nesse fim de ano, comunica a várias pessoas que os preços dos animais deviam ir até 50\$000. Esperava que seu sócio tivesse comprado muitas no

Sul. O fato é que, na feira de 1829, que se iniciou tarde devido às secas, o preço subiu além de todas as expectativas. Já em dezembro de 1828 previra que as bestas mansas atingiriam 60\$000 e as xucras, 50\$000. E parece que os preços subiram ainda mais, porquanto em abril de 1829 enviou ao Rio de Janeiro uma tropa, da qual cada animal custara em Sorocaba mais de 63\$000 ⁽³²⁾.

Com esses dados sobre preços de bestas em Sorocaba, embora não inteiramente satisfatórios, percebe-se a grande valorização dos animais de carga na terceira década do século XIX. O preço elevou-se assustadoramente de 14\$200, em 1820, para 60\$000 em 1829, o que representa um aumento de cerca de 400%. O índice de aumento, mesmo para preços mais baixos, de 32\$000 ou 38\$000 em 1828, mas pagos em moeda de prata ou de cobre, continua elevado, ou seja, mais de 200%.

O problema nesse período, como se percebe, era o meio circulante. O sistema monetário, com todos os vícios herdados do período colonial, tornou-se mais confuso e cheio de problemas depois da criação do primeiro Banco do Brasil, em 1808. As emissões desse Banco sucederam-se sem ordem a partir de 1818, com a única finalidade de atender às necessidades do governo, primeiro o de D. João VI e depois o de D. Pedro. A volta de D. João VI e de sua Corte para Portugal provocou graves consequências no meio circulante do Brasil, já que foram levadas para Portugal todas as moedas do Banco, inclusive os metais e as pedras preciosas depositados aí. D. Pedro, com todos os problemas decorrentes da proclamação da Independência e da guerra Cisplatina, só conseguiu contornar as dificuldades financeiras com emissões. No período que nos interessa, as moedas de metais preciosos tinham praticamente desaparecido da circulação, o papel-moeda emitido pelo Banco do Brasil só circulava no Rio de Janeiro e, com restrições, na Bahia e São Paulo, sendo olhado com suspeita pela população. A moeda de cobre, o "bilhão", variava de peso de província para província. Tal estado de coisas vai levar à dissolução do Banco do Brasil em 1829 ⁽³³⁾.

O meio circulante, além de constituir problema generalizado no Brasil de então, apresentava ainda uma faceta especificamente paulista. Em toda a terceira década do século XIX, São Paulo passou por graves crises no seu meio circulante. Por uma série de razões que não vem ao caso enumerar aqui, as rendas provinciais apresentavam constantes déficits, impedindo a administração de saldar uma série de obrigações prementes. A falta de moedas ainda provocava graves repercussões no comércio, inclusive na população, que não podia contar com moedas de pequeno valor para atender às suas despesas diárias com produtos de consumo,

pois a Caixa de Descontos do Banco do Brasil, estabelecida depois de 1816 em São Paulo, só emitia bilhetes de alto valor. Em 1825, o governo imperial permitiu, para sanar o déficit de 1821 a 1824 da Província de São Paulo, que se cunhasse anualmente 20 contos de réis em chapinhas de cobre de 40 réis. A Junta da Fazenda, não obstante, excedeu-se e pôs em circulação, entre 1826 e 1829, 228:173\$800. Pretendia ainda cunhar mais moedas e para tal finalidade já tinha comprado o cobre necessário. Em julho de 1829, porém, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Fazenda e Presidente do Tesouro Nacional, enviou ordem à Junta da Fazenda a fim de que não se excedesse o limite estabelecido em 1825. O governo de São Paulo e a Junta da Fazenda, entretanto, procuram convencer o governo imperial da necessidade de continuar a cunhar mais moedas para não prejudicar o pagamento, por parte da administração, de todas as suas dívidas e para não dificultar as transações comerciais. Em ata do Conselho de Presidência de São Paulo, de agosto de 1829, fala-se que a permissão de continuar a cunhar moedas de cobre só “redunda em benefício da mesma Fazenda, e do Público que longe de ter superabundância, antes sofre grande falta desta moeda” (34).

Nas cartas de Prado há constantemente referências aos problemas causados pela desordem da circulação monetária ao comércio de animais, não se podendo esquecer que esse comércio interessava pelo menos a quatro províncias: Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Já nas primeiras transações da sociedade Prado-Machado aparece a queixa: “A feira de Sorocaba tem estado desgraçadíssima, tenho vendido a tropa toda fiada e a prata vai desaparecendo de todo” (35). Numa carta a Lírio, de março de 1825, o comerciante paulista focaliza muito bem a situação do comércio: “Quanto ao comércio, presumo que em toda parte está inteiramente paralisado, pois a falta de dinheiro é indizível, os devedores patenteiam suas necessidades e vexames, privando com isto que os Credores usem de força contra eles, enfim não há remédio para tão contagioso mal” (36).

Já foi referido que o preço das bestas na feira de Sorocaba variava conforme a moeda usada para o pagamento. João da Silva Machado, comprador de animais nos campos de Curitiba, conhecedor, portanto, das idéias dos vendedores de animais, não queria saber de receber os bilhetes do Rio de Janeiro, na feira de 1828. Em fins do ano anterior dera ordens decisivas a Prado para que o pagamento somente fosse efetuado em prata ou em moeda da Província, que no caso era o cobre. Este achava difícil realizar as transações com moedas de prata, concluindo que “fare-

mos diligência e veremos o que resulta". João da Silva Machado sabia que para pagar as bestas compradas no Sul só poderia usar moedas de prata ou talvez de cobre. As primeiras, entretanto, estavam desaparecendo. A uma pessoa do Rio de Janeiro, interessada em dirigir-se aos campos do Sul para comprar animais, avisa: "negócio de bestas só se faz com moeda de prata, e esta ao todo tem desaparecido, e a pouca que aparece já se compra com avultado prêmio, como a mim tem acontecido" (37). Mais tarde, devido à inexistência de prata, as compras tinham que ser feitas com moedas de cobre. Prado envia a Machado, em setembro de 1828, 4:800\$000 em cobre. Havia dificuldades na remessa desse tipo de moeda para os campos do Sul devido a seu peso. Assim, por exemplo, quando enviou 6:000\$000 em cobre, utilizou-se de 30 surrões e apenas de 4 para 4:480\$320 em prata. Machado tinha que enviar especialmente uma tropa de bestas para Sorocaba a fim de buscar as moedas de cobre. O transporte dessa moeda dificultava enormemente o comércio de animais, devido, principalmente, à grande distância entre o local da primeira transação, no caso, Lapa ou Curitiba, e a feira de Sorocaba, onde se realizava a última. Em 1820, quando Francisco Mariano da Cunha se dirigia ao Sul para comprar gado, Prado sugere-lhe que, além do dinheiro dos impostos, as pessoas dos Campos Gerais que viessem a São Paulo com dinheiro, que o deixassem aí, que ele se prontificava a dá-lo "a fim de evitar o mandar dinheiro que é dificultoso". O comércio de animais, portanto, não lutava apenas com a falta de moedas, mas também com as dificuldades causadas pelas grandes distâncias até o local onde se realizava a primeira transação.

Além da falta de moeda necessária para as transações comerciais, os bilhetes do Banco do Brasil eram olhados com desconfiança em São Paulo. Ninguém queria recebê-los, como já foi referido. Em março de 1827, Antônio da Silva Prado não queria aceitar de um freguês de Lorena os bilhetes com 4% de rebato, "quando aqui os não querem nem com 8%". Como os preços dos animais estivessem bastante altos, comenta que "poucos lucros deixarão aos compradores das vilas do Norte em razão do grande rebato das notas do Rio, moeda única que corre nesses lugares" (38). As vilas do vale do Paraíba paulista, gravitando economicamente de preferência em torno do Rio de Janeiro, sentiam mais o problema das notas emitidas pelo Banco do Brasil. Em setembro, o rebato para os bilhetes já era de 12%. A guerra do Sul e as conseqüentes emissões contribuíram de vez para abalar o valor dos bilhetes do Banco do Brasil. Nesse mesmo ano de 1827 foram emitidos bilhetes no valor de 8.584:000\$000, tendo-se em vista

que em 1825 a emissão foi de 1.330:000\$000 e, em 1826, de 2.870:000\$000 ⁽³⁹⁾. Em dezembro de 1827, Antônio da Silva Prado escreve a seu correspondente em Sorocaba: “o compadre Silva está com a mania da prata, e como desejo sempre condescender com a vontade de meus sócios, agora escrevi que não venderia besta alguma sem ser por prata ou que voltarão para as invernadas para se venderem logo que se fizesse a paz, porque nesse tempo apareceria prata” ⁽⁴⁰⁾. Recusou-se a fazer uma série de negócios devido ao pagamento com bilhetes e prometeu inclusive, a um velho freguês de Guaratinguetá, encontrar quem quisesse vender uma tropa em troca de bilhetes. A prata, no entanto, escasseava cada vez mais e o comerciante tinha que se contentar com a moeda provincial de cobre e com os bilhetes emitidos em São Paulo pela Caixa de Descontos. No início do ano seguinte a situação dos bilhetes do Banco tinha piorado. Por isso, Prado comunica a Ferreira Braga: “Presentemente não se pode fazer negócio por notas do Rio porque aqui já estão com 20 por 100 de rebate por cobre e não se sabe aonde irá parar tal rebate”. Como já foi visto, o comerciante não pensava em mandar gado para a Corte “enquanto a moeda daquela Província não igualar a desta” ⁽⁴¹⁾.

O problema da moeda continua. Em agosto de 1829, Prado envia a Sorocaba determinada soma em cobre e comenta: “pois bom foi eu me ter acautelado com esse cobre pois veio ordem do Rio, de se não cunhar mais cobre, e isso há-de fazer grande transtorno no comércio de bestas”. Trata-se, como vimos, da ordem para que a Junta da Fazenda não excedesse a 20 contos de réis a cunhagem de moedas de cobre. Logo em seguida comunicava a Luciano Carneiro Lobo, em Jaguariaíva, que Domiciano Zacarias ia comprar gado e que ele se comprometia a satisfazer o pagamento em São Paulo, já que por falta de moedas de cobre não era possível enviá-las. No mês seguinte a situação deve ter-se modificado, pois o comerciante paulista se admirava de “não aceitarem no Sul os cobres os quais aqui têm muita saída”. Em compensação, em julho o rebate sobre os bilhetes do Rio de Janeiro tinha chegado a 43% e em outubro era de 38% ⁽⁴²⁾.

Em 1829 a situação do meio circulante em São Paulo apresentava-se realmente alarmante, principalmente depois que se espalhou a notícia da suspensão da cunhagem da moeda de cobre e da emissão de muitos bilhetes pela Caixa de Descontos. Além disso, já se sabia da próxima extinção do Banco do Brasil. O Presidente da Província, José Carlos de Almeida Torres, escrevendo ao ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida, descreve com cores bastante sombrias a situação de São Paulo: “Refletindo que

os interesses da Fazenda Pública se acham ligados com os do Comércio, de maneira que do transtorno, e decadência deste não podem deixar aqueles de sofrer prejuízo, tenho examinado cuidadosamente" (...) "as atuais circunstâncias desta Província, e a impressão que fez no espírito público a medida de suspender o cunho de moeda de cobre nesta cidade, e observo com pesar, que alguns negociantes, e pequenos capitalistas, guiados somente pelo seu peculiar interesse, e natural disposição de tirar vantagem de todas as circunstâncias menos favoráveis ao bem geral, têm metido na circulação não pequena soma em notas da Caixa de Descontos desta cidade para recolherem moeda de cobre, retendo ao mesmo tempo os fundos que na mesma moeda antes conservavam; e outros possuídos de um terror exagerado que se tem espalhado em consequência da referida providência, que dizem ser prejudicial, maiormente pela emissão de mais de cem contos de réis em notas, que tivera lugar nesta Província o ano passado, têm seguido igual marcha, pela certeza de não poder brevemente a dita Caixa trocar todas as notas, que com grande afluência já lhe vão sendo apresentadas, visto repugnarem o seu troco sem ágio os negociantes, e lojistas, que até agora as preferiam à moeda de cobre, que hoje presumem virá logo a faltar por ter cessado o cunho, e haver saído parte da que andava em circulação para a Província de Minas Gerais, e com particularidade, e grande quantidade, para a do Rio Grande de São Pedro do Sul com a qual esta mantém grande comércio em bestas muares". Como medidas a serem tomadas para sanar as dificuldades devido à falta de moeda de cobre, esse Presidente sugere a proibição da circulação da moeda cunhada em São Paulo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul ⁽⁴³⁾.

Foi referido que uma das condições impostas por Antônio da Silva Prado, na venda de bestas na feira, era o tipo de moeda a receber. De resto, vende os animais quase sempre a prazo. Apenas algumas vendas são feitas à vista. Em geral o prazo para o pagamento era de um ano, às vezes menos. Vendia os animais sempre a pessoas conhecidas. As desconhecidas ou que não tinham sido apresentadas traziam cartas de fiança ou letras endossadas. Procurava sempre vender "fiado com bastante segurança". Várias vezes se nega a entregar a tropa sem o endosso das letras com "firma de reconhecida abonação". É o caso de um freguês do Rio de Janeiro que não poderia fazer seguir a tropa se não chegasse o endosso até certa data. Os compradores não "devem escandalizar-se com a segurança que tanto assim devo praticar pelo nenhum conhecimento que tenho de ditos senhores e demais o negócio é de vantagem para os mesmos" ⁽⁴⁴⁾.

Em geral, comercia com pessoas que já conhece, ou de negócios anteriores ou com quem mantém outro tipo de relações, como, por exemplo, seus cobradores de impostos. Aparecem ainda os recomendados por conhecidos ou amigos. Haja vista a carta a José Antônio Moreira, do Rio de Janeiro, em janeiro de 1826: “Muito lhe agradeço os fregueses que me tem recomendado os quais independentemente de trazerem fundos para a empresa eu entraria com eles em negócio pois para isso era bastante serem patrocinados e recomendados por Vm.^{ca}” (45).

Face ao grande número de bestas que vendia nas feiras de Sorocaba, aparecem relativamente poucas queixas sobre o não recebimento das importâncias devidas. Em geral, vêem-se apenas de vez em quando, uma ou outra reclamação relativa ao atraso no pagamento (46).

Teria sido lucrativo o negócio com muares? Infelizmente as informações são muito esparsas, de maneira que se torna bastante difícil calcular o lucro obtido pelo comerciante paulista. Antes de verificar o andamento dos negócios de A. Prado, será interessante ver como o governador Melo Castro e Mendonça encara a rentabilidade de tais negócios no início do século. Fazendo os cálculos do empate do capital na compra de animais, das despesas de custeio e do pagamento dos diversos direitos, o governador chega à conclusão de que, entre a compra no Rio Grande do Sul e a venda no “Continente de Curitiba”, o lucro devia girar em torno de 50%. Como geralmente eram necessários mais de dois anos para completar os negócios, o rendimento “não vem a ser mais de 50 por cento e ainda que ele passe por um dos mais lucrativos da Capitania não o é na verdade se não para pessoas de tal qualidade que o dito negócio corra todo por sua mão, fazendo pessoalmente as compras e dirigindo tudo o mais com a maior atividade, e economia”. A segunda venda realizada na feira de Sorocaba “ainda que bastantemente vantajosa não deixa na realidade lucros avultados”, devido às despesas e aos riscos, como explica esse governador (47).

Nos papéis de Prado praticamente não se encontram referências aos lucros obtidos em seus negócios de muares, em Sorocaba. Há, entretanto, algumas contas correntes referentes a negócios com donos de bestas, não realizados em Sorocaba. Vale a pena examinar o lucro, a partir dessas contas esparsas, onde se registra o preço do gado comprado no Continente do Sul ou em Sorocaba, as despesas e o preço de venda nas áreas consumidoras, pois pelo menos permite avaliar a amplitude do lucro possível em negócios dessa natureza. Pelo que se pode deduzir, a maioria dos negócios era realizada no Rio de Janeiro ou em vilas do vale do

Paraíba paulista. Em 1818, Antônio da Silva Prado comprou uma tropa de 252 bestas por 2:394\$000; somado com as despesas, o capital empatado era de 2:596\$980. Apesar de conseguir vender apenas 241 bestas, já que 11 morreram, conseguiu apurar um lucro de 504\$820, o que representa 19,4% do capital aplicado ⁽⁴⁸⁾. Todo esse negócio foi realizado no correr de 12 a 18 meses.

Em 1820, juntamente com João Francisco Vieira, comprou um lote de 220 bestas por 4:000\$000, sendo necessário acrescentar a essa cifra 105\$000 do imposto de Guarapuava e do “novo imposto”, não constando outras despesas. O lucro foi de 1:100\$000, o que representa 27,5% do capital empatado. Nesse negócio, entretanto, a demora em receber foi grande, pois o comerciante só pôde fechar a conta em agosto de 1825 ⁽⁴⁹⁾. No ano seguinte, 1821, conseguiu 19,0% de lucro. Trata-se de negócio mais rápido, porquanto comprou os animais em janeiro e em agosto de 1823 já fechava a conta ⁽⁵⁰⁾. Nesse mesmo ano, num negócio de 243 bestas e 4 cavalos obteve um lucro de 19,7%, não se conhecendo o período necessário para a transação. O preço dos animais fora de 4:169\$000, o “novo imposto” atingiu 116\$820 e as outras despesas, 298\$100, sendo o lucro computado de 903\$080 ⁽⁵¹⁾. Em 1830, num negócio que se realizou entre janeiro e agosto, juntamente com seu sócio Domiciano Zacarias, conseguiu 29,8%. Em 1833 comprou em sociedade com Zacarias 306 bestas por 13:268\$400, cifra à qual se deve ainda juntar 212\$160 de despesa. As vendas foram realizadas a prazo, devendo contar com um lucro de 21,7%, depois de efetuadas todas as cobranças, o que ainda não se tinha realizado em 1836 ⁽⁵²⁾.

Pelos exemplos acima, percebe-se que houve grandes variações quanto ao lucro em negócios desse tipo e que um prazo maior para receber o produto das transações nem sempre significa um lucro maior.

Com o preço dos animais comprados no “Continento de Curitiba” e o de venda obtido na feira de Sorocaba, pode-se, igualmente, fazer algumas conjeturas sobre a rentabilidade dos seus negócios na feira. Infelizmente não são muito frequentes os preços de compra e faltam os relativos às despesas durante a marcha dos campos do atual Paraná até Sorocaba, dificultando, portanto, um exame mais acurado do lucro. Deviam também ser contados os animais perdidos ou sem valor comercial que sempre aparecem numa tropa, os cavalos necessários para o manejo da tropa, sem esquecer o eventual pagamento dos direitos de Santa Vitória, como é o caso dos animais comprados em Lapa por João da Silva Machado, em fins de 1824 e dos direitos cobrados em Curitiba. Em fins de 1824, Prado e seu sócio compraram bom

número de bestas em Lapa, cujo preço, em média, como já foi visto, foi de 17\$239⁽⁵³⁾. Entrando no campo da conjectura e calculando uma despesa de marcha de 391 réis por animal, referida anteriormente, o custo de uma besta chegada a Sorocaba seria de cerca de 17\$630. A essa cifra devia-se acrescentar, em alguns casos, 1\$400 de direito de Santa Vitória para os animais procedentes do Rio Grande do Sul, cujo pagamento ficara a cargo de Machado. Assim, o preço médio das bestas compradas por ambos, em fins de 1824, variaria entre 17\$630 e 19\$030. Na feira de 1825, como já foi mencionado, o preço das bestas em Sorocaba variou de 23\$000, 24\$000 a 30\$000. Não esquecendo que se trata de conjecturas, o lucro de Prado e Machado devia ter oscilado de 30,4% a 70,2%, conforme o preço mínimo ou máximo alcançado pelos animais, cujo custo foi de 17\$630 e entre 20,8% e 57,6% para os de 19\$030. Parece que grande parte desses animais comprados em Lapa em fins de 1824, entretanto, ficou internada para ser vendida na feira de 1826, quando os preços eram ainda mais altos. Segundo as cartas de Prado, nessa feira não se podia comprar bestas por menos de 26\$000 e 27\$000, sendo que o comerciante conseguiu, em junho, 38\$400 em média. Nesse último caso o lucro sobre os animais comprados em 1824 foi ainda bem maior (cerca de 100%), não se devendo, entretanto, esquecer que deveriam ser computadas as despesas de internada, das quais, infelizmente, não se tem conhecimento. Essas considerações, apesar da falta de informações sobre o custo total dos animais chegados a Sorocaba, permitem concluir que os negócios relativos a bestas devem ter sido razoavelmente lucrativos. Aliás, o inglês Bigg-Withers, que esteve nos campos do atual Paraná quase meio século mais tarde, apoiando-se em relatos de um velho condutor de muares, afirma que o lucro dos que conduziam bestas do Rio Grande do Sul até Sorocaba era muitas vezes superior a 100%, apesar de todas as dificuldades encontradas durante a marcha. Relata, segundo a narração do velho condutor de muares, morador em Tibagi, que as perdas de animais durante esse trajeto não eram superiores a 1%⁽⁵⁴⁾.

NOTAS

1. ABREU, Manuel Cardoso de, "Divertimento Admirável...", RIHGSP, VI, p. 258; RIHGB, Tomo Especial, p. 10; CASAL, M. Aires de, *op. cit.*, I, p. 244 (Casal publicou sua obra em 1817); Coleção Lamego, do IEB, Códice 95, *Jornal de viagem...*, de Martim Francisco Ribeiro

de Andrada Machado. Na América Espanhola também existiam feiras de muares. Uma descrição extremamente curiosa e interessante é a do autor de "*El Lazarillo de ciegos caminantes desde Buenos Aires hasta Lima*" em 1773, relativa à feira de Salta, localizada nos contrafortes andinos e afastada dos centros de criação de muares. Como em Sorocaba, a feira se realizava aí no início do ano, nos meses de fevereiro a março, tratando-se, conforme se exprime o autor, da "maior assembléa de mulas que há em todo o mundo", já que aí se reuniam anualmente 60.000 muares e 4.000 cavalos. Os animais comercializados, à semelhança do que acontecia em Sorocaba, também vinham de muito longe, em geral das campanhas de Buenos Aires, Santa Fé e Corrientes, para depois serem enviados ao planalto peruano e boliviano. Ficavam internados na região de Tucumán e Salta à espera da feira e do momento de seguir para os altiplanos.

2. SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Província de São Paulo*, p. 249-251 e p. 254. SPIX, J. B., e MARTIUS, C. F., *op. cit.*, I, p. 249; SILVA, José Bonifácio de Andrada e ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de, "Viagem mineralógica na Província de S. Paulo", *Boletim Paulista de Geografia*, n. 17, p. 58.

3. 21, f. 123 v., 31 de maio de 1826.

4. Francisco Ferreira Braga, comerciante português, tinha em Sorocaba grande loja de armarinhos e de fazendas. Morreu em 1846. Manteve correspondência até sua morte com Machado (José Alípio Goulart, *op. cit.*, p. 254).

5. SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Província de São Paulo*, p. 251.

6. ALMEIDA, Aluísio de, *O tropetrismo e a feira de Sorocaba*, p. 42.

7. RINGSP, 27, p. 104-105; DEFFONTAINES, Pierre, "As feiras de burros de Sorocaba", *Geografia*, ano 1, n. 3, p. 286; GOULART, José Alípio, *op. cit.*, p. 157.

8. 20, f. 11, 1º de março de 1821; f. 12 v., 1º de março de 1825 e f. 272, 8 de março de 1828.

9. 21, f. 330, 19 de novembro de 1828.

10. 21, f. 228, 21 de setembro de 1827; 19, f. 318 v., 29 de novembro de 1830; 21, f. 162, 14 de novembro de 1826 e f. 168 v., 11 de dezembro de 1826; 21, f. 219, 20 de agosto de 1827.

11. 21, f. 10 v., 26 de fevereiro de 1825.

12. 21, f. 123 v., 31 de maio de 1826.

13. 21, f. 174, 7 de janeiro de 1827.

14. 21, f. 179, 4 de fevereiro de 1827 e f. 178, 26 de janeiro de 1827.

15. 21, f. 226, 11 de setembro de 1827.

16. 21, f. 228, 21 de setembro de 1827. É curiosa uma carta de novembro de 1827 dirigida a um freguês de Barbacena com o qual esperava fazer negócios, acreditando que nessa feira "não voltará com a prata como fez na passada feira" (21, f. 239, 7 de novembro de 1827); 21, f. 279 v., 30 de abril de 1828.

17. Nessa ocasião aconselhou Francisco Ferreira Braga a que não vendesse as suas bestas, pois no Rio o preço tinha baixado (21, f. 307, 9 de agosto de 1828).

18. 21, f. 388, 20 de outubro de 1829.

19. 19, f. 3 v., 26 de novembro de 1818 e f. 260, 28 de julho de 1820.

20. 18, f. 72, 1º de julho de 1817 e f. 161, 12 de outubro de 1818. Na Bahia, bestas levadas de Sorocaba alcançaram o preço de 36\$000 em 1817.

21. 19, f. 104 v., 20 de junho de 1819; f. 193 v., 11 de fevereiro de 1820; f. 338 v., 8 de janeiro de 1821 e f. 317, 23 de novembro de 1820.

22. 20, f. 38, 1º de maio de 1821 e f. 44 v., 15 de maio de 1821.

23. 21, 11 v., fevereiro de 1825; f. 17 v., 14 de março de 1825; f. 119, 11 de maio de 1826. Uma dobra ou um dobrão equivale a 12\$800.

24. 21, f. 162, 14 de novembro de 1826; f. 166, 1º de dezembro de 1826; f. 168 v., 11 de dezembro de 1826.

25. 21, f. 145, 29 de agosto de 1826.

26. 21, f. 170, 26 de dezembro de 1826; f. 178 v., 26 de janeiro de 1827; f. 185, 17 de março de 1827; f. 228, 21 de setembro de 1827.

27. 21, f. 246, 6 de dezembro de 1827.

28. 21, f. 251, 21 de dezembro de 1827; 21, f. 257, 21 de dezembro de 1827.

29. 21, f. 258 v., 9 de janeiro de 1828.

30. 21, f. 267 v., 12 de fevereiro de 1828; f. 271, 25 de fevereiro de 1828; f. 272, 15 de março de 1828.

31. 21, f. 270, 28 de fevereiro de 1828.

32. 21, f. 289, 5 de junho de 1828; f. 295 v., 9 de julho de 1828; f. 337 v., 20 de dezembro de 1829; 21, f. 359, 21 de abril de 1829.

33. Ver os primeiros quatro capítulos de CALÓGERAS, J. Pandiá, *A política monetária do Brasil*.

34. AB, TJ, 1570, C. I., Tesouro 1823-1829, Ordem de 12 de setembro de 1825, Relatório de 1829, Aviso de 29 de julho de 1829; ARQUIVO NACIONAL, Correspondência do Governo de São Paulo com o Ministro do Império, Caixa 365, doc. 32, ano 1829.

35. 21, f. 10 v., 26 de fevereiro de 1825.

36. 21, f. 170, 22 de março de 1825.

37. 21, f. 185 v., 17 de março de 1827.

38. 21, f. 186 v., 17 de março de 1827.

39. 21, f. 228, 21 de setembro de 1827; CALÓGERAS, J. Pandiá, *op. cit.*, p. 36.

40. 21, f. 245 v., 2 de dezembro de 1827.

41. 21, f. 258 v., 9 de janeiro de 1828; f. 272, 8 de março de 1828.

42. 21, f. 378, 22 de agosto de 1829; f. 388, 26 de outubro de 1829 e f. 389, 31 de outubro de 1829.

43. ARQUIVO NACIONAL, Correspondência dos Governadores de São Paulo com o Ministro do Império, 1829, Caixa 365, doc. 77.

44. 21, f. 172 v., 1º de janeiro de 1827.

45. 21, f. 98, 18 de janeiro de 1826.
46. Nas cartas aparece um caso curioso. Martinho José Marques e Joaquim José de Azevedo tinham comprado bestas na feira de 1827, as quais foram vendidas no Rio de Janeiro, a prata, como frisa Antônio da Silva Prado e, em vez de pagar a dívida, trouxeram fazendas. O comerciante tinha direito de fazer embargo da mercadoria, mas preferiu acertar as contas com o "célebre velhaco" de outra maneira. Ferreira Braga consegue 98\$000 em dinheiro dos dois devedores, além de um crédito de 2:000\$000 por seis meses. Antônio Prado elogia a eficiência de Braga: "gosto do seu sistema que é igual ao meu não ser acanhado decidir as coisas logo, pois o mais é perder tempo" (21, f. 215, 1º de agosto de 1826; f. 219, 12 de agosto de 1827).
47. MENDONÇA, A. M. de Melo Castro e, "Memória...", AMP, 15, p. 212.
48. 12, f. 134, 11 de março de 1818.
49. 13, f. 50, agosto de 1820; agosto de 1825.
50. 13, f. 65, conta corrente com Alexandre Gonçalves do Vale. Na compra de 240 bestas e no pagamento do imposto de Guarapuava e do "novo imposto" empatou 4:401\$020 referentes à transação, constando ainda uma despesa de 96\$520 com a internada de Taubaté. O lucro atingiu 855\$080.
51. 20, f. 87 v., 29 de agosto de 1821.
52. 14, f. 134, conta corrente com Domiciano Zacarias.
53. 21, f. 17 v., 14 de março de 1825.
54. BIGG-WITHERS, Thomas P., *Pioneering in South Brazil*, v. II, p. 229-230.

VIII

ANTÔNIO DA SILVA PRADO E A ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE O GADO NO REGISTRO DE SOROCABA

Além da feira, o Registro criado em 1750 desempenhava função relevante na vida de Sorocaba, tendo certamente contribuído para a organização de um mercado redistribuidor de muares. O Registro, como já foi referido anteriormente, foi criado com a finalidade de passar visto nas guias emitidas pelo Registro de Curitiba e confiscar os animais dos quais não constasse o pagamento das taxas nesse lugar, constituindo, portanto, um ponto de parada obrigatória. Com relação ao fluxo do gado do sul para o norte, o Registro de Sorocaba adquire importância extraordinária, principalmente depois da criação, em 1756, do “novo imposto”, de grande significado para as rendas reais, para as quais contribui com boa participação. Mais tarde, o Registro ainda vai cobrar o imposto de Guarapuava, que igualmente recaía sobre animais que por aí transitavam.

1. O “novo imposto”

O “novo imposto” foi instituído na comarca de São Paulo em 1756 pelo prazo de dez anos. Seu produto destinava-se à reedificação da alfândega de Lisboa, destruída pelo terremoto de 1755. Depois de terminado o prazo estipulado, continuou a ser cobrado e o seu produto foi aplicado no pagamento de oficiais e em obras públicas⁽¹⁾. O imposto recaía sobre carne de vaca, aguardente do reino e da terra, fumo e outros gêneros, mas principalmente sobre os animais vindos do Sul. Ficou estabelecido em 1756 que “cada cavalo que vier à venda de fora desta Comarca a esta Cidade da parte do Rio Grande de São Pedro do Sul, e Curitiba, ou passarem por ela por negócio para se ir a vender a qualquer das Minas, ou Rio de Janeiro, pagarão duzentos réis”. Para cada muar foram estipulados trezentos réis e por cabeça de

gado vacum cem réis. Determinava-se ainda que os animais vindos do Sul não poderiam passar dos registros de Sorocaba sem pagar o “novo imposto” ou dar fiança ⁽²⁾. Em 1836 o novo imposto ainda constituía um dos ramos da renda provincial e provinha da quantia de 6\$400 que tinham que pagar os armazéns e tavernas do planalto, dos gêneros miúdos que passavam no Cubatão e dos 4\$000 das tabernas de Santos. Para o gado vacum e cavalari era idêntico ao estabelecido em 1756, com exceção das bestas, que pagavam agora 320 réis ⁽³⁾.

O rendimento do “novo imposto” sobre os animais cobrado em Sorocaba constituía fator importante para as rendas de São Paulo. Marcelino Pereira Cleto, por exemplo, em sua relação das rendas reais em São Paulo, que, em 1780, perfaziam 43:703\$556, dá como total anual do “novo imposto” cobrado no Registro de Sorocaba a cifra de 1:900\$000. Numa previsão de receita da Província, para 1827, calculada em 295:619\$654, o total do “novo imposto” era avaliado em 15:000\$000, o que parece bem pouco, em vista do que Prado conseguiu cobrar, como se verá mais adiante. Em 1836 o total do “novo imposto” atingia 22:074\$216 numa receita provincial de 292:701\$359 ⁽⁴⁾.

O arrendamento da cobrança dos impostos constituía uma velha praxe no sistema tributário português, aplicada com muita freqüência no Brasil. Em São Paulo a arrematação do contrato do “novo imposto” era bastante disputada por proporcionar bons lucros, principalmente no que se refere ao imposto cobrado sobre os animais em Sorocaba.

Como se sabe muito pouco sobre a arrecadação dos impostos em São Paulo, tanto no período colonial, como no Primeiro Reinado, as informações que os papéis deixados por Antônio da Silva Prado fornecem são de grande interesse, pois é possível, se bem que para pequeno período, estudar o seu mecanismo: nessa época a prática de cobrar impostos por meio de contratos já estava em crise, tanto é que antes de Prado e seus sócios arrematarem a cobrança do “novo imposto”, ela era realizada pela Real Fazenda. Depois de três triênios de arrecadação por meio de contratos, finalmente em 1826 o “novo imposto” vai ser cobrado pela Junta da Fazenda de São Paulo, acabando de vez, pelo menos com relação a esse imposto, a cobrança por meio de contratos. Outros impostos que também eram arrecadados por contratos igualmente passam a sê-lo pela administração. É igualmente o caso do dízimo, a partir de 1829, quando foi posto em execução o decreto de 16 de abril de 1821, que determinava grandes modificações na sua cobrança. A tendência a extinguir a arrecadação dos impostos por meio de contratos — embora no

início houvesse uma diminuição em sua renda — está ligada à promoção da desagregação da herança colonial, usando a expressão de Sérgio Buarque de Hollanda. Em 1829, por exemplo, a Junta da Fazenda de São Paulo anunciava que a diminuição das rendas provinciais se devia a vários fatores, inclusive à pequena arrecadação do dízimo: “achando-se administrados os Dízimos, a renda mais notável da Província, só aparecem prejuízos pela forma de sua arrecadação comparativamente ao tempo em que se acharam contratados” (5). Os contratadores eram mais zelosos na cobrança dos impostos do que os administradores nomeados pela Junta da Fazenda, já que tudo que excedesse a cifra estabelecida no contrato seria lucro, havendo ainda a vantagem de a Fazenda receber pontualmente as somas contratadas e contar com uma renda certa. . .

Prado, recém-chegado a São Paulo, vindo da Bahia, associa-se em novembro de 1817 a Manuel Moreira Lírio e Custódio Moreira Lírio, ambos residentes no Rio de Janeiro, para a arrematação do contrato do “novo imposto” da Capitania de São Paulo (6). Parece que se trata da primeira iniciativa do comerciante, nesse sentido, e tem uma importância toda especial, pois vai-lhe despertar o interesse pelo comércio de gado, já que o ramo mais importante do “novo imposto” era cobrado em Sorocaba sobre os animais vindos do Sul. Seus sócios já deviam ter experiência em contratos dessa natureza, pelo menos é o que se deduz de uma Resolução de 1820, em que se fala de Manuel Moreira Lírio e companheiros como arrematantes do contrato do subsídio literário de 1815 a 1817 (7).

Por alvará de 11 de dezembro de 1817, foi cedido o contrato do “novo imposto” da Capitania de São Paulo aos contratadores Custódio Moreira Lírio e Manuel Moreira Lírio, pelo prazo de 3 anos, a partir de 1º de janeiro de 1817, pelo preço de 30:210\$000, além de propinas de 8%. Os contratadores comprometeram-se a pagar a soma total na Tesouraria Geral da Junta da Fazenda na Capitania de São Paulo em cinco pagamentos, sendo o primeiro no fim do primeiro ano de seu contrato e os quatro seguintes no fim de cada semestre dos últimos dois anos. Aos contratadores pertencia todo o “novo imposto” da Capitania, a saber, 6\$400 de cada venda de molhados ou botequim em serra acima; nas vilas da marinha era cobrado sobre os gêneros de importação, conforme as posturas municipais e, ainda, o imposto sobre os animais que passavam pelo Registro de Sorocaba. Tratava-se, como já foi visto, de 320 réis por besta, 200 réis por cavalo e 100 réis por cabeça de gado vacum. Vê-se que desde a sua criação o “novo imposto” permaneceu quase inalterado.

Os contratadores podiam requerer para a arrecadação dos impostos todas as providências necessárias às justiças territoriais, como também patrulhas nos campos de Sorocaba. Podiam cobrá-los por via executiva, tal como se a cobrança fosse efetuada diretamente pela Real Fazenda. Gozavam também de todos os privilégios concedidos aos rendeiros das fazendas reais. Por outro lado, os contratadores não podiam alegar perdas ou outras dificuldades e, assim, deixar de saldar suas obrigações para com a Real Fazenda. Os contratadores podiam ainda, de acordo com o parágrafo 8 do citado alvará, transpassar em parte ou todo o contrato “ficando em tudo, não só eles contratadores, mas igualmente todos os interessados, obrigados *in solidum* ao pagamento da Real Fazenda de tal sorte que todos os sobreditos e cada um deles ficarão sujeitos, como Fiadores e principais pagadores um por todos e todos por um para a Fazenda Real haver seu embolso...” Foi, pois, em conformidade com esse parágrafo que Prado pôde associar-se ao contrato do “novo imposto” com um quarto nos lucros e nas perdas⁽⁸⁾.

Prado conseguiu arrematar o contrato do triênio seguinte diretamente na Junta da Fazenda em São Paulo, em 17 de dezembro de 1819. Para esse contrato, o lance inicial de 30:400\$000 foi elevado pela Junta da Fazenda para 34:420\$000, mais propinas de 8%, com o argumento de que a arrecadação das vilas da marinha aumentara muito. Apesar dessa alta, ele queria obter o contrato, pois, como escreve a Lúrio, achava esse “o melhor dos de nosso interesse”. Receava, entretanto, a concorrência de mais outras sociedades que estavam se organizando para arrematar o contrato do “novo imposto”⁽⁹⁾. É justamente desse triênio que se conservou o registro dos animais que passaram por Sorocaba, já referido várias vezes.

Prado voltou a arrematar o “novo imposto” para o triênio de 1823 a 1825. Desta vez, entretanto, não administrou o dos animais em Sorocaba. Vendeu-o a Rafael Tobias de Aguiar e João Lopes França por 18:385\$728, em seis pagamentos semestrais de 3:064\$288 a começar em junho de 1823. Como na correspondência não se encontram referências ao fato, já que falta o quarto copiadador de cartas de 1823 a 1825, não se pode apontar as razões desse procedimento. A ausência de problemas e de trabalho e a obtenção de um lucro razoável talvez o tivessem impellido a agir desta maneira. Pelas contas correntes verifica-se que ele e seus sócios receberam pontualmente as somas pedidas. Nessa terceira fase, Prado continua a administrar somente o “novo imposto” das vendas em toda a Província, inclusive em Sorocaba⁽¹⁰⁾

Finalmente, a partir de 1826, o “novo imposto” vai ser administrado por conta da Fazenda Nacional. Rafael Tobias de Aguiar, com o título de Tesoureiro Administrador, continua sendo o cobrador do “novo imposto” dos animais e das tavernas de Sorocaba ⁽¹¹⁾.

Cabia a Prado, como morador em São Paulo, organizar a cobrança do “novo imposto” na Província. Para isso nomeou em todas as vilas cobradores que recebiam como pagamento uma determinada porcentagem da soma arrecadada. A cobrança era bastante fácil quando recaía sobre “vendas” e botequins ou sobre os gêneros importados, sendo difícil e trabalhosa no que diz respeito ao imposto sobre os animais que passavam por Sorocaba. Prado recebia, geralmente, uma prestação de contas semestral de seus cobradores espalhados pela Província. Era sua obrigação proceder a uma verificação das contas e da contabilidade geral do contrato. Não fica bem clara a modalidade da retribuição que o comerciante devia receber por esse seu trabalho. Logo de início, mostrava-se preocupado, pois o primeiro ano do contrato estava praticamente no fim e a Junta da Fazenda, que se encarregara da cobrança durante o ano de 1817, só tinha cobrado 2:000\$000, o que ele achava muito pouco. Sabia que teria muito trabalho com a arrecadação de todos os atrasados, mas desejava evitar prejuízos. Além do mais, só podia tratar da cobrança a partir do momento em que a Junta da Fazenda de São Paulo recebesse a participação do Real Erário. Previa, portanto, muito trabalho e considerava pequena a oferta que Lírio lhe fez de uma comissão de 1:000\$000. Achava muito pequena também a comissão de 3% calculada sobre o total arrecadado oferecida a ele para a administração de outros contratos; lembrava que a própria Junta da Fazenda estabelecera 6% para os administradores das rendas reais. Como mais tarde seus sócios lhe oferecessem 4% para administrar outros contratos, esperava que lhe concedessem o mesmo para o “novo imposto”, que, segundo suas palavras, “não inculca inferior ida ou menores providências” ⁽¹²⁾. Infelizmente não são disponíveis outras notícias sobre a solução relativa ao pagamento de Prado nesse triênio; sabe-se apenas que, numa lista de lucros que teve em 1818, registra 500\$000 como comissão do “novo imposto”. Para administrar o contrato no triênio seguinte (1820-1822) Prado não quis aceitar uma comissão inferior a 2:000\$000. Justificava a pretensão pelas “fadigas que tenho sofrido principalmente com diversas pessoas de Sorocaba como é notório” ⁽¹³⁾.

A organização da cobrança do “novo imposto” em Sorocaba não foi nada fácil, surgindo constantemente problemas entre o

cobrador e os condutores de gado ou os habitantes da vila. Sorocaba, núcleo de condutores de gado, onde tudo dependia da condução ou do comércio de animais, estava ligada a uma série de interesses completamente opostos aos dos contratadores, aos quais interessava cobrar sobre o maior número possível de cabeças para obterem um lucro maior. Condutores e comerciantes, entretanto, faziam tudo para ludibriar o cobrador. Pela correspondência de Prado percebe-se que a arrecadação do “novo imposto” sobre os animais, em Sorocaba, foi, de todos os impostos que cobrava em São Paulo na segunda e na terceira década do século passado, a que mais trabalho deu e que maiores dificuldades apresentou.

O primeiro atrito que teve em Sorocaba nasceu do fato de, em 1817, primeiro ano do contrato, a arrecadação ter estado a cargo de Antônio Francisco de Aguiar, por conta da Real Fazenda. Num primeiro momento Prado pensa em manter Aguiar como cobrador, pedindo-lhe informações sobre o rendimento do “novo imposto” sobre os animais e armazéns, em 1817. Manda perguntar se quer continuar administrando esse contrato e qual a comissão que desejava, esperando contemplação em vista das grandes despesas que acarretam as arrematações. Insinua a Aguiar que estimaria não ter que procurar outro administrador, pois conhecia “quanto V.S.^a é officioso quando se encarrega de semelhante particular” (14). Apesar de ter escrito outra carta a Aguiar em janeiro de 1818, afirmando que esperava ordens da Real Junta para dar providências, mudará de idéia. Está preocupado e escreve que daria a Aguiar a administração independentemente de fiança “se desse tanto interesse quanto causa prejuízo” (15). Em março, foi pessoalmente a Sorocaba para verificar os problemas criados pela administração de Aguiar. A conta apresentada pelo administrador dava um rendimento, para o ano de 1817, de 3:849\$942, “o que é um impossível já pelo grande número de bestas que vieram no dito año e todas renderam, já pelas minhas indagações, estou no verdadeiro conhecimento de que muito nos lesou, dolosamente em dita administração, e pretendo por meios políticos procurar o que quer lesar nossa sociedade, e quando não queira tentar ir por outros”, desabafa Prado. Mais tarde, entretanto, verifica que, em 1817, o “novo imposto” em Sorocaba, administrado por Aguiar, deu 4:800\$000 livres. As indagações de Prado, entretanto, trouxeram-lhe uma série de animosidades e rivalidades, ainda mais que os herdeiros de Aguiar, falecido no começo de 1818, depois de prestarem contas, tiveram que desembolsar mais 900\$000 a favor de Prado para saldarem definitivamente as contas do “novo imposto” (16).

Antônio Francisco de Aguiar representava o interesse dos condutores e comerciantes de gado, já que ele e sua família também se dedicavam a essas atividades. Finalmente Prado convenceu-se da necessidade de conseguir um cobrador que não fosse sorocabano e, portanto, não estivesse ligado nem ao comércio de gado, nem à condução de tropas e boiadas. Esperava que o arrecadador Gabriel Silva Sousa Dinis, morador em Parnaíba, desempenhasse a contento a tarefa e explicava que “foi necessário ir pessoa de fora da terra porque os de Sorocaba quase todos têm contemplos” (17).

Dinis foi contratado para administrar o “novo imposto” sobre os animais e as vendas em Sorocaba. Mais tarde, recebe ainda a incumbência de arrecadar outros impostos: como o imposto de Guarapuava, a meia sisa, o banco, a sisa e o subsídio literário em Sorocaba. Mostra-se enérgico e ativo, não permitindo extravios de gado, já que sua principal função era a cobrança do “novo imposto” sobre os animais. Prado o considera bastante e raras vezes chama a sua atenção para um descuido. Aconselhava-o a usar o bom senso na cobrança. Numa carta, por exemplo, escreve: “Deve recomendar-lhe toda a moderação e jeito na arrecadação dos contratos... trate a todos com bom modo e agasalho a fim de evitar qualquer discórdia” (18).

A cobrança do “novo imposto” era bastante trabalhosa, pois Gabriel Dinis encarregava-se de registrar minuciosamente no livro correspondente a data, o nome do condutor, o número de animais e a quantia arrecadada. Além disso, tinha que exercer grande vigilância para impedir o extravio de animais, principalmente à noite. Fazia o pagamento do meio soldo do destacamento que devia ajudar na fiscalização, sendo a outra metade paga pelo cobrador do imposto de Guarapuava (19). Recebia 4% pelo seu trabalho de cobrança do “novo imposto”. Essa comissão não era muito alta, pois Prado concedeu várias vezes a outros cobradores percentagem bem mais elevada (20). O fato talvez se explique por ser relativamente alta a cifra arrecadada em Sorocaba e por o cobrador não ter que percorrer grandes distâncias, já que o gado tinha que passar por determinado lugar, o que não se dava com os administradores do “novo imposto” sobre as vendas e botequins. Aliás, para a cobrança do imposto de Guarapuava, que era mais trabalhoso, Dinis também recebia 4%, ao passo que para o da meia sisa de escravos foram-lhe concedidos 6%.

Será interessante apresentar os problemas que Prado e Dinis tiveram que enfrentar para arrecadar o “novo imposto” sobre

os animais, pois revelam como Sorocaba inteira estava dominada pelos interesses dos condutores e comerciantes de gado. Os atritos demonstram que, na realidade, em Sorocaba não havia lugar para interesses opostos aos dos condutores e comerciantes de gado. Pagar impostos era um mal necessário que todos procuravam limitar e assim obter maiores lucros.

Não se deve, entretanto, esquecer que a sonegação de impostos era rotina em todo o Brasil Colonial; procurava-se iludir o fisco de todas as maneiras. Isso, porém, se tornava mais difícil quando a arrecadação não era feita por funcionários da Coroa, mas sim por meio de contratos. Os contratadores, pensando em seu lucro, exerciam uma vigilância mais eficiente e severa. Foi o que aconteceu com a cobrança do “novo imposto” sobre os animais em Sorocaba, que antes era feita por conta da Junta da Fazenda. Não tardarão as queixas contra a administração de Gabriel Dinis por parte dos condutores de gado: “Da vila de Sorocaba têm-se feito representações a esta Junta a respeito da administração naquela vila ser mais apertada de que até então era”. Segundo Prado, a causa foi provocada pelo fato de Antônio Francisco de Aguiar, falecido pouco antes, precisar agradar os condutores para “não manifestarem as indignidades que com a Real Fazenda praticava”⁽²¹⁾. O futuro barão de Iguape e seus sócios, como verdadeiros empresários, não permitiam o extravio que lhes reduziria o lucro.

Segundo Prado, os responsáveis pelas dificuldades na administração do “novo imposto” sobre os animais eram encontrados em toda a vila de Sorocaba, já que a população, a Câmara e as milícias defendiam os interesses dos condutores e comerciantes de gado. Todos os sorocabanos, afinal, procuravam obstar a cobrança do “novo imposto”, porquanto uma arrecadação que não deixava escapar nenhum animal era contrária a seus interesses. Um dos líderes da campanha contra a pontualidade no pagamento do imposto era, na sua opinião, Rafael Tobias de Aguiar. Prado acusa-o de ser o responsável por uma série enorme de dificuldades, já que, com a arrematação do “novo imposto”, sua família deixou de receber a comissão da Junta e não pôde mais lesar a Real Fazenda e “se vê privado de praticar o mesmo com a administração do imposto de Guarapuava, porque pode não combinar as contas dadas pelo dito com as que nos presta nosso administrador e por tal motivo de contínuo promove o nosso prejuízo”⁽²²⁾.

Durante algum tempo grande parte dos problemas surgidos com a cobrança do “novo imposto” devia-se às manobras de Rafael Tobias de Aguiar que, por todos os meios, procurava prejudicar a sociedade de Prado e perturbar o trabalho de Dinis. A rivalidade

entre o grupo de Aguiar e o de Prado parece que só teve fim quando este último também arremata a cobrança do imposto de Guarapuava e vende a arrecadação do “novo imposto” dos animais a Rafael Tobias de Aguiar. Não se deve esquecer que este pertencia a tradicional família de Sorocaba, que enfaixava em suas mãos grande parte do poder político e econômico da vila e da própria Província. Seu pai, já se disse antes, foi cobrador do “novo imposto” dos animais em Sorocaba, da mesma maneira que seu avô e bisavô maternos. Além de estar ligado à cobrança dos impostos pagos em Sorocaba, relativos ao gado que por aí transitava, também tinha interesses no comércio de gado e na sua condução. Prado percebe que depois que arrematou o contrato “tomou o dito Tobias por sua conta o promover quanto pôde em nosso prejuízo” (23). Por ocasião da arrematação do contrato, pela segunda vez, em fins de 1819, receava que Rafael Tobias de Aguiar quisesse concorrer, “pois ele tem muito amor a este contrato pelo muito que furtou a S. Majestade o falecido Pai do dito no tempo em que esteve por conta de S. Majestade” (24).

Vários foram os atritos com a Câmara de Sorocaba, da qual Prado sempre desconfiava porque — são suas as palavras — “todos são tropeiros”. Um dos primeiros problemas surgiu devido à cobrança do imposto sobre animais montados que passavam pelo Registro. A Câmara de Sorocaba suspendera o pagamento dos animais montados quando passassem pela primeira vez pelo Registro. O comerciante requereu imediatamente um parecer da Junta da Fazenda para suspender “semelhante despotismo”, pedindo também ao Lírio que requeresse uma ordem precisa ao Conselho da Fazenda no Rio de Janeiro, “porque o ficar assim como querem é um meio de extraviarem a maior parte dos direitos, porque mandam montar por peões, e passam a ponte sem pagar, e este torna a voltar com os arreios somente, e pode no dia passar 8 ou mais animais como estão fazendo”. Invoca a 3.^a condição do alvará do contrato, que não excetuava os animais montados ou carregados (25). A Junta resolveu logo que os animais carregados ou montados deviam pagar, mas Prado aconselha a Dinis que não se manifestasse antes de entregar a ordem da Junta à Câmara, a fim de evitar que esta deixasse de se reunir. Apesar da ordem da Junta da Fazenda, Prado receava que a Câmara de Sorocaba recorresse ao Conselho da Fazenda no Rio de Janeiro e por isso pedia vigilância a Lírio (26). A Câmara recorreu ao Conselho da Fazenda sobre o assunto; Prado, porém, temia uma informação desfavorável, pois, no seu entender, o ouvidor protegia Rafael Tobias de Aguiar. As dúvidas com a Câmara de Sorocaba a respeito dos animais montados continuam e em 1820, já no segundo triênio do

contrato, volta-se à questão. O contratador, de acordo com o governo, resolve isentar do “novo imposto” os animais quando “legitimamente forem mansos” (27)

A Câmara, entretanto, continua a se intrometer na arrecadação e, em 1821, Prado reitera que o governo incumbiu o coronel Bento Manuel, comandante do destacamento, a fiscalizar o proceder de Dinis e da Câmara. Dinis devia “observar aquilo que o dito coronel lhe determinar e nunca cumprir o que a Câmara quiser porque não é autoridade legítima mas sim a Junta da Real Fazenda” (28).

A apresentação de um fiador da quantia devida no Registro era outra modalidade para ludibriar a arrecadação. Dinis quer que as fianças permitidas pelas posturas de 1757 e renovadas em 1820 sejam lavradas em escrituras, “recusando a aceitar a fiança de homens abonados”, como se queixava a Câmara de Sorocaba. A Junta da Fazenda tinha resolvido que os donos de animais que não fossem de negócio dessem fiança, a fim de evitar a fraude da venda dos mesmos sem o pagamento do “novo imposto”. Aborrecido com tanta interferência da Câmara, Prado dá plenos poderes ao coronel Bento Manuel para resolver essa questão, lembrando ao governador Oeynhausen que ele, governador, havia sugerido “o Coronel Bento Manuel de Almeida Pais deliberar sobre todas as objeções que para o futuro se pudessem suscitar no referido contrato” (29).

Não só a Câmara e Tobias de Aguiar tiveram constantes atritos com o cobrador do “novo imposto” em Sorocaba. A população, intensamente ligada ao comércio e à condução de gado, freqüentemente se rebelava contra Dinis e seus métodos de arrecadação. Inúmeras vezes partiam da população atos de protesto contra o cobrador. Na realidade, em Sorocaba todos se uniam com o intuito de tentar conseguir passar uma parte dos animais sem pagar o imposto. Dinis, por sua vez, cansado de ser continuamente ludibriado com os extravios de animais, torna-se mais intransigente na cobrança, chegando a desobedecer as ordens de Antônio da Silva Prado. Em princípios de 1819 os choques entre o cobrador e os sorocabanos foram bastante graves, aparecendo inclusive uma ordem de prisão contra Dinis que o futuro barão de Iguape conseguiu reter.

Devido à cobrança do imposto sobre os animais de uns noivos que foram a Sorocaba e depois quiseram retornar, a população fez violento abaixo assinado contra o cobrador. O tenente-coronel de milícias Inácio Álvares de Toledo explica que as perseguições que Dinis tem sofrido são “efeitos de sua conduta pois que tem

ofendido a maior parte deste povo já com violências já com injúrias” (30). O próprio Prado lembra a Dinis que tinha deixado um “abecedário” para nele serem registrados todos os animais que entrassem em Sorocaba a fim de evitar a cobrança do imposto quando saíssem, já que não se tratava de animais de negócio e pertenciam a moradores dos arredores.

Prado procurava apaziguar Dinis, aconselhando-lhe moderação e paciência para com o povo amotinado, apesar de saber de onde partiam as hostilidades e de afirmar que “não incrimino meu cobrador porque o presente tem dado provas de sua verdade até admira como não tem endoidecido”. Achava também que tudo era “traçado pelo tal Rafael” (31). A população sorocabana continua cada vez mais irritada com Dinis e a situação culmina em 25 de janeiro, quando se organiza contra o cobrador “cilada de rapazes armados de pedras para o mesmo ser apedrejado publicamente e talvez morto...”, o que não se ultimou devido à interferência do capitão-mor de Sorocaba. Segundo ofício dirigido ao governador de São Paulo por Manuel Moreira Lírio e Custódio Moreira Lírio, a influência, temeridade e despotismo da Câmara de Sorocaba, negando-se a acatar as ordens da Junta da Real Fazenda, deram origem ao movimento popular (32). Em decorrência dos constantes atritos com a população sorocabana, era difícil conseguir uma pessoa que se quisesse encarregar da cobrança do “novo imposto” em Sorocaba. Dinis, temendo por sua vida, queria abandonar o cargo, mas afinal Prado conseguiu debelar a crise: tomou providências junto ao Governador de São Paulo, conseguindo uma petição para citar Rafael Tobias de Aguiar, líder da população amotinada, e fazê-lo assinar termo de segurança pela vida de Dinis (33).

Apesar dos problemas provocados pela má vontade da Câmara, pela hostilidade aberta de Aguiar e da população, devido quase sempre a interpretações diferentes dadas aos itens do contrato, as maiores dificuldades da cobrança advinham do contínuo extrativo de gado, principalmente à noite. Nesse caso os maiores responsáveis eram os milicianos do destacamento, que, como bons filhos da terra, ligados, portanto, aos interesses dos sorocabanos, mancomunavam-se com comerciantes e condutores de gado para a sonegação do imposto. Os contratadores do Rio de Janeiro, em ofício ao governo de São Paulo, apontam a principal causa do extravio de animais: os “homens milicianos que por serem filhos do país, parentes e subordinados a facção perseguidora se acham de comum acordo ocasionando voluntariamente notáveis prejuízos dormindo de noite a sono solto em cuja ocasião se fazem os maiores extravios” (34). Em todos os papéis de Prado há

queixas contra a constante burla da fiscalização que devia ser feita pelo destacamento de milicianos. Eram estes pagos pelo cobrador do “novo imposto” e pelo do imposto de Guarapuava, por ordem da Junta da Fazenda. A metade do pagamento do soldo do destacamento fazia-se, portanto, por conta do “novo imposto” e a outra pelo do imposto de Guarapuava. Prado recomendava sempre a Dinis pontualidade no pagamento dos milicianos a fim de poder contar com sua boa vontade. Também recomendava-lhe que pagasse alguma coisa aos soldados quando estes tinham que se afastar do quartel “pois certamente não os devemos empregar em coisas particulares, e agrade-os a fim de tê-los da nossa parte e tanto que estão de má vontade em vez de fiscalizarem procuram prejudicar” (35).

A maior parte dos extravios se realizava à noite. Num primeiro momento Dinis pensa em resolver o problema dos extravios ocorridos durante a noite colocando um portão na ponte, passagem obrigatória para continuar o caminho. Prado, entretanto, acha que uma sentinela noturna devia resolver o caso, aconselhando seu cobrador a “quando tenham passado faça retroceder deverá cobrar o dobro porque já são havidos como animais passados por alto” (36). Além dos milicianos que não impediam os extravios, também o comandante responsável pelo destacamento, tenente-coronel Inácio Álvares de Toledo, não era muito zeloso, defendendo mais os interesses dos condutores e comerciantes de gado, do que os do comerciante. Muitos foram os atritos entre o tenente-coronel e Prado. Este escreve várias vezes a Toledo, pedindo mais sentinelas e mais atenção por parte dos milicianos. Procura inclusive o apoio do governo interino de São Paulo. Tem certeza de que grande parte dos extravios ocorrem à noite, com a ajuda do cobrador do imposto de Guarapuava, Rafael Tobias de Aguiar. No segundo triênio do contrato, o problema das sentinelas noturnas ainda não está resolvido. Dinis deverá providenciar uma guarita e um lampião aceso durante a noite. O tenente-coronel, entretanto, não toma as medidas necessárias (37). As queixas continuam contra o tenente-coronel e finalmente, no início do segundo triênio, Prado consegue do governo uma ordem para que Inácio Álvares “não tenha domínio algum no destacamento” visto ficar todo sob as ordens de Bento Manuel de Almeida Pais, devido à “má ordem e insubordinação” do destacamento. Depois que Bento Manuel passou ao comando do destacamento, as queixas de Prado diminuem, havendo soldados postados em Sorocaba e em mais três lugares diferentes (38). Como o trabalho do destacamento tivesse aumentado, os milicianos pediam a designação de mais alguns soldados.

Nem todas as dificuldades, entretanto, provêm da hostilidade da Câmara, da população ou dos milicianos. Assim, por exemplo, a possibilidade de evitar a passagem por Sorocaba também facilitava o extravio. Podia-se tomar o caminho de Porto Feliz e aí pagar o imposto sem passar por Sorocaba. Saint-Hilaire, referindo-se à sua viagem de Porto Feliz a Sorocaba, fala na localidade Guarda de Sorocaba, onde existia uma pequena casa com varanda, na qual se pagavam os impostos dos muares vindos do Sul. Todavia, passavam em pequeno número, razão por que havia aí apenas dois soldados, substituídos de seis em seis meses. Ainda era possível passar pela Guarda de São Francisco, onde também ocorriam extravios. As tropas podiam ainda passar e pagar os impostos na Guarda de Santa Rita e de Indaiatuba. Para evitar certos extravios, Prado procura obstar a construção de uma ponte, que um morador de Indaiatuba está iniciando⁽³⁹⁾. Essas variantes decorriam da organização do sistema viário de então e eram usadas para encurtar o caminho até as áreas consumidoras.

Outro problema que surge com certa freqüência é o da cobrança do imposto sobre os animais da Coroa ou do governo. Gabriel Dinis devia exigir a apresentação da ordem da Junta da Fazenda e uma declaração do condutor indicando o número de animais, o valor do “novo imposto” e que os animais eram de Sua Majestade, pois, assim, Prado seria desembolsado da quantia correspondente. Certa ocasião, um condutor passou com 55 bois e 4 cavalos, afirmando tratar-se de animais da conta do governador e por isso não quis pagar o “novo imposto”. Desconfiado, Prado achava isso impossível⁽⁴⁰⁾. Em outra oportunidade, o condutor João José Palmério escreve ao governo de São Paulo, reclamando contra Dinis, pois este queria cobrar o “novo imposto” dos animais destinados à Corte do Rio de Janeiro. Trouxera-os do Rio Grande do Sul às suas custas e, graças a uma portaria, não teve que pagar impostos ou passagens de rios. Prado, entretanto, elogia a atitude de Dinis por não ter deixado passar a tropa de Palmério sem a apresentação de uma portaria específica do governo, pois as condições do contrato do “novo imposto” não excetuavam os animais da conta da Fazenda Nacional, como acontecia nas passagens dos rios⁽⁴¹⁾.

Apesar desses problemas, não raro o futuro barão de Iguaçu autoriza certos condutores a pagarem o imposto mais tarde ou em São Paulo. Exigia apenas que Dinis anotasse tudo e que os condutores fornecessem uma declaração. Trata-se geralmente de gente conhecida ou recomendada, ou com quem Prado mantinha

outros negócios. Ele próprio, entretanto, aconselha Dinis à não ser “fácil em deixar passar sem pagarem só sim quando seja uma pessoa muito capaz”. Uma ou outra vez teve dificuldade em cobrar de pessoas a quem ele mesmo tinha permitido que pagassem em São Paulo ⁽⁴²⁾.

O dinheiro arrecadado em Sorocaba era enviado em sacos de couro para São Paulo. Às vezes, Prado pedia a Dinis urgência no envio do numerário, pois tinha necessidade dele para efetuar o pagamento das prestações na Junta da Fazenda ou para outros negócios.

A cobrança desse imposto certamente dava lucros satisfatórios, caso contrário Prado e seus sócios não teriam arrematado o contrato três vezes consecutivas, já que os problemas, principalmente em Sorocaba, não eram poucos. Conhece-se muito pouco sobre o lucro que tais negócios poderiam alcançar; sabe-se apenas que alguns dos contratantes ficaram riquíssimos com a cobrança de impostos no período colonial. Foram conservadas as contas referentes ao triênio de 1820-1822, época em que o costume colonial de arrecadação por meio de contratos já estava em crise, tanto é que o “novo imposto”, a partir do ano de 1826, vai ser cobrado definitivamente por conta da Junta da Fazenda. Como se sabe, o “novo imposto” foi arrematado para toda a Capitania para o triênio 1820-1822 por 34:420\$000, mais 8% de propinas. O contratador e seus sócios, portanto, tinham que desembolsar 37:173\$000 para atender às cláusulas do contrato. Pelo Livro de Conta Corrente do Novo Imposto, Prado arrecadou ao todo nas vilas de São Paulo 34:900\$834, excetuando-se, entretanto, o imposto referente aos animais em Sorocaba ⁽⁴³⁾. Portanto, o rendimento do “novo imposto” cobrado no resto da Província aproxima-se bastante da cifra pela qual o imposto foi arrematado, o excedente seria lucro. Pelo mesmo Livro o rendimento líquido do “novo imposto” sobre os animais em Sorocaba foi de:

1820 —	5:811\$735
1821 —	5:268\$921
1822 —	7:282\$613 ⁽⁴⁴⁾
	<hr/>
Total	18:363\$269

O rendimento líquido do “novo imposto” dos animais, deduzidas todas as despesas, tais como a comissão de Dinis, o pagamento do meio soldo do destacamento, o papel necessário para

as guias, o aluguel da casa do cobrador, a construção e manutenção de porteiros e guaritas, etc., como se vê pela tabela anexa, perfaz quase 50% (49,3%) da cifra total pela qual os contratantes se responsabilizaram. É evidente que em nenhum outro lugar a arrecadação do “novo imposto” chegou a somas tão avultadas. Na alfândega de Santos, por exemplo, o rendimento líquido do “novo imposto” atingiu 8:106\$880 nesse triênio. O rendimento líquido total do “novo imposto” foi de 52:264\$103, dando um lucro aos contratadores de 15:091\$000, ou seja, de 45,9% sobre a cifra pela qual o contrato foi arrematado. Para uma terra onde, segundo Prado, era difícil ganhar dinheiro e onde o “giro do comércio” era muito lento, esse lucro parece bastante respeitável. Não se deve esquecer que todas as despesas já estão deduzidas e que praticamente não há empate de capital, já que os pagamentos são sempre feitos na Junta da Fazenda em São Paulo, no fim de cada semestre, quando Prado já podia contar com o dinheiro arrecadado. Ele e seus sócios deviam, portanto, estar bem satisfeitos com esse negócio. Além do mais é o que se percebe pela leitura das cartas — era uma forma de obter capital disponível para outros negócios. Enquanto não chegava a data para entrar com o dinheiro na Junta da Fazenda, Prado aplicava-o em outros negócios, dos quais também auferia lucros. Esse contrato, além do lucro que proporcionava, ainda tinha a vantagem de pôr à disposição do negociante dinheiro líquido para outros empreendimentos. Nas áreas canavieiras, por exemplo, o comerciante não raro lança mão do dinheiro arrecadado pelos cobradores do “novo imposto” para comprar açúcar, que depois seria enviado a Santos. O próprio cobrador em Sorocaba, muitas vezes, fornecia o numerário necessário para a compra de animais nos campos do Sul ⁽⁴⁵⁾. Prado, que, como já foi referido, se tinha associado a Lírio e seu irmão com um quarto nos lucros e perdas, teve um lucro razoável (pelo menos cerca de 3:273\$000), não esquecendo que pelo trabalho de administração do contrato recebeu mais 2:000\$000.

Vê-se, portanto, que se justifica a preocupação com os rivais por ocasião da arrematação, já que os lucros eram compensadores. Apesar das despesas, das distâncias e das dificuldades de comunicação, a contabilidade relativa ao imposto mostra as vantagens desse tipo de atividade no Brasil de então. Outros exemplos da mesma época mostram que o lucro obtido por Prado e seus sócios não devia constituir exceção. O lucro líquido do contrato de Cubatão para o triênio 1820-1822, por exemplo, foi de 31,5% sobre o valor do contrato ⁽⁴⁶⁾. O próprio Prado, em sociedade com Machado, conseguiu cerca de 56% de lucro quando vendeu

a arrecadação do dízimo de Curitiba, Lajes e São José dos Pinhais, que fora arrematada em 1818.

RENDIMENTO E DESPESAS DA ARRECADAÇÃO DO "NOVO IMPOSTO" SOBRE OS ANIMAIS EM SOROCABA (1820-1822)

1820	total bruto	comissão	prés do destacam.	outras despesas	papel
<i>janeiro</i>	800\$560	32\$033	34\$510		\$800
<i>fevereiro</i>	602\$800	24\$112	28\$150	117\$960(1)	\$400
<i>março</i>	617\$140	24\$685	15\$015		\$700
<i>abril</i>	627\$440	25\$097	12\$145	9\$760(2)	
<i>maio</i>	400\$580	16\$023	12\$535		\$360
<i>junho</i>	112\$320				
<i>julho</i>	76\$760				
<i>agosto</i>	28\$820				
<i>setembro</i>	146\$300				
<i>outubro</i>	410\$460				
<i>novembro</i>	903\$650				
<i>dezembro</i>	1:642\$540				
<hr/>					
Total de junho a dezembro	3:340\$850(3)	133\$634	89\$087	1\$500(4)	2\$160
<hr/>					
Total	6:389\$370	255\$584	191\$442	129\$220	4\$420
Total das despesas	408\$660				
<hr/>					
Total liquido	5:980\$710				

(Continua)

(1) Aluguel pago adiantado por três anos da casa — 115\$200 e lampião para o quartel — 2\$700.

(2) Guarita nova e porteira no caminho do rio.

(3) Dinis tinha-se esquecido de registrar 20\$000, de maneira que essa cifra foi somada ao total de junho a dezembro.

(4) Mudança e conserto da porteira de Indaiatuba.

(Continuação)

1821	total bruto	comissão	prês do destacam.	outras despesas	papel
<i>janeiro</i>	1:654\$540	66\$181	12\$665	1\$000(5)	\$300
<i>fevereiro</i>	769\$940	30\$589	12\$821		\$600
<i>março</i>	374\$340	14\$973	14\$140		\$300
<i>abril</i>	539\$300	21\$572	13\$705		\$300
<i>maio</i>	248\$300	9\$932	13\$895	\$960(6)	
<i>junho</i>	168\$000	6\$720	13\$150	1\$160(7)	\$300
<i>julho</i>	118\$000	4\$728	13\$775		
<i>agosto</i>	11\$200	\$448	24\$935		
<i>setembro</i>	64\$740	2\$599	16\$475		
<i>outubro</i>	115\$180	4\$599	19\$025		\$450
<i>novembro</i>	880\$860	35\$232	19\$395		\$450
<i>dezembro</i>	754\$840	30\$193	18\$305	1\$440(8)	\$500
Total	5:699\$240	227\$766	192\$286	4\$560	3\$200
Total das despesas	427\$812				
Total líquido	5:271\$428				

(Continua)

- (5) Uma fechadura e conserto a prego para o portão da guarda de Santa Rita.
- (6) Seis tábuas para balcão para escrever.
- (7) Conserto do lampião do quartel, que se queimou, 3 vidros de quarto e um de azeite.
- (8) Uma mangueira para contagem.

(Continuação)

1922	bruto total	comissão	prês do destacam.	outras despesas	papel
<i>janeiro</i>	1:807\$420	72\$296	18\$495		\$500
<i>fevereiro</i>	1:273\$960	50\$958	16\$725		\$250
<i>março</i>	1:255\$880	50\$195	18\$605		\$250
<i>abril</i>	243\$420	9\$736	18\$295		\$250
<i>maio</i>	729\$760	29\$190	18\$890		\$250
<i>junho</i>	146\$600	5\$864	18\$295		\$120
<i>julho</i>	66\$860	2\$674	18\$885		\$250
<i>agosto</i>	43\$320	\$732	18\$890		\$240
<i>setembro</i>	93\$820	3\$760	18\$295		\$250
<i>outubro</i>	217\$080	8\$683	19\$890		
<i>novembro</i>	1:042\$560	4\$702	18\$835		\$600
<i>dezembro</i>	901\$800	36\$072	19\$445		\$500
Total	7:822\$480	274\$862	223\$555		3\$460
Total das despesas	501\$866				
Total líquido	7:320\$614				

2. O imposto de Guarapuava

Antônio da Silva Prado, ingressando pouco a pouco no ramo da arrematação de contratos de cobrança de impostos e de negócio de gado, tenta abarcar todos os impostos relacionados com animais. Procura ser arrecadador do imposto de Guarapuava, e no momento em que o consegue, escreve a João da Silva Machado que “agora faltam os meios direitos para abranger tudo”; isto é, os meios direitos cobrados em Curitiba sobre animais ⁽⁴⁷⁾.

O imposto de Guarapuava também era cobrado no Registro de Sorocaba sobre os animais que transitavam aí. Foi criado em 1809 com a finalidade de custear as expedições que se destinavam à conquista de Guarapuava. Aproveitando-se da estrutura criada em Sorocaba para a cobrança do “novo imposto”, escolheu-se essa localidade para a arrecadação do imposto de Guarapuava, já que o Registro de Curitiba nessa época podia ser

evitado, mediante a utilização de um caminho bem mais curto que passava por Castro. Assim, em Sorocaba se arrecadava mais um rendoso imposto, que recaía sobre o gado e contribuía para aumentar a importância da vila dentro do esquema de comercialização do gado proveniente do Sul.

Ao contrário do “novo imposto”, o de Guarapuava era, portanto, relativamente recente e sua renda devia custear a conquista dos campos dessa região. Desde os tempos do Morgado de Mateus, o governo pensa na possibilidade de ocupar e colonizar os campos férteis, povoados por índios, que se estendem a oeste dos Campos Gerais. O interesse por estes campos está ligado à política de expansão e de garantir a posse das fronteiras da Colônia Portuguesa, seguida por Morgado de Mateus, de acordo com ordens de Pombal. Está ligado, portanto, às expedições do Iguatemi, encetadas pelo dinâmico governador paulista⁽⁴⁸⁾. Apesar de algumas expedições terem percorrido campos de Guarapuava naquele tempo, só mais tarde, depois da vinda da família real para o Brasil, é que se dá a conquista definitiva dessa área. A expedição de Guarapuava foi ordenada por Carta Régia de 1.º de abril de 1809. Esta instituía, com o objetivo de custear a empresa, o imposto de Guarapuava, a ser cobrado no Registro de Sorocaba por 10 anos; parece, entretanto, que foi cobrado até pelo menos 1851. Nos primeiros 5 anos, o tributo seria de 200 réis por cabeça de gado vacum ou cavalar proveniente da área ao sul do distrito de Itapetininga, sendo que nos 5 anos seguintes o imposto seria reduzido à metade⁽⁴⁹⁾.

O principal problema da conquista dos campos de Guarapuava era constituído pelos índios, que durante muito tempo dificultaram o povoamento dessa região fértil e favorável, tanto à pecuária como à agricultura. O governo procurou atrair colonos, isentando-os do pagamento, por dez anos, dos direitos paroquiais e dos dízimos das terras que cultivassem. Dirigiram-se para esses campos alguns ricos criadores e moradores mais pobres dos Campos Gerais. Os moradores pobres localizaram-se com suas famílias em pequenas porções de terras que lhes foram concedidas, dedicando-se principalmente à lavoura. “Os criadores de gado”, conforme explica o padre Francisco das Chagas Lima, testemunha ocular dos primeiros tempos da conquista de Guarapuava, “que tendo seus domicílios nos mesmos Campos Gerais de Curitiba, apenas assistem em Guarapuava um ou dois meses em cada ano, se para si fizeram alguma utilidade; ao Público muito pouca fizeram”⁽⁵⁰⁾. Esses fazendeiros dos Campos Gerais tinham conseguido grandes concessões de terras, mas como seu gado fosse cria-

do à solta, sem cuidados, acabava por prejudicar as lavouras e a criação dos vizinhos. Depois da intervenção do comandante da expedição, os fazendeiros resolveram recolher o gado para as suas terras, mas “não fizeram mais benefício outro algum, nem mais currais, nem lavouras, nem casas de vivendas, e menos chegaram a pôr aí pessoa alguma de assistência, com o pretexto de dizerem que não queriam fossem os seus fazendeiros vítimas, ou, como se explicavam, iscas do gentio”, como narra o padre Chagas Lima ⁽⁵¹⁾. Só mais tarde, quando o problema dos índios estava resolvido, pelo menos em parte, e vendo as facilidades que a terra dessa área propiciava à lavoura e à criação, é que se localizaram mais povoadores aí.

Segundo o padre Chagas Lima, existiam nos Campos de Guarapuava em fins de 1821, 4.000 e tantos animais, mas de “portugueses se não cem pessoas mais ou menos”, o que demonstra que, apesar de todos os esforços, o povoamento foi muito lento.

Em princípio de 1810 o coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal deu início à conquista de Guarapuava. Como se responsabilizasse a Carta Régia de 1.º de abril pela falta de carne no Rio de Janeiro, o imposto foi abolido por outra Carta Régia (15 de setembro de 1809) ⁽⁵²⁾, pedindo-se à Junta de São Paulo que sugerisse outro imposto menos pesado. Por Carta Régia de 24 de julho de 1810, entretanto, voltava-se novamente a taxar os animais que passavam pelo Registro de Sorocaba. O imposto era de “320 réis por cada besta muar e 440 réis por cada cavalo, que passar no referido Registro, ou eles venham da Capitania de São Pedro do Sul, ou sejam criados nessa mesma Capitania de São Paulo nos campos desde Sorocaba até Lajes” ⁽⁵³⁾. Finalmente a Carta Régia de 7 de outubro de 1811 volta ao assunto e determina: “que conservando-se o lançamento estabelecido de 640 réis por cabeça nas bestas e cavalos que vêm do Continente do Sul, se proceda a lançar em todos os gados, assim vacuum como cavalos e bestas criadas nas fazendas desde o Registro de Curitiba até o de Sorocaba, por onde passam o novo tributo seguinte; a saber nos bois os mesmos 480 réis que pagam os que vêm do Sul, nos cavalos 1\$500 por cabeça, e nas bestas 1\$650 por cabeça” ⁽⁵⁴⁾. Com essa Carta Régia aparece a diferenciação quanto à origem dos animais. Os animais “crioulos”, criados ao norte de Curitiba, pagavam mais do que os originários das fazendas ao sul daquela vila. Posteriormente foi introduzida uma modificação, pois o padre Chagas Lima fala num tributo de 1\$750 para as bestas “crioulas” ⁽⁵⁵⁾.

O tributo era cobrado em Sorocaba por conta da Real Fazenda. Em 3 de agosto de 1809 a Junta da Fazenda provia no cargo de ajudante de administrador-recebedor o tenente Rafael Tobias de Aguiar, filho do administrador nomeado, Antônio Francisco de Aguiar⁽⁵⁶⁾. Com a morte de Antônio de Aguiar, Rafael Tobias foi nomeado interinamente, por portaria de 21 de abril de 1818, para o cargo de tesoureiro da Real Fábrica de Ferro de Ipanema e do Imposto de Guarapuava⁽⁵⁷⁾. Sendo cobrador do imposto de Guarapuava, explica-se a rivalidade com Dinis, cobrador do “novo imposto”, principalmente devido à possibilidade de aparecerem diferenças nas contas de ambos os tributos.

Em 1818, a Câmara de Castro e os proprietários das fazendas de criar, desde Sorocaba até o Registro de Curitiba, procuram conseguir isenção do “Imposto destinado para a subsistência da expedição de Guarapuava” junto ao governo central. Em 19 de janeiro de 1819, o rei autoriza a redução à metade do referido imposto, querendo “conciliar os interesses das suplicações com o bem geral dessa capitania, e insuficiência das suas Rendas para o estabelecimento da Povoação de Guarapuava, da Freguesia. . . , e para a conservação de várias Estradas”. Rafael Tobias reduz imediatamente o imposto, mas apenas para os animais criados ao norte do Registro de Curitiba. O governo interino, entretanto, comunica em 4 de março de 1819 a Tobias de Aguiar “que a cobrança fica reduzida à metade de todo tributo”⁽⁵⁸⁾. Assim passa-se a cobrar dos animais “crioulos” 875 réis por cavalo, égua e potro 240 réis por rês, enquanto aos animais “colônias” cobravam-se 160 réis por besta, 220 por cavalo e égua. As reses não eram tributadas. Essa diferença na tributação entre animais “colônias” e “crioulos” explica-se pelo fato de os primeiros já estarem onerados não só com maiores despesas de viagem, mas também com outros impostos como, por exemplo, o de Santa Vitória, pago na saída do Rio Grande do Sul, e os pagos no Registro de Curitiba.

Foi em princípios do ano de 1819 que Prado começou a pensar na arrematação do imposto de Guarapuava, enviando a Lírio o cálculo do seu rendimento e a pauta do que pagava cada animal. Era de opinião que o contrato devia ser arrematado, por ser rendoso⁽⁵⁹⁾. O processo de arrematação desse imposto foi demorado, sendo que só em julho de 1820 passou a ser cobrado por ele e seus sócios.

Interessado na arrematação do contrato do imposto de Guarapuava, logo fica ciente da redução referida acima e a comunica a Lírio⁽⁶⁰⁾. A partir de julho de 1820 esse imposto vai ser

cobrado por Prado e seus sócios fluminenses, ficando a cobrança a cargo de Dinis, que receberá 4% por seu trabalho. A Prado interessava a cobrança do tributo, pois poderia empregar neste caso o mecanismo de arrecadação já organizado para o “novo imposto” e cujo bom funcionamento já estava provado. Sem aumentar muito o trabalho de Dinis, nem o seu de fiscalização, podia contar com nova fonte de renda, sem considerar que o destacamento responsável pela vigilância era pago pelo “novo imposto” e pelo imposto de Guarapuava, cuja arrecadação estava agora numa só mão, com evidentes vantagens. Como já foi visto, a metade do pagamento dos soldados do Registro provinha do “novo imposto”, sendo a outra paga pelo imposto de Guarapuava. Anteriormente, Tobias às vezes deixava de cumprir com pontualidade seus compromissos ⁽⁶¹⁾.

A cobrança do tributo de Guarapuava era mais complexa que a do “novo imposto”, pois tinha-se que distribuir entre gado “crioulo” e gado “colônia”, devido às diferentes taxas. O gado “crioulo”, como já foi referido, era o dos Campos Gerais, e o “colônia”, da área ao sul de Curitiba, portanto quase sempre provinha do Rio Grande do Sul. Tal diferença não só dificultava a escrituração do imposto, como dava margens a fraudes. Sem demora, Antônio da Silva Prado alerta Dinis para exercer “vigilância nos cavalos e bestas que aí passam a título de colônias e são “crioulos” ⁽⁶²⁾.

O rendimento bruto do imposto de Guarapuava no triênio julho 1820-junho 1823 foi, segundo o resumo geral feito por Dinis, de 18:400\$510. O cobrador descontou 4% de comissão, ou seja, 736\$020, e o meio soldo do destacamento, num total de 603\$738, sobrando um rendimento líquido de 17:060\$752. Como, infelizmente, não se conhece o valor pelo qual foi feito o contrato, não se sabe quanto lucro conseguiu a sociedade de Prado. Em outras fontes também não se encontra indicação nenhuma que permita algumas conclusões. Sabe-se, apenas, que para o ano de 1827 previa-se uma arrecadação de 5:814\$220 do imposto de Guarapuava para uma receita geral provincial de 295:619\$764. Na década seguinte, em 1839, o imposto de Guarapuava rendeu 6:252\$275 ⁽⁶³⁾. Essas cifras não estão muito longe das arrecadadas anualmente por Gabriel Dinis durante o contrato. Pelo que se conhece dos outros negócios empreendidos por Prado, pode-se concluir que nesta também deve ter obtido lucros satisfatórios, porquanto, em certa ocasião, não quis vender o contrato com um lucro de somente 400\$000, pedindo 1:200\$000 para realizar o negócio ⁽⁶⁴⁾.

NOTAS

1. DI, 19, p. 48, cópia do estabelecimento do "novo imposto"; p. 46-47, Ofício do Morgado de Mateus, 15 de março de 1768; MÜLLER, D. P., *Ensaio dum quadro estatístico da Província de São Paulo*, p. 209.
2. DI, p. 19, p. 48-53.
3. MÜLLER, D. P., *op. cit.*, p. 209.
4. CLETO, Marcelino Pereira, "Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la", in *Anais da Biblioteca Nacional*, v. XXI, p. 244; AE, TI, 1570, C.L., Tesouro, 1823-1829; MÜLLER D. P., *op. cit.*, p. 215.
5. Arquivo Nacional, Correspondência do governador de São Paulo com o Ministro do Império, C. 365, Doc. 32, Ofício de 7 de abril de 1829; *Coleção das Leis do Brasil*, 1821, p. 65.
6. 18, f. 174 v., 11 de novembro de 1817.
7. ARAÚJO, José Paulo de Figueiroa Nabuco de, *Legislação brasileira*, Tomo III, p. 85.
8. AE, Livro 56, Decretos, Patentes e Alvarás (1814-1821), f. 55-57 v., Alvará das Condições do contrato dos Novos Impostos. Os 8% de propinas eram assim distribuídos: 3% para os ministros e oficiais da Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo; 1% para a obra pia; 4% para as municiões de guerra. Em 1796 o "novo imposto" tinha sido arrematado por 18:000\$000 para o triênio de 1796-1798 (RHGB, Tomo Especial IX, p. 181). A diferença de preço entre este e o que nos interessa é um índice seguro dos progressos econômicos pelos quais a Capitania estava passando. Prado e seus sócios tinham arrematado a cobrança do "novo imposto" em toda a Província. Mantinham, assim, nas principais vilas, cobradores para tal fim, inclusive nos Campos Gerais, onde eles muitas vezes desempenharam a função de correspondentes de Prado, no que dizia respeito ao comércio de gado, como já foi visto. É o caso de Francisco Teixeira de Azevedo, morador em Castro, a quem já foi feita referência. De início, Prado incumbira João da Silva Machado de providenciar a cobrança do "novo imposto" e da meia sisa, também arrematada "em massa" para toda a Província e que recaía sobre a venda de escravos nas vilas de Castro, Lapa, Curitiba e Lajes. Machado também auxilia na cobrança da sisa e do imposto do banco nessas vilas. A cobrança desses impostos nessa área fornecia fundos para a compra de gado, como foi referido.
9. 19, f. 130, 1º de setembro de 1819; 19, f. 166, 17 de dezembro de 1819.
10. 11, f. 2, conta corrente iniciada em janeiro de 1823; 11, f. 3 e 17. Nessa época João da Silva Machado continua a arrecadar o "novo imposto" na Vila do Príncipe, atual Lapa. Antônio Prado, como das outras vezes, tinha arrematado o "novo imposto", em massa.
11. AE, TI, Barreira de Sorocaba, Caixa 310. Aguiar continuou como cobrador até agosto de 1829, sendo substituído pelo tenente-coronel José de Almeida Leme.
12. 18, f. 74 v., 11 de novembro de 1817. Nesta carta Prado ainda se mostra interessado pelo contrato dos dizimos e da sisa. 18, f. 74 v., 11 de novembro de 1817; 18, f. 78, 21 de dezembro de 1817.

13. 19, f. 170, 1º de janeiro de 1820.
14. 18, f. 81 v., 10 de janeiro de 1818.
15. 18, f. 88 v., 17 de fevereiro de 1818.
16. 18, f. 154 v., 8 de outubro de 1818; 18, f. 160 v., 11 de outubro de 1818.
17. 18, f. 92 v., 1º de abril de 1818.
18. 20, f. 39, 1º de maio de 1821.
19. 18, f. 97, 9 de abril de 1818; 19, f. 331, 23 de dezembro de 1820; 19, f. 155, 17 de outubro de 1819. Dinis devia pagar o meio soldo do destacamento "porque de melhor vontade lhe hão de servir os soldados aí destacados visto que Vm.cê é quem lhes paga". De vez em quando, por pedido do governo, paga também o destacamento da "fábrica" com o dinheiro arrecadado, mas não se tratava de despesa deste contrato, e Prado, logo que a cifra correspondente era levada em conta pela Tesouraria da Junta da Fazenda, creditava-a na conta de Dinis. Uma ou outra vez pagava a farinha que o destacamento consumia. Dinis, não sendo morador em Sorocaba, teve que se instalar em casa alugada e esta despesa também corria por conta do contrato. Assim, em fevereiro de 1820, por exemplo, aparece na conta a cifra de 115\$000 correspondente ao aluguel de três anos. Antes disso, entretanto, apareceram várias referências ao alto aluguel que os proprietários das casas pediam e que não convinha nem a Dinis, nem a Prado. No começo de 1820, pede este ao cobrador que se aconselhe com João da Silva Machado para resolver o problema de moradia e que em vez de pagar alto aluguel seria melhor alugar duas "moradinhas" que necessitavam de consertos. Parece que em certas ocasiões, Dinis também negociava com armarinhos e outros artigos, pois diversas vezes Prado lhe envia mercadoria, sendo do cobrador o lucro da revenda.
20. O cobrador do "novo imposto" e da meia sisa em Atibaia, por exemplo, recebia uma comissão de 10%. Igual comissão recebia também o cobrador do "novo imposto" em Santos. Outro recebia 6%. Todavia, o administrador da meia sisa e do "novo imposto", em Jundiá, também recebia somente 4%.
21. Rafael Tobias de Aguiar era filho de Antônio Francisco de Aguiar. Antepassados maternos de Rafael também estiveram ligados a cobranças no Registro de Sorocaba. Gustavo Beyer ("Ligeiras notas de viagem...", RHGSP, v. XII, p. 295) esteve hospedado na casa de Francisco de Aguiar por volta de 1813, e descreve-o como "um homem abastado que pôs uma casa inteira à nossa disposição e nos recebeu de modo o mais amável". Em 1824 Tobias de Aguiar já era membro do Conselho da Presidência de São Paulo.
22. 18, f. 166 v., 21 de outubro de 1818.
23. 19, f. 19 v., 21 de dezembro de 1818; 19, f. 23 v., 31 de dezembro de 1818. Houve vários choques entre as duas facções. Certa ocasião, por exemplo, foi presa uma pessoa que quis passar um animal sem pagar o "novo imposto". Prado procura "tratar desse negócio, a fim de não ter mau resultado, e não dar gostos àqueles amigos, pois sei que o Tobias escreveu a favor do preso".
24. 19, f. 120, 1º de setembro de 1819.

25. 18, f. 99 v., 18 de abril de 1818; 18, f. 109, 21 de maio de 1818. AE, TC, Livro 56, f. 55 v. A terceira condição do contrato: "que pertenceram a eles Contratadores os Novos Impostos dos Animais que passam pelo Registro de Sorocaba que vêm a ser trezentos e vinte réis por cada Besta, mais duzentos réis por cada Cavalo, e cem réis por cada Cabeça de gado Vacum". Vê-se que essa terceira condição não se refere a animais montados ou carregados, de maneira que permitia uma interpretação dúbia.

26. 18, f. 124, 1º de julho de 1818. Logo em seguida, Dinis devia iniciar a cobrança dos animais que passaram depois que fora suspensa a cobrança pela Câmara: "Agora deve Vm.cê ter a maior vigilância pois está tirado do escrúpulo, e por isso deve cobrar de todos sem exceção". Dinis tinha, pois, que receber 31\$750 atrasados, mas parece que nem sempre conseguiu cobrar dos que tinham passado.

27. 19, f. 217, 12 de abril de 1820. Durante a ausência de Dinis, em janeiro de 1819, voltou à baila a cobrança dos animais montados e carregados, tendo-lhes sido franqueada a passagem. Prado faz ver ao coronel Bento Manuel de Almeida Pais, substituto de Dinis, que tinha uma deliberação da Junta da Fazenda favorável à cobrança.

28. 20, f. 18 v., 12 de março de 1821.

29. AE, TC, 8-5-50, 1821, da Câmara ao governo; 19, f. 217, 12 de abril de 1820; AE, TC, 8-5-50, ofício de S. Prado à Oeynhausen, 6 de abril de 1821.

30. 19, f. 27 v., 8 de janeiro de 1819; AE, TC, 53-2-73, queixa geral do povo, 7 de fevereiro de 1819; 53-2-72, ofício de 6 de fevereiro de 1819. Em julho desse ano a Câmara voltava ao mesmo assunto, dizendo que o cobrador de Prado "sem atenção a uso e costume e não tendo outra regra que o interesse, compreende todos os animais, tanto montados como soltos, privando além disto que possam apascentar nos cercados de além Rio, vender víveres aos habitantes de outra parte, como conduzirem gêneros de absoluta necessidade, que por isso têm chegado a um preço excessivo, comunicarem-se com seus vizinhos, como aconteceu a trinta pessoas que acompanharam uns noivos..." (AE, TC, 53-2-105).

31. 19, f. 33, 17 de janeiro de 1819; 19, f. 34 v., 20 de janeiro de 1819; 19, f. 39 v., 27 de janeiro de 1819.

32. AE, TC, 53-2-73, ofício de Manuel Moreira Lírio e Custódio Moreira Lírio, ao governador de São Paulo, s.d.

33. 19, f. 45, 4 de fevereiro de 1819. Prado comunica ao sócio no Rio de Janeiro o acontecido: "o nosso Cobrador com grande perseguição que sofria e risco de vida deliberou vir fugitivo para esta" (...) "e ficou o contrato entregue ao Coronel Bento Manuel o qual não poderá dar as melhores providências em razão de suas moléstias e por isso devemos contar com algum prejuízo".

34. AE, TC, 53-2-73, s.d.

35. 19, f. 34 v., 15 de outubro de 1819.

36. 18, f. 115 v., 26 de maio de 1818.

37. 19, f. 33, 17 de janeiro de 1819; 19, f. 34 v., 20 de janeiro de 1819; 19, f. 43 v., 1º de fevereiro de 1819; 19, f. 47, 7 de fevereiro de 1819; 19, f. 48 v., 10 de fevereiro de 1819. Prado queixava-se: "não

sei como o tenente-coronel duvida que passam animais por alto da noite" e em outra ocasião, que Inácio Álvares "se tem mostrado pouco zeloso aos meus interesses".

38. 19, f. 209, 20 de março de 1820; 19, f. 217, 12 de abril de 1820. Em 1822 ainda há atritos com o tenente-coronel Inácio Álvares, que resolveu trocar os soldados, destacados fazia 4 meses. Prado comunica a Dinis que não deve permitir isso sem que o tenente-coronel apresente uma ordem do governo, pois que "ditos soldados são pagos à minha custa e por isso posso conservar os que me parecem". Os soldados desse destacamento dependiam do contrato e Prado explica, certa feita, a Dinis "que não precisava requerer ao governo para serem conservados" uma vez que eles queiram e ao Contratador convenha "sua permanência".

39. 18, f. 135 v., 26 de julho de 1818; 19, f. 76 v., 7 de abril de 1819; SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Província de São Paulo*, p. 247; 19, f. 331 v., 23 de dezembro de 1820; 19, f. 300 v., 12 de outubro de 1820.

40. 18, f. 107 v., 14 de maio de 1818; 19, f. 331, 23 de dezembro de 1820; 19, f. 189, 1º de fevereiro de 1820. A. Prado comenta: "pretendo falar com S. Ex^a. a este respeito porque me cheira a velhacada".

41. AE, TC, 53-2-208, 2 de janeiro de 1822; 20, f. 141, 9 de janeiro de 1822; 20, f. 118, 6 de novembro de 1821.

42. 19, f. 290, 26 de setembro de 1820. É o caso, por exemplo, de Antônio José de Sampaio, que, devendo 164\$360 de uma boiada, "até agora passou escondido por aqui". Certa vez, entretanto, Dinis deixou passar um condutor sem ordem expressa de Prado, o qual fez o cobrador o responsável pela dívida, caso não fosse possível ser cobrada.

43. Livro 10. Esse livro contém as contas correntes da cobrança do "novo imposto" das diversas vilas de São Paulo. Não constam os rendimentos de algumas localidades, portanto a arrecadação deve ter sido superior. Em 1823-1825 o total arrecadado foi de 49:376\$794, incluindo-se o "novo imposto" dos animais de Sorocaba, o qual, como foi visto, fora vendido a Rafael Tobias de Aguiar por 18:385\$728, pois assim consta no Livro de Conta Corrente do "novo imposto", nº 11. Infelizmente não conhecemos o valor pelo qual esse contrato foi arrematado.

44. As cifras constantes no Livro 3 são um pouco diferentes, pois as contas correntes provavelmente já apresentam alguma correção.

45. Dinis ainda tinha que atender certas ordens de Prado. Muitas vezes, por exemplo, paga a pedido do governo o destacamento da fábrica de Ipanema.

46. AE, TI, 1570, C. I., Tesouro, 1823-1829. O valor do contrato do Cubatão de Santos, relativo ao triênio 1820-1822, foi de 26:595\$015, o rendimento bruto atingiu 54:979\$715 e o lucro líquido, para o contratador, 8:388\$887.

47. 19, f. 262, 1º de agosto de 1820.

48. Para a conquista de Guarapuava, ver FRANCO, Arthur Martins, *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava* (Franco inclui no seu livro um trabalho do padre Chagas Lima, "Estado atual da conquista de

Guarapuava no fim do ano de 1821, descrito por Ordem do Il.^{mo} Governo Provisório desta Província de São Paulo”); LIMA, Francisco das Chagas, “Memória sobre o descobrimento e colônia de Guarapuava”, RIHGB, IV; SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Comarca de Curitiba (1820)*; MACEDO, F. R. Azevedo, *Conquista pacífica de Guarapuava*.

49. *Coleção das leis do Brasil* de 1809, p. 36-39; ALMEIDA, Aluísio de, “Os caminhos do Sul e a feira de Sorocaba”, RIHGB, 186, p. 126.

50. In FRANCO, Artur Martins, *op. cit.*, p. 264.

51. Idem.

52. *Coleção das leis do Brasil* de 1809, p. 149.

53. Ibidem, de 1810, p. 132.

54. Ibidem, de 1811, p. 125.

55. LIMA, Francisco das Chagas, *op. cit.*, RIHGB, IV, p. 46.

56. FRANCO, Artur Martins, *op. cit.*, p. 79.

57. DI, 88, p. 239, portaria de 21 de abril de 1818.

58. DI, 36, p. 84; AE, TC, 53-2-75, ofício de Rafael Tobias ao governo interino, 23 de fevereiro de 1819. A lápis, depois da informação de Tobias, está escrito “que fique reduzido à metade todo o tributo”. A Carta Régia reduzindo o imposto é de 19 de janeiro de 1819 (AE, TC, C. 67, Livro 183, f. 52 v.); DI, 88, p. 191.

59. 19, p. 31 v., 14 de janeiro de 1819; infelizmente não consta do copiador o cálculo. Aliás, sobre esse contrato há poucas informações em suas cartas.

60. 19, f. 54 v., 20 de fevereiro de 1819.

61. 19, f. 224 v., 5 de maio de 1820. Certa ocasião, Prado afirmara que não lhe interessava saber se Tobias pagava ou não o destacamento; o que queria era que Dinis cumprisse sua obrigação para com os milicianos.

62. 19, f. 275 v., 29 de agosto de 1820.

63. AE, TI, Ordem 1570, C. I., Tesouro 1823-1829, Rascunho da Previsão da Receita; Livros da Barreira de Guarapuava, 1828-1849, ordem 1873, C. 167.

64. 19, f. 275, 29 de agosto de 1820; f. 300, 12 de outubro de 1820.

IX

CONCLUSÕES

Os papéis deixados por Antônio da Silva Prado fornecem dados suficientemente numerosos — inclusive quantitativos — para se verificar a valorização do caminho para o Sul, estudar uma faceta do comércio interno, ou seja, o comércio de gado, além de permitir a análise da atuação do comerciante neste setor e na arrecadação de impostos em Sorocaba. Os papéis que se referem ao fim do Brasil Colônia e ao início do Independente mostram a crescente valorização do caminho para o Sul e paralelamente a de Sorocaba como centro de redistribuição de bestas e de arrecadação de impostos. Essa valorização data de meados do século XVIII e o momento focalizado está na fase que antecede seu apogeu, ou seja, imediatamente antes da expansão ferroviária fluminense, mineira e paulista. Com o aparecimento da estrada de ferro, o comércio de bestas entra em decadência, embora a feira de Sorocaba continue a se realizar até a última década do século XIX.

A documentação permite o acesso a aspectos bastante significativos do comércio interno no Brasil, dando pormenores sobre a circulação de mercadorias — no caso, o gado —, de capitais e dos homens responsáveis por essa atividade. O estudo da atuação do comerciante facilita a compreensão do mecanismo desse comércio interno, baseado no gado criado nos campos do Rio Grande do Sul e no sul da então Província de São Paulo (Paraná atualmente) e que constitui uma das poucas atividades econômicas relativamente fortes no passado brasileiro que se organizou em função da existência de um mercado interno.

Circulam os animais e os homens, e, evidentemente, também os capitais dentro da Província de São Paulo, atingindo os campos do Rio Grande do Sul. Referimo-nos aos preços dos animais nas áreas de criação ou de invernadas, procurando verificar o significado econômico e financeiro das atividades relacionadas com a produção, o transporte e, particularmente, com o comércio de bovinos e muares. Para seu pagamento o capital se deslocava

dos centros economicamente mais fortes, principalmente o Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, voltados para o comércio exterior. A transferência de capitais de áreas produtoras de café e de açúcar, e que funcionam como mercado interno, para as zonas de criação do Sul do país, era uma forma de possibilitar a participação dessas últimas numa economia de mercado, já que não contavam com condições para se dedicarem à economia predominante desde os primórdios da colonização, voltada exclusivamente para o exterior e que sempre foi fomentada pelas autoridades devido ao lucro que proporcionava.

Criação e comércio de gado em São Paulo e no Sul do Brasil constituem, assim, uma atividade subordinada à economia de tipo colonial estabelecida no Centro-Sul, primeiramente baseada na mineração e depois na lavoura de cana e de café e que, juntamente com fatores político-administrativos, deu origem a denso núcleo urbano: o Rio de Janeiro. Essa economia de mercado — mercado externo — trazia, é óbvio, vantagens para os que pudessem atender às suas necessidades, que, no caso, eram de transporte e de subsistência representados por bestas e reses.

Os estudiosos em geral se têm preocupado muito mais em analisar não só a produção de mercadorias destinadas ao mercado internacional, como também o comércio exterior, ficando relegados a segundo plano, ou inteiramente esquecidos, o comércio interno, a circulação de mercadorias e de capitais no interior e o abastecimento das populações integradas na economia de exportação, aparecendo apenas alguns estudos sobre o abastecimento das minas e do litoral nordestino. Em geral, as correntes de comércio interno, com todas as suas implicações, pouca atenção têm merecido, embora tanto o comércio como a produção das mercadorias a ele destinadas representassem para as populações espalhadas pelo interior do país um meio de vida apreciável. Aproveitando os dados colhidos nos livros de Antônio da Silva Prado, procurou-se mostrar a importância do comércio interno e que o processo de comercialização do gado no Brasil meridional não era tão simples como se tem apresentado, havendo certamente, além de Sorocaba, outras feiras — ou instituições semelhantes — nos campos do atual Estado do Paraná, onde se fazia a primeira transação de muares.

O caso estudado, além de se tratar de grande e importante comerciante, mostra ainda a interdependência das várias atividades vinculadas ao gado na Província: criação, condução e comércio de animais. Além disso, pode-se perceber como essas atividades vinculadas ao gado criado, ou nos Campos Gerais, ou

no Rio Grande do Sul, se articulam com as outras atividades econômicas do Centro-Sul do país, principalmente com a agricultura, pois as populações que a ela se dedicavam necessitavam abastecer-se de gado de corte e de animais de carga que se destinavam ao transporte dos produtos até os portos. O comerciante abastecia-se de bestas e reses junto aos criadores do Sul e dependia dos condutores de gado. Estes encarregavam-se da marcha dos animais desde as invernadas ou os campos de criação, o que, por si só, já constitui atividade apreciável, à qual se dedicava grande parte da população de certas áreas ao longo do caminho entre São Paulo e Rio Grande do Sul. A condução de gado, a cessão de invernadas e o tratamento do gado invernado certamente eram fontes de renda para muita gente — sendo inclusive os responsáveis pela ocupação de certas áreas, onde as invernadas representavam um papel mais importante do que os campos reservados para a criação, como evidentemente acontecia, por exemplo, em Lapa, no extremo sul dos Campos Gerais e na área de Itapeva—Itapetininga. O fornecimento de invernadas e a condução de gado podem ser considerados, portanto, de grande importância para certas áreas, porquanto formavam a atividade que sustentava a economia local. É tão grande a importância das invernadas e da condução de gado para essas áreas, que elas entram em estagnação depois da cessação do afluxo de muares decorrente da decadência da utilização desse tipo de transporte, depois do advento da ferrovia, e da diminuição da passagem de boiadas devido a aberturas de novas áreas de criação em São Paulo e no Brasil Central. Exemplo de uma dessas áreas estagnadas que ficaram à margem da modernização é Itapeva—Itapetininga, onde existiu importante “estação-invernada”.

Os comerciantes ou, no caso em estudo, o comerciante Antônio da Silva Prado, ocupam uma posição hierarquicamente bem definida no quadro econômico de então, estabelecendo a ligação entre os criadores de gado e os agricultores compradores de animais e produtores de mercadorias destinadas ao comércio internacional. A sua importância é ainda mais destacada quando se lembra que o comerciante é o que paga os criadores, os serviços — o fornecimento de invernadas e a condução de animais — e os impostos com as somas conseguidas dos agricultores. Aliás, o comerciante é o maior pagador de impostos sobre o gado, como se pôde verificar, contribuindo muito mais que o criador para a renda do Estado. Assim, o comércio de gado alimenta uma circulação monetária que tem certo significado dentro da acanhada economia da época, não esquecendo que, de todas as atividades vinculadas ao gado, a mais lucrativa é o comércio.

Em outra parte já se fez referências ao valor do gado que transitava por Sorocaba, procurou-se fazer algumas comparações com outros valores conhecidos da época, comparações essas que não deixam de ser indicativas da importância do comércio de gado na Província de São Paulo. Como foi referido, o provável valor do gado em trânsito por Sorocaba nos primeiros anos da terceira década (1820 — entre 266:702\$000 e 363:308\$000, 1821 — entre 241:454\$000 e 325:340\$000, 1822 — entre 335:669\$000 e 460:235\$000) não estava tão longe dos referentes à exportação de açúcar por Santos (1818 — 447:285\$840 e 1820 — 564:487\$000), não esquecendo que quanto à produção de açúcar defronta-se com uma cultura comercial que visa ao mercado externo e, por isso mesmo, fomentada pelas autoridades e atraindo muita gente, ao passo que as atividades ligadas ao gado se destinavam somente ao abastecimento do mercado interno. Este, embora já bastante apreciável, ainda não era suficientemente forte para criar atividades econômicas capazes de concorrer com as que visavam o mercado exterior. Dentro da estrutura interna do país, o caso específico do comércio de gado paulista e, é obvio, as outras atividades a ele vinculadas merecem um destaque especial pela importância que apresentam na época focalizada. Convém lembrar que, com relação às cifras citadas, foram tomados os preços referentes às reses nas áreas de criação e, na feira de Sorocaba, no que diz respeito aos muares. Quanto ao açúcar, o preço refere-se à última etapa da comercialização na Província, ou seja, no porto de Santos. Embora os preços se refiram a diferentes etapas de comercialização, foram utilizados por falta de outros. Além do mais, não existem estudos sobre outras atividades econômicas e seu valor na Província de São Paulo, de maneira que, apesar das restrições que se possa fazer, a comparação acima é, pelo menos, indicativa da importância do comércio de gado.

De qualquer modo, esse comércio era o responsável por uma circulação de capitais relativamente intensa, não só no espaço, isto é, de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro para os campos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas também pela passagem de uma atividade para outra, ou seja, do comércio para a criação, a condução e o fornecimento de invernações, assim contribuindo para a formação de riquezas em áreas onde a agricultura de exportação não era praticada. No caso estudado ficou bem claro esse movimento de capitais, passando eles do comerciante para os condutores, para os donos das invernações e para os criadores de reses e muares.

Além disso, capitais adquiridos com os contratos de arrecadação de impostos foram transferidos para o comércio de gado. No caso específico estudado percebe-se que contrato e comércio de gado estão intimamente ligados, um complementando o outro. O mesmo pode ser constatado com relação aos que também se dedicaram a ambas as atividades, como, por exemplo, no caso da família de Rafael Tobias de Aguiar e de outras pessoas que, às vezes, agiam em escala menor, haja vista certos criadores ou comerciantes dos Campos Gerais, também cobradores de impostos. A arrecadação de impostos em Sorocaba oferecia ao comerciante Antônio da Silva Prado várias vantagens com relação ao comércio de gado. Certamente aplicava parte do lucro auferido na arrecadação do “novo imposto” e do imposto de Guarapuava na compra de animais. Mais importante do que isso, todavia, era o fato de poder contar com as somas arrecadadas para realizar negócios, enquanto não precisava saldar seus compromissos, perante a Junta da Fazenda, e que venciam de seis em seis meses. Havia ainda vantagens em assegurar ambas as atividades, pois assim não precisava desembolsar imediatamente a quantia correspondente aos impostos a serem pagos em Sorocaba pelos seus animais, embora o fato de ser cobrador do “novo imposto” e do imposto de Guarapuava não o isentasse de tal pagamento; na contabilidade final sempre constavam as quantias que devia, relativas às suas tropas e boiadas. Quando vendeu a Tobias de Aguiar a cobrança do “novo imposto” dos animais em Sorocaba, creditou a soma correspondente ao imposto de seus animais no fim de cada semestre, quando tinha que fazer o pagamento na Junta da Fazenda e quando recebia de Tobias o total da venda. A quantia referente aos impostos de seus animais podia, assim, ficar mais tempo em suas mãos, ajudando a assegurar-lhe maior capital para suas transações comerciais. Contava sempre com um não pequeno número de animais, de maneira que a quantia a ser desembolsada para o pagamento de impostos era bastante apreciável.

Pelo caso estudado, percebe-se a inter-relação dos contratos de arrecadação dos impostos sobre animais em Sorocaba e o comércio de gado, inter-relação que deve ter sido freqüente no Brasil de então: já que o comércio constituía a maior fonte de renda do Estado, não devem ter sido raros os comerciantes que procuraram intervir na cobrança de impostos por permitir um controle maior do aparelho arrecadador, sempre em seu benefício.

O comércio de gado, na Província de São Paulo, além de ser o responsável pela circulação de capitais, também o era pela

sua formação. Sem considerar a renda de criadores, condutores e fornecedores de invernadas, os comerciantes e, no presente caso, o comerciante Antônio da Silva Prado, conseguiram lucros bastante satisfatórios. Foi mostrado em capítulo anterior que a renda conseguida com essa atividade era vantajosa, contribuindo, sem dúvida, para uma capitalização digna de nota. Mostramos o lucro obtido pelo comerciante, quer na contratação da arrecadação de impostos, quer no comércio de reses e bestas. Apesar das precárias informações, como foi referido, pode-se fazer conjeturas sobre o lucro de suas atividades e percebe-se que sempre foi alto. O comerciante deve ter conseguido um lucro entre 28,3% e 64,2% sobre o capital empatado na compra e nas despesas de condução das reses vendidas no Rio de Janeiro. Com referência a boiadas isoladas foi constatado um lucro de 24,6%, 25,5% e 47,8%. Nos negócios de muares realizados em Sorocaba deve ter tido lucros que variavam, em 1824, entre 30,0% e 70,2% ou entre 20,8% e 57,6%, conforme o preço mais elevado ou mais baixo de compra e venda. Em junho de 1826, o comerciante obteve em negócios de muares quase 100% de lucro sobre o capital empatado. Em outros negócios com tropas encontram-se porcentagens mais baixas: em 1818, uma tropa vendida no Rio de Janeiro deu 19,4%; em 1820, João Francisco Vieira, de Taubaté, conseguiu 27,5%; em 1821, constata-se um lucro de 19%, sendo que em 1830 e 1833 foram registrados respectivamente 29,8% e 21,7%. Verifica-se que as variações no lucro são bastante acentuadas, mas certamente devem ser explicadas pelas flutuações de procura por parte dos consumidores, pela maior ou menor afluência de comerciantes compradores de animais nos Campos Gerais, pela oferta de animais por parte de criadores, pelas condições de venda e pela qualidade dos animais.

Nos contratos de arrecadação de impostos os lucros também sempre foram bem altos. O contrato do "novo imposto" do triênio de 1820 e 1822 deu, sobre a soma a ser recolhida à Junta da Fazenda, um lucro de 45,9%. Na venda dos contratos que não interessavam a Antônio da Silva Prado administrar pessoalmente, os lucros também eram bem altos. Obteve, por exemplo, na venda do contrato dos dízimos de Curitiba, Lajes e São José dos Pinhais um lucro de 56,0% (1818). Quando vendeu o contrato da passagem dos rios Canoas e Pelotas (1820-1822), alcançou um lucro de 77,0%.

Pelas cifras referidas observa-se que Antônio da Silva Prado deve ter contado sempre com lucros apreciáveis nessas atividades relacionadas com contratos de arrecadação de impostos e com o comércio de animais, embora não se tenha dados relativos a

outras atividades para fins de comparação. Sabe-se apenas que ele conseguiu, nos primeiros anos da década de 1820, lucros entre 17,0% e 29,0% com a venda de açúcar paulista no Rio de Janeiro ⁽¹⁾. Das atividades estudadas, certamente a mais lucrativa era a arrecadação dos impostos, e no caso, a do “novo imposto”. Embora ainda não se tenha procedido a um estudo sistemático da história dos impostos, principalmente no período colonial, sabe-se que seus leilões eram concorridos. Havia sempre muitos interessados em disputar os contratos e havia verdadeiras dinastias de contratadores, além de aparecerem durante vários períodos de contratos os mesmos interessados, o que demonstra a grande margem de lucros que atividades desse tipo podiam proporcionar na economia de tipo colonial, onde, além da produção e exportação de mercadorias para o mercado externo, não havia muitas oportunidades.

Foi de grande importância a participação de Antônio da Silva Prado no conjunto do comércio de gado na Província de São Paulo, pois nos anos em que negociou com gado bovino era dono de mais da metade dos animais registrados nos livros do “novo imposto”, como aconteceu em 1820 e 1821, quando contava com cerca de 4.000 reses e quando foram registrados, respectivamente, 7.048 e 7.600 bovinos. Com relação ao comércio de muares é igualmente avultada sua participação. Nos anos de 1826, 1827 e 1828 deve ter participado com cerca de um quarto dos muares negociados durante a feira de Sorocaba, o que vem provar sua real importância nesse setor.

Se com os dados colhidos em seus livros pode-se verificar sua expressiva participação no comércio de gado na Província de São Paulo, menos fácil é averiguar que influências exerceram essas atividades na formação da sua fortuna. É bem difícil tecer considerações a esse respeito, apesar da existência de um livro, o VI, contendo o “Diário Geral”, ou como explica melhor seu subtítulo: “Diário Geral das entradas e saídas em dinheiros pertencentes às transações desta minha casa”. O “Diário Geral” não constitui uma contabilidade completa dos negócios do comerciante, tanto é que dele, por exemplo, não constam os negócios realizados durante a feira de Sorocaba, tampouco há referência a somas recebidas da venda de reses, de maneira que seu aproveitamento pequena contribuição oferece.

Infelizmente não é possível fazer uma verificação completa dos lucros auferidos no comércio de gado. Apenas um ou outro dado pode dar uma idéia, se bem que sempre no campo das conjecturas. Sabe-se, por exemplo, que em 1821 o comerciante vendeu 2.059 reses no Rio de Janeiro por 21:532\$310 — cerca

de um oitavo das entradas em dinheiro de sua casa naquele ano — e que a despesa de compra e de condução deve ter orçado entre 13:983\$200 e 14:423\$000, de maneira que o lucro deve ter girado em torno de 7:000\$000. Com relação ao comércio de bestas também pouco se pode concluir sobre a sua proporção nas rendas do comerciante. Sabe-se que ele e João Machado desembolsaram 54:964\$060 em fins de 1824, para a compra de 2.920 bestas nos Campos Gerais. Esses animais foram vendidos na feira de 1826, quando os preços oscilaram entre 26\$000, 27\$000 e 38\$400. A soma obtida com a venda deve ter girado em torno de 75:920\$000, 78:840\$000, ou 102:128\$000, cifras essas que ultrapassam de muito as registradas no “Diário Geral” (Entrada 34:985\$885 e saldo 2:407\$015). Em 1828, o “Diário Geral” registra uma entrada de 57:965\$646 e um saldo de 535\$646. Antônio da Silva Prado esperava vender nesse ano, na feira, cerca de 2.000 bestas, cujo preço devia ter variado, como já foi visto, entre 32\$000 e 40\$000. A venda desses animais deveria, portanto, atingir 64:000\$000 ou 80:000\$000. Embora não se possa tirar conclusões definitivas sobre o papel desempenhado por tais atividades, percebe-se que devem ter refletido consideravelmente na fortuna do comerciante.

No balanço de 1818, em que registra o lucro de 3:284\$970, obtido nesse ano, cita 500\$000 de comissão do “novo imposto”, 858\$500 de interesse no “Contrato de Curitiba” e 250\$000 na venda de muares, além de comissões referentes a outros impostos ⁽²⁾. Para o triênio 1820-1822, obteve 3:273\$000 de lucro do “novo imposto”, além de 2:000\$000 pelo seu trabalho de administração, o que dá um total de 5:273\$000, ou seja, de 1:757\$600 por ano. No “Diário Geral”, encontramos os seguintes dados que podem servir de ponto de referência:

	<i>Entrada</i>	<i>Saída</i>	<i>Saldo</i>
1820	111:923\$881	103:545\$385	8:378\$496
1821	170:553\$705	168:053\$705	2:500\$000
1822	75:802\$833	75:307\$287	495\$546

Verifica-se que nesses três anos o saldo foi de 11:374\$222, correspondendo o lucro do “novo imposto” a quase metade. Para esses três anos as entradas em dinheiro foram de 358:280\$419, enquanto o rendimento líquido do “novo imposto” foi de 52:264\$103, portanto, cerca de um sétimo do total. Embora não se possa estabelecer relações diretas entre essas cifras, já que o “Diário Geral” não registra todas as operações financeiras do

comerciante, percebe-se, pelo menos, a importância do lucro auferido pelo contrato do “novo imposto”.

O estudo realizado sobre o contrato de impostos e sobre o comércio de muares e de reses revela atividades de tipo empresarial no Brasil dos primeiros anos após a Independência, mas que ainda contém muito da estrutura colonial. Dentro das condições que determinaram as estruturas sociais e econômicas desses tempos, o único tipo de empresário que poderia ter aparecido é o que se ligava ao comércio e à arrecadação de impostos. Antônio da Silva Prado revela-se como empresário nos setores abordados, dirige quase tudo por meio de cartas, enquadrando-se no que Sombart chamaria de desmaterialização do negócio, isto é, a fase em que a presença do comerciante não é mais necessária durante as transações.

Viu-se também que o comércio de gado na Província de São Paulo não era tão simples, contando com uma série de entraves, tais como as condições de trânsito das estradas, os problemas acarretados pelas desordens do sistema financeiro e pelas taxas excessivas que recaíam sobre os animais. Embora não esteja absolutamente completa, a enumeração das taxas durante todo o trabalho mostra a enorme tributação com que se sobrecarregava o preço dos animais desde sua área de criação até passarem por Sorocaba. Spix e Martius, e Saint-Hilaire, que visitaram Sorocaba nesse período mostram-se alarmados com a tributação que onerava esse gênero tão necessário para a economia do país. Saint-Hilaire, depois de enumerar vários desses impostos que recaíam sobre as bestas, comenta: “Os muares são, em imensa parte do Brasil, os únicos meios de transporte; sobrecarregá-los com tantos impostos prejudica, certamente, o comércio e a agricultura, que, no país, tanto necessitam de encorajamento”⁽³⁾.

NOTAS

1. PETRONE, Maria Thereza Schorer, “Um comerciante do ciclo do açúcar paulista: Antônio da Silva Prado (1817-1829)”, RH, n. 76, p. 336.

2. 18, f. 54 v.

Lucros que tive esse ano (1818)

Açúcar	874\$000
Comissão do “novo imposto”	500\$000
Sortes	88\$000

(Continua)

(Continuação)

Fazenda que veio da Bahia	86\$000
2 taxas que vendi	80\$000
Lucros em dinheiro	102\$000
Interesse no contrato de Curitiba	858\$500
Bestas que vendi	250\$000
Comissão da arrematação da meia sisa	50\$000
Dita dos dizimos de São Sebastião	50\$000
Dita da sisa dos bens de raiz	50\$000
Dita do banco	50\$000
4 negros que vendi	246\$470
Total	3:284\$970
Despesas que fiz em todo esse ano. E lucro total de todo ano a meu favor e como se balanceia a conta	1:024\$117
	<hr/>
	2:260\$853

3. SPIX, J. B. & MARTIUS, C. F. Ph., *op. cit.*, II, p. 287; SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem pela Provincia de São Paulo*, p. 252. Num rascunho sobre as rendas de São Paulo, em 1827, consta ainda uma "contribuição do gado que passa por Lorena", contribuição que atingia 1:220\$000 (AE, TI, Ordem 1570, Caixa 1, Tesouro 1823-1829).

X

APÊNDICE

1. Antônio da Silva Prado e a cobrança de outros impostos relacionados direta ou indiretamente com o gado

Além dos impostos pagos em Sorocaba, Antônio da Silva Prado se interessava por outros impostos que recaíam sobre o comércio ou sobre o trânsito do gado. Tais impostos lhe permitiam aumentar o volume de seu comércio de gado, já que muitas vezes recebia em pagamento animais, como acontecia com o dízimo. Além disso, a estrutura organizada para uma atividade podia ser aproveitada por outra, como é o caso, por exemplo, dos cobradores de alguns impostos nos Campos Gerais, que trabalhavam também como elementos de sua organização comercial. Convém acenar para esses outros impostos cuja cobrança fora arrematada por Prado, pois vêm provar seu profundo interesse por tudo o que dizia respeito ao gado nesses anos e à pesada tributação que recaía sobre os animais que passavam por Sorocaba. Conhecia perfeitamente as possibilidades de lucro que os contratos lhe podiam oferecer, além de lhe proporcionar os fundos necessários nas áreas produtoras ou nas invernadas. Além dos impostos relacionados ao gado, Prado também era contratante de outros impostos, como a meia sisa, a sisa e o imposto do banco, de cuja cobrança nos Campos Gerais incumbiu João da Silva Machado.

Em sociedade com este arrematou o dízimo de Curitiba, Lajes e São José dos Pinhais, em 1818, e o não terem arrematado os de Castro e Lapa deveu-se ao seu elevado preço. Ambos se interessaram pelos dízimos por serem pagos em espécie, de maneira que podiam contar com mais animais para seu comércio. Aliás, há constantes referências a gado recebido em pagamento ao dízimo. Apesar de perspectivas de bom rendimento, os sócios venderam os dízimos do triênio 1818-1820 de Curitiba, Lajes e São José dos Pinhais com um lucro de cerca de 56% ⁽¹⁾.

Prado não podia deixar de se interessar por outro imposto que recaía sobre o gado vindo do Sul, cobrado em Curitiba, e que considerava “ser o melhor contrato desta Capitania” e “que sendo algum trabalho como é conhecido pode compensar todo serviço”. Trata-se dos “meios direitos” cobrados no Registro de Curitiba, e que eram os seguintes: 2\$500 por besta, 2\$000 por cavalo, 960 réis por égua e 480 réis por rês. A criação deste Registro é mais ou menos contemporânea à abertura do caminho do Sul. Segundo um documento anexo a uma carta do governador Bernardo José de Lorena, a ordem para abrir o Registro de Curitiba deve ter sido dada pelo governador Antônio da Silva Caldeira Pimentel, em 29 de fevereiro de 1732, sendo que em 1734 foi iniciada a cobrança dos direitos sobre os animais vindos do Rio Grande do Sul ⁽²⁾.

Todavia, nas duas vezes em que Prado tentou obter o contrato, não foi feliz e teve que desistir. Em 1818, com Lírio e mais alguns sócios, tenta uma primeira vez e aconselha seu correspondente no Rio de Janeiro a elevar o lance, primeiro até 40:000\$000, e depois até 45:000\$000. O contrato tinha antes sido posto à praça em São Paulo. Com um lance de 31:600\$000 de Prado foi para o Conselho da Fazenda no Rio de Janeiro. Estava disposto a arrematá-lo por conta própria, caso seus sócios se desinteressassem. João da Silva Machado, tropeiro e bom conhecedor das condições no Sul, desaconselha-o a oferecer quantia mais elevada. Na realidade, a concorrência para a arrematação desse imposto era grande e os sócios de Prado, principalmente Lírio, desistiram, pois temiam ser prejudicados pelos concorrentes nos contratos da sisa e do banco, pelos quais se interessavam. O comerciante não ficou sabendo ao certo por quanto tinha sido arrematado, mas julgava que fora por 34:000\$000, além das despesas. Entretanto, tem esperanças de conseguir o contrato para o próximo período e comenta “se formos vivos daqui a dois anos nos havemos de unir inseparados para melhor tocar-se este negócio” ⁽³⁾.

Em 1820, quando saíram os editais para o novo contrato dos “meios direitos”, novamente se interessa. Desta vez, parece que Rafael Tobias de Aguiar queria concorrer, desistindo, porém, por ter recebido notícias que no Sul não havia mais de 4.000 bestas. Prado pede a confirmação da notícia a um correspondente em Curitiba e a João da Silva Machado, que se encontrava no Rio de Janeiro, onde talvez pudesse obter informações mais precisas sobre o Estado do Rio Grande do Sul. Desta vez Prado pretendia associar-se a João da Silva Machado, sendo que o leilão do contrato seria realizado em São Paulo. Já tinha feito um lance de 42:500\$000 e pretendia elevá-lo até 50:000\$000. Finalmente

desiste, pois “não convém trabalhar para o Bispo, como dizem”, já que o outro concorrente fez um lance de 48:250\$000, afora as propinas e outras despesas ⁽⁴⁾.

Prado se interessa, ainda, por outros contratos referentes aos caminhos das tropas. Em 1820, por exemplo, juntamente com João da Silva Machado, arrematou os contratos da passagem dos animais pelos rios Canoas e Pelotas e do Cubatão de Paranaguá. Machado devia providenciar a administração dos mesmos. O contrato de Canoas e Pelotas, já nos confins da capitania, ficou em 131\$740 no triênio de 1820-1822. Esse contrato será logo vendido por 233\$240, a serem pagos em quatro vezes, o que representa um bom lucro — cerca de 77%, e vem provar que a arrematação da cobrança de impostos constituía nessa época ótima fonte de renda ⁽⁵⁾.

Em 1820, Prado também arrematou a passagem do rio do Registro de Curitiba, o rio Iguazu, pela quantia de 312\$640. Seu sócio nesse negócio foi Joaquim Ribeiro dos Santos, morador em Curitiba. Prado vendeu sua parte no fim do ano seguinte. Na passagem, o que realmente interessava era a loja que existia ali e que abastecia os tropeiros. Por ocasião da primeira tentativa de arrematar os meios direitos de Curitiba, ele mostrara a importância da loja. Não queria que determinada pessoa entrasse “em Sociedade na Loja que costumam ter os contratadores naquele Registro, o que supponho fácil por ignorarem a vantagem deste negócio”. Prado e Machado sabiam que a loja podia dar bastante lucro, sendo que este último devia obter as fazendas necessárias no Rio de Janeiro. Não há, entretanto, mais notícias a respeito. Saint-Hilaire, que esteve em 1820 no Registro, mostra a importância da loja, cujo privilégio no começo era mais amplo, “pois nenhum comerciante podia abrir casas de negócios na Lapa e em Lajes, vilas que, como se sabe, constituem os extremos do sertão, de certo tempo em diante, porém, o mencionado privilégio ficara circunscrito ao registro”. Essa loja fazia adiantamentos em mercadorias e dinheiro aos tropeiros que vinham do Sul. Os seus administradores, geralmente, eram reembolsados em Sorocaba, depois de vendidos os animais ⁽⁶⁾.

Em 1819, Prado se interessa inclusive por um contrato fora da capitania de São Paulo. Trata-se do contrato do imposto sobre os animais do Registro de Santa Vitória, situado na Capitania do Rio Grande do Sul, onde se cobrava uma taxa sobre os animais antes de se dirigirem para a Capitania de São Paulo. Situava-se o Registro nos campos de Vacaria, no caminho entre Nosso Senhor de Oliveira da Vacaria e Lajes. Prado pretendia arrematá-lo em sociedade com os dois irmãos Lírio, do Rio de Janeiro, e com

João da Silva Machado, que era, segundo o comerciante paulista, indispensável para a administração desse contrato, visto ser morador em Lapa. O contrato parecia muito rendoso, pois em 1817 rendeu 13:689\$000 e em 1818, 15:730\$000. Como no Rio ninguém sabia nada a respeito desse contrato, Prado manda avisar que o imposto era cobrado em Santa Vitória por conta da Real Fazenda e que “não consta haver ordem a esta Junta (de São Paulo) em que faça ciente S. M. ter feito mercê destes direitos a pessoa alguma”. Não deve ter conseguido nada, já que as cartas não mais se referem ao assunto ⁽⁷⁾.

2. Alvará de Condições do Contrato dos Novos Impostos desta Capitania por tempo de três anos como nele se declara (AE, Livro 56, f. 55 v.-57 v.)

Eu El-Rei faço saber aos que este Alvará virem: Que sendo-me presente o Contrato adiante escrito, que se faz no meu Conselho da Fazenda com Custódio Moreira Lírio, e Manuel Moreira Lírio dos Novos Impostos da Capitania de São Paulo por tempo de três anos contados do primeiro de janeiro do corrente ano, até o último de dezembro de mil oitocentos e dezenove e pelo preço principal de trinta contos e duzentos e dez mil réis, livres para a minha Real Fazenda com as condições e obrigações declaradas no dito contrato: Hei por bem aprovar e ratificar o mesmo contrato nas pessoas dos referidos Custódio Moreira Lírio e Manuel Moreira Lírio: e mando se cumpra e guarde inteiramente, como nele, e em cada uma das suas condições se contém por este Alvará, que valerá como Carta, e não passará pela Chancelaria sem encargo da Ordenação do Livro Segundo Título trinta e nove, e quarenta em contrário. Rio de Janeiro em onze de dezembro de mil oitocentos e dezessete. O Rei com guarda Alvará por que Vossa Majestade há por bem aprovar e ratificar nas pessoas de Custódio Moreira Lírio e Manuel Moreira Lírio o Contrato que com eles fez dos Novos Impostos da Capitania de São Paulo por tempo de três anos contados do primeiro de Janeiro do corrente ano, até ao último de dezembro de mil e oitocentos e dezenove, pelo preço principal de trinta contos e duzentos e dez mil réis livres para a Real Fazenda, com as condições e obrigações declaradas no dito contrato, e que não passará pela Chancelaria como acima se declara (...) (seguem-se assinaturas). Pagou quatro mil réis de selo (...) no tribunal do Conselho da Fazenda aonde se achavam presentes os Conselheiros do mesmo Conselho com a

assistência do Desembargador do Paço, Procurador da Coroa e Fazenda José de Oliveira Pinto Botelho Mosqueira, apareceram como licitantes admitidos pelo referido Conselho Custódio Moreira Lírio e Manuel Moreira Lírio, negociantes desta Praça, e sendo aí também presente o Corretor da Fazenda Possidônio José Luís, por estes foi dito, que eles licitantes haviam lançado, por último e maior lança no Contrato dos Novos Impostos da Capitania de São Paulo, a quantia de trinta contos duzentos e dez mil réis (...) obrigando-se de mais eles licitantes, a satisfazerem, além do dito preço, o hum por cento para a Obra Pia, e todas as Propinas e Emolumentos a que são obrigados os Rematantes dos Reais Contratos na conformidade das Reais Ordens (...).

1.ª Condição

Que eles Contratadores arrematam este Contrato, por preço de trinta contos duzentos e dez mil réis no triênio (...) além das Propinas de 8 por cento, que são três que se pagarão aos Ministros da Junta e Officiais dela, hum para a Obra Pia, e quatro para municações de guerra; cujo capital de sua arrematação, com os oito por cento de Propinas se obrigam eles Contratadores a satisfazer na Tesouraria Geral da Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo em cinco pagamentos, sendo o primeiro no fim do primeiro ano do seu Contrato, e os quatro seguintes no fim de cada seis meses dos últimos anos.

2.ª Condição

Que pertencerão a eles Contratadores os Novos Impostos de toda a Capitania; a saber: seis mil e quatrocentos réis de cada venda de molhados, ou botequim, naquela cidade e vilas de serra acima, e nas vilas da marinha nos gêneros de importação conforme as posturas de cada Câmara sem alteração ou denominação alguma para que tirarão certidões das tais posturas exceto os duzentos réis do alqueire de sal imposto na vila de Paranaguá que se acha abolido e reunido no cruzado que ali se arrecada para a Real Fazenda.

3.ª Condição

Que pertencerão igualmente a eles Contratadores os Novos Impostos dos animais que passam pelo Registro de Sorocaba que vêm a ser trezentos e vinte réis por cada besta, mais duzentos réis por cada cavallo, e cem réis por cada cabeça de gado vacum.

4.^a Condição

Que para a cobrança dos respectivos impostos poderão eles Contratadores requerer às Justiças territoriais todas as providências, buscas nas embarcações, que chegarem aos portos da marinha, e patrulha nos campos de Sorocaba, e toda aquela contra quem se provar que o multou (?) ou passou por alto, os gêneros compreendidos neste Contrato pagarão em dobro os Novos Impostos, metade para eles Contratadores e a outra metade para a Real Fazenda, não havendo denunciante, porque em tal caso será esta metade para o denunciante.

5.^a Condição

Que eles Contratadores poderão cobrar os Novos Impostos por via executiva, em todo tempo do seu Contrato, como se cobrarão se andassem por administração pela Real Fazenda como também gozarão de todos os privilégios concedidos aos rendeiros das Rendas Reais, não estando derogadas em parte ou em todo.

6.^a Condição

Que para a cobrança, e execução dos Direitos pertencentes ao presente Contrato poderão eles Contratadores, valer-se de todas as justiças, e oficiais, que bem lhes parecer e mais pronto se acharem, ou sejam de justiça, ou de Fazenda, sendo seu Juiz privativo em todas as mais causas em que forem autores ou réus o Doutor Juiz Executor da Real Fazenda.

7.^a Condição

Que eles Contratadores poderão traspassar o tempo dessa arrematação em parte ou em todo largando a sociedade nela a qualquer, que lhes parecerão, ficando em tudo não só eles Contratadores, mas igualmente todos os interessados, e obrigados *in solidum* ao pagamento da Real Fazenda de tal sorte que todos os sobreditos, e cada um deles ficarão sujeitos, como fiadores e principais pagadores um por todos e todos por um para a Fazenda Real haver seu desembolso daquele ou daqueles que melhor parecer e pode variar as execuções de uns para outros sem inovação ou desistência das primeiras execuções.

8.^a Condição

Que não poderão eles Contratantes alegar perdas nem más de incampação em caso algum nem pedir quitas para o que renun-

ciam todos os casos fortuitos, ordinários, ou extraordinários, todos os casos sólitos, ou insólitos, e não cogitados e que em todos e cada um deles ficarão sempre obrigados sem das mesmas se podem valer, nem o poderem alegar em tempo algum, e para algum efeito, qualquer que ele seja, observando-se inteiramente o disposto na lei fundamental do Real Erário de vinte e dois de dezembro de mil e setecentos e sessenta e um.

9.^a Condição

Que os Ministros e Officiais da Fazenda dos Defuntos e Ausentes se não se intrometerão com os papéis, livros, dívidas e dinheiros nem outra qualquer causa pertencente, a este contrato, que ficarem por falecimentos de qualquer deles Contratadores, sócios interessados; por quem de tudo tomarão conta as ausências nomeadas, e estabelecidos para com o dito Contrato.

10.^a Condição

Que serão eles Contratadores obrigados apresentar ao Conselho da Fazenda em sessenta dias, contados do tempo determinado para o pagamento, e espera os conhecimentos da entrega nos cofres da Junta da Fazenda da Capitania de São Paulo, com a pena de se proceder contra eles o seqüestro e remoção do Contrato, ficando sempre obrigados a completar toda a falta que houver para inteiro pagamento do preço deste contrato na forma do Alvará de doze de junho de mil oitocentos, parágrafo sexto (...).

3. Carta de Antônio da Silva Prado para Sorocaba, destinada a João da Silva Machado, 14 de março de 1825 (21, f. 17 v.)

Já passaram as 200 bestas para o Pena, e por conta já saquei para o Rio 2:600 em favor de D. Tomás de Molina para este ma pagar em setembro em moeda desta Província (...). Fica-lhe debitado em conta Rs.47\$000 valor de 2 bestas de nossa sociedade que foram de Ribeiro que ma avisa ter vendido com as suas bestas (...). Fico ciente de estar em dívida o negócio das 60 bestas com o meu enviado Joaquim Miguel abonado pelo capitão-mor Cláudio José Machado por o dito não querer esperar pela nossa tropa que ora aí supponho. Fico ciente em querer regres-

sar para Curitiba até meados de abril para mandar capatazes para o Sul e por isso bom será que antes de sua partida trate aí com o Braga para ele se incumbir do manejo das tropas na futura feira, que ali devo estar, justado por um tanto pois eu não tenho inteligência senão para segurar a venda e preço, quanto a pastações e outras providências de que demandam tais negócios não está a meu alcance, como sabe. Da inclusa lembrança vejo que mais ou menos tem comprado 2.289 bestas por nossa conta e com 9:000\$000 rs. que mandar para o Sul perfaz o seu desembolso 43:305\$500 e da mesma verá que as compras feitas por mim importam em Rs. 11:658\$560 perfazendo o total emprego Rs. 54:964\$060 por conta dos quais tenho desembolsado Rs. 29:520\$560 e por isso com 2 contos e quatrocentos e tantos mil rs. perfaço a minha entrada de 32:000\$000 cuja quantia em setembro remeterei pelo Domiciano, bem como o que se tiver cobrado pois de presente não tenho recursos para tanto, porque gado e cavalos tudo tenho vendido fiado e cobranças não se faz a mais pequena.

COMPRAS FEITAS PELO SARGENTO-MOR
JOÃO DA SILVA MACHADO

1.250 bestas a preço de 15\$000	18:750\$000
370 ditas 15\$000	5:550\$000
1 dita	30\$000
254 ditas 14\$000	3:556\$000
10 ditas —	—
204 ditas 26\$025	5:309\$100
200 ditas 22\$000	4:400\$000
<hr/>	
2.289	37:595\$100
Direitos de Santa Vitória a 1:440 que são os menores por 2.289	
	3:289\$600
<hr/>	
	34:305\$500
Para o Sul foram	9:000\$000
	<hr/>
	43:305\$500
Emprego feito por mim	
112 bestas compradas ao Soares	
106 bestas a preço de 19\$500	2:067\$000
4 " " " " " 17\$000	88\$000
2 " " " " " 15\$000	30\$000
	<hr/>
	2:165\$000

(Continua)

(Continuação)

Camaradas e pontas	43\$840
Novo Imposto e Guarapuava de 106 bestas	50\$880
	<hr/>
	2:259\$720
Cônego Fidelis	
161 bestas 19\$500	3:139\$500
358 bestas compra	
Joaquim Ribeiro 20\$300	7:267\$400
5 cavalos a 12\$000	60\$000
Despesas do Banco (?)	73\$320
Novo Imposto de 515 bestas e 10 cavalos	215\$400
	<hr/>
	10:791\$620
	<hr/>
	13:051\$320
5 bestas vendidas na Lapa a 6400	32\$000
1 besta a Manuel Joaquim pr	32\$000
9 ao sargento-mor Inácio Gel	179\$820
2 ao Dor. Pacheco	39\$960
2 em Sorocaba 23\$500	47\$000
1 que vendeu o Nepomuceno	30\$000
43 a D. Tomás 24\$000	1:032\$000
	<hr/>
	1:392\$780
	1:392\$780
Emprego que tenho feito	11:658\$560
É o total emprego	54:964\$060
Dinheiro com que tenho entrado por conta de 32:000\$000 rs.	
Que entreguei na Lapa	17:862\$000
Emprego que tenho feito como acima demonstrado	11:658\$560
	<hr/>
Tenho entrado com	29:520\$560
Demonstra ser sua entrada até o presente	25:443\$500

NOTAS

1. Arrematou os dízimos de Curitiba, Lajes e São José dos Pinhais, em 1818, por 2:976\$400, 460\$000 e 1:517\$320, respectivamente. Um dízimo anterior tinha-lhes fornecido um cálculo aproximado do que poderia render o dízimo, incluindo 500 animais em Curitiba, 600 na

Freguesia de Tamanduá e 500 em São José dos Pinhais. Prado e Machado venderam os dízimos de Curitiba, Lajes e São José dos Pinhais, com 928\$000 de lucro para cada um (18, f. 141 v., 1º de agosto de 1818; 13, f. 131, conta corrente, março de 1823). Em 1819, Prado arrematou o subsídio literário de Lapa por conta de Machado.

2. 18, f. 78, 21 de dezembro de 1817; 18, f. 92 v., 1º de abril de 1818; RHGB, Tomo Especial, IX, p. 71-72, carta de Lorena de 18 de novembro de 1794; DI, 19, p. 219, auto de rematação, 1768; SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Comarca de Curitiba*, p. 94-96. Nesse Registro também havia muitas fraudes; ver o Regimento para o Registro de Curitiba dado por Luís Mascarenhas, em 20 de fevereiro de 1748 nos DI, 22, p. 244.

Em 1747, Cristóvão Pereira de Abreu, em recompensa pelos trabalhos realizados no caminho do Sul, recebe por 12 anos a metade desses direitos, os quais, mais tarde, em 1760, passaram de "juro e herdade" para a casa de Tomé Joaquim da Costa Corte Real, constituindo o imposto da assim chamada Casa Doada. A outra metade dos direitos dos animais pertence à Real Fazenda e constitui os "meios direitos". Os animais criados entre a fronteira meridional da capitania de São Paulo e o Registro de Curitiba também pagavam desde 1773 esses direitos, mas inteiramente para a Real Fazenda (DI, 45, Ofício de Lorena de 18 de novembro de 1794; RHGB, Tomo Especial, IX, p. 182, auto de arrematação do contrato dos meios direitos dos animais de 1796). Consta do contrato de 1796 que, de acordo com a lei de 22 de dezembro de 1761, "pertencerão aos contratadores, os meios direitos de todos os animais que passarem no Registro de Curitiba, criados nas fazendas do Rio Grande de São Pedro do Sul, até a Serra, e os direitos inteiros dos animais que passarem no dito Registro, criados nas fazendas da Serra, Vacaria e Lajes, até o Registro mencionado". Mais tarde, já no fim do primeiro Reinado, esse Registro vai ser transferido para o rio Negro (DI, 86, p. 180, Atas do Conselho da Presidência, 1828).

Os meios direitos constituíam uma parcela importante para as rendas reais de São Paulo. Cleto dá para 1780 uma renda de 17:005\$000 por triênio, quando o total da renda da Capitania era de 131:110\$668. Saint-Hilaire, por ocasião de sua viagem à comarca de Curitiba em 1820 afirma que se calculava que o contrato arrecadara no último arrendamento de três anos mais de 40:000\$000 (CLETO, Marcelino Pereira, *op. cit.*, *Anais da Biblioteca Nacional*, XXI, p. 222; SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Comarca de Curitiba*, p. 96).

3. 18, f. 91 v., 2 de março de 1818; 18, f. 78, 21 de dezembro de 1817 (as repetidas ordens e conselhos a Lírio demonstram seu grande interesse); 18, f. 126 v., 11 de julho de 1818; 18, f. 186 v., 17 de novembro de 1818.

4. 19, f. 259 v., 17 de novembro de 1820; 19, f. 262, 1º de agosto de 1820; 19, f. 283, 11 de setembro de 1820; 19, f. 300, 12 de outubro de 1820. O mecanismo da arrematação dos contratos parece funcionar aproximadamente da seguinte forma: primeiro era posto em leilão, na Junta da Fazenda na capital de São Paulo; se não obtivesse os resultados almejados, ia ao Erário Real no Rio de Janeiro, podendo voltar outra vez a São Paulo.

5. 19, f. 175, 1º de janeiro de 1820. O preço do contrato era de 116\$500, 8% de propinas 9\$320, dinheiro dado ao porteiro 1\$920 e o alvará de condições e o selo real 4\$000.

6. 19, f. 326, 14 de dezembro de 1820. O preço do contrato era de 284\$800, as propinas 22\$720, condições e selo real 4\$000, e o dinheiro dado ao porteiro 1\$920; 18, f. 101, 1º de maio de 1818; SAINT-HILAIRE, Auguste de, *Viagem à Comarca de Curitiba*, p. 94-96.

7. 19, f. 145, 11 de outubro de 1819; 19, f. 170, 1º de janeiro de 1820.

BIBLIOGRAFIA

I — FONTES PRIMÁRIAS

A — Fontes primárias manuscritas

a) No Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Coleção Antônio da Silva Prado

- 1 — Diário da Caixa do Banco do Brasil (1858)
- 2 — Diário da Caixa dos trocos e rebates desta cidade de São Paulo (1819-1835)
- 3 — Livro do Novo Imposto dos animais no Registro de Sorocaba (1820-1822)
- 4 — Livro do Imposto de Guarapuava dos animais do Registro de Sorocaba
- 5 — Recolhimento de Santa Teresa
- 6 — Diário geral de A. S. P. 1820-1825
- 7 — Diário geral de A. S. P. 1825-1830
- 8 — Diário geral de A. S. P. 1835-1838
- 9 — Diário geral de A. S. P. 1842-1850
- 10 — Contas correntes do “novo imposto” do triênio 1820-1822
- 11 — Contas correntes do “novo imposto” do triênio 1823-1825
- 12 — Contas correntes de A. S. P. 1810-1819
- 13 — Livro I das contas correntes 1818-1828
- 14 — Livro 2.º das contas correntes 1827-1835
- 15 — Livro 3.º das contas correntes 1835-1840
- 16 — Livro 4.º das contas correntes 1840-1847
- 17 — Livro 5.º das contas correntes 1846-1852
- 18 — Contas correntes da loja de A. S. P. na Bahia 1812-1818 e copiador de cartas do barão de Iguape
- 19 — 2.º copiador de cartas 1818-1821
- 20 — 3.º copiador de cartas 1821-1822
- 21 — 5.º copiador de cartas 1825-1829
- 22 — 10.º copiador de cartas 1850-1852
- 23 — 11.º copiador de cartas 1856-1861
- 24 — Livro de contas correntes de E. da Silva Prado 1782-1844, idem com o barão de Iguape 1856-1861
- 25 — 2.º borrador do barão de Iguape 1856-1866
- 26 — Diário geral do barão de Iguape 1850-1857
- 27 — Diário do barão de Iguape 1870-1873

- b) Arquivo Nacional, Rio de Janeiro
 Caixas 364-365 — Correspondência do Governo de São Paulo com o
 Ministro do Império
- c) Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo
 Barreiras, Caixa 310, Registro de Sorocaba
 Barreiras, Caixa 167, Guarapuava 1838-1849
 Maços de população da Vila do Príncipe, 1822-1850, Caixa 225
 Maços de população de Curitiba 1824-1827, Caixa 212
 Tesouro, 1823-1829, II, Ordem 1570, Caixa I
 Avisos, Cartas régias e Provisões (1800-1839), TC, Ordem 425, C. 67,
 Livro 183
 Patentes, Decretos e Alvarás (1814-1821), TC, Livro 56
 Ofícios diversos de Santos, II, C. 410 e 411.
 Ofícios do Governador Oeynhausien (1820-1822), TC, C. 154.
 Ofícios das Câmaras de Itu, Porto Feliz, Sorocaba, Itapeva, Itapetininga,
 Apiaí, 1721-1822, TC, Caixa 8
 Ordenanças de Sorocaba (1721-1822), TC, Caixa 53
 Ordenanças de Curitiba, Guaratuba, Lapa, Expedição de Guarapuava e
 Estrada da Graciosa, 1724-1822, TC, Ordem 302, Caixa 63
- d) Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São
 Paulo
 Jornal de viagem de Martim Francisco Ribeiro de Andrada Machado,
 Coleção Lamego, Códice 93
- e) Delegacia do Serviço do Patrimônio da Nação em São Paulo, Mi-
 nistério da Fazenda
 Diversos documentos sobre Carapicuíba

B — Fontes primárias publicadas: documentos, memórias, relatos e
 descrições de viajantes, cronistas e informantes

- ABREU, Manoel Cardoso de — “Divertimento admirável para os historia-
 dores observarem as máquinas do mundo reconhecidas nos sertões
 da navegação das Minas de Cuiabá e Mato Grosso”, *Revista do
 Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 6, 1900-1901.
- ARAÚJO, José Paulo de Figueiroa Nabuco de — *Legislação Brasileira ou
 Coleção Cronológica das Leis, Decretos, Resoluções de Consultas,
 Provisões, etc., do Império do Brasil desde o ano de 1808 até 1831
 inclusive*, Rio de Janeiro, Villeneuve, 1837.
- AVÉ-LALLEMENT, R. — *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1852*, v. II,
 Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1953.
- BIGG-WITHER, Thomas P. — *Pioneering in South Brazil*, Londres, John
 Murray, 1878.
- BLACKENRIDGE, H. M. — *Voyage to South America performed by order of
 the American Government in the years 1817 and 1818*, Londres, 1820.

- BOLETIM DO DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, n. 15, 1961.
- BORGES, José Ferreira — *Princípios de Sintetologia: Compreendendo em geral a Teoria do Tributo e em particular Observações sobre a Administração e Despesas em Portugal, em grande parte aplicáveis ao Brasil*, Londres, Bingham, 1831.
- CASAL, Manuel Ayres de — *Corographia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brazil*, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1817.
- CASAL, Manuel Aires de — *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*, São Paulo, Edições Cultura, 1943.
- CASTRO, J. A. de Azevedo — *Galeria dos conservadores da Província de São Paulo*, I, O Barão de Iguape, Rio de Janeiro, Typografia do Constitucional, 1863.
- CHICHORRO, Manuel da Cunha Sousa — “Memória em que se mostra o estado econômico, político da Capitania Geral de São Paulo, quando do seu governo tomou posse a 8 de dezembro de 1814 o II.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. D. Francisco de Assis Mascarenhas”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo xxxvi, 1873.
- CLETO, Marcelino Pereira — “Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de Restabelecê-la”, *Anais da Biblioteca Nacional*, XXI, Rio de Janeiro, Leuzinger, 1900.
- COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL, 1821-1828 (Leis impressas em avulso e encadernadas em conjunto — Biblioteca do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo).
- COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL, 1808-1830, Rio de Janeiro, 1866-1906.
- COLEÇÃO DAS DECISÕES DO BRASIL, 1808-1822, Rio de Janeiro.
- COMISSÃO CENTRAL DE ESTATÍSTICA — *Relatório apresentado ao Ex.^{mo} Sr. Presidente da Província de São Paulo*, São Paulo, Tipografia King, 1888.
- CONCOLORCORVO — *El lazarrillo de ciegos caminantes desde Buenos Aires hasta Lima, 1773*, Buenos Aires, Solar, 1942.
- DEBRET, Jean-Baptiste — *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, 2.^a edição, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1949.
- DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA E COSTUMES DE SÃO PAULO, São Paulo, Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, v. 4 até 88, 1894-1963.
- DREYS, Nicolau — *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, Rio de Janeiro, Tip. J. Villeneuve, 1839.
- ESCHWEGE, W. C. von — *Journal von Brasilien oder vermischte Nachrichten aus Brasilien auf wissenschaftlichen Reisen gesammelt*, Weimar, Zweites Heft, 1818.
- “Itinerário feito desde os confins setentrionais da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul, até a cidade de São Paulo, no qual se marcam os pontos de divisão de uma e outra capitania, e os Rios que atravessam o caminho geral da primeira para a segunda, 26 de dezembro de 1797”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo XXI, Rio de Janeiro, 1858.

- LEITHOLD, Theodor v., — *Meine Ausflucht nach Brasiliens oder Reise von Berlin nach Rio de Janeiro*, Berlim, Maurerschen Buchandlung, 1820.
- LIMA, Francisco das Chagas — “Memória sobre o Descobrimento e Colônia de Guarapuava”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, IV, Rio de Janeiro, 1842.
- LUCCOCK, John — *Notas sobre o Rio de Janeiro e portos meridionais do Brasil*, 2.^a edição, São Paulo, Liv. Martins Editora, 1951.
- MAGALHÃES, Manuel Antônio — “Almanaque da vila de Porto Alegre (1808)”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, xxx, Primeira parte, Rio de Janeiro, 1867.
- MAWE, John — *Viagem ao interior do Brasil, principalmente ao Distrito do ouro e dos diamantes*, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1944.
- MENDONÇA, Antônio Manuel de Melo Castro e — Memória apresentada ao Governador de São Paulo Antônio José de Franca e Horta pelo seu antecessor Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça a 28 de dezembro de 1802. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, 44, São Paulo, 1915.
- MENDONÇA, Antônio Manuel de Melo Castro e — “Memória econômico-política da Capitania de São Paulo (1800)”, *Anais do Museu Paulista*, xv, São Paulo, 1961.
- MÜLLER, D. P. — *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*, Seção de Obras do Estado de São Paulo, 1923.
- OLIVEIRA, Antônio Rodrigues Veloso de — “Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo, aplicável em grande parte às Províncias do Brasil”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, xxxi, Rio de Janeiro, 1868.
- PINHEIRO, José Feliciano — *Anais da Província de São Pedro*, Paris, Tip. de Casimir, 1839.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, Tonio Especial — Catálogos de Documentos sobre a História de São Paulo, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa, v. IV, VI, VII, VIII, IX, X, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1957.
- ROSCIO, Francisco João — “Notícia particular do Continente do Rio Grande do Sul (1802)”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, xxi, Rio de Janeiro, 1858.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de — *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo*, São Paulo, Liv. Martins Editora, 1953.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de — *Viagem à Província de São Paulo, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*, 2.^a edição, São Paulo, Liv. Martins Editora, 1945.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de — *Viagem à Comarca de Curitiba (1820)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964.
- SPIX, Joh. Bapt. von & MARTIUS, Carl Friedr. Phil. von — *Reise in Brasilien*, Munique, M. Lindauer, 1823.

- SILVA, José Bonifácio de Andrada e ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de — “Viagem mineralógica na Província de São Paulo”, *Boletim Paulista de Geografia*, 17, São Paulo, 1954.
- TORRES, José Carlos Pereira de Almeida — “Discurso de 1.º de dezembro de 1829”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, xxxvi, 1873.
- WALSH, R. — “Notices of Brazil in 1828-1829”, *Boston Press*, Boston, 1831.

II — FONTES SECUNDÁRIAS

Livros e artigos em periódicos

- ALMEIDA, Luís Castanho de — “Acheugas à História de Sorocaba”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, xxxvi, São Paulo, 1939.
- ALMEIDA, Aluísio de — *A Revolução Liberal de 1842*, Rio de Janeiro, Liv. José Olympio Editora, 1944.
- ALMEIDA, Aluísio de — “Os caminhos do Sul e a feira de Sorocaba”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, CLXXXVI, Rio de Janeiro, 1945.
- ALMEIDA, Aluísio de — “Acheugas à biografia do Barão de Antonina”, *Revista do Arquivo Municipal*, cxvi, São Paulo, Departamento Municipal de Cultura, 1947.
- ALMEIDA, Aluísio de — “Memória histórica sobre Sorocaba”, *Revista de História*, n. 60, 61, 63, São Paulo, 1964-1965.
- ALMEIDA, Aluísio de — *O tropeirismo e a feira de Sorocaba*, Sorocaba, 1968.
- ALMEIDA, Aluísio de — *História de Sorocaba*, Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969.
- AYROSA, Plínio M. S. — “As entradas de J. Lopes Elliot”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, xxviii, São Paulo, 1931.
- BALHANA, Altiva Pilatti & MACHADO, Brasil Pinheiro (e outros), *Campos Gerais, estruturas agrárias*, Faculdade de Filosofia, Universidade Federal do Paraná, 1968.
- CALÓGERAS, J. Pandiá — *A política monetária do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960.
- CARREIRA, Liberato de Castro — *História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889.
- CHAVES FILHO, Jorge Pacheco e — “D. Veridiana e o patriarcado paulista”, *Colégio*, ano 1, n. 4, São Paulo, 1948.
- DEFFONTAINES, Pierre — “As feiras de burros de Sorocaba”, *Geografia*, ano 1, n. 3, São Paulo, 1935.
- DEFFONTAINES, Pierre — “Routes et foires à bétails en Amérique Latine”, *Revue de Géographie Alpine*, Tomo XLV, fasc. iv, Grenoble, 1957.
- DEFFONTAINES, Pierre — “L'introduction du bétail en Amérique Latine”, *Les cahiers d'Outre Mer*, Tomo X, Bordéus, 1957.

- DERBY, Orville — “A estrada de São Paulo ao Rio Grande do Sul no século passado”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, III, São Paulo, 1898.
- ELLIS, Júnior, Alfredo — “O ciclo do luar”, *Revista de História*, 1, São Paulo, 1950.
- ELLIS Júnior, Alfredo — *O café e a Paulistânia*, Boletim n. 141, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, U.S.P., São Paulo, 1951.
- ELLIS, Myriam — “Estudo sobre alguns tipos de transporte no Brasil Colonial”, *Revista de História*, n. 4, São Paulo, 1950.
- FRANCO, Arthur Martins — *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*, Curitiba, Edições do Museu Paranaense, 1943.
- FREITAS Júnior, Affonso — “Legenda sorocabana”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, XXIII, São Paulo, 1927.
- GOULART, José Alípio — *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*, Rio de Janeiro, Conquista, 1961.
- MACEDO, F. R. Azevedo — *Conquista pacífica de Guarapuava*, Curitiba, Gerpa, 1951.
- MACEDO, J. M. de — Elogio histórico de João da Silva Machado, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, XXXVIII, Rio de Janeiro, 1875.
- MACHADO, Brasil Pinheiro & BALHANA, Altiva Pilatti — “Contribuição ao Estudo da História Agrária do Paraná”, *Boletim da Universidade do Paraná*, Curitiba, Departamento de História n. 3, 1963.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer — *A lavoura canavieira em São Paulo*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1968.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer — “Um comerciante do ciclo do açúcar paulista: Antônio da Silva Prado”, *Revista de História*, n. 73, São Paulo, 1968.
- PISA, Antônio de Toledo — “Recordações históricas, a feira de Pilatos”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, x, 1906.
- PRADO Júnior, Caio — *Formação do Brasil contemporâneo, Colônia*, 2.^a edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1945.
- SIMONSEN, Roberto C. — *História econômica do Brasil*, 2.^a edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944.
- SOUZA, João Batista — *Evolução histórica Sul Mato Grosso*, São Paulo, 1949.
- TAUNAY, Afonso d’E. — “Um capitão general estatista” — *Anais do Museu Paulista*, xv, São Paulo, 1961.
- VIANA, Francisco & Vicente FERREIRA, José Carlos — *Memória sobre o Estado da Bahia*, Bahia, Tip. Diário da Bahia, 1893.
- VIANA, F. J. de Oliveira — *Populações meridionais do Brasil*, v. II, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1952.